

RELATÓRIO DE GESTÃO 2016



CEFET-MG
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS

RELATÓRIO DE GESTÃO 2016



Maio 2017

RELATÓRIO DE GESTÃO 2016

Documento apresentado aos Órgãos de Controle Interno e Externo e à sociedade como Prestação de Contas Anual a que esta Unidade está obrigada, nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado em conformidade com as disposições da Instrução Normativa IN TCU nº 63/2010, Instrução Normativa IN TCU nº 72/2013, Decisão Normativa DN TCU nº 154/2016, Decisão Normativa DN TCU nº 156/2016, Portaria TCU nº 59/2017 e das orientações do Órgão de Controle Interno.

Dirigentes

Diretor-Geral

Prof. Flávio Antônio dos Santos

Vice-Diretor

Profa. Maria Celeste Monteiro de Souza Costa

Chefe de Gabinete

Prof. Henrique Elias Borges

Diretoria de Educação Profissional e Tecnológica

Profa. Carla Simone Chamon - Diretora

Ezequiel de Souza Costa Júnior - Diretor-Adjunto

Diretoria de Graduação

Prof. Moacir Felizardo de França Filho - Diretor

Prof. Bráulio Silva Chaves - Diretor-Adjunto

(de 01/01/2016 até 19/09/2016)

Profa. Ludmila de Vasconcelos Machado Guimarães - Diretora-Adjunta

(de 24/10/2016 até 31/12/2016)

Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação

Prof. Conrado de Souza Rodrigues - Diretor

Rodrigo Tomas Nogueira Cardoso - Diretor-Adjunto

Diretoria de Extensão e Desenvolvimento Comunitário

Profa. Giani David Silva - Diretora

Prof. Paulo Eduardo Maciel de Almeida - Diretor-Adjunto

Diretoria de Planejamento e Gestão

Prof. Gray Farias Moita - Diretor

Tomaz Antônio Chaves - Diretor-Adjunto

Diretorias de Unidades

Campus I - Belo Horizonte

Prof. Wanderlei Ferreira de Freitas (de 01/01/2016 até 18/05/2016)

Prof. Gilmer Jacinto Peres (de 19/05/2016 até 31/12/2016)

Campus II – Belo Horizonte

Prof. José Gomes da Silva

Campus Leopoldina

Prof. José Antônio Pinto (de 01/01/2016 até 18/05/2016)

Prof. Douglas Martins da Silva (de 19/05/2016 até 31/12/2016)

Campus Araxá

Prof. Henrique José Avelar

Campus Divinópolis

Profª. Sandra Vaz Soares Martins

Campus Timóteo

Profª. Silvânia Aparecida de Freitas Souza (de 01/01/2016 até 18/05/2016)

Prof. Leonardo Lacerda Alves (de 19/05/2016 até 31/12/2016)

Campus Varginha

Profª Gilze Belém Chaves (de 01/01/2016 até 18/05/2016)

Prof. Paulo César Mappa (de 19/05/2016 até 31/12/2016)

Campus Nepomuceno

Profª. Juliana Vilela Lourençoni Botega (de 01/01/2016 até 18/05/2016)

Prof. Reginaldo Barbosa Fernandes (de 19/05/2016 até 31/12/2016)

Campus Curvelo

Prof. Adriano Gonçalves da Silva (de 01/01/2016 até 18/05/2016)

Profª. Lourdiane Gontijo das Mercês Gonzaga (de 19/05/2016 até 31/12/2016)

Campus Contagem

Prof. Nelson Alexandre Estêvão

Conselho Diretor

Flávio Antônio dos Santos - Presidente

Maria Celeste Monteiro de Souza Costa - Suplente

Oiti José de Paula - Titular

Nilva Celestina do Carmo - Suplente

Luciene Maria de Lana Marzano - Titular

Ed'Lúcia Aguiar Dornas Beghini - Suplente

Maria Luiza Maia Oliveira - Titular

Maura de Fátima Mendonça de Goffredo Costa dos Santos - Suplente

Antônio do Carmo Neves - Titular

Wilson Barros de Moura - Suplente

Ezequiel de Souza Costa Júnior - Titular

Clausymara Lara Sangiorge - suplente

José Geraldo Peixoto de Faria - Titular

Lindolpho Oliveira de Araújo Júnior - Suplente

Valter Júnior de Souza Leite - Titular

Augusto César da Silva Bezerra - Suplente

José Maria da Cruz - Titular

João Eustáquio da Silva - Suplente

Thais Michelle Mátia Zacarias - Titular

Jéssica Mariana Andrade Tolentino - Suplente

Alfredo Marques Diniz - Titular

João Bosco Calais Filho - Suplente

Lista de Abreviações e Siglas

ADG – Assessoria da Diretoria Geral
AUDIT – Auditoria Interna
BGU – Balanço Geral da União
CE – Curso na modalidade de concomitância externa
CEFET-MG – Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais
CGU – Controladoria Geral da União
CPA – Comissão Permanente de Avaliação
DEDC – Diretoria de Extensão e de Desenvolvimento Comunitário
DEPT – Diretoria de Educação Profissional e Tecnológica
DICAP – Divisão de Capacitação
DICONT – Divisão de Contabilidade
DIPAT – Divisão de Patrimônio
DIRGRAD – Diretoria de Graduação
DIS – Divisão de Sistemas
DITIC - Divisão de Infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação
DPG – Diretoria de Planejamento e Gestão
DPPG – Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação
EJA – Educação de Jovens e Adultos
EP – Escritório de Projetos
EPT – Educação Profissional e Tecnológica
EPTNM – Educação Profissional Técnica de Nível Médio
FCM – Fundação Cefet Minas
IC – Iniciação Científica
IFES – Instituições Federais de Ensino Superior
LOA – Lei Orçamentária Anual
MEC – Ministério da Educação
MPOG – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
OFSS – Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional
PDTI – Plano Diretor de Tecnologia da Informação
PROEJA – Programa Nacional de Educação de Jovens e Adultos
RBM – Relação de Bens Móveis
RIP – Código de Registro Imobiliário Patrimonial
RMA – Relação mensal de almoxarifado
SCCONT – Superintendência de Convênios e Contratos
SESu-MEC – Secretaria de Educação Superior do MEC
SETEC-MEC – Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do MEC
SGI – Secretaria de Governança da Informação
SGP – Superintendência de Gestão de Pessoas
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIAPE – Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos do Governo Federal
SIMEC – Sistema Integrado de Monitoramento do Ministério da Educação
SISTEC – Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica
SLTI/MPOG – Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
SOF – Superintendência de Orçamento e Finanças
SPO-MEC – Sub-Secretaria de Planejamento e Orçamento do MEC
SPU – Secretaria de Patrimônio da União
SQ – Curso na modalidade subsequente
SRCA – Secretaria de Registro e Controle Acadêmico
TCU – Tribunal de Contas da União
UJ – Unidade Jurisdicionada
UORG – Unidade Organizacional
UPC – Unidade Prestadora de Contas

Sumário

1	Apresentação	15
2	Visão geral	16
2.1	Finalidade e competências	16
2.2	Normas e regulamentos de criação, alteração e funcionamento da unidade	16
2.3	Ambiente de atuação	17
2.4	Organograma	18
2.5	Macroprocessos finalísticos	36
3	Planejamento organizacional e resultados alcançados	42
3.1	Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação	42
3.2	Desempenho orçamentário	88
3.2.1	Execução física e financeira das ações da lei orçamentária anual de responsabilidade da unidade	88
3.2.2	Fatores intervenientes no desempenho orçamentário	94
3.2.3	Obrigações assumidas sem o respectivo crédito autorizado no orçamento	94
3.3	Desempenho operacional	111
3.3.1	Apresentação e análise de indicadores de desempenho nos termos do acórdão TCU nº 2.267/2005	111
3.3.2	Indicadores da Educação Profissional Técnica de Nível Médio	119
3.3.3	Indicadores da Graduação	144
3.4	Indicadores da Pós-Graduação	147
3.5	Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i>	150
3.6	Indicadores de Extensão	150
3.7	Indicadores de desempenho social	159
4	Governança, gestão de riscos e controles internos	165
4.1	Descrição das estruturas de governança	165
4.2	Atuação da Unidade de Auditoria Interna	173
4.3	Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos	177
4.4	Cumprimento pela instância de correição da portaria nº 1.043/2007 Da CGU	182
4.5	Gestão de riscos e controles internos	183
4.6	Informações sobre a empresa de auditoria independente contratada	184
5	Áreas especiais da gestão	185
5.1	Gestão de pessoas	185
5.2	Gestão do patrimônio e infraestrutura	191
5.2.1	Gestão da frota de veículos	191
5.2.2	Gestão do patrimônio imobiliário da União	194
5.3	Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas	197
5.4	Informações sobre imóveis locados de terceiros	204
5.5	Infraestrutura física	204
5.6	Gestão da Tecnologia da Informação	207
5.7	Gestão ambiental e sustentabilidade	215
6	Relacionamento com a sociedade	216
6.1	Canais de acesso do cidadão	216
6.2	Carta de serviços ao cidadão	216
6.3	Aferição do grau dos cidadãos-usuários	216
6.4	Mecanismos de transparência das informações	218
6.5	Medidas para garantir a acessibilidade	219
7	Desempenho financeiro e informações contábeis	221
7.1	Desempenho financeiro no exercício	221
8	Conformidade da gestão e demandas dos órgãos de controle	241
8.1	Tratamento de deliberações exaradas em acórdãos do TCU	241

8.1.1	Situações das deliberações do tcu que permanecem pendentes de atendimento no exercício	241
8.2	Tratamento de recomendações do órgão de controle interno	241
8.3	Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao erário	242
8.4	Conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações	243
8.5	Revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiada pela desoneração da folha de pagamento	243
8.6	Informações sobre ações de publicidade e propaganda	244
8.7	Conformidade com o disposto no art. 3º do decreto 5.626/2005	245
9	Declarações de integridade	247
9.1	Declaração de integridade e completude das informações sobre contratos e convênios nos sistemas estruturantes da administração federal	247
9.2	Declaração de integridade e completude dos registros no sistema de apreciação e registro dos atos de admissão e concessões	248
9.3	Declaração de cumprimento das disposições da lei 8.730/1993 Quanto à entrega das declarações de bens e rendas	249
9.4	Declaração sobre a conformidade contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial	250
9.5	Declaração do contador sobre a fidedignidade dos registros contábeis no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI	251
10	Informações suplementares	252
	Considerações finais	255

Lista de Quadros

Quadro 2.1	Identificação da Unidade Jurisdicionada – UJ – Relatório de Gestão Individual	16
Quadro 2.2	Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas DA DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO – ano de 2016	22
Quadro 3.1	Planejamento e resultados obtidos decorrentes da gestão - DPPG	43
Quadro 3.2	Processos Seletivos de Preenchimento de Vagas Remanescentes no ano de 2016	56
Quadro 3.3	Acervo bibliográfico (livros e periódicos) adquirido em 2016	57
Quadro 3.4	Acervo bibliográfico (livros e periódicos) disponível para consulta em 2016	58
Quadro 3.5	Situação, em 2016, dos projetos pedagógicos de novos cursos de graduação	61
Quadro 3.6	Relação de resoluções aprovadas no Conselho de Graduação em 2016	62
Quadro 3.7	Relação de portarias aprovadas no Conselho de Graduação em 2016	63
Quadro 3.8	Estudantes atendidos pelo Programa de Auxílio à Participação de Discentes em Eventos em 2016	65
Quadro 3.9	Relação de Universidades que assinaram acordos com o CEFET-MG	68
Quadro 3.10	Ingressantes nos cursos de graduação por meio do Programa PEC-G, por ano	70
Quadro 3.11	Resumo do Planejamento da DEPT em 2016	76
Quadro 3.12	Índice de Retenção por Campus/Série	79
Quadro 3.13	Apresentação de Trabalhos META - 2016	80
Quadro 3.14	Participação Discente com auxílio por evento em 2016	80
Quadro 3.15	Participação Discente com Auxílio por Campus em 2016	81
Quadro 3.16	Premiações de alunos EPTNM por eventos	82
Quadro 3.17	Premiações de alunos EPTNM na OBMEP 2016	83
Quadro 3.18	Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ	88
Quadro 3.19	Ações – OFSS	89
Quadro 3.20	Dotação atualizada x Executado	91
Quadro 3.21	Executado x Pago	92
Quadro 3.22	Créditos recebidos	94
Quadro 3.23	Quadro-resumo do exercício 2016 – valores em R\$	94
Quadro 3.24	Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos – Exercício de 2016	95
Quadro 3.25	Restos a Pagar Processados e Restos a Pagar não Processados Liquidados	99

Quadro 3.26	Restos a Pagar Não Processados	99
Quadro 3.27	Realização de Receitas no Exercício de 2016	100
Quadro 3.28	Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência 2016	101
Quadro 3.29	Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios	101
Quadro 3.30	Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ nas modalidades de convênio, contratos de repasse e instrumentos congêneres	102
Quadro 3.31	Situação da análise das contas prestadas no exercício de referência do relatório de gestão	102
Quadro 3.32	Despesas por Modalidade de Contratação	105
Quadro 3.33	Despesas por grupo e elemento de despesa	106
Quadro 3.34	Programação de Despesas – Exercício 2016	107
Quadro 3.35	Movimentação Orçamentária Externa por Grupo de Despesa - Exercício 2016	108
Quadro 3.36	Concessão de suprimento de fundos	109
Quadro 3.37	Utilização de suprimento de fundos	109
Quadro 3.38	Classificação dos gastos com suprimento de fundos no exercício de referência 2016	110
Quadro 3.39	Resultados dos Indicadores de Gestão do CEFET-MG – Acórdão TCU n.º 2.267/2005	112
Quadro 3.40	Renda per capita familiar dos alunos matriculados no CEFET-MG – Ano de 2016	112
Quadro 3.41	Renda per capita familiar dos alunos matriculados no CEFET-MG em porcentagem (sem NI) – ano de 2016	113
Quadro 4.1	Relatório de Correição e Apuração de Ilícitos Administrativos	177
Quadro 4.2	Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ – ANO DE 2016	183
Quadro 5.1	Força de trabalho da UPC	185
Quadro 5.2	Distribuição da lotação efetiva	185
Quadro 5.3	Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas	186
Quadro 5.4	Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra	186
Quadro 5.5	Número de atendidos nos programas de apoio à capacitação – 2014 a 2016	187
Quadro 5.6	Qualificação dos Técnico-Administrativos em Educação (TAEs)	188
Quadro 5.7	Qualificação dos docente efetivos	189
Quadro 5.8	Custos de Pessoal	190
Quadro 5.9	Quantitativo de contratos de estágio vigentes em 2016	191
Quadro 5.10	Valores da Bolsa de Estágio	191
Quadro 5.11	Despesas associadas à manutenção da frota em 2016	192
Quadro 5.12	Acompanhamento físico-financeiro da frota de veículos	194
Quadro 5.13	Acompanhamento físico-financeiro por grupo de veículos	194
Quadro 5.14	Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União	195
Quadro 5.15	Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade do CEFET-MG, exceto Imóvel Funcional	195
Quadro 5.16	Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade do CEFET-MG não cadastrados no SPIUnet, exceto Imóvel Funcional	196
Quadro 5.17	Campus I, BHzte: Termo de Permissão de Uso Remunerado nº 011/2010	197
Quadro 5.18	Distribuição dos bens imóveis de uso especial locados de terceiros	204
Quadro 5.19	Infraestrutura física em m ²	204
Quadro 5.20	Principais sistemas de informações da UPC	207
Quadro 5.21	Quantitativo de pessoas que compõem a força de trabalho de TI	209
Quadro 5.22	Projetos de TI desenvolvidos no período	210
Quadro 5.23	Principais sistemas de informações	212
Quadro 5.24	Riscos à continuidade e disponibilidade dos sistemas de informações	213
Quadro 6.1	Síntese do sistema de solicitações de informações	218
Quadro 6.2	Síntese das atividades de ouvidoria	219
Quadro 8.1	Tratamento de determinações e recomendações do TCU – Situações que permanecem pendentes	241
Quadro 8.2	Síntese das situações das recomendações do Órgão de Controle Interno	242
Quadro 8.3	Síntese das situações das empresas com possíveis desoneração de folha	244
Quadro 8.4	Despesas com publicidade	244

Quadro 8.5 Curso(s) que deve(m) ofertar como OBRIGATÓRIA a disciplina de Libras	245
Quadro 8.6 Curso(s) que oferta(m) a disciplina de Libras como OPTATIVA em seu Projeto Pedagógico de Curso - PPC	246
Quadro 10.1 Relação de Projetos Desenvolvidos pelas Fundações de Apoio Vigentes no ano de 2016	252
Quadro 10.2 Recursos Pertencentes às IFES / IFET Envolvidos nos Projetos	254

Lista de Figuras

Figura 1 Organograma Executivo	18
Figura 2 Organograma do Conselho Diretor	21
Figura 3 Articulação dos Conselhos com as Diretorias e Secretarias	21
BALANÇO PATRIMONIAL	222
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	227
BALANÇO FINANCEIRO	231
DEMONSTRAÇÃO DE VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - DVP	233
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	237

Lista de Gráficos

Gráfico 1 Evolução do número de alunos matriculados	45
Gráfico 2 Evolução de defesas de Dissertações de Mestrado de 2005 a 2016	46
Gráfico 3 Evolução do número de grupos de pesquisa no CEFET-MG de 2005 a 2016	47
Gráfico 4 Distribuição dos Grupos de Pesquisa do CEFET-MG em 2016 por Grande Área do Conhecimento	47
Gráfico 5 Histórico da captação de recursos para pesquisa nas agências públicas de fomento	48
Gráfico 6 Recursos financeiros investidos o CEFET-MG em pesquisa e pós-graduação de 2007 a 2016	49
Gráfico 7 Evolução das publicações em periódicos de todo corpo docente do CEFET-MG de 2005 a 2016	50
Gráfico 8 Evolução do número de publicações em periódicos dos docentes com atuação na Pós-Graduação stricto sensu e do número de defesas de dissertação de mestrado nos Programas a partir de 2005	50
Gráfico 9 Evolução das publicações de trabalhos completos em anais de eventos de todo corpo docente do CEFET-MG de 2005 a 2016	51
Gráfico 10 Evolução da publicação de livros de todo corpo docente do CEFET-MG de 2005 a 2016	51
Gráfico 11 Evolução da publicação de capítulos de livros de todo corpo docente do CEFET-MG de 2005 a 2016	52
Gráfico 12 Evolução do número de vagas dos cursos de graduação do CEFET-MG no período de 2004 a 2016	60
Gráfico 13 Evolução do aumento de matrículas nos cursos de graduação do CEFET-MG no período de 2005 a 2016 e projeção no período de 2017 a 2018	61
Gráfico 14 Prestações de contas apresentadas e analisadas	103
Gráfico 15 Transferências Voluntárias – Valores pactuados e repassados – 2012 a 2016	104
Gráfico 16 Renda Per capita Familiar dos Alunos Matriculados no CEFET-MG em Porcentagem (sem NI) – Ano de 2016	113
Gráfico 17 Número de atendidos nos programas de apoio à capacitação – 2014 a 2016	187

Relatório de Gestão 2016

Os dados presentes no Relatório de Gestão são fornecidos pelas diversas áreas do CEFET-MG e são discutidos com a Comissão de Elaboração do Relatório sob orientação da Vice Diretora Geral, da Assessoria da Diretoria Geral e da Diretoria de Planejamento e Gestão.

Coordenação:

- Profª Maria Celeste Monteiro de Souza Costa – Vice Diretora Geral do CEFET-MG
- José Maria do Amaral – Assessor da Diretoria Geral
- Prof. Gray Farias Moita – Diretor de Planejamento e Gestão

Comissão de Elaboração:

- João Marcelo Ribeiro
- Vinícius Lúcio Ferreira
- Gustavo Silva Noronha

Fone: (31) 3319-7029 / 3319-7007

Endereços de E-mail: gabinete@adm.cefetmg.br
rgestao@adm.cefetmg.br

Editoração:

Leonardo Guimarães
Setor de Comunicação Visual - SECOV - CEFET-MG

Belo Horizonte, maio de 2017

Apresentação

O presente relatório tem como objetivo apresentar uma análise integrada referente à gestão da unidade prestadora de contas Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG), no que diz respeito ao exercício financeiro de 2016. Além de se tratar de um documento de natureza obrigatória exigido pelos órgãos de controle, tal relatório também cumpre papel fundamental relacionado aos princípios de transparência e publicidade das entidades públicas para com a sociedade. Ademais, o presente documento permite com que os dirigentes da instituição façam um diagnóstico se os objetivos estabelecidos para o exercício foram alcançados, permitindo um melhor monitoramento e direcionamento das atividades.

O ano de 2016 exigiu dos gestores da instituição uma maior racionalização na administração dos recursos orçamentários. Isto porque, frente à política de cortes dos repasses advindos do governo federal, o CEFET-MG se viu impelido a revisar sua estrutura de gastos tornando-a ainda mais eficiente. Deste modo, apesar das restrições orçamentárias, foi possível garantir o padrão qualitativo das diferentes áreas – ensino, pesquisa e extensão; planejamento e gestão; política estudantil – mantendo-as funcionando sem que os níveis de excelência se alterassem sobremaneira. Portanto, ainda que as mudanças orçamentárias anunciassem prejuízos ao desempenho da instituição, trabalhou-se em direção à minimização dos seus impactos.

No exercício o CEFET-MG deu continuidade na execução de uma política permanente de busca de resultados, cujas estratégias de atuação institucional foram focadas resumidamente em: expansão do ensino, pesquisa e extensão em seus vários níveis, fortalecendo o processo de integração interno e externo da instituição; redução dos custos com contratos via renegociação com as empresas prestadores de serviços; desenvolvimento dos recursos humanos, buscando a elevação da formação e capacitação de docentes e técnicos administrativos; aprimoramento das políticas institucionais de assistência aos discentes, reestruturando e fortalecendo os programas destinados ao acesso e à permanência dos alunos.

Ora apresentado a proposição do relatório, destaca-se que o referido documento está estruturado em 10 capítulos, distribuídos de modo a abordar os conteúdos com objetividade, exatidão, clareza e concisão, sendo: 1. Apresentação; 2. Visão geral; 3. Planejamento organizacional e resultados; 4. Governança, gestão de riscos e controles internos; 5. Áreas especiais da gestão; 6. Relacionamento com a sociedade; 7. Desempenho financeiro e informações contábeis; 8. Conformidade da gestão e demandas dos órgãos de controle; 9. Declarações de Integridade e 10. Informações Suplementares. Posteriormente ao capítulo 10 estão as Considerações Finais.

2 VISÃO GERAL

2.1 Finalidade e Competências

O CEFET-MG tem por finalidade “formar e qualificar profissionais no âmbito da educação tecnológica, nos diferentes níveis e modalidades de ensino, para os diversos setores da economia, bem como realizar pesquisa aplicada e promover o desenvolvimento tecnológico de novos processos, produtos e serviços, em estreita articulação com os setores produtivos e a sociedade, especialmente de abrangência local e regional, oferecendo mecanismos para a educação continuada”.

2.2 Normas e Regulamentos de Criação, Alteração e Funcionamento da Unidade

Quadro 2.1 - Identificação da Unidade Jurisdicionada – UJ – Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de Vinculação		
Poder: Executivo		
Órgão de Vinculação: Ministério da Educação		Código SIORG: 445
Identificação da Unidade Jurisdicionada		
Denominação completa: CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS		
Denominação abreviada: CEFET-MG		
Código SIORG: 445	Código LOA: 26.257	Código SIAFI: 153015
Situação: Ativa		
Natureza Jurídica: Autarquia do Poder Executivo, de regime especial detentora da autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didática e disciplinar; nos termos da Lei.		CNPJ: 17.220.203/0001-96
Principal Atividade: Educação		Código CNAE: 8030-6
Telefones/Fax de contato: (031) 3319-7007 / 3319-7006 / 3319-7009		
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada		
Criada pelo Decreto nº 7.566 de 23/09/1909 como Escola de Aprendizizes Artífices de Minas Gerais. Alterou-se pela Lei nº 378 de 13/01/1937. Decreto nº 4.073 de 30/01/1942. Decreto nº 4.127 de 25/02/1942. Lei nº 3.552 de 16/02/1959. Decreto nº 796 de 27/08/1969. Decreto nº 547 de 18/04/1969. Em 1978 a então Escola Técnica Federal de Minas Gerais, pela Lei nº 6.545 de 30/06/1978, transforma-se em Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais. Decreto nº 87.310 de 21/06/1982, revogado pelo Decreto 5.224 de 01/10/2004, reformulado pelo Decreto nº 5.773 de 09/05/2006.		
Outras normas infra legais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada		
Estatuto do CEFET-MG, aprovado pelo Decreto nº 87.411 de 19/07/1982.		
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada		
Regimento Interno do CEFET-MG, aprovado pela Portaria do MEC nº 03 de 09/01/1984, e Resoluções várias do Conselho Diretor do CEFET-MG (Resoluções CD-034/03 e CD-033/03, ambas de 18/06/2003; Resolução CD-158/06 de 03/11/2006 dentre outras).		
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Código SIAFI	Nome	
158226	UNIDADE ARAXÁ	
158227	UNIDADE DIVINÓPOLIS	
158228	UNIDADE LEOPOLDINA	
158230	COLEGIADO DA DIRETORIA E CAMPUS VI - BH	
158231	UNIDADE CAMPUS I - BELO HORIZONTE	
158232	UNIDADE CAMPUS II - BELO HORIZONTE	

158236	UNIDADE TIMÓTEO
158237	UNIDADE VARGINHA
158238	UNIDADE NEPOMUCENO
158243	UNIDADE CURVELO
158244	UNIDADE CONTAGEM
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões	
153015	15245

Fonte: CEFET-MG/SOF

2.3 Ambiente de Atuação

O CEFET-MG tem por finalidade “produzir, transmitir e aplicar conhecimentos por meio do ensino, da pesquisa e da extensão; estimular o desenvolvimento da ciência e da tecnologia, a criação e o pensamento crítico-reflexivo e a solidariedade; formar cidadãos e propiciar a formação continuada de profissionais; estimular o conhecimento dos problemas da sociedade, objetivando suas soluções e assegurar a gratuidade do ensino” (CEFET-MG, PDI 2016-2020).

A instituição preocupa-se em aprimorar os seus principais serviços por meio de ações que visam, além da expansão, também o aumento da qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão. O CEFET-MG oferece cursos em três níveis de ensino, o ensino técnico de nível médio, o ensino superior de graduação e a pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*. Caracterizado como instituição multi-campi, com atuação no estado de Minas Gerais, o CEFET-MG tem sua sede em Belo Horizonte (Campus I), e unidades nas cidades de Araxá, Curvelo, Contagem, Divinópolis, Leopoldina, Nepomuceno, Timóteo e Varginha.

Assim o CEFET-MG, por sua natureza, apresenta vantagens comparativas e competitivas no âmbito de sua atuação. A capilaridade de suas estruturas e o número de pessoas que fazem parte de seu corpo acadêmico e profissional técnico-administrativo lhe possibilita a efetivação de programas e ações que apontem saídas para o desenvolvimento da sociedade, por meio do cumprimento das funções que lhes são inerentes, tais como promover o ensino de qualidade, fortalecer a pesquisa, potencializar e expandir a extensão.

Desde junho de 2006 são editados os “Cadernos de Avaliação Institucional” contendo os resultados da avaliação dos cursos de graduação do CEFET-MG realizada pelos alunos, bem como sua autoavaliação. Os resultados apontados nesses cadernos têm norteado o planejamento institucional, nos níveis macro e micro. Em nível macro pode-se constatar nas metas do PDI, a busca pela superação das dificuldades e melhoria dos cursos. Em nível micro, observa-se uma atenção especial no âmbito dos colegiados de curso de graduação e, também, no interior de cada Núcleo Docente Estruturante, órgãos que têm como objetivo a constante melhoria dos cursos de graduação.

Assim, os objetivos e metas gerais estabelecidos para a etapa de 2016 a 2020 do PDI foram definidos tendo em vista a política geral da Instituição para esse período, considerando o diagnóstico da conjuntura na qual a instituição está inserida, bem como suas características internas.

Como Metas, este plano está adequado à análise dos ambientes externos e internos da instituição, a saber:

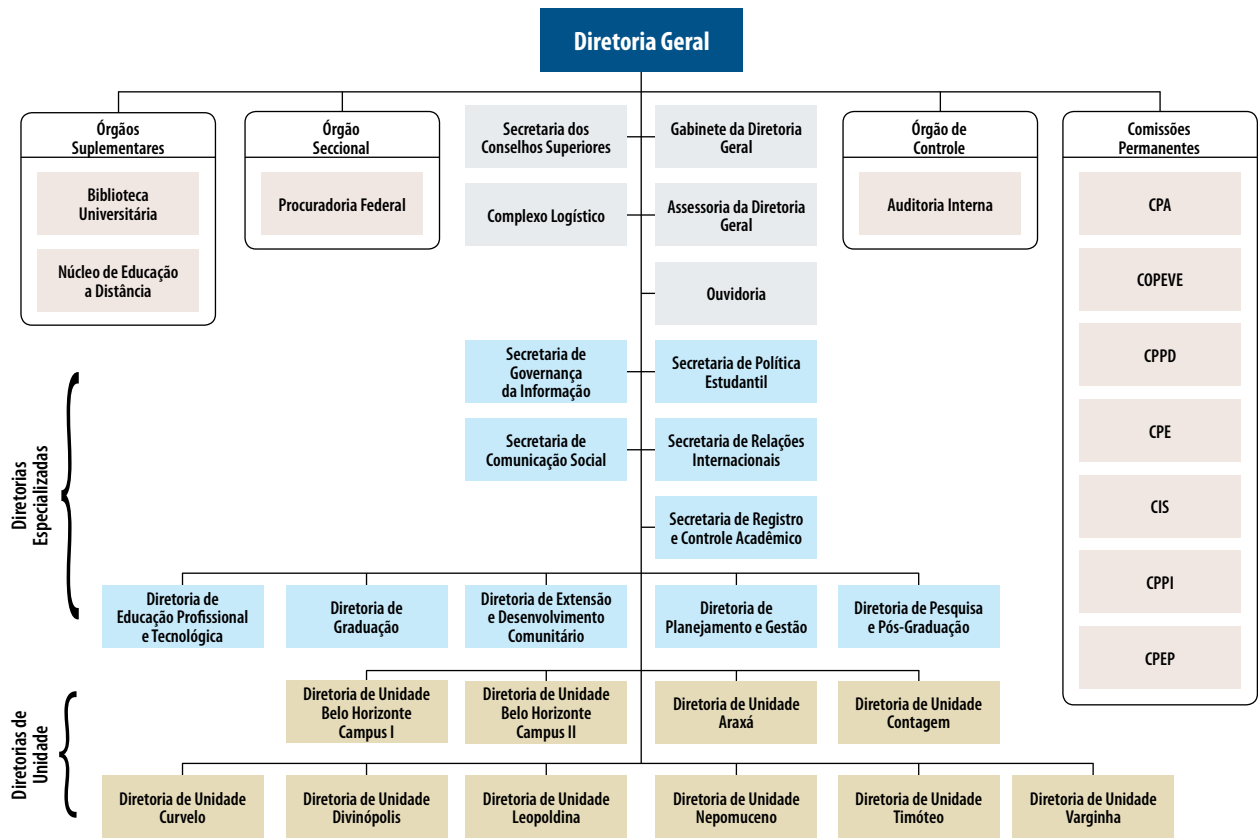
- 01.** Manter-se na condição de IFES verticalizada, assegurando a excelência no ensino, na pesquisa e na extensão.
- 02.** Reforçar as características institucionais de IFES universitária, especializada na área tecnológica, visando a sua transformação na Universidade Tecnológica Federal de Minas Gerais.

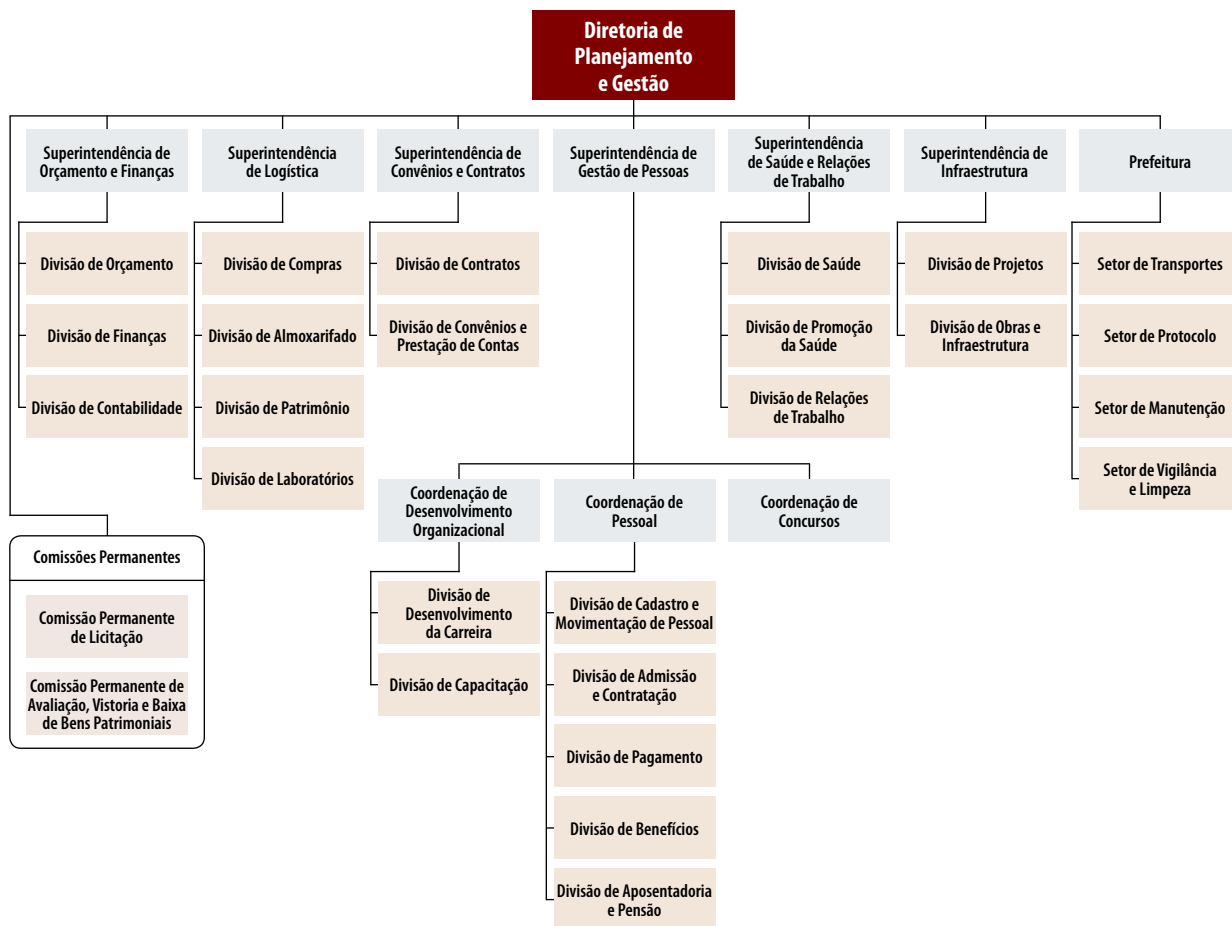
Assim, o CEFET-MG configura-se atualmente como um dos centros de excelência em educação tecnológica, sobretudo por se preocupar com compreender que a educação tecnológica não se reduz à técnica, mas envolve uma formação ampliada, contemplando de forma integrada a formação profissional e a formação para uma ação crítica do cidadão nos diversos setores da sociedade. Nesse sentido, essa Instituição representa uma importante referência educacional nos municípios em que atua no estado de Minas Gerais e mesmo no país.

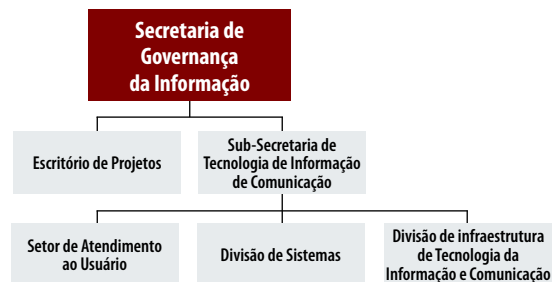
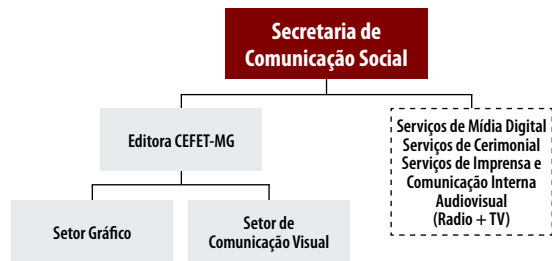
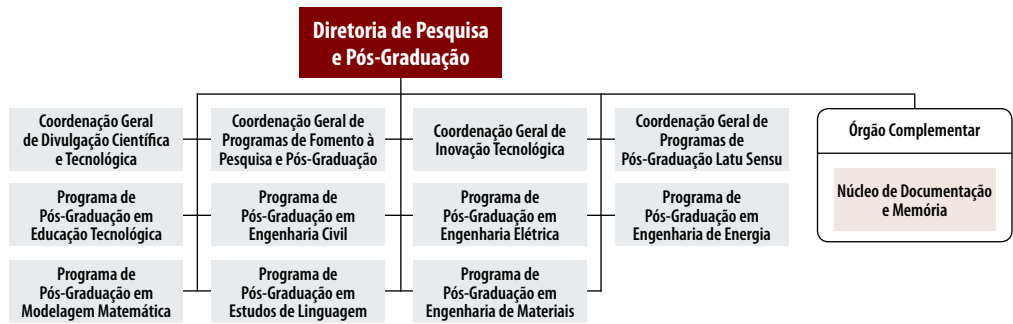
2.4 Organograma

Organograma do CEFET-MG, aprovado pela Resolução do Conselho Diretor nº. CD 049/2012.

Figura 1 – Organograma Executivo



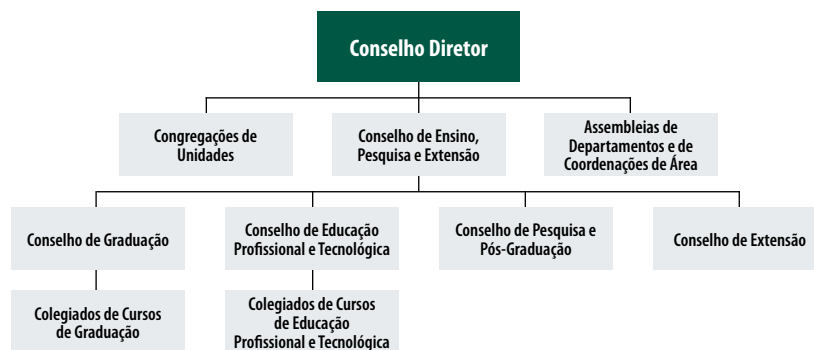






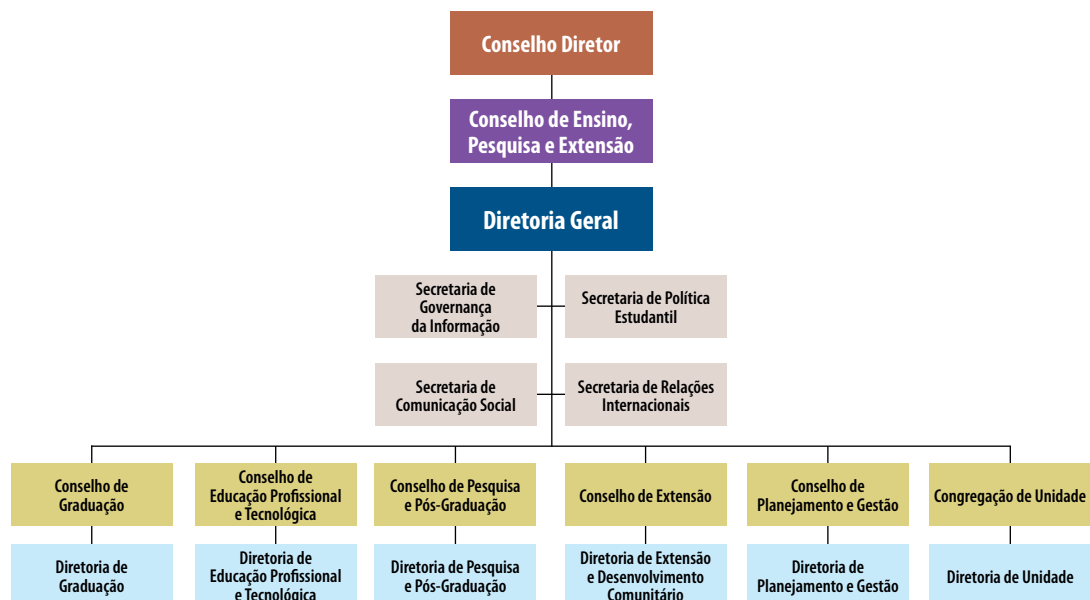
Fonte: DPG e Resolução CD 049/2012.

Figura 2 – Organograma do Conselho Diretor



Fonte: DPG.

Figura 3 – Articulação dos Conselhos com as Diretorias e Secretarias



Fonte: DPG.

Diretrizes e atribuições das Unidades Organizacionais do CEFET-MG podem ser encontradas na Resolução CD049/2012, disponível na página principal da Instituição, endereço eletrônico na Internet www.cefetmg.br, menu Instituição → Conselhos → Conselho Diretor → Resoluções → 2012 → Nº Resolução CD049/12, ou no link:

http://www.conselhodiretor.cefetmg.br/galerias/Arquivos_ConDir/Resolucoes/Resolucoes_2012/RES_CD_049_12.htm,

ou ainda no link: goo.gl/DeysaQ

Seguem quadros-organograma com informações sobre áreas ou subunidades estratégicas da Instituição.

Quadro 2.2 – Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas da DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO – ano de 2016

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação	Gestão das atividades desenvolvidas na Diretoria de Pesquisa e Pós Graduação	Conrado de Souza Rodrigues	Diretor de Pesquisa e Pós-Graduação	A partir de 10/2015
Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação	Auxílio na gestão das atividades desenvolvidas na Diretoria de Pesquisa e Pós Graduação	Rodrigo Tomás Nogueira Cardoso	Diretor Adjunto de Pesquisa e Pós-Graduação	A partir de 10/2015
Diretoria de Pesquisa e Pós Graduação	Promove a divulgação científica, organiza a revista "Educação & Tecnologia" e organiza a semana C&T.	Sônia Miranda de Oliveira	Coordenadora de Divulgação Científica e Tecnológica	A partir de 10/2012
Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação	A CIT é o setor responsável pela formulação, gestão e execução da política de propriedade intelectual, inovação tecnológica e transferência de tecnologia do CEFET-MG.	Nilton da Silva Maia	Coordenador de Inovação Tecnológica	A partir de 10/2011
Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação	Gerencia os programas de Fomento à pesquisa e Coordenação dos programas de Iniciação Científica.	Danielle Marra de Freitas Silva Azevedo	Coordenador de Programas de Fomento à Pesquisa e Pós-Graduação	A partir de 10/2015
Diretoria de Pesquisa e Pós Graduação	As políticas para o ensino de Pós-Graduação lato sensu no CEFET-MG emanam da Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação e são operacionalizadas pelo Programa de Pós-Graduação lato sensu (PPGLS) do CEFET-MG	João Fernando Machry Sarubbi	Coordenador do Programa de Pós-Graduação lato sensu	A partir de 10/2013
Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação	Prestar apoio à DPPG na análise e tramitação de processos referentes à esta diretoria	Janine Marta Pereira Antunes da Silva	Secretária Executiva da Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação	A partir de 10/2012
Diretoria de Pesquisa e Pós Graduação	Prestar apoio à DPPG na análise e tramitação de processos referentes à esta diretoria; gerenciamento de bolsas e Programas da DPPG	Maria Cristina Gomes de Oliveira Maria Luiza Campos Oliveira Michelle Simone Porto Barcelos		
Secretaria de Registro Escolar	Gestão das informações acadêmicas dos Cursos dos discentes da Pós-Graduação	Marina na Conceição Moreira da Silveira	Secretária de Registro e Controle Acadêmico	A partir de 10/2012
Secretaria de Comunicação Social	Jornalismo, divulgação e comunicação de assuntos relacionados à pesquisa, pós-graduação e divulgação científica.	Flávia Pereira Dias Menezes	Jornalista dedicada aos assuntos afetos à pesquisa e pós-graduação	A partir de 03/2016
Divisão de Bibliotecas	Acervo bibliográfico da pós-graduação	Maria Ângela Dias dos Santos	Bibliotecária responsável pelo acervo bibliográfico da Pós-Graduação	A partir de 10/2012
Diretoria de Pesquisa e Pós Graduação	Coordenar e supervisionar a realização dos programas e atividades acadêmicas do Curso.	Irlen Antônio Gonçalves	Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Educação Tecnológica	A partir de 10/2015
Diretoria de Pesquisa e Pós Graduação	Coordenar e supervisionar a realização dos programas e atividades acadêmicas do Curso.	Hersília de Andrade e Santos	Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil	A partir de 10/2015
Diretoria de Pesquisa e Pós Graduação	Coordenar e supervisionar a realização dos programas e atividades acadêmicas do Curso.	Márcio Matias Afonso	Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Engenharia Elétrica	A partir de 10/2014

Diretoria de Pesquisa e Pós Graduação	Coordenar e supervisionar a realização dos programas e atividades acadêmicas do Curso.	Frederico Romagnoli Silveira Lima	Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Engenharia da Energia	A partir de 10/2014
Diretoria de Pesquisa e Pós Graduação	Coordenar e supervisionar a realização dos programas e atividades acadêmicas do Curso.	Augusto César da Silva Bezerra	Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Materiais	A partir de 10/2014
Diretoria de Pesquisa e Pós Graduação	Coordenar e supervisionar a realização dos programas e atividades acadêmicas do Curso.	Renato Caixeta da Silva	Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens	A partir de 10/2015
Diretoria de Pesquisa e Pós Graduação	Coordenar e supervisionar a realização dos programas e atividades acadêmicas do Curso.	Elizabeth Fialho Wanner	Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Modelagem Matemática e Computacional	A partir de 10/2015
Diretoria de Pesquisa e Pós Graduação	Coordenar e supervisionar a realização dos programas e atividades acadêmicas do Curso.	Láise Ferraz Correia	Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Administração	A partir de 10/2015
Diretoria de Pesquisa e Pós Graduação	Coordenar e supervisionar a realização dos programas e atividades acadêmicas do Curso.	Patrícia Santiago	Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Química	A partir de 10/2015
Diretoria de Pesquisa e Pós Graduação	Organizar, editar, diagramar e promover a avaliação dos artigos enviados para a revista Educação e Tecnologia.	Vandeir Robson da Silva Matias	Editor-Chefe da Revista Educação & Tecnologia	A partir de 10/2013

FONTE: DPPG

A **Diretoria de Graduação** é a unidade organizacional responsável por supervisionar, coordenar e planejar a execução das atividades de ensino de graduação no âmbito da Instituição, competindo-lhe, para esse fim, implementar as deliberações do Conselho de Graduação e dos Órgãos Colegiados Superiores.

Quadro 2.2 – Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas da DIRETORIA DE GRADUAÇÃO – ano de 2016

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
DIRETORIA	Compete ao Diretor de Graduação: Implementar e desenvolver, no que concerne à Graduação, a política educacional e administrativa da Instituição de acordo com as deliberações estabelecidas pelos Órgãos Colegiados Superiores e pelo Conselho de Graduação; articular e integrar as propostas de política de atuação na graduação com as propostas de política de atuação dos demais níveis de ensino e instâncias do CEFET-MG e da política nacional; coordenar, supervisionar e fiscalizar as atividades de Graduação da Instituição; representar o CEFET-MG perante órgãos, instituições e comunidade externa, por delegação do Diretor Geral ou por sua competência.	Márcio Matias Afonso	Professor/Diretor	A partir de 15/10/2015
	Compete ao Diretor de Graduação: Apresentar, anualmente: a) ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, após aprovado no Conselho de Graduação, o relatório de sua gestão; b) ao Conselho de Planejamento e Gestão, após aprovados no Conselho de Graduação, o programa de trabalho, o orçamento e a prestação de contas de sua gestão. Convocar e presidir as reuniões do Conselho de Graduação e do Fórum de Coordenadores de Cursos de Graduação; supervisionar a organização do Calendário Acadêmico; propor a criação, suspensão e extinção de cursos e o remanejamento de vagas entre os cursos de graduação do CEFET-MG, encaminhando-os à análise do Conselho de Graduação e ao Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão.	Moacir Felizardo de França Filho	Professor/Diretor	A partir de 15/10/2015

DIRETORIA	Compete ao Diretor de Graduação: Propor normas e regulamentos relativos às atividades de graduação a serem submetidos às instâncias competentes para aprovação, supervisionar e avaliar os trabalhos desenvolvidos pelas Coordenações de Avaliação de Ensino da Graduação, de Desenvolvimento e Acompanhamento da Graduação e de Programas de Fomento à Graduação; coordenar processos de contratação de substitutos.	Moacir Felizardo de França Filho	Professor/Diretor	A partir de 15/10/2015
DIRETORIA	Compete ao Adjunto da Diretoria de Graduação: Cumprir e fazer cumprir, no que concerne à Graduação, as determinações contidas no Estatuto, no Regimento Geral, bem como as Resoluções e normas editadas pelos Órgãos Colegiados Superiores e pelo Conselho de Graduação; assistir ao Diretor de Graduação; substituir o Diretor de Graduação em suas faltas e impedimentos; colaborar no planejamento do programa de trabalho e do orçamento da Diretoria de Graduação; participar das reuniões do Conselho de Graduação, sem direito a voto; executar outras atividades correlatas que lhe forem atribuídas pelo Diretor de Graduação; representar a Instituição junto a órgãos, instituições e comunidade externa, por delegação do Diretor de Graduação ou no âmbito de sua competência.	Bráulio Silva Chaves Ludmila de Vasconcelos Machado Guimarães	Professor/Diretor Adjunto Professor/Diretor Adjunto	De 15/10/2015 a 15/09/2016 A partir de 24/10/2016
COORDENAÇÃO GERAL DE PROGRAMAS DE FOMENTO	Unidade organizacional responsável por planejar, organizar, orientar e acompanhar os programas e atividades de estímulo ao ensino de Graduação. Compete ao Coordenador Geral de Programas de Fomento à Graduação fomentar a integração Escola-Empresa para ampliar e consolidar a oferta de estágios; coordenar e implementar o Seminário de Alunos da Graduação e a Semana de Recepção aos Alunos Novatos; coordenar e implementar a semana de divulgação dos cursos de graduação do CEFET-MG para a comunidade externa; buscar e manter intercâmbio com instituições públicas e privadas que atuam na área de ensino; representar a Instituição junto a órgãos, instituições e comunidade externa, por delegação do Diretor de Graduação ou no âmbito de sua competência.	Eugênia Oliveira Pinto Elisângela Miranda Pereira	Técnica em Assuntos Educacionais Técnica em Assuntos Educacionais	De 21/06/2011 a 10/03/2016 A partir de 16/03/2016
COORDENAÇÃO GERAL DE DESENVOLVIMENTO E ACOMPANHAMENTO	Unidade organizacional responsável por planejar, organizar, orientar e acompanhar os trabalhos de desenvolvimento dos cursos de Graduação. Compete ao Coordenador Geral de Desenvolvimento e Acompanhamento da Graduação orientar e supervisionar a elaboração do projeto de implantação de novos cursos de graduação; promover o aprimoramento dos Projetos Político-pedagógicos dos atuais cursos de graduação, adequando-os à legislação vigente, às vocações institucionais e às demandas societárias; propor diretrizes para elaboração dos projetos pedagógicos dos cursos de graduação.	Nilza Helena de Oliveira	Pedagoga	Desde 10/08/2010
COORDENAÇÃO GERAL DE DESENVOLVIMENTO E ACOMPANHAMENTO	Supervisionar o lançamento das alterações, reformas e ajustes dos currículos dos cursos da CEFET-MG no sistema acadêmico; supervisionar o processo de sistematização e atualização dos planos de ensino dos cursos de graduação; fomentar a interdisciplinaridade e a multidisciplinaridade nas atividades de ensino; fazer o levantamento das vagas remanescentes; supervisionar a elaboração do Edital de Vagas Remanescentes; propor normas e procedimentos, no âmbito da Diretoria de Graduação, para o acompanhamento e avaliação das disciplinas ofertadas pelos cursos de graduação; representar a Instituição junto a órgãos, instituições e comunidade externa, por delegação do Diretor de Graduação ou no âmbito de sua competência.	Nilza Helena de Oliveira	Pedagoga	Desde 10/08/2010

COORDENAÇÃO GERAL DE AVALIAÇÃO DE ENSINO	Unidade organizacional responsável por planejar, organizar, orientar e acompanhar os trabalhos de avaliação dos cursos de Graduação. Compete ao Coordenador Geral de Avaliação de Ensino da Graduação acompanhar a legislação e os processos de Autorização de Cursos, Renovação de Reconhecimento e pedido de Reconhecimento; propor normas e procedimentos, no âmbito da Diretoria de Graduação, para a avaliação dos cursos de graduação; atender o público interno e externo em assuntos relacionados com avaliação dos cursos; analisar e trabalhar os resultados da avaliação disponíveis no Sistema Acadêmico e disponibilizados pela Comissão Permanente de Avaliação - CPA; acompanhar o trabalho da Comissão Permanente de Avaliação - CPA;	Daisy Cristina de Oliveira Morais	Técnico de Laboratório	Desde 12/02/2015
PROCURADORA EDUCACIONAL INSTITUCIONAL	É o responsável pelas respectivas informações no Cadastro e-MEC e nos processos regulatórios correspondentes, bem como pelos elementos de avaliação, incluídas as informações necessárias à realização do ENADE.	Daisy Cristina de Oliveira Morais	Técnico de Laboratório	Desde 16/07/2014
COORDENAÇÃO GERAL DE AVALIAÇÃO DE ENSINO	Assessorar os cursos de graduação nas atividades referentes ao Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes – ENADE e à avaliação dos cursos de graduação do CEFET-MG; assessorar os órgãos colegiados nas deliberações sobre as políticas de avaliação da graduação; sistematizar a coleta de dados institucionais e atividades de graduação para o envio de informações para o MEC; sistematizar dados, experiências e informações relativas ao processo de avaliação dos cursos da graduação, levando em conta objetivos e características da Instituição e da sociedade em que se insere; representar a Instituição junto a órgãos, instituições e comunidade externa, por delegação do Diretor de Graduação ou no âmbito de sua competência.	Daisy Cristina de Oliveira Morais	Técnico de Laboratório	Desde 12/02/2015
ESTAGIÁRIOS	Auxílio das demandas administrativas da Diretoria de Graduação, na execução de tarefas como, formulação de despachos de documentos e de materiais; digitação e organização de documentos; atualização de informações nas páginas eletrônicas da Diretoria; bem como em trabalhos que exigem conhecimento e fluência em Língua Inglesa.	Marcela Cristina Costa Branco Verônica A. Cunha Campos Isabella de Sá Fortes Amaro Michele Stéfane Oliveira Yamoni Marques Gomes	Discentes	De 10/08/2015 a 01/03/2016 De 10/08/2015 a 01/04/2016 De 01/03/2016 a 11/08/2016 De 28/04/2016 a 17/10/2016 A partir de 29/08/2016

Administração Belo Horizonte	I – Convocar e presidir as reuniões do Colegiado de Curso de Graduação; II – Cumprir e fazer cumprir, no âmbito de sua competência, as determinações contidas no Estatuto, no Regimento Geral, bem como as normas editadas pelos Órgãos Colegiados Superiores, pelos Órgãos Colegiados Especializados e pelo Colegiado de Curso de Graduação; III – Tomar decisões ad referendum do Colegiado de Curso, em situações de emergência; IV – Apoiar, coordenar e supervisionar a realização das atividades administrativas e acadêmicas do Curso; V – Encaminhar aos órgãos competentes as propostas e solicitações que dependerem de aprovação dos mesmos; VI – Acompanhar e tomar as medidas necessárias para assegurar a elaboração e posterior encaminhamento às instâncias competentes, do relatório de atividades acadêmicas do Curso; VII – Remeter à Diretoria de Graduação os relatórios e informações sobre as atividades do Curso, de acordo com as instruções daquele órgão; VIII – Tornar públicas as deliberações e resoluções emanadas pelo Colegiado de Curso, os relatórios de acompanhamento e avaliação emitidos por órgãos externos e demais informações relativas ao Curso de Graduação; IX – Supervisionar as atividades relativas ao registro e controle acadêmico dos alunos do Curso de Graduação; X – Tomar as providências necessárias para a recomposição do Colegiado de Curso; XI – Propor à Diretoria da Unidade e/ou Diretoria de Graduação medidas necessárias ao bom desenvolvimento do Curso; XII – Representar o Colegiado de Curso de Graduação perante órgãos internos e externos ao CEFET-MG; XIII – Exercer outras atribuições explicitamente delegadas pelo Colegiado de Curso de Graduação ou por outros órgãos e instâncias competentes.	Ítalo Brener de Carvalho	Docente	De 13/03/2014 a 07/07/2016
		Vera de Sales Marques		A partir de 07/07/2016
Engenharia Ambiental e Sanitária - Belo Horizonte		Wagner Guadagnin Moravia	Docente	De 29/04/2014 a 01/07/2016
		Frederico Keizo Odan		A partir de 01/07/2016
Engenharia de Automação Industrial - Araxá		Renata Calciolari	Docente	A partir de 17/12/2015
Engenharia Civil - Curvelo		Lourdiane Gontijo das Mercês Gonzaga	Docente	De 29/07/2012 a 19/05/2016
		Geraldo Magela Damasceno		A partir de 08/09/2016
Engenharia Civil - Varginha		Paulo César Mappa	Docente	De 07/10/2014 a 19/05/2016
		Aellington Freire de Araújo		A partir de 03/06/2016
Engenharia de Computação - Belo Horizonte		Kecia Aline Marques Ferreira	Docente	Desde 11/11/2015
Engenharia de Computação - Timóteo		Elder de Oliveira Rodrigues	Docente	De 08/11/2013 a 21/01/2016
		Odilon Correa da Silva		A partir de 21/01/2016
Engenharia de Controle e Automação - Leopoldina		Fabiano Drumond Chaves	Docente	De 29/05/2013 a 04/04/2016
		Olga Moraes Toledo		A partir de 04/04/2016
Engenharia Elétrica - Belo Horizonte		José Hissa Ferreira	Docente	Desde 07/07/2015
Engenharia Elétrica - Nepomuceno		Reginaldo Barbosa Fernandes	Docente	De 29/09/2014 a 23/05/2016
		Cintia Ribeiro Andrade		De 08/07/2016 a 23/09/2016
		Rodrigo de Sousa e Silva		A partir de 23/09/2016
Engenharia de Materiais - Belo Horizonte		Rachel Mary Osthues	Docente	De 10/06/2015 a 22/11/2016
		Luciana Alvarenga Santos		A partir de 22/11/2016
Engenharia Mecânica - Belo Horizonte	Alexandre Zanni Hubinger	Docente	De 19/03/2014 a 09/03/2016	
	Cristina Almeida Magalhães		A partir de 09/03/2016	
Engenharia Mecatrônica - Divinópolis	Lúcio Flávio Santos Patrício	Docente	Desde 20/04/2015	
Engenharia de Minas - Araxá	Hildor José Seer	Docente	Desde 16/09/2016	
Engenharia de Produção Civil - Belo Horizonte	Peter Ludvig	Docente	De 29/09/2015 a 06/04/2016	
	Daniela Matschulat Ely		A partir de 06/04/2016	

Engenharia de Transportes - Belo Horizonte	Guilherme de Castro Leiva Renata Lúcia Magalhães de Oliveira Mário de Souza Silva	Docente	De 03/10/2014 a 29/02/2016 De 29/02/2016 a 13/10/2016 A partir de 13/10/2016
Letras - Belo Horizonte	Patrícia Rodrigues Tanuri Baptista	Docente	Desde 17/03/2015
Programa Especial de Formação Pedagógico de Docentes	Maria Aparecida da Silva	Docente	De 18/08/2015 a 26/10/2016
Química Tecnológica - Belo Horizonte	Patrícia Sueli de Rezende Márcio Silva Basílio	Docente	De 13/05/2014 a 07/07/2016 A partir de 07/07/2016

FONTE: DIRGRAD

Competências especificadas de acordo com as seguintes legislações:

- Anexo à Resolução CD-049/12, de 3 de setembro de 2012;
- atribuições da Diretoria de Graduação;
- Art. 61-E da Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007;
- planos de estágios da Diretoria de Graduação;
- artigo 5º da Resolução CEPE-21/09, de 9 de julho de 2009.

QUADRO 2.2 – Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas da DIRETORIA DE EXTENSÃO E DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO – ano de 2016

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
Coordenação Geral de Programas de Extensão e Desenvolvimento Comunitário	Fomentar e desenvolver estruturas facilitadoras, capazes de ampliar a quantidade, a qualidade e a repercussão das ações de extensão.	Denise Brait Carneiro Fabotti	Coordenadora Geral	Janeiro-Dezembro
Coordenação Geral de Atividades Culturais	Fomentar, ampliar e qualificar as ações artístico-culturais nos campi da instituição, em relação ao seu significado para os públicos interno e externo e à discussão de elementos para uma política institucional de arte e cultura para o CEFET-MG.	Ailton Vitor Guimarães	Coordenador Geral	Abril-Dezembro
Coordenação Geral de Relações Étnico-raciais, Inclusão e Diversidade	Articular, promover e consolidar as políticas e ações de inclusão, permanência, afirmação e equidade. Tem como órgãos acessórios o Núcleo de Pesquisa e Estudos Afro-Brasileiros (NEAB), o Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE) e o Núcleo de Estudos de Gênero e Diversidades (NEGED)	Silvani dos Santos Valentim	Coordenadora Geral	Janeiro-Dezembro
Coordenação Geral de Transferência de Tecnologia Órgão Complementar: Nascente Incubadora de Empresas	Gerenciar a política de empreendedorismo e inovação tecnológica, favorecendo o desenvolvimento de empresas, produtos e tecnologias aplicadas. Apoiar o empreendedorismo e o desenvolvimento de projetos tecnológicos, oferecer suporte o necessário e capacitar os empreendedores, tendo em vista a introdução de novos produtos, processos e serviços no mercado. Implantar política de capacitação dos empreendedores residentes, por intermédio de mentorias especializadas relacionadas à gestão organizacional, além do suporte tecnológico.	Ronaldo Ferreira Machado	Coordenador Geral	Janeiro-Dezembro

FONTE: DEDC

A Diretoria de Educação Profissional e Tecnológica é a unidade organizacional que supervisiona, coordena e planeja as atividades e as Políticas Institucionais de Educação Profissional e Técnica de Nível Médio – EPTNM – no âmbito da Instituição, competindo-lhe, para esse fim, implementar as deliberações do Conselho da Educação Profissional e Tecnológica (CEPT) e dos Conselhos Superiores.

QUADRO 2.2 – Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas da DIRETORIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA – ANO DE 2016

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
DIRETORIA	<p>Compete ao Diretor da EPT:</p> <p>a) implementar e desenvolver a política educacional e administrativa da Instituição, no que concerne a EPTNM, de acordo com as deliberações estabelecidas pelos Conselhos Superiores e pelo CEPT;</p> <p>b) promover a integração de políticas de atuação da EPTNM com os demais níveis de ensino e instâncias do CEFET-MG;</p> <p>c) articular e integrar as propostas de política de atuação da EPTNM com as políticas públicas educacionais em nível nacional;</p> <p>d) coordenar, supervisionar e fiscalizar as atividades da EPTNM na Instituição;</p> <p>e) representar o CEFET-MG no âmbito da EPT;</p> <p>f) apresentar, anualmente ao CEPT e ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CEPE, o programa de trabalho, o orçamento, o relatório e a prestação de contas de sua gestão;</p> <p>g) propor, anualmente, ao Conselho de Planejamento e Gestão, depois de aprovadas no CEPT, as diretrizes para elaboração do orçamento da Instituição, bem como as prioridades para a aplicação dos recursos, no que concerne à EPT;</p> <p>h) propor ao CEPE as diretrizes e ações de suporte administrativo às atividades acadêmicas da EPTNM;</p> <p>i) presidir as reuniões do CEPT, nos termos do Estatuto, Regimento Geral e Regulamento dos Órgãos Colegiados do CEFET-MG;</p> <p>j) cumprir as atribuições nos termos do Regulamento do CEPT, bem como as suas deliberações no que tange as normas e diretrizes da EPTNM;</p> <p>k) coordenar o processo de contratação e dispensa de professores substitutos e temporários;</p> <p>l) substituir o Diretor Geral em suas faltas e impedimentos, quando não estiver presente o Vice-Diretor; e substituir este, eventualmente;</p> <p>m) exercer outras atividades delegadas pelo Diretor-Geral.</p>	Carla Simone Chamon	Professora / Diretora	Desde 14/10/2015
DIRETORIA	<p>Compete ao Diretor Adjunto da EPT:</p> <p>a) assistir e/ou substituir o Diretor da EPT em suas faltas e impedimentos;</p> <p>b) auxiliar as coordenações da Diretoria de Educação Profissional e Tecnológica;</p> <p>c) colaborar no levantamento das necessidades da DEPT para elaboração orçamentária;</p> <p>d) prestar assistência, na área de EPTNM, aos setores dos campi do CEFETMG;</p> <p>e) participar das reuniões do CEPT, sem direito a voto;</p> <p>f) executar outras atividades correlatas que lhe forem atribuídas pelo Diretor de Educação Profissional e Tecnológica;</p> <p>g) representar a Instituição junto a órgãos, instituições e comunidade externa, por delegação do Diretor de EPT ou no âmbito de sua competência.</p>	Ezequiel de Souza Costa Junior	Professor/ Diretor Adjunto	Desde 14/10/2015

SECRETARIA	<p>Compete à Secretaria da EPT: secretariar a Diretoria da EPT e o CEPT; controlar o recebimento, encaminhamento e arquivamento dos expedientes; executar os trabalhos de recepção, digitação e encaminhamentos das solicitações dirigidas à DEPT; providenciar a obtenção e a conservação dos materiais permanentes e de consumo; emitir passagens e diárias além de prestar contas às unidades competentes; executar outras atividades correlatas que lhe forem atribuídas pela Diretora, Diretora Adjunta e Coordenadores Gerais.</p>	Anna Paula Martins Leite	Assistente em Administração / Secretária	Desde 04/01/2016
		Daniela Henriques Ferreira de Castro Souza	Assistente em Administração	De 01/04/2016 até 09/09/2016
ESTAGIÁRIOS	<p>Responsáveis pelo auxílio das demandas administrativas da Diretoria da EPT, na execução de tarefas como: formulação de despachos de documentos e de materiais; digitação e organização de documentos; atualização de informações nas páginas eletrônicas da Diretoria; receber e enviar correspondências internas; fazer atendimento telefônico e auxiliar a Secretaria em suas atividades diárias.</p>	Guilherme Augusto Dias Ramalho	Discente	De 01/04/2016 até 09/09/2016
		Emmanuella Virgínia P. R. Santos	Discente	Desde 14/10/2016
COORDENAÇÃO GERAL DE AVALIAÇÃO DA EPT	<p>Compete à Coordenação Geral de Avaliação da EPT: aprimorar a política de coleta, sistematização, divulgação de informações acadêmicas dos Cursos de EPTNM; identificar o perfil acadêmico do corpo discente dos Cursos de EPTNM; sistematizar os dados constantes dos Planos de Encargos Docentes; propor normas e procedimentos, no âmbito da DEPT, para a avaliação dos Cursos de EPTNM; participar do trabalho da Comissão Permanente de Avaliação – CPA; analisar os resultados da avaliação disponíveis no Sistema Acadêmico e pela CPA, com vistas à melhoria do desempenho dos Cursos da EPTNM; organizar e realizar eventos sobre a avaliação dos Cursos de EPTNM; manter atualizados os indicadores para dar suporte na melhoria da capacidade instalada dos Cursos de EPTNM; realizar análise dos resultados do rendimento escolar (índices de retenção e evasão).</p>	Gustavo Alcântara Elias	Professor/ Coordenador	Desde 12/07/2016
		Edmilson Leite Paixão	Técnico em Assuntos Educacionais	De 01/09/2013 até 21/08/2016
COORDENAÇÃO GERAL DE DESENVOLVIMENTO E ACOMPANHAMENTO DA EPT	<p>Compete à Coordenação Geral de Desenvolvimento e Acompanhamento da EPT: acompanhar e orientar a criação de novos Cursos de EPTNM, sob as Orientações para a Elaboração dos Projetos Político-Pedagógicos; atualizar e sistematizar o desenvolvimento dos Projetos Político-Pedagógicos dos Cursos de EPTNM; propor diretrizes curriculares para elaboração dos Projetos Pedagógicos dos Cursos da EPTNM; viabilizar propostas de reestruturação das matrizes curriculares, das ementas e dos programas das disciplinas dos Cursos de EPTNM; estimular a implantação de projetos e práticas pedagógicas inovadores para os Cursos de EPTNM; organizar eventos relacionados ao planejamento, à organização e ao desenvolvimento dos Cursos de EPTNM; supervisionar o lançamento de alterações, reformas e ajustes dos currículos dos Cursos de EPTNM do CEFET-MG no sistema acadêmico; supervisionar o processo de sistematização e atualização dos Planos de Ensino dos Cursos de EPTNM; fomentar a interdisciplinaridade promovendo a integração curricular entre áreas das disciplinas de formação geral e com as disciplinas de formação específica dos Cursos Técnicos; supervisionar o processo de aquisição e doação de livros didáticos para as disciplinas dos Cursos de EPTNM; providenciar o registro dos Cursos da EPTNM nos Conselhos Profissionais.</p>	Maria Beatriz Guimarães Barbosa	Professora/ Coordenadora	Desde 21/10/2015
		Fabiana de Matos Moura	Assistente em Administração	Desde 25/08/2014

COORDENAÇÃO GERAL DE PROGRAMAS DE FOMENTO DA EPT	<p>Compete à Coordenação Geral de Programas de Fomento da EPT:</p> <ul style="list-style-type: none"> supervisionar as atividades do Estágio Curricular Obrigatório - ECO; fomentar a participação de alunos e professores em eventos que visam o desenvolvimento de projetos de iniciação científica e tecnológica; participar da coordenação e da realização da Mostra dos Cursos Técnicos, promovendo a divulgação dos cursos para a comunidade externa; acompanhar e orientar a execução orçamentária dos Jogos Intercampi da EPTNM; sistematizar informações sobre a promoção de visitas técnicas e eventos de caráter técnico-científicos; assegurar apoio às Coordenações de Cursos de EPTNM e às Coordenações de Programas de Estágio - CPEs, no que concerne à realização das atividades de Estágio Curricular Obrigatório; fomentar o processo de acompanhamento profissional de egressos dos Cursos de EPTNM, a ser realizado pelas CPEs; gerenciar o cadastramento e a atualização dos indicadores da EPTNM através do banco de dados do SISTEC e do EDUCACENSO; organizar, realizar e apoiar eventos relacionados às ações desenvolvidas pela CGPF; acompanhar a elaboração de projetos de ampliação, modernização e adequação de ambientes e laboratórios existentes, de modo a atender às demandas dos Cursos da EPTNM. 	Andrea A. Barros de Melo Bambilra	Técnica em Assuntos Educacionais / Coordenadora	Desde 07/10/2005
--	--	-----------------------------------	---	------------------

Complemento ao Organograma Funcional da DEPT: Áreas ou Subunidades estratégicas à esta diretoria

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
DEPT – Departamento de Formação Geral – Campus Araxá	Coordenar e supervisionar as atividades acadêmicas dos professores da Base Nacional Comum.	Leni Nobre de Oliveira Cláudio Pereira Lima	Chefe de Departamento de Formação Geral – Campus Araxá	Janeiro a Abril de 2016 Maio a Dezembro de 2016
DEPT – Curso Técnico em Edificações – Campus Araxá	Coordenar e supervisionar as atividades acadêmicas do Curso.	Marcela Maira Nascimento de Souza Soares	Coordenadora do Curso Técnico em Edificações – Campus Araxá	Janeiro a Dezembro de 2016
DEPT – Curso Técnico em Eletrônica – Campus Araxá	Coordenar e supervisionar as atividades acadêmicas do Curso.	Herbert Radispiel Filho	Coordenador do Curso Técnico em Eletrônica – Campus Araxá	Janeiro a Dezembro de 2016
DEPT – Curso Técnico em Mecânica – Campus Araxá	Coordenar e supervisionar as atividades acadêmicas do Curso.	Glaydson Keller de Almeida Ferreira	Coordenador do Curso Técnico em Mecânica – Campus Araxá	Janeiro a Dezembro de 2016
DEPT – Curso Técnico em Mineração – Campus Araxá	Coordenar e supervisionar as atividades acadêmicas do Curso.	Silvânia Alves Braga	Coordenadora do Curso Técnico em Mineração – Campus Araxá	Janeiro a Dezembro de 2016
DEPT – Curso Técnico em Edificações – Campus II – Belo Horizonte	Coordenar e supervisionar as atividades acadêmicas do Curso.	Adalberto Costa Ottoni	Coordenador do Curso Técnico em Edificações – Campus II – Belo Horizonte	Janeiro a Dezembro de 2016
DEPT – Curso Técnico em Eletromecânica – Campus I – Belo Horizonte	Coordenar e supervisionar as atividades acadêmicas do Curso.	Euclides Gonçalves Martins Filho	Coordenador do Curso Técnico em Eletromecânica – Campus I – Belo Horizonte	Janeiro a Dezembro de 2016
DEPT – Curso Técnico em Eletrônica – Campus I – Belo Horizonte	Coordenar e supervisionar as atividades acadêmicas do Curso.	Daniela Legnani de Souza Wilken	Coordenadora do Curso Técnico em Eletrônica – Campus I – Belo Horizonte	Janeiro a Dezembro de 2016
DEPT – Curso Técnico em Eletrotécnica – Campus I – Belo Horizonte	Coordenar e supervisionar as atividades acadêmicas do Curso.	Trícia Zapala Rodrigues	Coordenadora do Curso Técnico em Eletrotécnica – Campus I – Belo Horizonte	Janeiro a Dezembro de 2016

DEPT – Curso Técnico em Equipamentos Biomédicos – Campus I – Belo Horizonte	Coordenar e supervisionar as atividades acadêmicas do Curso.	Gustavo Alcântara Elias Márcio Melquíades da Silva	Coordenador do Curso Técnico em Equipamentos Biomédicos – Campus I – Belo Horizonte	Janeiro a Julho de 2016 Agosto a Dezembro de 2016
DEPT – Curso Técnico em Estradas – Campus I – Belo Horizonte	Coordenar e supervisionar as atividades acadêmicas do Curso.	André Henrique Teixeira	Coordenador do Curso Técnico em Estradas – Campus I – Belo Horizonte	Janeiro a Dezembro de 2016
DEPT – Curso Técnico em Hospedagem – Campus I – Belo Horizonte	Coordenar e supervisionar as atividades acadêmicas do Curso.	Daniel Braga Hubner	Coordenador do Curso Técnico em Hospedagem – Campus I – Belo Horizonte	Janeiro a Dezembro de 2016
DEPT – Curso Técnico em Informática – Campus II – Belo Horizonte	Coordenar e supervisionar as atividades acadêmicas do Curso.	Gilmar Machado Grossi Cristiano Amaral Maffort	Coordenador do Curso Técnico em Informática – Campus II – Belo Horizonte	Janeiro a Outubro de 2016 Novembro a dezembro de 2016
DEPT – Curso Técnico em Mecânica – Campus I – Belo Horizonte	Coordenar e supervisionar as atividades acadêmicas do Curso.	Humberto Barros de Oliveira	Coordenador do Curso Técnico em Mecânica – Campus I – Belo Horizonte	Janeiro a Dezembro de 2016
DEPT – Curso Técnico em Mecatrônica – Campus I – Belo Horizonte	Coordenar e supervisionar as atividades acadêmicas do Curso.	Euclides Gonçalves Martins Filho	Coordenador do Curso Técnico em Mecatrônica – Campus I – Belo Horizonte	Janeiro a Dezembro de 2016
DEPT – Curso Técnico em Meio Ambiente – Campus I – Belo Horizonte	Coordenar e supervisionar as atividades acadêmicas do Curso.	Lívia Cristina Oliveira Lana	Coordenadora do Curso Técnico em Meio Ambiente – Campus I – Belo Horizonte	Janeiro a Dezembro de 2016
DEPT – Curso Técnico em Química – Campus I – Belo Horizonte	Coordenar e supervisionar as atividades acadêmicas do Curso.	Maria Cristina Silva Vidigal	Coordenadora do Curso Técnico em Química – Campus I – Belo Horizonte	Janeiro a Dezembro de 2016
DEPT – Curso Técnico em Redes de Computadores – Campus II – Belo Horizonte	Coordenar e supervisionar as atividades acadêmicas do Curso.	Gilmar Machado Grossi Cristiano Amaral Maffort	Coordenador do Curso Técnico em Redes de Computadores – Campus II – Belo Horizonte	Janeiro a Outubro de 2016 Novembro a dezembro de 2016
DEPT – Curso Técnico em Trânsito – Campus I – Belo Horizonte	Coordenar e supervisionar as atividades acadêmicas do Curso.	José Elievam Bessa Junior Marcelo Tuler de Oliveira	Coordenador do Curso Técnico em Trânsito – Campus I – Belo Horizonte	Janeiro a Setembro de 2016 Outubro a Dezembro de 2016
DEPT – Coordenação de Área da Base Nacional Comum – Artes – Belo Horizonte	Coordenar e supervisionar as atividades acadêmicas de área específica da Base Nacional Comum.	Cláudia Gomes França	Coordenadora de Área da Base Nacional Comum – Artes – Belo Horizonte	Janeiro a Dezembro de 2016
DEPT – Coordenação de Área da Base Nacional Comum – Ciências – Belo Horizonte	Coordenar e supervisionar as atividades acadêmicas de área específica da Base Nacional Comum.	Almir Gonçalves Vieira	Coordenador de Área da Base Nacional Comum – Ciências – Belo Horizonte	Janeiro a Dezembro de 2016
DEPT – Coordenação de Área da Base Nacional Comum – Educação Física – Belo Horizonte	Coordenar e supervisionar as atividades acadêmicas de área específica da Base Nacional Comum.	Maurício de Azevedo Couto Dalila Tâmara Benfica	Coordenadora de Área da Base Nacional Comum – Educação Física – Belo Horizonte	Janeiro a Abril de 2016 Maio a Dezembro de 2016
DEPT – Coordenação de Área da Base Nacional Comum – Filosofia – Belo Horizonte	Coordenar e supervisionar as atividades acadêmicas de área específica da Base Nacional Comum.	Milney Chasin	Coordenador de Área da Base Nacional Comum – Filosofia – Belo Horizonte	Janeiro a Dezembro de 2016
DEPT – Coordenação de Área da Base Nacional Comum – Geografia – Belo Horizonte	Coordenar e supervisionar as atividades acadêmicas de área específica da Base Nacional Comum.	Matusalém de Brito Duarte	Coordenador de Área da Base Nacional Comum – Geografia – Belo Horizonte	Janeiro a Dezembro de 2016

DEPT – Coordenação de Área da Base Nacional Comum – História – Belo Horizonte	Coordenar e supervisionar as atividades acadêmicas de área específica da Base Nacional Comum.	Margareth Cordeiro Franklin	Coordenadora de Área da Base Nacional Comum – História – Belo Horizonte	Janeiro a Dezembro de 2016
DEPT – Coordenação de Área da Base Nacional Comum – Língua Estrangeira – Belo Horizonte	Coordenar e supervisionar as atividades acadêmicas de área específica da Base Nacional Comum.	Sérgio Gartner Pais Oliveira	Coordenador de Área da Base Nacional Comum – Língua Estrangeira – Belo Horizonte	Janeiro a Dezembro de 2016
DEPT – Coordenação de Área da Base Nacional Comum – Língua Portuguesa – Belo Horizonte	Coordenar e supervisionar as atividades acadêmicas de área específica da Base Nacional Comum.	Alcione Gonçalves	Coordenadora de Área da Base Nacional Comum – Língua Portuguesa – Belo Horizonte	Janeiro a Dezembro de 2016
DEPT – Coordenação de Área da Base Nacional Comum – Matemática – Belo Horizonte	Coordenar e supervisionar as atividades acadêmicas de área específica da Base Nacional Comum.	Gilmer Jacinto Peres	Coordenador de Área da Base Nacional Comum – Matemática – Belo Horizonte	Janeiro a Abril de 2016
		Gisele Teixeira Dias Costa Pinto		Maió a Julho de 2016
		Érica Marlúcia Leite Pagani		Agosto a Dezembro de 2016
DEPT – Coordenação de Área da Base Nacional Comum – Química – Belo Horizonte	Coordenar e supervisionar as atividades acadêmicas de área específica da Base Nacional Comum.	Alexandre da Silva Ferry	Coordenador de Área da Base Nacional Comum – Química – Belo Horizonte	Janeiro a Dezembro de 2016
DEPT – Coordenação de Área da Base Nacional Comum – Sociologia – Belo Horizonte	Coordenar e supervisionar as atividades acadêmicas de área específica da Base Nacional Comum.	Flávio Luiz Teixeira de Sousa Boaventura	Coordenador de Área da Base Nacional Comum – Sociologia – Belo Horizonte	Janeiro a Dezembro de 2016
DEPT – Departamento de Formação Geral – Campus Contagem	Coordenar e supervisionar as atividades acadêmicas dos professores da Base Nacional Comum.	Gustavo Henrique Reis de Araújo Lima	Chefe de Departamento de Formação Geral – Campus Contagem	Janeiro a Dezembro de 2016
DEPT – Curso Técnico em Controle Ambiental – Campus Contagem	Coordenar e supervisionar as atividades acadêmicas do Curso.	Glenda Aparecida de Carvalho	Coordenadora do Curso Técnico em Controle Ambiental – Campus Contagem	Janeiro a Dezembro de 2016
DEPT – Curso Técnico em Eletroeletrônica – Campus Contagem	Coordenar e supervisionar as atividades acadêmicas do Curso.	Breno Andrade Castilho	Coordenadora do Curso Técnico em Eletroeletrônica – Campus Contagem	Janeiro a Dezembro de 2016
DEPT – Curso Técnico em Informática – Campus Contagem	Coordenar e supervisionar as atividades acadêmicas do Curso.	Gustavo Campos Menezes	Coordenadora do Curso Técnico em Informática – Campus Contagem	Janeiro a Dezembro de 2016
DEPT – Departamento de Formação Geral – Campus Curvelo	Coordenar e supervisionar as atividades acadêmicas dos professores da Base Nacional Comum.	Marielle Hoalle Moreira Benevides Lage	Chefe de Departamento de Formação Geral – Campus Curvelo	Janeiro a Dezembro de 2016
DEPT – Curso Técnico em Edificações – Campus Curvelo	Coordenar e supervisionar as atividades acadêmicas do Curso.	Patrícia Bhering Fialho	Coordenadora do Curso Técnico em Edificações – Campus Curvelo	Janeiro a Setembro de 2016
		Juliana Reinert		Outubro a Dezembro de 2016
DEPT – Curso Técnico em Eletrotécnica – Campus Curvelo	Coordenar e supervisionar as atividades acadêmicas do Curso.	Emanuel Philipe Pereira Soares Ramos	Coordenadora do Curso Técnico em Eletrotécnica – Campus Curvelo	Janeiro a Dezembro de 2016
DEPT – Curso Técnico em Meio Ambiente – Campus Curvelo	Coordenar e supervisionar as atividades acadêmicas do Curso.	Gretynelle Rodrigues Bahia	Coordenadora do Curso Técnico em Meio Ambiente – Campus Curvelo	Janeiro a Julho de 2016
		Fernando Antônio Vieira Rodrigues		Julho a Dezembro de 2016
DEPT – Departamento de Formação Geral – Campus Divinópolis	Coordenar e supervisionar as atividades acadêmicas dos professores da Base Nacional Comum.	Rônei Sandro Vieira	Chefe de Departamento de Formação Geral – Campus Divinópolis	Janeiro a Abril de 2016
		Leonardo Gomes Martins Coelho		Maió a Dezembro de 2016

DEPT – Curso Técnico em Eletromecânica – Campus Divinópolis	Coordenar e supervisionar as atividades acadêmicas do Curso.	Marlon Henrique Teixeira	Coordenador do Curso Técnico em Eletromecânica – Campus Divinópolis	Janeiro a Dezembro de 2016
DEPT – Curso Técnico em Informática para Internet – Campus Divinópolis	Coordenar e supervisionar as atividades acadêmicas do Curso.	Eduardo Habib Bachelane Maia	Coordenador do Curso Técnico em Informática para Internet – Campus Divinópolis	Janeiro a Dezembro de 2016
DEPT – Curso Técnico em Produção de Moda – Campus Divinópolis	Coordenar e supervisionar as atividades acadêmicas do Curso.	Maria dos Anjos Beirigo Cunha Maria de Lourdes Couto Nogueira Antônio Guimarães Campos	Coordenador do Curso Técnico em Produção de Moda – Campus Divinópolis	Janeiro a Março de 2016 Abril a Junho de 2016 Julho a Dezembro de 2016
DEPT – Departamento de Formação Geral – Campus Leopoldina	Coordenar e supervisionar as atividades acadêmicas dos professores da Base Nacional Comum.	José Eduardo Salgueiro	Chefe de Departamento de Formação Geral – Campus Leopoldina	Janeiro a Dezembro de 2016
DEPT – Curso Técnico em Eletromecânica – Campus Leopoldina	Coordenar e supervisionar as atividades acadêmicas do Curso.	José Elias de Oliveira Ricardo Ferraz Moraes Virgínia Tambasco Freire Magno Ernany Barbosa	Coordenador do Curso Técnico em Eletromecânica – Campus Leopoldina	Janeiro a Junho de 2016 Junho a Julho de 2016 Julho de 2016 a Outubro de 2016 Outubro a Dezembro de 2016
DEPT – Curso Técnico em Eletrotécnica – Campus Leopoldina	Coordenar e supervisionar as atividades acadêmicas do Curso.	Accacio Ferreira dos Santos Neto	Coordenador do Curso Técnico em Eletrotécnica – Campus Leopoldina	Janeiro a Dezembro de 2016
DEPT – Curso Técnico em Informática – Campus Leopoldina	Coordenar e supervisionar as atividades acadêmicas do Curso.	José Geraldo Ribeiro Júnior Anderson Grandi Pires	Coordenador do Curso Técnico em Informática – Campus Leopoldina	Janeiro a Abril de 2016 Maio a Dezembro de 2016
DEPT – Curso Técnico em Mecânica – Campus Leopoldina	Coordenar e supervisionar as atividades acadêmicas do Curso.	Carlos Wagner Moura e Silva	Coordenador do Curso Técnico em Mecânica – Campus Leopoldina	Janeiro a Dezembro de 2016
DEPT – Departamento de Formação Geral – Campus Nepomuceno	Coordenar e supervisionar as atividades acadêmicas dos professores da Base Nacional Comum.	Bruno Senna Corrêa	Chefe de Departamento de Formação Geral – Campus Nepomuceno	Janeiro a Dezembro de 2016
DEPT – Curso Técnico em Eletrotécnica – Campus Nepomuceno	Coordenar e supervisionar as atividades acadêmicas do Curso.	Reginaldo Barbosa Fernandes Rodrigo de Sousa e Silva Márcio Wladimir Santana	Coordenador do Curso Técnico em Eletrotécnica – Campus Nepomuceno	Janeiro a Maio de 2016 Junho a Setembro de 2016 Outubro a Dezembro de 2016
DEPT – Curso Técnico em Mecatrônica – Campus Nepomuceno	Coordenar e supervisionar as atividades acadêmicas do Curso.	Tássio Spuri Barbosa	Coordenador do Curso Técnico em Mecatrônica – Campus Nepomuceno	Janeiro a Dezembro de 2016
DEPT – Curso Técnico em Redes de Computadores – Campus Nepomuceno	Coordenar e supervisionar as atividades acadêmicas do Curso.	Cristhian Flamarion Gomes de Carvalho	Coordenador do Curso Técnico em Redes de Computadores – Campus Nepomuceno	Janeiro a Dezembro de 2016

DEPT – Departamento de Formação Geral – Campus Timóteo	Coordenar e supervisionar a atividades acadêmicas dos professores da Base Nacional Comum.	João Paulo de Castro Costa	Chefe de Departamento de Formação Geral – Campus Timóteo	Janeiro a Dezembro de 2016
DEPT – Curso Técnico em Edificações – Campus Timóteo	Coordenar e supervisionar as atividades acadêmicas do Curso.	Cristina da Rocha Alves	Coordenador do Curso Técnico em Edificações – Campus Timóteo	Janeiro a Dezembro de 2016
DEPT – Curso Técnico em Informática – Campus Timóteo	Coordenar e supervisionar as atividades acadêmicas do Curso.	Deisymar Botega Tavares Adilson Mendes Ricardo	Coordenador do Curso Técnico em Informática – Campus Timóteo	Janeiro a Junho de 2016 Julho a Dezembro de 2016
DEPT – Curso Técnico em Metalurgia – Campus Timóteo	Coordenar e supervisionar as atividades acadêmicas do Curso.	Carlos Frederico Campos de Assis	Coordenador do Curso Técnico em Metalurgia – Campus Timóteo	Janeiro a Dezembro de 2016
DEPT – Curso Técnico em Química – Campus Timóteo	Coordenar e supervisionar as atividades acadêmicas do Curso.	Armin Franz Isenmann	Coordenador do Curso Técnico em Química – Campus Timóteo	Janeiro a Dezembro de 2016
DEPT – Curso Técnico em Edificações – Campus Varginha	Coordenar e supervisionar as atividades acadêmicas do Curso.	André Rodrigues Monticeli Hércules Alfredo Batista Alves	Chefe de Departamento de Formação Geral – Campus Varginha	Janeiro a Junho de 2016 Julho a Dezembro de 2016
DEPT – Curso Técnico em Informática – Campus Varginha	Coordenar e supervisionar as atividades acadêmicas do Curso.	Mário de Souza Silva Luciana Alvarenga Santos	Coordenador do Curso Técnico em Edificações – Campus Varginha	Janeiro a Junho de 2016 Julho a Dezembro de 2016
DEPT – Curso Técnico em Mecatrônica – Campus Varginha	Coordenar e supervisionar as atividades acadêmicas do Curso.	Herbert Rausch Weider Pereira Rodrigues	Coordenador do Curso Técnico em Informática – Campus Varginha	Janeiro a Setembro de 2016 Outubro a Dezembro de 2016
DEPT – Curso Técnico em Mecatrônica – Campus Varginha	Coordenar e supervisionar as atividades acadêmicas do Curso.	Wanderley Xavier Pereira	Coordenador do Curso Técnico em Mecatrônica – Campus Varginha	Janeiro a Dezembro de 2016
DEPT – Coordenação Geral da Rede E-TEC – Campus VI – Belo Horizonte	Coordenar e supervisionar as atividades acadêmicas da Rede E-TEC.	José Wilson da Costa	Coordenador Geral da Rede E-TEC – Campus VI – Belo Horizonte	Janeiro a Dezembro de 2016
DEPT – Coordenação de Eletroeletrônica da Rede E-TEC – Campus VI – Belo Horizonte	Coordenar e supervisionar as atividades acadêmicas do Curso.	Rodrigo de Oliveira Pedrosa	Coordenador de Eletroeletrônica da Rede E-TEC – Campus VI – Belo Horizonte	Janeiro a Dezembro de 2016
DEPT – Coordenação de Meio Ambiente da Rede E-TEC – Campus VI – Belo Horizonte	Coordenar e supervisionar as atividades acadêmicas do Curso.	Gilberto Cifuentes Dias de Araújo	Coordenador de Meio Ambiente da Rede E-TEC – Campus VI – Belo Horizonte	Janeiro a Dezembro de 2016
DEPT – Coordenação de Informática para Internet da Rede E-TEC – Campus VI – Belo Horizonte	Coordenar e supervisionar as atividades acadêmicas do Curso.	William Geraldo Sallum	Coordenador de Informática para Internet da Rede E-TEC – Campus VI – Belo Horizonte	Janeiro a Dezembro de 2016
DEPT – Coordenação do Pólo da Rede E-TEC – Campus Nepomuceno	Realizar atendimento presencial para os alunos da Rede E-TEC.	Bruno Senna Corrêa	Coordenador do Pólo da Rede E-TEC – Campus Nepomuceno	Janeiro a Dezembro de 2016
DEPT – Coordenação do Pólo da Rede E-TEC – Campus Curvelo	Realizar atendimento presencial para os alunos da Rede E-TEC.	Paulo Afonso de Miranda	Coordenador do Pólo da Rede E-TEC – Campus Curvelo	Janeiro a Dezembro de 2016

DEPT – Coordenação do Pólo da Rede E-TEC – Campus Timóteo	Realizar atendimento presencial para os alunos da Rede E-TEC.	Regina Alves de Assis Macedo	Coordenador do Pólo da Rede E-TEC – Campus Timóteo	Janeiro a Dezembro de 2016
---	---	------------------------------	--	----------------------------

Fonte: DEPT

QUADRO 2.2 - Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas da DIRETORIA DE EXTENSÃO E DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO – ANO DE 2016

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
Coordenação Geral de Programas de Extensão e Desenvolvimento Comunitário	Fomentar e desenvolver estruturas facilitadoras, capazes de ampliar a quantidade, a qualidade e a repercussão das ações de extensão.	Denise Brait Carneiro Fabotti	Coordenadora Geral	Janeiro-Dezembro
Coordenação Geral de Atividades Culturais	Fomentar, ampliar e qualificar as ações artístico-culturais nos campi da instituição, em relação ao seu significado para os públicos interno e externo e à discussão de elementos para uma política institucional de arte e cultura para o CEFET-MG.	Ailton Vitor Guimarães	Coordenador Geral	Abril-Dezembro
Coordenação Geral de Relações Étnico-raciais, Inclusão e Diversidade	Articular, promover e consolidar as políticas e ações de inclusão, permanência, afirmação e equidade. Tem como órgãos acessórios o Núcleo de Pesquisa e Estudos Afro-Brasileiros (NEAB), o Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE) e o Núcleo de Estudos de Gênero e Diversidades (NEGED)	Silvani dos Santos Valentim	Coordenadora Geral	Janeiro-Dezembro
Coordenação Geral de Transferência de Tecnologia Órgão Complementar: Nascente Incubadora de Empresas	Gerenciar a política de empreendedorismo e inovação tecnológica, favorecendo o desenvolvimento de empresas, produtos e tecnologias aplicadas. Apoiar o empreendedorismo e o desenvolvimento de projetos tecnológicos, oferecer suporte o necessário e capacitar os empreendedores, tendo em vista a introdução de novos produtos, processos e serviços no mercado. Implantar política de capacitação dos empreendedores residentes, por intermédio de mentorias especializadas relacionadas à gestão organizacional, além do suporte tecnológico.	Ronaldo Ferreira Machado	Coordenador Geral	Janeiro-Dezembro

Fonte: DEDC

2.5 Macroprocessos Finalísticos

A seguir são mostrados os macroprocessos finalísticos do CEFET-MG com vigência no ano de 2016.

1. ENSINO

Unidades Responsáveis	
Diretoria de Educação Profissional e Tecnológica (DEPT) Diretoria de Graduação (DIRGRAD) Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação (DPPG)	
Descrição	
O macroprocesso de Ensino tem como propósito promover a formação de discentes no ensino de nível médio, de graduação e de pós-graduação. O macroprocesso de Ensino é desdobrado em: planejamento, seleção, ingresso, vida acadêmica e diplomação. O planejamento do ensino desmembra-se em ações voltadas ao ensino técnico de nível médio, à graduação e à pós-graduação. Quanto ao ensino técnico de nível médio e à graduação, as ações envolvem: elaboração de projetos pedagógicos; acompanhamento, avaliação e fomento dos cursos; elaboração do calendário letivo; alocação de espaço físico para as aulas; previsão de quadro docente; implementação de políticas de apoio e inovação do ensino; provisão de recursos bibliográficos de qualidade; elaboração de marcos regulatórios; Em relação à pós-graduação, existe o apoio aos programas de pós-graduação; aprovação da criação de novos programas; apoio para aumento de qualidade dos programas. A seleção para o ingresso no CEFET-MG é realizada em conformidade com o número de vagas ofertadas, respeitando a normatização federal e a regulamentação da instituição. O ingresso se formaliza com a matrícula do discente selecionado, no período estabelecido no calendário acadêmico. A vida acadêmica refere-se à matrícula na série quando se trata de discentes de cursos técnicos de nível médio e em disciplinas/ períodos quando se trata de alunos da graduação e da pós-graduação. Refere-se ainda à realização de aulas práticas e teóricas pelos discentes, tanto em disciplinas obrigatórias quanto em optativas, além da participação em atividades de monitoria, tutoria, ações de extensão, eventos científicos, entre outras desenvolvidas pela comunidade acadêmica. A diplomação corresponde ao fim do ciclo de estudos por meio da colação de grau para o discente técnico de nível médio e de graduação, habilitando-o para o exercício profissional. Ao discente de pós-graduação, após o cumprimento dos créditos exigidos e da defesa da dissertação ou tese, a diplomação corresponde à obtenção do título mestre ou doutor, respectivamente.	
Produtos/Serviços	
Formação de cidadãos socialmente responsáveis, técnicos, graduados e pós-graduados habilitados para o exercício profissional em empresas e ambientes acadêmicos.	
Fornecedores/Parceiros	Clientes/Beneficiários
COPEVE, Diretorias; Secretaria de Registro e Controle Acadêmico, Departamentos Acadêmicos e Coordenações de Cursos	Comunidade acadêmica, instituições e sociedade.

Fonte: DEPT, DIRGRAD e DPPG.

Quadro 1 – Processos Educação Profissional Técnica de Nível Médio

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Desenvolvimento e acompanhamento dos cursos	Criação e revisão de marcos regulatórios, aprovação de projetos e programas relativos à EPTNM	Normas Acadêmicas, Regulamento de Estágio Supervisionado, Projetos Pedagógicos de Curso, Portarias e Resoluções.	Coordenadores, professores e alunos da EPTNM.	Conselho de Educação Profissional e Tecnológica (CEPT) Diretoria de Educação Profissional e Tecnológica (DEPT)
	Formação de alunos dos cursos da EPTNM	Seminários de Conclusão de Cursos Técnicos (SECLEPT) e Colações de Grau	Alunos dos Cursos da EPTNM	Coordenação Geral de Desenvolvimento e Acompanhamento da DEPT em atuação conjunta com as Coordenações de Curso, Setores de Estágio.
	Padronização dos Projetos Pedagógicos de Cursos (PPC's)	Padronização de Projetos Pedagógicos de Cursos novos, ajustes em Projetos existentes e nas matrizes curriculares, programas unificados de conteúdos da BNCC	Coordenadores, professores e alunos da EPTNM.	Coordenação Geral de Desenvolvimento e Acompanhamento da DEPT em atuação conjunta com as Coordenações de Curso e de Área
	Formação docente	Seminários/workshops realizados da EPTNM, Fórum de Coordenadores de Curso	Coordenadores e professores da EPTNM.	Coordenação Geral de Desenvolvimento e Acompanhamento da DEPT em atuação conjunta com as Coordenações de Curso e Pedagógica

Desenvolvimento e acompanhamento dos cursos	Melhoria na qualidade da EPTNM	Adequação do Acervo Bibliográfico e dos Laboratórios	Coordenadores, professores e alunos da EPTNM	Coordenação Geral de Desenvolvimento e Acompanhamento da DEPT em atuação conjunta com as Coordenações de Curso e Bibliotecas
Fomento dos cursos	Eventos de fomento aplicados à pesquisa da formação técnico-tecnológica	Mostra Específica de Trabalhos e Aplicações(META); Semana de Ciência e Tecnologia – C&T.	Alunos dos Cursos da EPTNM, sociedade	Coordenação Geral de Fomento da DEPT em atuação conjunta com as Coordenações de Curso e DPPG
	Divulgação dos cursos	Mostra de Cursos Técnicos	Sociedade	Coordenação Geral de Fomento da DEPT em ação conjunta com Coordenações de Curso
	Participação em eventos nacionais e internacionais de caráter tecnológico com apoio discente	Olimpíadas de conhecimento, Feiras tecnológicas (FEBRACE, MOSTRATEC, Rede POP), entre outras	Alunos dos Cursos da EPTNM	Coordenação Geral de Fomento da DEPT
	Atividades de ampliação do processo educativo	Jogos Esportivos internos e externos; rede de contato de egressos	Alunos dos Cursos da EPTNM	Coordenação Geral de Fomento da DEPT
Avaliação dos cursos	Atuação conjunta com a Comissão Permanente de Avaliação – CPA	Relatórios Institucionais Anuais	Cursos da EPTNM	Coordenação Geral de Avaliação da DEPT em atuação conjunta com CPA
	Análise dos resultados do Seminário de Conclusão de Cursos - SECLEPT	Relatórios Institucionais Anuais	Cursos da EPTNM	Coordenação Geral de Avaliação da DEPT em atuação conjunta com Setor de Estágio
	Levantamento e análise dos resultados do rendimento escolar	Relatórios de avaliação dos resultados e detecção de tendências	Cursos da EPTNM	Coordenação Geral de Avaliação da DEPT

Fonte: DEPT

Quadro 2 – Processos Graduação

Processos	Políticas	Descrição	Produtos e Serviços	Principal Público-Alvo	Subunidades Responsáveis	
Fomento dos cursos	Mobilidade	Gestão dos programas de mobilidade estudantil Internacional (Ciência sem fronteiras)	Finalização do acompanhamento dos 113 alunos durante o intercâmbio no Programa Ciência sem Fronteiras.	Alunos de graduação		
	Participação em eventos	Fomento e gestão dos programas de apoio à participação em eventos	180 alunos contemplados com bolsa de apoio discente para participação em Congresso, Seminários e afins.	Alunos de graduação	DIRGRAD, DPPG, DEPT, DPG.	
	Organização de eventos da graduação	Encontro de professores para discussão do acesso e da permanência no ensino de graduação, com destaque para a discussão do ensino de matemática nos cursos superiores do CEFET-MG	Seminário de Graduação	Professores da graduação	DIRGRAD/CGDAG	
	Divulgação dos cursos de Graduação para a sociedade	Organização de mostras e palestras sobre a graduação; Mostra de Graduação virtual permanente	Duas palestras e mostras realizadas em escolas particulares, sobre os cursos de graduação, para alunos do Ensino Médio; Mostra de cursos, realizada no CEFET-MG, em parceria com a Diretoria de Educação Profissional e Tecnológica e a Diretoria de Pós-Graduação e Pesquisa.	Comunidade externa	DIRGRAD/CGPFG	
	Programa de Educação Tutorial		Gestão do Programa de Educação Tutorial do Governo Federal/MEC.	1 projeto PET-MEC em andamento	Alunos e professores da graduação	DIRGRAD/CGPFG
			Gestão do Programa de Educação Tutorial Institucional.	8 projetos PET-Institucional em andamento Realização do I Interpet envolvendo todas as unidades do CEFET-MG	Alunos e professores da graduação	DIRGRAD/CGPFG

Processos	Políticas	Descrição	Produtos e Serviços	Principal Público-Alvo	Subunidades Responsáveis
Desenvolvimento e acompanhamento dos cursos	Acervo bibliográfico dos cursos de graduação	Gestão da aquisição de novos livros com recursos institucionais	Atualização permanente do acervo bibliográfico totalizando, dos 140394 exemplares da Instituição, 138.076 em campi com curso de Graduação.	Alunos e professores	Biblioteca Central e DIRGRAD
	Acompanhamento pedagógico	Acompanhamento pedagógico de discentes, por meio do programa de monitoria e atendimentos individuais. Bolsas de monitoria, por meio de recursos institucionais.	Aumento do número de bolsas de monitoria para 191 (cento e noventa e uma).	Alunos de graduação	DIRGRAD/CGDAG
	Gestão de Ensino de Graduação	Acompanhamento contínuo da Graduação	Produção do calendário, alterações no Q-Acadêmico, colação de grau e outras atividades afins; 5045 alunos matriculados no 2º/2016; 1482 alunos ingressantes no ano de 2016; 493 alunos concluintes no ano de 2016*.	Professores e alunos de graduação	DIRGRAD
	Marcos regulatórios	Formulação e reestruturação dos regulamentos da Graduação	Alteração de normas da Graduação (Monitoria, planos de ensino, matrícula excepcional de alunos). Seleção de 3 grupos do Programa Institucional de Educação Tutorial do CEFET-MG.	Professores, coordenadores de curso e alunos de graduação	DIRGRAD
	Quadro de pessoal para a Graduação	Realização de processos simplificados para contratação de professor temporário/substituto	Contratação de 33 professores substitutos e/ou temporários, por meio de processos simplificado de contratação.	Alunos de graduação	DIRGRAD
Avaliação dos cursos	Avaliação dos cursos de Graduação	Acompanhamento da avaliação, autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento dos cursos de graduação	Acompanhamento das diligências realizadas no Sistema e-MEC para os cursos de Engenharia Civil de Varginha e de Curvelo. Preenchimento do 1º e 2º Formulário Eletrônico, no Sistema e-MEC para o Reconhecimento do Curso de Engenharia Civil (Curvelo). Preenchimento do 2º Formulário Eletrônico, no Sistema e-MEC para a Renovação de Reconhecimento do Curso Programa Especial de Formação Pedagógica de Docentes (BH). Acompanhamento da visita in loco para o reconhecimento do curso de Engenharia de Minas (Araxá). Acompanhamento dos cursos visando melhorias nos processos de avaliação e do ENADE.	Alunos e professores de graduação	DIRGRAD/CGACG

Fonte: DIRGRAD.

CGPFG – Coordenação Geral de Programas de Fomento à Graduação

CGDAG – Coordenação Geral de Desenvolvimento e Acompanhamento da Graduação

CGACG – Coordenação Geral de Avaliação dos Cursos de Graduação

Nota: (*) Os números referentes a alunos concluintes em 2016 considera prováveis formandos, já que o semestre 2016/2 não se encerrou, em razão da greve de docentes e servidores técnico-administrativos ocorrida no final de 2016.

Quadro 3 – Processos Pós-Graduação

Processos	Políticas	Descrição	Produtos e Serviços	Principal Público-Alvo	Subunidades Responsáveis
Fomento	Fomento para bolsas	Pagamento de bolsas nos três níveis da instituição (iniciação científica júnior, iniciação científica, mestrado e doutorado) através de recursos institucionais e em parcerias com agências de fomento.	Bolsas de iniciação científica júnior, iniciação científica, mestrado e doutorado com recursos institucionais e de agências de fomento. CAPES (Demanda Social): bolsas de mestrado e doutorado. FAPEMIG e CNPq: bolsas de iniciação científica júnior, iniciação científica, mestrado e doutorado.	Alunos do CEFET-MG e de instituições parceiras	DPPG / Coordenação de Fomento
	Fomento para acesso de recurso bibliográfico de qualidade	Disponibilização de recursos para aquisição de livros didáticos e de pesquisa, acessíveis a todos os alunos, docentes e demais servidores da instituição.	Fomento à aquisição de base de dados digitais (Livros Digitais) e de livros para a pós graduação e a pesquisa com recursos institucionais e de agências de fomento.	Alunos e pesquisadores do CEFET-MG	Biblioteca do CEFET-MG, Fundação CEFETMINAS e DPPG / Coordenação de Fomento.

Fonte: DPPG

2. PESQUISA

Unidades Responsáveis	
Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação (DPPG)	
Descrição	
<p>O macroprocesso de Pesquisa tem como propósito produzir, criticar e difundir conhecimentos culturais, artísticos, científicos, tecnológicos e de inovação, associando-se ao ensino e à extensão por meio de projetos desenvolvidos. A publicação dos resultados dos projetos de pesquisa ocorre sob a forma de diversos produtos, tais como: artigos científicos em periódicos, patentes, formação de pessoal, entre outros.</p> <p>A execução e análise dos resultados ocorrem pelos alunos e pesquisadores no âmbito dos Programas de Pós-Graduação e Departamentos Acadêmicos. O acompanhamento das atividades é realizada pelo Conselho de Pesquisa e Pós-Graduação (CPPG), responsável por deliberar e normatizar</p> <p>Os projetos de pesquisa são concretizados mediante atividades de: planejamento; avaliação de mérito; aprovação, execução, análise e publicação de resultados.</p> <p>As demais ações envolvem: fomento às atividades de pesquisa; alocação de espaços adequados; implementação de políticas de apoio à participação em eventos científicos; apoio à publicação dos resultados da pesquisa.</p>	
Produtos/Serviços	
Produção e disseminação de conhecimento por meio de teses, dissertações, artigos, patentes, exposição em eventos e entregas específicas.	
Fornecedores/Parceiros	Clientes/Beneficiários
Diretorias; Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES); Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq); Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP); Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG); Departamentos Acadêmicos; Programas de Pós-Graduação.	Comunidade acadêmica, instituições, órgãos de fomento e sociedade.

Fonte: DPPG.

Quadro 4 – Processos Pesquisa

Processos	Políticas	Descrição	Produtos e Serviços	Principal Público-Alvo	Subunidades Responsáveis
Fomento	Fomento para projetos de pesquisa	Recurso para apoio ao desenvolvimento de projetos de pesquisa através de recursos institucionais ou de parcerias com órgãos de fomento (CNPq, CAPES, FAPEMIG, FINEP).	Recursos institucionais: PROPESQ (Programa Institucional de Fomento à Pesquisa); PROMEQ (Programa Institucional de Melhoria Qualitativa da Produção Científica); PROIP (Programa Institucional de Incentivo à Produção Científica e Tecnológica). Recursos de órgãos de fomento: FINEP: PROINFRA: (Programa de Infraestrutura) CAPES: Pró-Equipamentos FAPEMIG e CNPq: Demanda Universal e Bolsa de Produtividade / Programa Pesquisador Mineiro	Pesquisadores do CEFET-MG	DPPG / Coordenação de Fomento
	Fomento para apoio a eventos	Recurso para pesquisadores se capacitar em congressos com apresentação de trabalhos desenvolvidos no CEFET-MG	Recursos Institucionais: Programa de Apoio à Participação em eventos Recursos de órgãos de fomento: CAPES, FAPEMIG e CNPq: Programas de Apoio à Participação em eventos	Alunos e pesquisadores do CEFET-MG	DPPG / Coordenação de Fomento

Fonte: DPPG.

3. EXTENSÃO

Unidades Responsáveis	
Diretoria de Extensão e Desenvolvimento Comunitário	
Descrição	
<p>O Macroprocesso de Extensão tem como propósito desenvolver ações de extensão, como programas, projetos, cursos, eventos e prestação de serviço articuladas com o ensino e a pesquisa, de forma indissociável, promovendo o diálogo entre o CEFET-MG e a sociedade, visando a uma atuação transformadora capaz de propiciar o desenvolvimento humano, social e tecnológico.</p> <p>A Diretoria de Extensão e Desenvolvimento Comunitário (DEDC) desenvolveu, em 2016, um conjunto de atividades, tendo em vista o constante aprimoramento da regulamentação da extensão, o fomento a projetos e programas (bolsas e recursos para custeio e capital), apoio administrativo aos extensionistas, divulgação de resultados e a avaliação das ações, Buscou-se, ainda, consolidar as parcerias estratégicas já existentes e estabelecer novos parceiros, aproximar-se da comunidade interna do CEFET-MG nos seus diferentes Campi, assim como estabelecer um diálogo mais profícuo com membros, entidades, empresas de diferentes setores da sociedade, no intuito de maximizar o cumprimento de seus objetivos nos planos de empreendedorismo, de desenvolvimento tecnológico e de inovação, de difusão cultural, de desenvolvimento comunitário e da afirmação das diversidades.</p>	
Fornecedores/Parceiros	Cientes/Beneficiários
Coordenações Gerais de Extensão, Comissão Permanente de Avaliação (CPA) e Coordenadores de Atividades de Extensão; pessoas de expressão no cenário nacional na área de cultura, educação, meio-ambiente e outras; coordenadores de projetos de extensão; Nascente Incubadora de Empresas e Representação local.	Pessoas físicas de expressão no cenário nacional e pesquisadores ;FORPROEX; EMATER, COPASA, Escola São José Operário, Mitra Arquidiocesana de Diamantina; CONAGUA AMBIENTAL PETROBRAS; Prefeitura de Araxá Prefeitura de B. Horizonte; Prefeitura de Timóteo ; JICA (Japan International Cooperation Agency) Kaiho Sangyo Co. Ltd.; CAIC Centro de Ação Integral à Criança de Curvelo, DETRAN-MG; Prefeituras municipais; organizações locais atuaram como colaboradores na edição do festival; SMED-BH, Subsecretaria de Políticas para as Mulheres da Sec. de Direitos Humanos de MG; Fórum Permanente de Educação e Diversidade Étnico-Racial de Minas Gerais, Observatório de Gênero e Raça do Estado de Minas Gerais

Quadro 4 – Processos Extensão

Processos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Insumos e Fornecedores	Principais Beneficiários/Clientes	Principais Parceiros Externos
Formulação de políticas para a Extensão e o Desenvolvimento Comunitário	Criação e revisão de marcos regulatórios, aprovação de projetos e programas.	Normas Gerais para execução de atividades de Extensão, Criação de Empresas Juniores, Atualização Regulamento NEAC, Relação com Fundação de Apoio, Portarias e Resoluções.	Não se aplica	Extensionistas do CEFET-MG	Não se Aplica
Sistemas de avaliação da Extensão no CEFET-MG	Atuação conjunta com a Comissão Permanente de Avaliação – CPA. Análise dos Relatórios de Cumprimento de Objeto das atividades de extensão executadas no ano letivo.	Resultado das ações para fomento da Extensão e do Desenvolvimento Comunitário. Relatório quantitativo das atividades de extensão desenvolvidas no ano letivo.	Insumos: Relatório de Auto-avaliação Institucional, Relatórios de Cumprimento de Objeto Fornecedores: Coordenações Gerais de Extensão, Comissão Permanente de Avaliação (CPA) e Coordenadores de Atividades de Extensão	Gestores Internos e Controle Externo	FORPROEX
Fomento às Atividades de Extensão	Promoção, por ações diversas, do crescimento do interesse e divulgação da Extensão no CEFET-MG	Revista Extensão e Comunidade	Insumos: entrevistas com expoentes nacionais, relatórios de execução de atividades de extensão, artigos acadêmicos Fornecedores: pessoas de expressão no cenário nacional na área de cultura, educação, meio-ambiente e outras; coordenadores de projetos de extensão	Comunidade acadêmica e sociedade em geral	Pessoas físicas de expressão no cenário nacional e pesquisadores
	Promoção de atividades de extensão de desenvolvimento comunitário em benefício da coletividade, sobretudo, no entorno dos campi do CEFET-MG. Realização de projetos de extensão tecnológica visando a benefícios de diferentes setores da sociedade em consonância com diretriz de transformação e impacto social da Política Nacional de Extensão Universitária.	Edital CEFET-EXT 2016 e parcerias educacionais	Insumos: bolsas de extensão Fornecedores: orçamento da instituição	Comunidade acadêmica e sociedade em geral	EMATER, COPASA, Escola São José Operário, Mitra Arquidiocesana de Diamantina
		Parcerias institucionais para desenvolvimento de ensino, pesquisa aplicada e prestação de serviços	Insumos: bolsas de extensão Fornecedores: Instituições Parceiras	Comunidade acadêmica e sociedade em geral	CONAGUA AMBIENTAL PETROBRAS Prefeitura de Araxá Prefeitura de B. Horizonte Prefeitura de Timóteo JICA (Japan International Cooperation Agency) Kaiho Sangyo Co. Ltd.
	Parcerias institucionais para desenvolvimento de ensino e tecnologia	Insumos: alunos e professores do CEFET-MG Fornecedores: infraestrutura do parceiro	Comunidade acadêmica e sociedade em geral	CAIC Centro de Ação Integral à Criança de Curvelo, DETRAN-MG	

Processos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Insumos e Fornecedores	Principais Beneficiários/Clientes	Principais Parceiros Externos
Gestão de Atividades Artístico-culturais	Aumento e disseminação de atividades culturais através do fomento da produção cultural de alunos e servidores, pela promoção da descentralização/regionalização das ações, atividades e eventos de extensão cultural nos campi da instituição.	VII Festival de Arte e Cultura do CEFET-MG em 10 campi	Insumos: Professores, alunos, ex-alunos e colaboradores Fornecedores: artistas e grupos culturais das diversas comunidades do entorno dos campi do CEFET-MG	Comunidade, alunos e servidores,	Prefeituras municipais e organizações locais atuaram como colaboradores na edição do festival.
Gestão das ações de inclusão e respeito às diversidades e às relações étnico-raciais	Atualização de informações a respeito da situação das pessoas com necessidades educacionais específicas e melhoria dos processos de atendimentos desse público. Divulgação ampla das ações de inclusão e respeito às diversidades e às relações étnico-raciais.	I Seminário sobre Africanidades nas Secretarias de Educação da Região Metropolitana de Belo Horizonte, MG. Consolidação da Reestruturação do Núcleo de Apoio a Portadores de Necessidades Especiais, com maior foco nas unidades do interior. Participação no Fórum Permanente de Educação e Diversidade Étnico-Racial de Minas Gerais; II Seminário sobre Africanidades na Cidade Sábara, II Seminário Nacional Afirmação das Diversidades, II Congresso Ibero-Americano de Humanidades, Ciências e Educação, Construção de Material de Apoio aos Professores sobre Educação Escolar Quilombola. II Congresso de Diversidade Sexual e Gênero da UFMG, II Seminário Nacional Desfazendo Gênero.	Insumos: Censo Escolar interno realizado com o corpo discente contemplando informações sobre necessidades especiais, gênero e raça. Fornecedores: Coordenações de Curso e NEAB	Público em geral, pessoas interessadas na educação sobre e nessa temáticas. Pessoas com necessidades educacionais específicas	SMED-BH, Subsecretaria de Políticas para as Mulheres da Sec. de Direitos Humanos de MG; Fórum Permanente de Educação e Diversidade Étnico-Racial de Minas Gerais, Observatório de Gênero e Raça do Estado de Minas Gerais
Fomento à Inovação, Transferência de Tecnologia e Estímulo ao Empreendedorismo	Implantação e Certificação do CERNE - Centro de Referência para Apoio a Novos Empreendimentos	Melhoria do sistema de gestão da Incubadora	Insumos: Apoio para Implantação dos Processos e Práticas-Chave do CERNE 1, Aquisição de Licença de Uso de Software, Consultoria e Instrutoria para Empresas Incubadas, Consultoria para Obtenção do CERNE 1, Intercâmbio entre Incubadoras – Território Nacional Fornecedores: AMPROTEC	Gestor da Incubadora de Empresas e Empresas Incubadas	CNPQ; RMI; AMPROTEC; FAPEMIG; SEBRAE e SEBRAE-MG
	Divulgação dos objetivos e propostas da Nascente Incubadora de Empresas à comunidade acadêmica do campus Timóteo; Seleção de novos empreendimentos para a Nascente Incubadora de Empresas em Belo Horizonte, Araxá, Curvelo, Divinópolis e Nepomuceno Graduação de 4 projetos de incubação residentes na Nascente, sendo 1 de Belo Horizonte, 2 de Leopoldina e 1 de Curvelo	Seminários; Editais e Certificação de Projetos.	Insumos: Recursos Humanos Fornecedores: Nascente Incubadora de Empresas e Representação local	Comunidade acadêmica; Interessados em incubação e pré-incubação de projetos Empreendedores residentes	CNPQ; RMI; AMPROTEC; FAPEMIG; SEBRAE e SEBRAE-MG, Centro de Formação Profissional Júlio Dário.
	Regulamentação sobre o reconhecimento de Empresas Juniores do CEFET-MG	Programa Institucional de Empresas Juniores (PIEJ) no âmbito do CEFET-MG, regulamento para Organização, Criação, Reconhecimento e Funcionamento de empresas juniores (EJR)	Não se aplica	Comunidade acadêmica e interessados na constituição de empresas juniores	Não se Aplica
	Definição da Política de Inovação no CEFET-MG	Texto final para submissão ao Conselho Superior	Não se aplica	Comunidade acadêmica e sociedade em geral	Não se Aplica

Fonte: DEDC.

3 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS ALCANÇADOS

3.1 Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação

a) Descrição Sintética dos planos estratégico, tático e operacional que orientam a atuação da unidade.

O ano de 2016 marca o início da vigência do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2016-2020. Trata-se, portanto, de um conjunto atualizado de princípios, objetivos, metas e estratégias que marcam toda a condução da política Institucional, levando em conta o contexto social e político, bem como as limitações internas e potencialidades de cada Unidade. Desta forma, as ações da DPPG ao longo de 2016, além de dar continuidade e aprimorar os projetos, programas e políticas que já vêm sendo conduzidos há quase trinta anos, buscou compatibilizá-los às perspectivas para a pesquisa e pós-graduação para o contexto dos próximos cinco anos. Não há, portanto, rupturas nem mudanças bruscas, apenas ajustes frente aos desafios externos e internos desse novo horizonte.

No tocante à Pesquisa, à Inovação Tecnológica e à Pós-Graduação, no PDI 2016-2020 foram definidas os seguintes princípios e metas para a DPPG:

- **Ampliar os grupos de pesquisa e a pós-graduação stricto sensu**, contando ao final do período com, pelo menos: 12 (doze) cursos de mestrado, 4 (quatro) cursos de doutorado e 120 (cento e vinte) grupos de pesquisa certificados. Além disso, buscar aumentar a participação de pesquisadores lotados nos campi do interior nas propostas de novos cursos de mestrado e doutorado.
- **Definir diretrizes para a criação e o funcionamento de cursos de pós-graduação**, em trabalho conjunto com as coordenações, colegiados e CPPG definir maneiras de se padronizar alguns procedimentos operacionais no âmbito da pós-graduação *lato e stricto sensu*.
- **Revisar a regulamentação interna a respeito da pesquisa, desenvolvimento e inovação**, buscando facilitar a relação com agentes públicos e privados, adequando a Instituição ao contexto nacional.
- **Garantir o pleno funcionamento da infraestrutura de pesquisa e pós-graduação**, por meio da manutenção e aperfeiçoamento dos programas de apoio à pesquisa e a pós-graduação.
- **Promover maior integração entre docentes e grupos de pesquisa**, por meio de eventos científicos e pedagógicos e definindo políticas que possam viabilizar a capilaridade da pesquisa e a participação em programas de pós-graduação em todos *campi* da Instituição, presencialmente ou por meio de videoconferência e ensino à distância.
- **Incentivar a participação em projetos de pesquisa interinstitucionais**, visando ao aumento da produção científica e da obtenção de recursos de órgãos de fomento ou outras instituições públicas ou privadas, nacionais e internacionais.
- **Aprimorar a sistematização da coleta de informações**, fortalecendo o acompanhamento de egressos e a divulgação dos cursos de pós-graduação e os resultados das pesquisas, interna e externamente, bem como para os órgãos de controle e acompanhamento.

O plano de ações proposto pela DPPG é composto pelas seguintes metas específicas:

1. Sistemas de Informação sobre a Pesquisa e a Pós-Graduação: encontra-se em fase de implantação o novo sistema acadêmico e gestão integrada (SIG), composto de diversos módulos: acadêmico, registro de projetos de pesquisa, etc. Além dele, a pesquisa e pós-graduação do CEFET-MG conta com outros sistemas voltados às informações dos cursos de pós-graduação *stricto sensu*, ao acervo bibliográfico, etc.

2. Marcos Regulatórios para a Pesquisa e a Pós-Graduação: (i) as Normas Acadêmicas da Pós-Graduação, (ii) Regulamentação da Política de Inovação, Proteção Intelectual e Transferência Tecnológica, (iii) Regulamento dos procedimentos operacionais dos Programas de Pós-Graduação *stricto sensu*, (iv) Regulamento dos procedimentos operacionais dos Programas de Pós-Graduação *lato sensu*, (v) o Regulamento do Programa de Monitoria e Estágio em Docência da Pós-Graduação (vi) o regulamento referente à seleção e recepção de Professores Visitantes e Pesquisadores Convidados.

3. Processo de Acompanhamento da Pós-Graduação *stricto sensu*: tem como objetivo acompanhar cada Programa, visando implementar melhorias que levem a uma melhor avaliação pela CAPES. Além disso, estabelecer uma metodologia para a elabo-

ração e tramitação de propostas de novos cursos, buscando dar maior competitividade às propostas e adequá-las aos interesses institucionais.

4. Visitas às Unidades do Interior: cada visita visa conhecer as realidades e/ou potencialidades de cada Unidade em termos de pesquisa e pós-graduação, prestar esclarecimentos sobre os Programas de Fomento da Instituição e, finalmente, coletar subsídios e propostas de melhorias para as ações de Pesquisa e Pós-Graduação.

5. Programas de Fomento à Pesquisa e Pós-Graduação: (i) reestruturação da operacionalização do Programa Institucional de Fomento a Pesquisa (PROPESQ), visando-se tornar mais eficaz e mais ágil o processo de aquisição dos itens solicitados pelos proponentes, (ii) aperfeiçoamento do Programa Institucional de Auxílio Individual para Apresentação de Trabalhos em Eventos Técnico-Científicos (iii) consolidação do Programa Institucional de Melhoria Qualitativa da Produção Científica (PROMEQ), (iv) criação do Programa Institucional de Incentivo à Produção Científica e Tecnológica (PROIP) e (v) consolidação do Programa Pesquisador Convidado que se propõe a financiar a vinda anual de pesquisadores estrangeiros para trabalharem durante curtos períodos de tempo nos Programas de Pós-Graduação *stricto sensu*;

6. Programa de Pós-Graduação Lato Sensu: de forma a garantir maior eficiência nos procedimentos operacionais e qualidade na criação e oferta de novos cursos e novas turmas;

7. Ações de fomento à inovação tecnológica: regulamentar a Política Institucional de Ciência, Tecnologia e Inovação, buscando fortalecer a cultura da inovação e da proteção intelectual no corpo social da Instituição, promovendo-se ações de incentivo à produção técnica (patentes, registros de software, entre outros);

8. Ações de divulgação científica e tecnológica para as comunidades interna e externa: (i) criação do Catálogo da Pesquisa e Pós-Graduação no CEFET-MG, (ii) divulgação do Mapa de Competências Institucional, (iii) implantação do novo portal Web da Coordenação de Divulgação Científica e Tecnológica, (iv) consolidação do projeto Café Científico do CEFET-MG.

Resultados Alcançados no ano de 2016

Diante das metas estabelecidas para a Pesquisa e a Pós-Graduação no PDI 2016-2020, a Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação elaborou um plano de ações, sintetizado no Quadro 3.1. O quadro reflete o planejamento e os resultados obtidos decorrentes da gestão.

Quadro 3.1 – Planejamento e resultados obtidos decorrentes da gestão - DPPG

Metas Específicas	Linhas de Ação	Responsável	Prazo	Situação ao fim 2016
Sistemas de informação sobre a pesquisa e a pós-graduação	Sistema Integrado de Gestão	Rodrigo Cardoso	dez/16	Em andamento
	ATRIO/SOMOS-COPPETEC	Maria Luisa	jan/16	Finalizado
	Guichê Eletrônico	Danielle Marra	jun/16	Finalizado
	Extrator de Dados Lattes	Conrado Rodrigues	mar/16	Finalizado
	Diretório Grupos de Pesquisa	Conrado Rodrigues	jan/16	Finalizado
	Plataforma Brasil	Rodrigo Cardoso	dez/16	Em andamento
	Portal DPPG	Rodrigo Cardoso	jan/16	Finalizado
	Plataforma SOMOS	Maria Luisa	dez/16	Em andamento
	Plataforma de gestão de eventos	Sônia Oliveira	dez/16	Em andamento
Marcos regulatórios para a pesquisa e a pós-graduação	Normas Acadêmicas da Pós-Graduação	Conrado Rodrigues	dez/16	Em andamento
	Regulamentação da Política de Inovação, Proteção Intelectual e Transferência Tecnológica	Nilton Maia	dez/16	Em andamento
	Padronização de procedimentos operacionais dos Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu	Conrado Rodrigues e Rodrigo Cardoso	dez/16	Em andamento
	Regulamento dos procedimentos operacionais dos Programas de Pós-Graduação Lato Sensu	Conrado Rodrigues e Rodrigo Cardoso	dez/16	Em andamento

Marcos regulatórios para a pesquisa e a pós-graduação	Revisão dos editais dos programas de iniciação científica	Danielle Marra	ago/16	Finalizado
Acompanhamento da Pós-Graduação Stricto Sensu	Reuniões periódicas com os coordenadores	Conrado Rodrigues e Rodrigo Cardoso	Ao longo do ano	Finalizado
	Reuniões com os docentes dos programas	Conrado Rodrigues e Rodrigo Cardoso	Ao longo do ano	Parcialmente realizado
	Encontro dos docentes da Pós-Graduação Stricto Sensu	Rodrigo Cardoso, Conrado Rodrigues e Maria Luisa	nov/16	Finalizado
	Reunião com UFSJ sobre programas em associação	Conrado Rodrigues	dez/16	Finalizado
Visitas às Unidades do Interior	Leopoldina	Conrado Rodrigues	jul/16	Finalizado
	Nepomuceno	Conrado Rodrigues	ago/16	Finalizado
	Varginha	Conrado Rodrigues	ago/16	Finalizado
	Araxá	Conrado Rodrigues	out/16	Finalizado
	Divinópolis	Conrado Rodrigues	out/16	Finalizado
	Curvelo	Conrado Rodrigues	out/16	Finalizado
	Timóteo	Conrado Rodrigues	dez/16	Não realizado
	Contagem	Conrado Rodrigues	dez/16	Não realizado
Programas de Fomento à Pesquisa e Pós-Graduação	Reestruturação e operacionalização do Programa Institucional de Fomento a Pesquisa (PROPESEQ)	Conrado Rodrigues e Rodrigo Cardoso	dez/16	Em andamento
	Aperfeiçoamento do Programa Institucional de Auxílio Individual para Apresentação de Trabalhos em Eventos	Conrado Rodrigues e Rodrigo Cardoso	abr/16	Finalizado
	Consolidação do Programa Institucional de Melhoria Qualitativa da Produção Científica (PROMEQ)	Conrado Rodrigues e Rodrigo Cardoso	jun/16	Finalizado
	Consolidação do Programa Pesquisador Convidado	Conrado Rodrigues e Rodrigo Cardoso	dez/16	Em andamento
	Ampliação do programa de concessão de bolsas de mestrado e doutorado	Conrado Rodrigues e Rodrigo Cardoso	dez/16	Finalizado
	Programa de Complementação PROAP	Conrado Rodrigues e Rodrigo Cardoso	jun/16	Finalizado
Programa de Pós-Graduação Lato Sensu	Apresentação de projetos de novos cursos	João Sarubi	Ao longo do ano	Finalizado
	Aberturas de novas turmas	João Sarubi	Ao longo do ano	Finalizado
Ações de fomento à inovação tecnológica	Seminário de introdução à inovação	Nilton Maia	jun/16	Finalizado
	Evento sobre marco civil da inovação tecnológica	Nilton Maia	nov/16	Finalizado
Ações de divulgação científica e tecnológica e acervo da Pós-Graduação	Captação de recursos externos para viabilizar as ações de divulgação científica	Sônia Miranda	jun/16	Finalizado
	Criação do Catálogo de Grupos de Pesquisa	Sônia Miranda e Flávia Menezes	dez/16	Em andamento
	Divulgação do Mapa de Competências Institucional	Nilton Maia e Sônia Miranda	dez/16	Em andamento
	Novo portal Web da Coordenação de Divulgação Científica e Tecnológica	Sônia Miranda e Flávia Menezes	dez/16	Em andamento
	Consolidação do projeto Café Científico	Sônia Miranda e Cláudia França	dez/16	Finalizado
	Projeto Café Científico no Interior	Cláudia França	dez/16	Finalizado
	Aquisição de livros importados (edital FAPEMIG)	Rodrigo Cardoso	dez/16	Finalizado
	Catálogo de novos títulos do acervo	Maria Ângela	dez/16	Finalizado
	Renovação do contrato para a plataforma EBRARY	Maria Ângela	dez/16	Em andamento

Fonte: DPPG.

b) Demonstração da vinculação do plano da unidade com suas competências constitucionais, legais ou normativas.

A Diretoria de Pesquisa e Pós Graduação tem suas ações acompanhadas e analisadas pelo Conselho de Pesquisa e Pós-Graduação (CPPG). O Conselho de Pesquisa e Pós-Graduação (CPPG) é o órgão colegiado normativo e consultivo para a Pesquisa e Pós-Graduação, no âmbito do CEFET-MG, e deliberativo, no âmbito da Diretoria de Pesquisa e Pós-graduação (DPPG). O CPPG tem seu funcionamento disciplinado pelo Regulamento Geral dos Órgãos Colegiados do CEFET-MG, sendo que o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) é o órgão colegiado imediatamente superior ao CPPG, na hierarquia do Centro.

Outros Indicadores Gerados pela Gestão.

Pós-Graduação *stricto sensu*

Em 2016, o CEFET-MG contou com 11 (onze) Programas de Pós-Graduação *stricto sensu*, sendo 9 cursos de mestrado e 2 cursos de doutorado. Foram ofertados os seguintes cursos de mestrado: Educação Tecnológica, Modelagem Matemática e Computacional, Estudos de Linguagens, Administração, Engenharia Civil, Engenharia de Energia, Engenharia Elétrica, Engenharia de Materiais e o Multicêntrico em Química de Minas Gerais. Adicionalmente, a Instituição ofereceu os seguintes cursos de doutorado: Modelagem Matemática e Computacional e Estudos de Linguagens. Merece destaque o fato de que houve a aprovação de mais um curso de doutorado para a Instituição, no programa de Engenharia Civil, que abrirá processo seletivo em 2017.

O Gráfico 1 ilustra a evolução do número de matrículas (alunos regulares e especiais) dos Programas de Pós-Graduação *stricto sensu* do CEFET-MG entre 2005 e 2016. O Gráfico 2, por sua vez, ilustra a evolução do número de defesas de dissertações no período de 2005 a 2016. Note que, neste período, foram defendidas no total 910 (novecentas e dez) dissertações de Mestrado. Considerando-se adicionalmente as dissertações defendidas no Curso de Mestrado em Tecnologia até 2005 (198 dissertações), tem-se o total de 1.108 (um mil, cento e oito) dissertações de Mestrado defendidas na Instituição. A primeira defesa de Tese de Doutorado no CEFET-MG foi defendida em 2016, aluno do Curso de Doutorado em Modelagem Matemática e Computacional.

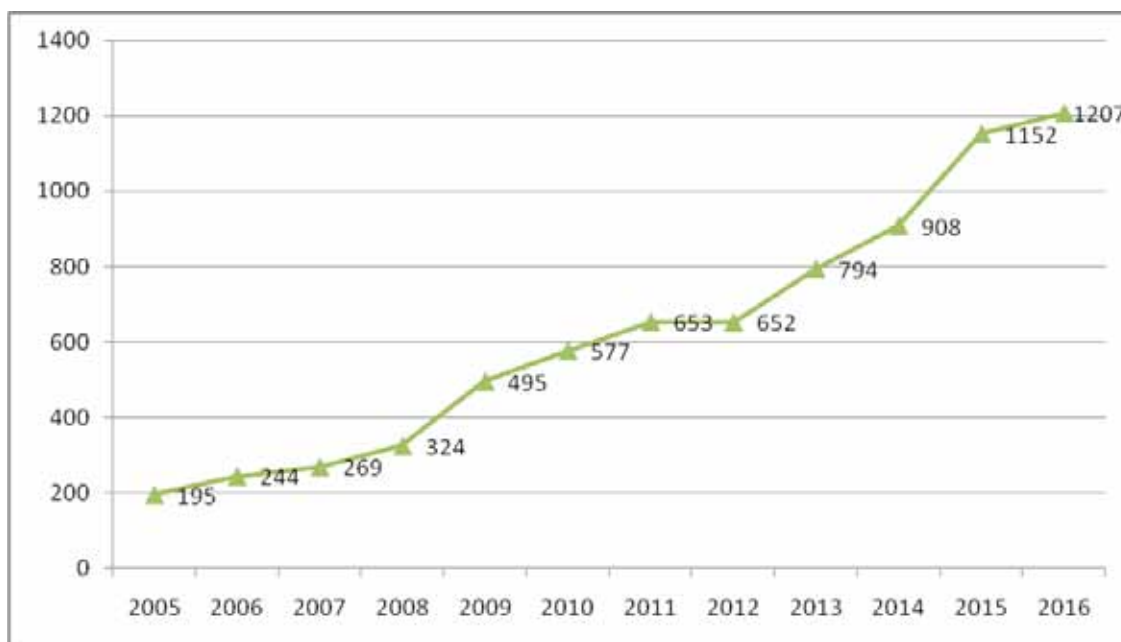


Gráfico 1: Evolução do número de alunos matriculados (regulares e especiais) de 2005 a 2016.

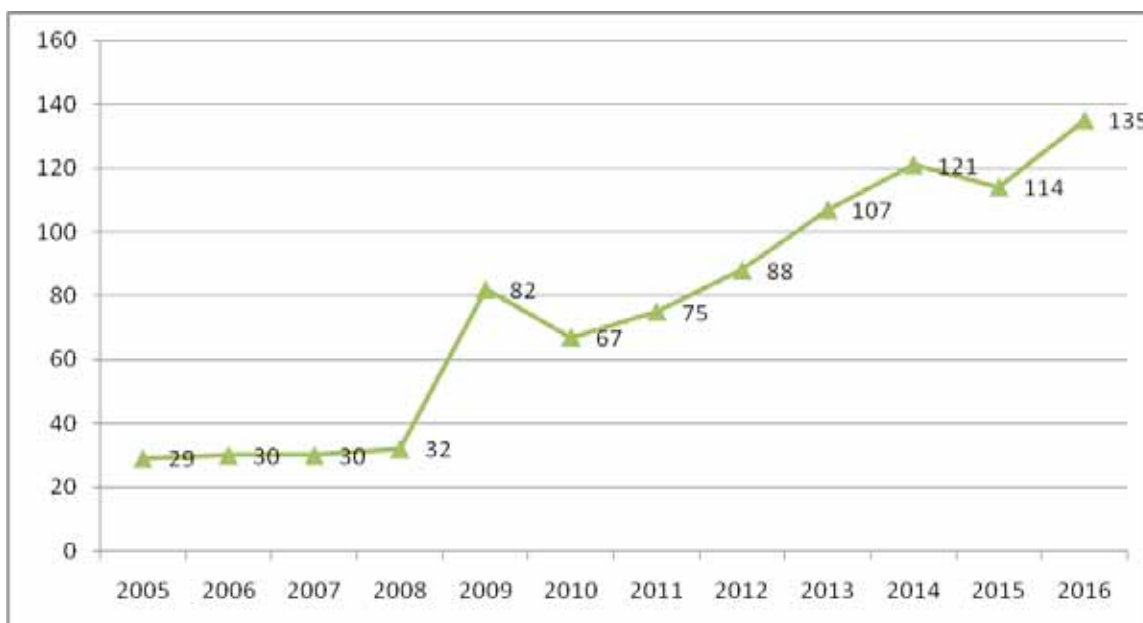


Gráfico 2: Evolução de defesas de Dissertações de Mestrado de 2005 a 2016.

O número de matrículas (alunos regulares e especiais) nos cursos de pós-graduação *stricto sensu* aumentou de 195 no ano de 2005 para 1.207 no ano de 2016 (um aumento de mais de 500%). O número de defesas de mestrado aumentou de 29 no ano de 2005 para 135 no ano de 2016 (um aumento de aproximadamente 465%).

Pós-Graduação *lato sensu*

Durante o ano de 2016, o Programa de Pós-Graduação *lato sensu* do CEFET-MG teve 137 (cento e trinta e sete) alunos matriculados, em 8 (oito) cursos. Frente ao ano de 2015 (141 matriculados), houve uma pequena retração. Durante o ano de 2016 foram realizadas 17 defesas de monografias, diante de 20 defesas de monografias realizadas em 2015.

Cabe destacar que em 2014, **foi retomada a oferta de cursos *lato sensu* nas unidades do CEFET-MG do interior do Estado.** O CEFET-MG Varginha contou com duas turmas de Especialização *lato sensu* em Engenharia de Processos Industriais Automatizados e de Engenharia de Sistemas de Informação. Acreditamos que o apoio à implantação de cursos de pós-graduação *lato sensu* no interior pode contribuir para a formação de grupos de pesquisa voltados aos problemas locais, o que, se desenvolvido, pode resultar na formação de cursos de pós-graduação *stricto sensu* plenamente compatíveis ao contexto local.

Grupos de Pesquisa

Ao final de 2016, o CEFET-MG contava com 106 (cento e seis) grupos de pesquisa cadastrados no Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil, gerenciado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). O número de grupos cresceu significativamente, em toda a Instituição, como ilustrado no Gráfico 3. Esse aumento indica a correta direção que foi tomada para a consolidação da política de incentivo à formação de grupos de pesquisa e de valorização do pesquisador na Instituição.

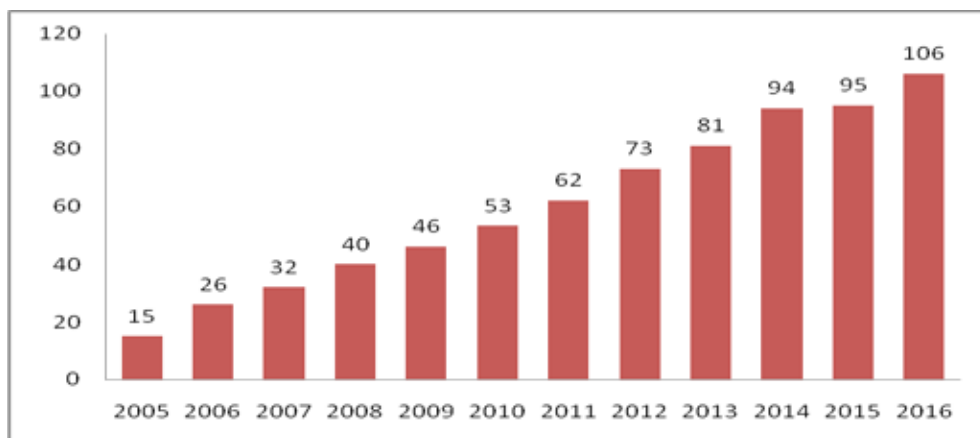


Gráfico 3: Evolução do número de grupos de pesquisa no CEFET-MG de 2005 a 2016.

O Gráfico 4, por sua vez, exibe a distribuição destes grupos de pesquisa por Grande Área de Conhecimento. Nota-se a partir deste Gráfico a predominância de grupos de pesquisa na Grande Área de Conhecimento Engenharias (44% do total de grupos). Este fato está intimamente relacionado com as características de uma Instituição federal de ensino superior no âmbito da educação tecnológica.

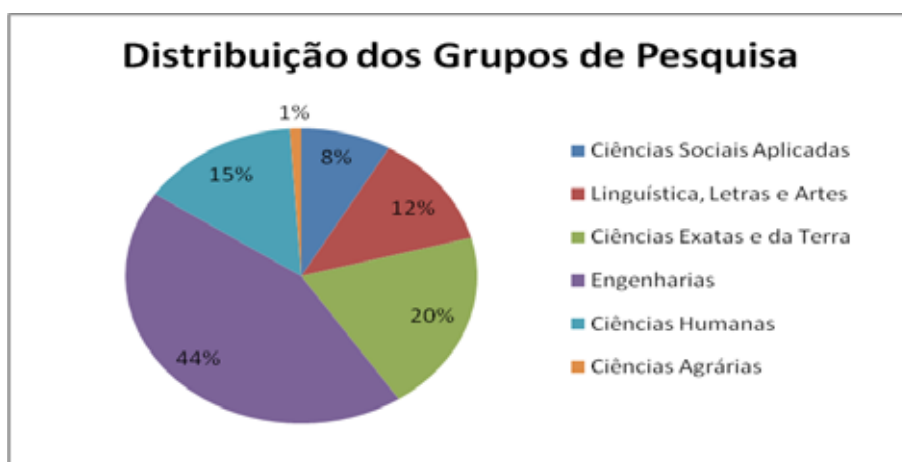


Gráfico 4: Distribuição dos Grupos de Pesquisa do CEFET-MG em 2016 por Grande Área do Conhecimento.

Financiamento da Pesquisa e Pós-Graduação captados de agências de fomento

No histórico recente do CEFET-MG a implantação da infraestrutura para pesquisa (principalmente equipamentos) tem sido viabilizada através de recursos de projetos aprovados nos editais MCTI FNEP Proinfra/CT-Infra. Além desses, o Programa CAPES Pró-Equipamentos tem sido utilizado com sucesso pelos programas de Pós-Graduação na complementação da infraestrutura para pesquisa. A complementação e atualização do acervo bibliográfico tem sido realizada, principalmente, com recursos do programa FAPEMIG de aquisição de livros para a Pós-Graduação. Também pela FAPEMIG, tem havido aporte de recursos para a manutenção de equipamentos.

Devido às restrições impostas pela conjuntura econômica, nenhum dos editais/programas mencionados acima tiveram edição em 2015 e 2016, o que representou uma significativa redução nos investimentos em Pesquisa e Pós-Graduação no CEFET-MG. Além

disso, chamadas para projetos individuais também sofreram restrições nos últimos dois anos. Dentre estas chamadas, destacam-se, no CNPq, o Edital Universal e, na FAPEMIG, os editais do Programa Primeiros Projetos (PPP), da Chamada Universal, do Programa Pesquisador Mineiro (PPM) e do Programa para aquisição de livros para a Pós-Graduação Stricto Sensu. Como consequência dos cortes, houve uma redução de 77% dos recursos obtidos de agências públicas de fomento em 2015 em relação ao obtido em 2014 (de R\$ 2.179.174,00 para R\$ 498.552,57), conforme o histórico mostrado no Gráfico 5. Entretanto, houve um aumento de mais de 60% dos recursos obtidos de agências públicas de fomento em 2016 em relação ao obtido em 2015 (de R\$ 498.552,57 para R\$817.905,46), o que sinaliza uma melhora das perspectivas para os próximos anos.



Gráfico 5: Histórico da captação de recursos para pesquisa nas agências públicas de fomento

Financiamento da Pesquisa e Pós-Graduação com recursos próprios

Em sua trajetória de consolidação como Instituição de reconhecida excelência em Pesquisa e Pós-Graduação, o CEFET-MG vem investindo uma quantia considerável do seu orçamento no fomento à pesquisa e pós-graduação, conforme Gráfico 6. Este investimento visa estimular a qualidade da pesquisa desenvolvida, a melhoria na avaliação dos Programas de Pós-Graduação *stricto sensu* e a dedicação dos alunos de PGSS, bem como contribuir para a redução do tempo de integralização dos créditos necessários à conclusão dos cursos.

Dessa forma, o CEFET-MG disponibiliza, com recursos próprios, uma cota de bolsas nos valores praticados pelas agências oficiais de fomento. Para isso, a cada processo seletivo para alunos regulares, as coordenações dos Programas lançam editais para a seleção de bolsistas. Em termos de investimento, trata-se do maior programa de fomento Institucional à Pós-Graduação, com aporte de R\$ 1.758.021,42 em 2016 (atendendo a 78 bolsistas de mestrado e 10 bolsistas de doutorado de todos os PPGSS).

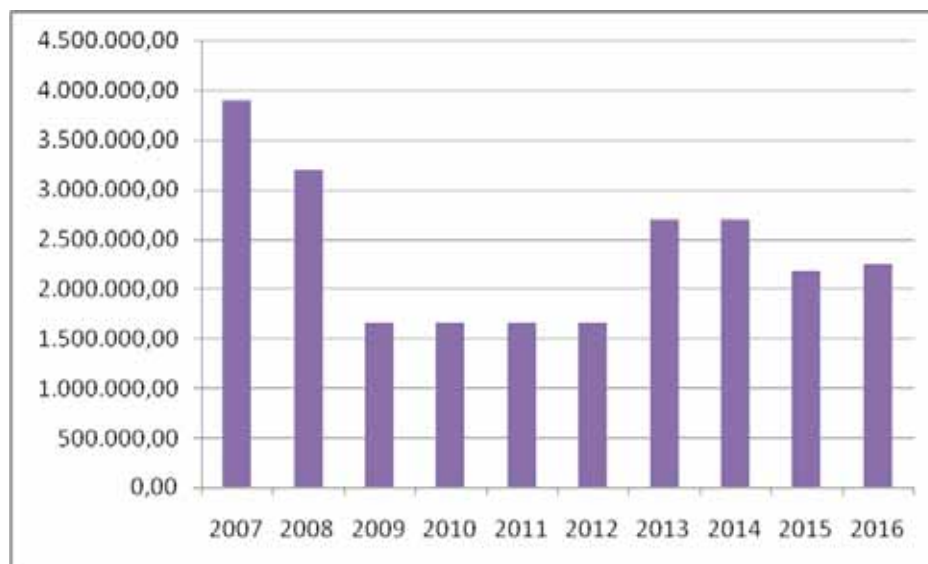


Gráfico 6: Recursos financeiros investidos o CEFET-MG em pesquisa e pós-graduação de 2007 a 2016

Além disso, ao longo do ano de 2016, esteve em curso a execução financeira dos projetos desta modalidade aprovados em sua última edição, edital nº185 PROPESQ de 08 de outubro de 2014. Por meio deste edital, 20 (vinte) propostas de projetos, das 53 (cinquenta e três) submetidas, foram classificadas para receber os auxílios previstos (R\$25.000,00 para grupos em consolidação e R\$18.000,00 para grupos em formação), totalizando um investimento de R\$430.000,00.

Os demais programas de incentivo à ampliação e elevação da qualidade da produção intelectual do corpo social (docentes e discentes) do CEFET-MG são: (1) PROMEQ, que oferece ao corpo docente o acesso a um serviço ágil e de boa qualidade para tradução e revisão de artigos em periódicos editados em língua inglesa; (2) Programa Institucional de Auxílio Individual para Apresentação de Trabalhos em Eventos Técnico-Científicos, que visa apoiar a apresentação de trabalhos em eventos técnico-científicos nacionais e internacionais de docentes do CEFET-MG e (3) PROIP, que destina-se a incentivar a produção científica e tecnológica de alta qualidade, por meio da concessão de apoio financeiro para os docentes que: publicarem em periódicos classificados como A1, A2 e B1 no âmbito do Sistema Qualis da CAPES ou realizarem depósitos de pedidos de proteção intelectual junto ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) ou órgão equivalente no exterior, sob a forma de patentes de invenção ou modelos de utilidade. Ressalta-se que o PROIP ainda não se encontra em funcionamento, aguardando o parecer final por parte do CEPE.

Indicadores de Produção Intelectual:

Ampliar a produção intelectual e elevar a sua qualidade em consonância com os padrões de excelência vigentes no país é uma das metas principais da Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação do CEFET-MG. O processo de produção do conhecimento em todas as suas manifestações, abrangendo a pesquisa básica ou aplicada, solicita a formulação de políticas específicas que norteiem os princípios e diretrizes de uma instituição que se propõe a consolidar tal processo por meio de delineamentos estratégicos. São estes princípios e diretrizes os elementos necessários ao estabelecimento de condições mínimas materiais ou intelectuais próprias ou via parcerias para o estímulo à pesquisa científica e tecnológica, explicitada por meio da produção editorial quer de índole impressa ou eletrônica. Consciente dessa necessidade e comprometido com uma projeção da produção científica em distintas áreas do conhecimento, o CEFET-MG estabelece sua política de produção científica e tecnológica institucionalizada.

As Gráficos abaixo apresentam a evolução da produção intelectual (artigos em periódicos, trabalhos completos em anais de eventos, livros publicados e capítulos de livros) de todo o corpo docente do CEFET-MG, a partir de 2005. O Gráfico 7 apresenta a quantidade de artigos publicados em periódicos entre 2005 e 2016.

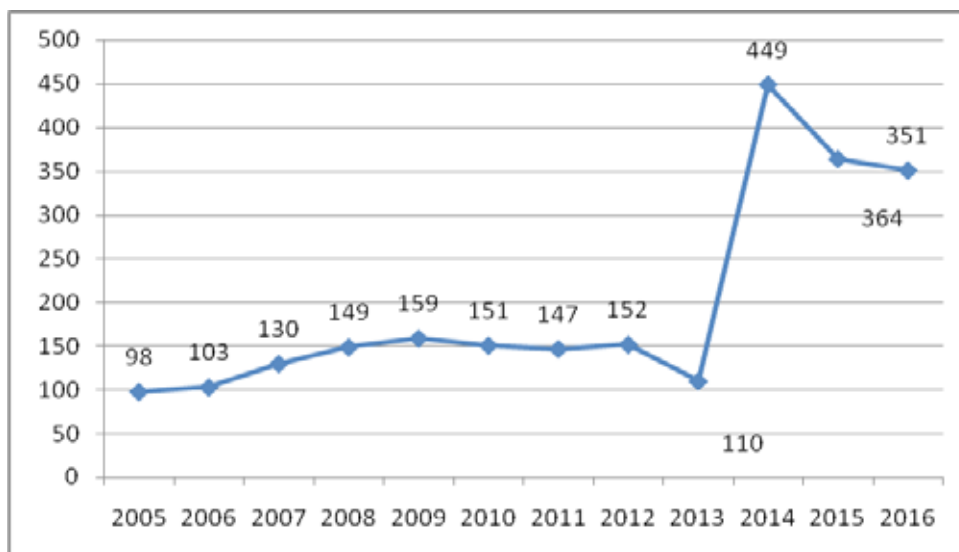


Gráfico 7: Evolução das publicações em periódicos de todo corpo docente do CEFET-MG de 2005 a 2016.

Nota-se que a produção em periódicos vinha diminuindo ao longo dos últimos anos, entre 2010 e 2013, mas teve um súbito aumento em 2014, que, de certa forma, se manteve em 2015 e em 2016. Acreditamos que este aumento se deve especialmente ao aumento do quadro de docentes do CEFET-MG a partir de 2014, com a implantação do banco de docentes equivalentes do MEC, que permitiu contratar profissionais que passam a contribuir para a qualidade da Instituição.

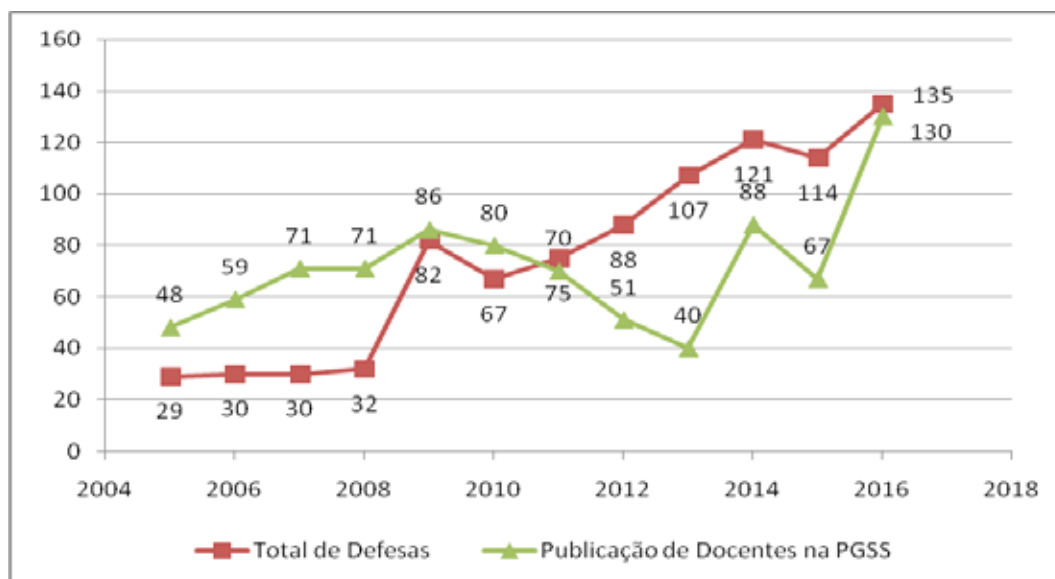


Gráfico 8: Evolução do número de publicações em periódicos dos docentes com atuação na Pós-Graduação *stricto sensu* e do número de defesas de dissertação de mestrado nos Programas a partir de 2005.

Adicionalmente, é importante notar a relação entre o número publicações em periódicos dos docentes que atuam na Pós-Graduação *stricto sensu* e o número de defesas de dissertações em cada ano (Gráfico 8), que representa um importante desafio para as Coordenações dos Programas. Note que, em 2016, o número de publicações praticamente se iguala ao total de defesas, indicando que, em média, cada defesa gerou uma publicação em periódico indexado.

Os demais indicadores de produção intelectual, como trabalhos completos publicados em anais de eventos, livros e capítulos de livros, são mostrados nas Gráficos 9, 10 e 11, respectivamente. Os resultados corroboram com o fato de que processos de qualificação docente levam ao aumento da produção intelectual institucional, concentrando-a nos docentes com melhor qualificação.

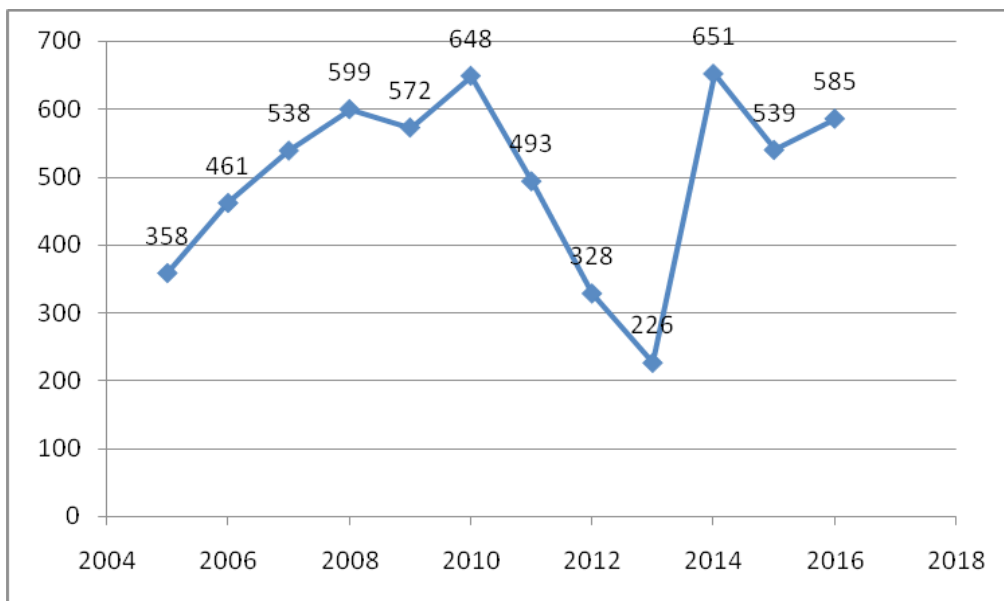


Gráfico 9: Evolução das publicações de trabalhos completos em anais de eventos de todo corpo docente do CEFET-MG de 2005 a 2016.

Publicações em anais de eventos e de capítulos de livros apresentaram saltos em 2014, com certa estabilização a seguir.

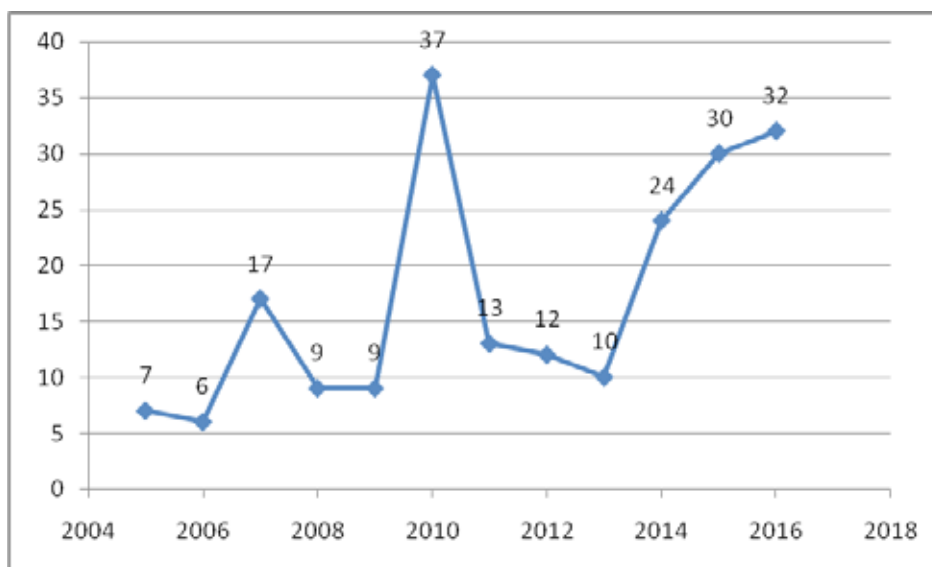


Gráfico 10: Evolução da publicação de livros de todo corpo docente do CEFET-MG de 2005 a 2016.

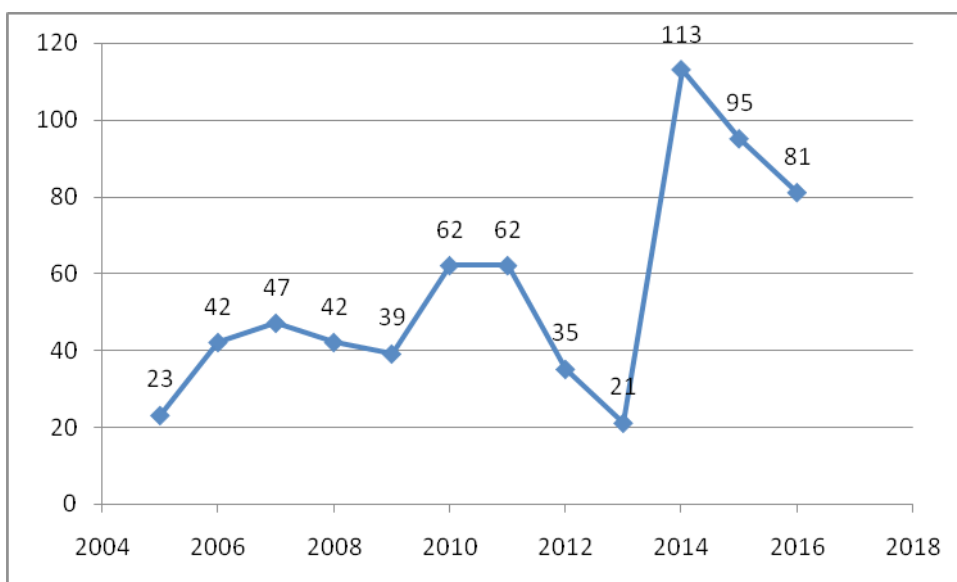


Gráfico 11: Evolução da publicação de capítulos de livros de todo corpo docente do CEFET-MG de 2005 a 2016.

Os aumentos observados em relação a 2013 estão, sobretudo, correlacionados com a expansão nos últimos anos do quadro docente do CEFET-MG, devido a implantação do chamado banco de professor-equivalente, ainda que em um cenário de forte crescimento das atividades de ensino (abertura de novos cursos de graduação e cursos de ensino médio técnico) na Instituição.

Diretoria de Graduação

a) Descrição sintética dos planos estratégico, tático e operacional que orientam a atuação da unidade

De acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) para 2016-2020, são objetivos da graduação:

- 01.** Consolidar os cursos de graduação do CEFET-MG em nível de excelência, o que implica: orientar e acompanhar os Núcleos Docentes Estruturantes no processo de revisão dos PPPs dos cursos e submeter as revisões à aprovação no Conselho de Graduação (CGRAD); atualizar o acervo bibliográfico de todos os *campi*; implantar processo de avaliação interna dos cursos de graduação, fortemente alinhado com os instrumentos de avaliação do MEC e a ser conduzido de forma ativa por comissão independente e devidamente capacitada.
- 02.** Estabelecer e/ou aprimorar políticas institucionais com foco nos discentes, voltadas para as seguintes questões: acompanhamento pedagógico; acolhimento a pessoas com deficiências e com necessidades educacionais especiais; acompanhamento de egressos; e intensificação de programas de fomento e apoio discente, em parceria com outros setores da Instituição que também tratam dessas questões.
- 03.** Promover a realização de, no mínimo, um evento, por ano, para discutir modalidades de ensino e aprendizagem.
- 04.** Revisar e atualizar normas, resoluções e fluxos de gestão atinentes à graduação.
- 05.** Orientar iniciativas de elaboração de propostas de novos cursos e submetê-las à apreciação do CGRAD.
- 06.** Realizar levantamento para a adequação dos laboratórios didáticos especializados utilizados nos cursos de graduação.

No PDI do CEFET-MG (2016-2020), são previstos, também, como objetivos dos programas vinculados à Diretoria de Graduação:

- 1.** Aprimorar as formas democráticas de ingresso de estudantes na graduação, objetivando sua organicidade com a função e finalidades institucionais;

2. Orientar e acompanhar o processo de consolidação dos Núcleos Docentes Estruturantes;
3. Orientar os Núcleos Docentes Estruturantes para o aprimoramento da estrutura curricular dos cursos;
4. Orientar os Núcleos Docentes Estruturantes na revisão dos PPPs dos cursos para inclusão das atividades de extensão com, no mínimo, 10% da carga horária total, de acordo com as diretrizes do Plano Nacional de Educação;
5. Envidar esforços para que no acervo bibliográfico seja garantido o número suficiente de exemplares de cada título constante na bibliografia básica e complementar dos planos de ensino dos cursos de graduação;
6. Desenvolver e implantar, em parceria com a Secretaria de Governança da Informação, um sistema institucional para acompanhamento de egressos;
7. Definir plano de ação para redução da evasão e da retenção nos diversos cursos e turnos, contemplando atividades como nivelamento para o ingressante e programas de tutoria;
8. Expandir os programas de monitoria, educação tutorial e mobilidade acadêmica;
9. Definir política institucional de diagnóstico e acompanhamento de pessoas com deficiência e com necessidades educacionais especiais em parceria com outros setores que cuidam desse acompanhamento;
10. Revisar, em parceria com as demais Diretorias Especializadas da área de ensino, o Regime Disciplinar do Corpo Docente, atualizando-o e adequando-o ao atual contexto institucional;
11. Discutir a utilização de ferramentas tecnológicas para as disciplinas dos cursos de graduação, entre elas aquelas relativas à EaD¹;
12. Revisar as normas e resoluções referentes à regulação da graduação;
13. Aprimorar e consolidar o Guia de Gestão Acadêmica da Graduação;
14. Submeter à apreciação do Conselho de Graduação as demandas para oferta de novos cursos, considerando as condições de pessoal e infraestrutura;
15. Avaliar as condições dos laboratórios didáticos especializados e definir as melhorias (em termos de profissionais, equipamentos e manutenção) necessárias à obtenção do conceito cinco, associado ao indicador correspondente no instrumento de avaliação do MEC;
16. Instituir e capacitar uma comissão para realizar, de forma ativa e alinhada com os instrumentos de avaliação do MEC, a autoavaliação interna dos cursos, com vistas à melhoria contínua dos conceitos atribuídos pelo MEC.

b) Demonstração da vinculação do plano da unidade com suas competências constitucionais, legais ou normativas

Para evidenciar a vinculação do plano da unidade relatado no item anterior com as competências constitucionais, legais e normativas da Diretoria de Graduação, elencamos a seguir as atribuições do Conselho de Graduação (CGRAD) e da Diretoria de Graduação (DIRGRAD).

De acordo com o art. 26 da Resolução CD-069/08, de 2/6/2008, o Conselho de Graduação, Órgão Colegiado Especializado, com competência de deliberação e normatização no que concerne às atividades de ensino de graduação da Instituição, tem as seguintes atribuições:

- I – propor ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão as diretrizes do ensino de graduação do CEFET-MG;
- II – elaborar seu próprio Regulamento, para posterior aprovação pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão;
- III – elaborar e propor alterações nas Normas Acadêmicas de Graduação, para posterior aprovação pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão;

¹ Ressalta-se que as atividades de EaD, particularmente no ensino superior, envolvendo o ensino de graduação e o de pós-graduação, serão conduzidas nos moldes da Resolução CNE/CES n. 001, de 11/03/2016.

- IV – apreciar propostas de criação, transformação, suspensão e extinção de cursos de graduação;
- V – apreciar o calendário escolar dos cursos de Graduação, após manifestação dos respectivos Colegiados de Cursos;
- VI – apreciar acordos e convênios interinstitucionais referentes à Graduação;
- VII – apreciar propostas de contribuições e emolumentos relativos à Graduação;
- VIII – apreciar pedidos de reconhecimento de títulos e diplomas de Graduação obtidos em outras instituições, observada a legislação em vigor;
- IX – deliberar conclusivamente sobre quaisquer matérias relativas à Graduação, desde que não estejam incluídas na competência do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão ou do Conselho Diretor;
- X – deliberar conclusivamente sobre a alocação de recursos destinados à Diretoria de Graduação, inclusive em sua fase de planejamento;
- XI – definir os procedimentos de interação com as agências de fomento e de financiamento da Graduação;
- XII – estabelecer formas de acompanhamento e avaliação dos cursos de Graduação;
- XIII – decidir acerca de recursos, representações e conflitos de competência em matéria de Graduação;
- XIV – exercer a fiscalização e o controle do cumprimento de suas decisões.

De acordo com o art. 42 da Resolução CD-069/08, de 2/6/2008, a Diretoria de Graduação é o Órgão Executivo Especializado que supervisiona e coordena a execução das atividades de ensino de graduação no âmbito da Instituição, competindo-lhe, para esse fim, implementar as deliberações dos Órgãos Colegiados Superiores e do Conselho de Graduação. Conforme o art. 44, são atribuições da Diretoria de Graduação:

- I – cumprir e fazer cumprir, no que concerne à Graduação, as determinações contidas no Estatuto, no Regimento Geral, bem como as normas editadas pelos Órgãos Colegiados Superiores e pelo Conselho de Graduação;
- II – implementar e desenvolver, no que concerne à Graduação, a política educacional e administrativa da Instituição de acordo com as deliberações estabelecidas pelos Órgãos Colegiados Superiores e pelo Conselho de Graduação;
- III – coordenar, supervisionar e fiscalizar as atividades de Graduação da Instituição;
- IV – representar a Instituição no âmbito da Graduação;
- V – apresentar, anualmente, ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, após aprovado no Conselho de Graduação, o relatório de sua gestão;
- VI – apresentar, anualmente, ao Conselho de Planejamento e Gestão, após aprovados no Conselho de Graduação, o programa de trabalho, o orçamento e a prestação de contas de sua gestão;
- VII – propor, anualmente, ao Conselho de Planejamento e Gestão, após aprovadas no Conselho de Graduação, as diretrizes para a elaboração do orçamento da Instituição, bem como as prioridades para a aplicação dos recursos, no que concerne à Graduação;
- VIII – propor, ao Conselho de Planejamento e Gestão, as diretrizes e ações de suporte administrativo às atividades acadêmicas de Ensino de Graduação;
- IX – presidir as reuniões do Conselho de Graduação, nos termos do Regimento Geral;
- X – cumprir as demais atribuições explicitamente delegadas pelo Conselho de Graduação.

A Diretoria de Graduação é composta pela Diretoria, Diretoria Adjunta, Coordenação Geral de Avaliação do Ensino de Graduação, Coordenação Geral de Desenvolvimento e Acompanhamento da Graduação, Coordenação Geral dos Programas de Fomento à Graduação, assessoria da Procuradora Educacional Institucional, Secretaria e estagiários.

A Coordenação Geral de Avaliação do Ensino de Graduação é responsável pelos processos de avaliação que envolve os cursos de Graduação, sejam eles a autorização, o reconhecimento e a renovação de reconhecimento de curso exigido pelo MEC, pela avaliação institucional externa, pelo Censo da Educação Superior, pelo ENADE, pelo gerenciamento e controle do Sistema e-MEC, bem como, pela participação como membro nato na Comissão Permanente de Avaliação e pelo acompanhamento dos cursos visando a avaliação e a melhoria do ensino.

A coordenação Geral de Desenvolvimento e Acompanhamento da Graduação é responsável pela proposição de políticas pedagógicas, com foco no processo ensino-aprendizagem, coordena o acompanhamento pedagógico de alunos e orienta o processo de reestruturação dos projetos dos cursos, sempre que necessário, entre outras atribuições.

A coordenação Geral de Fomento à Graduação é responsável por planejar, orientar e supervisionar os programas e atividades de estímulo à graduação, tais como os programas de Monitoria, Mobilidade Acadêmica, Educação Tutorial, Auxílio à participação de discentes em eventos, dentre outros.

A Procuradora Educacional Institucional (PI) é responsável pelo cadastro no e-MEC e processos regulatórios correspondentes, bem como pelos elementos de avaliação, incluídas as informações necessárias à realização do ENADE, conforme determina o artigo 61-E da Portaria Normativa do MEC nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010. A nomeação do PI ocorre por ato de seu representante legal ao identificá-lo no sistema e-MEC. A partir desse momento, o PI torna-se responsável por prestar essas informações em nome da Instituição. No Organograma da Diretoria de Graduação, essa assessoria não consta da estrutura organizacional aprovada pelo Conselho Diretor.

Além das três Coordenações que compõem a sua estrutura organizacional, as 19 coordenações dos cursos de graduação estão vinculadas à Diretoria de Graduação. Em Belo Horizonte, as coordenações dos cursos de Administração, de Letras, do Programa Especial de Formação Pedagógica de Docentes, da Eng. Ambiental e Sanitária, da Eng. de Computação, da Eng. de Materiais, da Eng. de Produção Civil, da Eng. Elétrica, da Eng. Mecânica, da Química Tecnológica e da Engenharia de Transportes.

Nas unidades do interior existem cursos superiores em Araxá, Curvelo, Divinópolis, Leopoldina, Nepomuceno, Timóteo e em Varginha. Em Araxá, estão vinculadas à Dirgrad as coordenações dos cursos de Eng. de Automação Industrial e de Eng. de Minas; Curvelo, a coordenação do curso de Eng. Civil; Divinópolis, a coordenação do curso de Eng. Mecatrônica; Leopoldina, a coordenação do curso de Eng. de Controle e Automação; Nepomuceno, a coordenação do curso de Eng. Elétrica; Timóteo, a coordenação do curso de Eng. de Computação e em Varginha, a coordenação do curso de Eng. Civil.

c) Principais objetivos estratégicos da unidade para o exercício de 2016 e as estratégias adotadas para sua realização e para o tratamento dos riscos envolvidos

Considerando as atribuições da Diretoria de Graduação e as metas estabelecidas no PDI, coloca-se para essa Diretoria um permanente desafio para a melhoria contínua ensino de graduação. Tal melhoria implica a avaliação permanente dos processos de ensino, da organização escolar, da infraestrutura e dos recursos materiais, entre outros aspectos. O acompanhamento do processo de ensino-aprendizagem é realizado por meio de discussões coletivas no âmbito dos cursos de Graduação, no Fórum de Coordenadores dos Cursos de Graduação, e por discussões e deliberações do Conselho de Graduação.

O processo de avaliação do Ensino da Graduação é realizado pela CPA - Comissão Permanente de Avaliação, e ocorre semestralmente por meio de questionários preenchidos pelos discentes. Após levantamento de todas as informações dos questionários, a CPA produz um caderno de avaliação de cada curso, os quais são amplamente discutidos pelo Núcleo Docente Estruturante dos cursos (NDE) e Colegiados, retroalimentando o processo de melhoria do ensino. Nas discussões do NDE e Colegiado de curso são traçadas as ações corretivas e inovadoras que visam à consolidação dos cursos de graduação com nível de qualidade de excelência.

A CPA também realiza, anualmente, o Relatório de Autoavaliação Institucional, que é postado no Sistema e-MEC todo final do mês de março. Tal relatório apresenta as ações e melhorias de toda a Instituição, conforme exigido pelo MEC. O CEFET-MG e os cursos vêm sendo avaliados segundo as diretrizes do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) de acordo com as instruções normativas da Secretaria de Regulação do Ensino Superior (SERES).

Essas ações, dentre outras, contribuem de forma significativa para elevar a qualidade dos cursos de Graduação e para o aprimoramento contínuo de seus projetos pedagógicos. Portanto, os principais objetivos estratégicos traçados pela Diretoria de Graduação para o exercício de 2016 são:

- Objetivo 1: Desenvolver e melhorar o ensino de graduação.
- Objetivo 2: Reestruturar os cursos de graduação;
- Objetivo 3: Acompanhar os cursos em processo de autorização e reconhecimento de curso para alcançar os objetivos do PDI (Conceito 4 para os cursos reconhecidos pelo MEC) e realizar atividades exigidas pelo MEC relacionadas à educação superior).
- Objetivo 4: Regulamentar, revisar, elaborar e aprimorar os marcos regulatórios da graduação.
- Objetivo 5: Ampliar a oferta de monitoria.
- Objetivo 6: Realizar e aperfeiçoar as atividades de fomento da graduação.
- Objetivo 7: Incentivar o desenvolvimento do Programa de Educação Tutorial – CEFET-MG.
- Objetivo 8: Acompanhar a Mobilidade Acadêmica Discente.

Estratégias para o objetivo 1 – Desenvolver e melhorar o ensino de graduação

• Gestão dos processos seletivos para preenchimento de vagas remanescentes

O processo seletivo para preenchimento de vagas remanescentes é uma das formas de ingresso nos cursos de graduação do CEFET-MG. As vagas remanescentes são aquelas que resultam da transferência do CEFET-MG para outras instituições, da reopção de curso e do cancelamento do registro acadêmico. Os processos são realizados semestralmente através de três editais específicos para as quatro modalidades, na seguinte ordem de prioridade: 1º Reopção de Curso e Reingresso; 2º Transferência e 3º Obtenção de Novo Título. As vagas restantes do processo de Reopção de Curso e Reingresso são ofertadas no Edital de Transferência. As vagas restantes do processo de Transferência são ofertadas no Edital de Obtenção de Novo Título. Os processos seletivos de Reopção de Curso e Reingresso e de Obtenção de Novo Título são coordenados pela Diretoria de Graduação e o de Transferência é coordenado pela Comissão Permanente de Vestibular (COPEVE). A Diretoria de Graduação faz a gestão de todo o processo.

Conforme mostra o Quadro 3.2, em 2016, encerrou-se o processo de preenchimento das vagas apuradas em 2015/2 e iniciou-se o processo das vagas apuradas em 2016/1 e o processo das vagas apuradas 2016/2.

Quadro 3.2 - Processos Seletivos de Preenchimento de Vagas Remanescentes no ano de 2016

Processo	Edital	Modalidade	Semestre de ingresso
23062.006844/2015-20 vagas apuradas em 2015/2	139/15, de 01/10/15	Reopção de Curso e Reingresso	2016/1
	63/16, de 10/05/2016	Transferência Externa	2016/2
	90/16, de 07/07/16	Obtenção de Novo Título	2016/2
23062.001115/2016-68 Vagas apuradas em 2016/1	48/16, de 31/03/16	Reopção de Curso e Reingresso	2016/2
	141/16, de 17/11/16	Transferência Externa	2017/1
	*		
23062.006899/2016-11	133/16, de 03/11/2016	Reopção de Curso e Reingresso	2017/1

Fonte: Editais dos Processos Seletivos para preenchimento de Vagas Remanescentes.

* Devido ao prazo de encerramento do processo seletivo de Transferência Externa, o processo seletivo de Obtenção de Novo Título das vagas apuradas em 2016/1 não será realizado para ingresso no primeiro semestre de 2017, devendo-se realizar para ingresso no segundo semestre de 2017.

• Revisão anual do Guia Acadêmico da Graduação

Em 2014 foi realizada a primeira revisão do Guia Acadêmico da Graduação, após a sua implantação em 2013. A revisão do Guia tem como objetivo a constante atualização, incluindo novos marcos regulatórios concluídos no ano de 2014, bem como a inclusão de três novos cursos que foram iniciados no primeiro semestre de 2015: Engenharia de Transportes em Belo Horizonte, Engenharia Elétrica, em Nepomuceno, e Engenharia Civil, em Varginha. Em 2016, foram realizadas duas atualizações do Guia Acadêmico. No primeiro semestre, foram inseridas as Normas Acadêmicas dos Cursos de Graduação (Res. CD nº 83/2005). No segundo semestre, foram feitas apenas revisões de forma. Essa última versão foi disponibilizada apenas por meio de arquivo virtual.

Ressalta-se que tal instrumento foi, também, utilizado nas dinâmicas de acolhimento de novos servidores, os quais puderam, por meio de um documento consolidado, conhecer em linhas gerais os principais marcos regulatórios da graduação.

• Atualização do acervo da biblioteca

O acervo das Bibliotecas é um dos instrumentos essenciais para o processo de ensino/aprendizagem. Para acompanhar o rápido desenvolvimento da ciência e da tecnologia, procura atuar como um centro de investigação das novidades e necessidades emergentes do público que utiliza a biblioteca. Compõe-se de uma variedade de materiais nas diversas áreas do conhecimento e formatos, quais sejam: livros, monografias, teses, dissertações, fitas de vídeo, CD-ROMs, periódicos, apostilas, catálogos, normas técnicas etc. O acervo das Bibliotecas do CEFET-MG é descentralizado fisicamente, isto é, concentra-se na Biblioteca de cada Unidade. No entanto, pode ser consultado através da Internet ou do próprio sistema *in loco*, na base geral do acervo disponibilizada pelo Sistema SOPHIA. Esse sistema possibilita a integração dos acervos do CEFET-MG a diversas outras instituições que, além de serem usuárias dele, utilizam outros sistemas que trabalham com o protocolo Z39.50, possibilitando a catalogação cooperativa de dados. Visando a manter um acervo atualizado, as bibliotecas seguem uma política de seleção e desenvolvimento de coleções, que acompanha a renovação do ensino e o desenvolvimento de novas áreas de atuação da Instituição. O acervo bibliográfico das bibliotecas é adquirido tendo como base o plano de ensino elaborado pelos professores e as solicitações dos alunos.

A política de desenvolvimento de coleções do CEFET-MG se dá por meio de compras anuais regulares via processos licitatórios: pregão eletrônico e adesão à ata, por meio de doações recebidas, além de verbas advindas de editais de órgãos de fomento, como FAPEMIG e CAPES. Em relação à ampliação do acervo realizada no ano de 2016, foi aberto o processo de compras de livros nacionais 2014/2015 nº 23062.002022/15-70, com pregão eletrônico realizado no dia 17/11/2015, no valor de R\$775.889,84 (Setecentos e setenta e cinco mil, oitocentos e oitenta e nove reais e oitenta e quatro centavos). Estes livros foram entregues durante todo ano, com a previsão de finalização em fevereiro de 2017. Foi aberto também o processo 23062.006534/16-96 para compra de livros importados e, em novembro de 2016, o CEFET-MG aderiu a uma ata da Universidade Federal Fluminense para compra destes livros no valor de R\$714.734,68 (Setecentos e quatorze mil, setecentos e trinta e quatro reais e sessenta e oito centavos). Também foram feitos investimentos com verbas advindas de editais de órgãos de fomento para renovação da base de dados de livros eletrônicos EBSCO, que oferece assinatura da coleção de eBooks, Ebook Academic Subscription Collection – Worldwide (All), disponibilizando mais de 130.000 títulos em todas as áreas do conhecimento. Muitos periódicos, dissertações, teses e livros são disponibilizados *on line* em repositórios institucionais ou bases digitais como: SciFinder, Thomson Reuters, Emerald, Ebsco, Ebrary etc. Estes são impressos e disponibilizados para empréstimo, quando solicitados. O CEFET-MG tem acesso pleno ao Portal de Periódicos CAPES a partir de qualquer computador instalado nas Unidades. Em síntese, o acervo é bastante satisfatório e tem se expandido regularmente com novas aquisições, atendendo à atualização e à expansão de novos cursos. Nos quadros 3.3 e 3.4 são mostrados, respectivamente, o acervo adquirido em 2016 e o acervo total disponível para consulta.

Quadro 3.3 – Acervo bibliográfico (livros e periódicos) adquirido em 2016

Bibliotecas	Livros	Periódicos	Semestre de ingresso
	Títulos	Exemplares	Títulos
C.1 / BPG - BH	877	2133	54
C.2 / BPG - BH	355	832	61
C.3 - Leopoldina	373	1005	13
C.4 - Araxá	1720	2522	33
C.5 - Divinópolis	273	805	21
C.7 - Timóteo	254	692	28
C.8 - Varginha	447	1473	19
C.9 - Nepomuceno	400	1566	17
C.10 - Curvelo	495	1836	18
C.11 – Contagem*	334	1190	1
TOTAL	5528	14054	265

(*) Não há curso de graduação na Unidade de Contagem

Fonte: Relatório de atividades das Bibliotecas das unidades, 2016 e Sistema Sophia.

Quadro 3.4 – Acervo bibliográfico (livros e periódicos) disponível para consulta em 2016

Bibliotecas	Livros	Periódicos	Semestre de ingresso
	Títulos	Exemplares	Títulos
C.1 / BPG - BH	16317	41300	381
C.2 / BPG - BH	13216	32435	294
C.3 - Leopoldina	5534	11562	62
C.4 - Araxá	6371	13375	56
C.5 - Divinópolis	4915	11848	98
C.7 - Timóteo	2855	15855	73
C.8 - Varginha	2953	6532	70
C.9 - Nepomuceno	3515	8882	108
C.10 - Curvelo	3048	8025	64
C.11 – Contagem*	1553	3500	11
TOTAL	5528	14054	265

(*) Não há curso de graduação na Unidade de Contagem

Fonte: Relatório de atividades das Bibliotecas das unidades, 2016 e Sistema Sophia.

O processo de compra de livros é gerenciado pelo módulo de aquisição de livros do SOPHIA, com objetivo de verificar os títulos a serem comprados, criando uma demanda de livros para atender às necessidades dos cursos ofertados na instituição. Prioridade é dada para a aquisição das obras que fazem parte das listas de bibliografia básica e complementar, seguindo as quantidades especificadas pelo MEC, para atender à demanda dos cursos.

• Gestão do processo de filiação das disciplinas da graduação aos departamentos

Com a implantação de novos cursos de graduação, vários departamentos foram criados na estrutura organizacional e administrativa nas unidades do CEFET-MG. A criação desses departamentos, baseada na afinidade entre as disciplinas da graduação, conforme as áreas de conhecimentos que surgiram ou dos cursos que foram criados, implicou na necessidade de criar um processo de revisão da filiação das disciplinas aos departamentos.

Em 2014, a Diretoria de Graduação, planejou o processo de filiação das disciplinas ofertadas na unidade de Belo Horizonte em cinco etapas: (1) levantamento das disciplinas da graduação, por área de conhecimento, no Sistema Acadêmico Qualidata, nos Projetos Pedagógicos de Cursos e em consulta aos coordenadores de curso; (2) encaminhamento da planilha das disciplinas organizadas por área de conhecimento, às respectivas Coordenações de Curso, para análise e apreciação no Colegiado; (3) encaminhamento da planilha das disciplinas organizadas por área de conhecimento, já apreciada pelos Colegiados, aos respectivos departamentos para análise e apreciação em assembleia; (4) realização de reuniões com os departamentos, sanando divergências no processo de filiação; (5) conclusão e aprovação do processo de filiação das disciplinas pelo Conselho de Graduação.

Em 2015, a Diretoria de Graduação concluiu a quarta etapa do processo de filiação de disciplinas ofertadas em Belo Horizonte, realizando reuniões com os departamentos para discutir possíveis divergências no processo de filiação. Em seguida, a proposta de filiação de disciplinas ofertadas em Belo Horizonte foi avaliada e aprovada pelo Conselho de Graduação.

Em 2016, foram realizadas apenas algumas ações voltadas para a filiação das disciplinas ofertadas nas unidades do CEFET no interior do Estado. Espera-se, em 2017, concluir o processo de filiação das disciplinas ofertadas em todas as unidades do CEFET-MG, com a decorrente aprovação pelo Conselho de Graduação.

• Ajuste do Sistema Acadêmico

Continuamente o Q-Acadêmico necessita de revisão e ajustes de seus processos e funções para se adequar à realidade, atendendo novas demandas dos cursos de graduação. No ano de 2015, foi implementado o § 2º do artigo 74 das Normas Acadêmicas, Resolução CD-083/05, de 5 de julho de 2005:

no primeiro semestre em que obtiver RS insuficiente, o aluno será comunicado, via correspondência registrada, pela Divisão de Registro Escolar e encaminhado ao Coordenador do Curso para discussão do baixo rendimento. No segundo semestre consecutivo ou não com RS insuficiente, o aluno será alertado pelo Coordenador de Curso e encaminhado ao Núcleo de Apoio ao Ensino (NAE) para orientação [atual Coordenação Pedagógica]. No terceiro semestre consecutivo com RS insuficiente terá seu registro acadêmico cancelado, conforme art. 90, inciso V.

Tal medida foi implementada pelo Conselho de Graduação, visando o acompanhamento mais efetivo dos alunos e procurando minimizar a evasão e a repetência.

No final de 2015, o sistema acadêmico foi ajustado e passou a oferecer condições de acompanhamento dos alunos implicados pelo referido artigo. Em 2016, o artigo 74 das Normas Acadêmicas foi aplicado, chegando-se à conclusão de que sua aplicação deveria ser suspensa e regulamentada mediante estudo realizado por comissão constituída pelo Conselho de Graduação. Assim que a comissão concluir o estudo, previsto para março de 2017, o artigo voltará a ser aplicado.

• Guia de Gestão Acadêmica da Graduação

Em 2015, foi elaborado o Guia de Gestão Acadêmica da Graduação que apresenta os processos e rotinas de trabalho das Coordenações dos Cursos de Graduação que foram discutidos nas “Oficinas de Trabalho de Coordenadores de Graduação” realizadas em 2014.

Após a realização das Oficinas, alguns procedimentos passaram por uma revisão para identificar as grandes etapas ou fases envolvidas no processo ou rotina (planejamento, desenvolvimento, avaliação/encerramento). No Guia de Gestão Acadêmica da Graduação, os 40 procedimentos trabalhados e discutidos nas oficinas foram organizados em oito categorias:

- Criação, implantação e reestruturação do Projeto Pedagógico do Curso (PPC)
- Componentes Curriculares do Projeto Pedagógico do Curso (PPC): Procedimentos previstos nas Normas Acadêmicas
- Programa de Monitoria
- Programa de Mobilidade Estudantil
- Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES)
- Rotinas da Coordenação
- Eventos da Graduação

No Guia foi incluído um glossário de termos empregados no ensino de graduação do CEFET-MG. Esse Glossário tem por finalidade propiciar uma fonte de consulta rápida a respeito de termos usualmente empregados no ensino de graduação.

Os vocábulos com seus conceitos e definições foram selecionados e extraídos, principalmente, de resoluções do Conselho Nacional de Educação e de resoluções dos Conselhos Superiores e do Conselho de Graduação do CEFET-MG. Outros vocábulos foram literalmente extraídos dos glossários do Censo da Educação Superior e da Portaria nº 40, do Ministério da Educação. Alguns conceitos foram elaborados por servidores da Diretoria de Graduação. O Guia foi divulgado na versão impressa e digital, estando essa última disponível no sítio eletrônico da Diretoria de Graduação e será atualizado e/ou aperfeiçoado permanentemente, a partir de contribuições dos usuários. A primeira versão do Guia foi distribuída aos Coordenadores de Curso e Chefes de Departamento.

Em 2016, a Diretoria de Graduação passou a adotar esse guia especialmente para as orientações aos novos coordenadores de curso. Foi criado um e-mail institucional para receber as críticas e propostas de reformulação do Guia.

Esstratégias para o objetivo 2 – Reestruturar os cursos de graduação

• Reestruturação de Projetos Pedagógicos de Cursos

No ano de 2016, a Diretoria trabalhou com a reestruturação do curso Programa Especial de Formação Pedagógica para Docente, que, atualmente, está em posse da comissão proponente para ajustes finais. O PPC de Engenharia Mecânica da unidade de Belo Horizonte teve sua reestruturação aprovada pelo conselho de graduação e pelo CEPE, conforme Resolução CEPE-31/16, de 28 de dezembro de 2016. CEPE. A proposta de reestruturação do curso de Engenharia de Automação Industrial de Araxá está sob análise de comissão nomeada pelo CGRAD.

• Ampliação do Ensino de Graduação

O objetivo da ampliação da graduação no ano de 2016 continua sendo a oferta de cursos noturnos e nas unidades do interior. O Gráfico 12 apresenta o aumento de vagas dos cursos de graduação, já incluída a expansão do ano de 2015 e o número de vagas ofertadas em 2016.

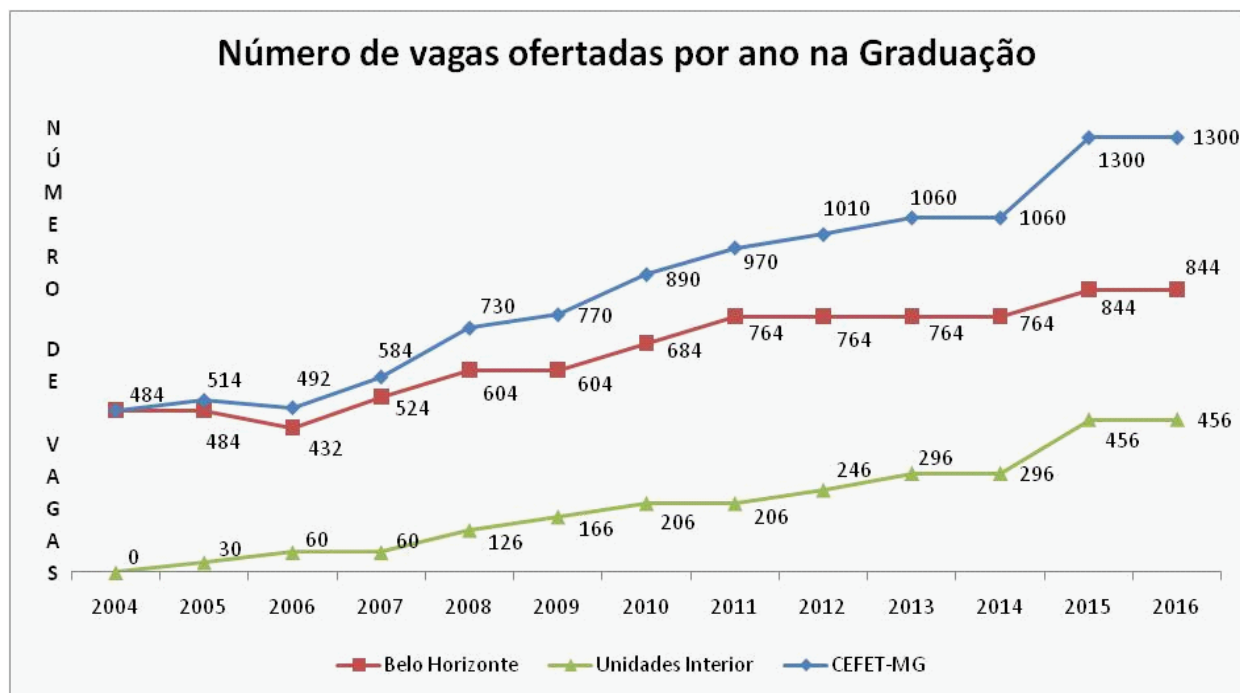


Gráfico 12 - Evolução do número de vagas dos cursos dos cursos de graduação do CEFET-MG no período de 2004 a 2016.

Fonte: Diretoria de Graduação, 2016.

O PPC do curso de Engenharia Metalúrgica, unidade Timóteo, foi aprovado em Dezembro, pelo CEPE, mas sem previsão de início. Conforme visualizado no Quadro 3.5, os demais cursos estão em diferentes *status* de tramitação.

Quadro 3.5 - situação, em 2016, dos projetos pedagógicos de novos cursos de graduação

Bibliotecas	Livros	Periódicos	Semestre de ingresso
23062.001784/10-37	Ciência da Computação	Contagem	na Unidade para análise
23062.000726/11-86	Eng. Metalúrgica	Timóteo	em análise no CGRAD
23062.000463/12-50	Eng. Química	Contagem	voltou para a Comissão Proponente
23062.006397/16-90	Programa Especial de Formação Pedagógica de Docentes	Belo Horizonte	voltou para a Comissão Proponente
23062.002974/16-74	Licenciatura em Matemática	Belo Horizonte	em análise no CGRAD
23062.003330/16-01	Eng. de Computação	Leopoldina	em análise no CGRAD
23062.003331/16-48	Eng. Mecânica	Leopoldina	em análise no CGRAD

Fonte: Diretoria de Graduação, 2016.

Considerando que a implantação de alguns cursos ainda não se completou, pois ainda não ofertam todos os períodos, o número de alunos matriculados cresce progressivamente até que essa implementação ocorra. O Gráfico 13 apresenta a evolução do número de alunos matriculados, a partir do ano de 2005 até o ano de 2016 e a projeção até 2018.

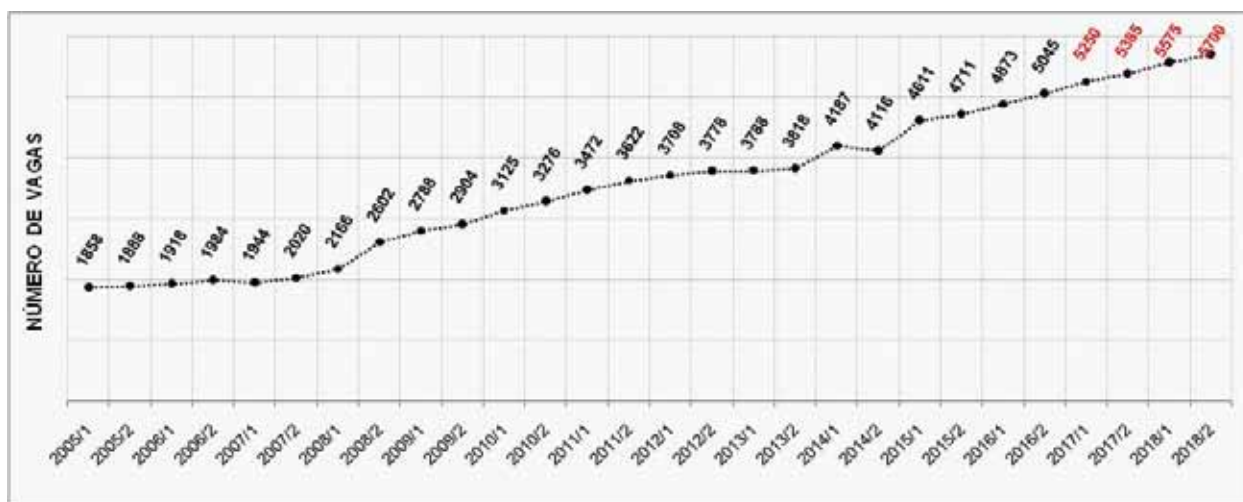


Gráfico 13 - Evolução do aumento de matrículas nos cursos de graduação do CEFET-MG no período de 2005 a 2016 e projeção no período de 2017 a 2018.

Fonte: Diretoria de Graduação, 2016.

Estratégias para o objetivo 3: Acompanhar os cursos em processo de autorização e reconhecimento de curso para alcançar os objetivos do PDI e realizar atividades exigidas pelo MEC relacionadas à educação superior

Em 2016, o foco principal foi o acompanhamento dos cursos já existentes e dos cursos em processo de reconhecimento. Foram realizadas as seguintes ações:

- Acompanhamento e gerenciamento dos seguintes sistemas: e-MEC, Censo, ENADE, Fale Conosco;
- Coordenação do processo de coleta e tratamento dos dados do Censo 2015;
- Reuniões de preparação para a visita *in loco* referente ao processo de reconhecimento do Curso de Engenharia Civil (Curvelo);
- Reuniões de preparação para a visita *in loco* referente ao processo de reconhecimento do Curso de Engenharia de Minas (Araxá);
- Orientação, preparação e acompanhamento das diligências ocorridas no processo de reconhecimento do curso de Engenharia Civil, de Curvelo;
- Orientação, preparação e acompanhamento da diligência ocorrida no processo de autorização do curso de Engenharia Civil, de Varginha;
- Orientação, preparação e acompanhamento do processo de renovação de reconhecimento do Programa Especial de Formação Pedagógica de Docentes;
- Orientação e acompanhamento em todo o processo do ENADE para os alunos irregulares;
- Orientação aos coordenadores e professores para preparação nos processos Renovação de Reconhecimento de Curso, com realização de reuniões;
- Visitas às unidades e levantamento de toda a demanda necessária ao bom funcionamento dos cursos, visando um ensino de qualidade. Tais visitas tiveram os seguintes objetivos: organização da parte pedagógica, visando o Projeto Pedagógico de Curso e os Planos de Ensino das disciplinas, reunião com o corpo docente e técnico-administrativo, acompanhamento das demandas de infraestrutura, como salas de aula, laboratórios, acervo bibliográfico, sala de coordenação, gabinetes de docentes, registro e controle acadêmico e estágio, reunião com toda a comunidade para tratar das avaliações de curso e docentes realizadas pela CPA e da avaliação da Instituição;
- Participação em eventos externos, como o I Encontro da Rede Federal de Minas Gerais e do AVALIES.

Estratégias para o Objetivo 4: Regularizar, revisar, elaborar e aprimorar os marcos regulatórios da graduação

• Realização de reuniões do Fórum de Coordenadores e Conselho de Graduação

Em 2016 foram realizadas 9 reuniões do Fórum de Coordenadores e 10 reuniões do Conselho de Graduação.

• Apreciação e aprovação de normas e regulamentos no Conselho de Graduação

Além de aprovar os calendários escolares dos cursos de graduação, o quadro de vagas para os processos seletivos (vestibular e vagas remanescentes) e de decidir acerca de recursos contra a decisão dos colegiados e casos omissos às Normas, o Conselho de Graduação (CGRAD) apreciou projetos pedagógicos de cursos (PPCs). Assim, o Quadro 3.6 apresenta a relação das resoluções aprovadas ao longo de 2016 pelo Conselho de Graduação, contemplando as demandas citadas. Outro tipo de documento que ganha destaque no Relatório de 2016, e que também expressa ações do CGRAD, são as portarias que nomeiam as comissões de análise de PPCs e outras políticas relacionadas à área de atuação da Diretoria de Graduação, que estão relacionadas no Quadro 3.7.

Quadro 3.6 - Relação de resoluções aprovadas no Conselho de Graduação em 2016

Resolução	Assunto
001/16	Aprova o quadro geral de vagas remanescentes apuradas no 1º semestre de 2016
002/16	Aprova o quadro de vagas a serem oferecidas para o Processo Seletivo da Graduação – 2º Semestre de 2016
003/16	Aprova ad referendum, em grau de excepcionalidade, a titulação de Mestre para as candidaturas para os cargos de Coordenador de Curso e Sub-Coordenador do Curso de Administração do CEFET- MG
004/16	Aprova o calendário letivo detalhado do segundo semestre do ano de 2016 dos Cursos de Engenharia de Automação Industrial e de Engenharia de Minas ministrados em Araxá
005/16	Aprova o calendário letivo detalhado do segundo semestre do ano de 2016 dos Cursos de Graduação ministrados em Belo Horizonte
006/16	Aprova o calendário letivo detalhado do segundo semestre do ano de 2016 do Curso de Engenharia Civil ministrado em Curvelo
007/16	Aprova o calendário letivo detalhado do segundo semestre do ano de 2016 do Curso de Engenharia Mecatrônica ministrado em Divinópolis
008/16	Aprova o calendário letivo detalhado do segundo semestre do ano de 2016 do Curso de Engenharia de Controle e Automação ministrado em Leopoldina
009/16	Aprova o calendário letivo detalhado do segundo semestre do ano de 2016 do Curso de Engenharia Elétrica ministrado em Nepomuceno
010/16	Aprova o calendário letivo detalhado do segundo semestre do ano de 2016 do Curso de Engenharia de Computação ministrado em Timóteo
011/16	Aprova o calendário letivo detalhado do segundo semestre do ano de 2016 do Curso de Engenharia Civil ministrado em Varginha
012/16	Aprova alteração no Projeto Pedagógico do Curso de Engenharia de Automação Industrial da unidade de Araxá
013/16	Estabelece condições excepcionais para a matrícula, no 2º Semestre Letivo de 2016, do estudante Guilherme Gazzinelli Rohrmann (Curso de Engenharia Mecatrônica – Divinópolis)
014/16	Estabelece condições excepcionais para a matrícula, no 2º Semestre Letivo de 2016, da estudante Thais Ferraz (Curso de Engenharia Ambiental e Sanitária – Belo Horizonte)
015/16	Estabelece condições excepcionais para a matrícula, no 2º Semestre Letivo de 2016, da estudante Camila Alves Soares Arantes (Curso de Engenharia Ambiental e Sanitária – Belo Horizonte)
016/16	Aprova os Planos de Ensino das disciplinas Química e Laboratório de Química, para os cursos de graduação da unidade de Nepomuceno
017/16	Suspende, em caráter temporário, os efeitos do Art. 74 das Normas Acadêmicas dos Cursos de Graduação do CEFET-MG, aprovadas pela Resolução CD-083/05, de 05 de julho de 2005
018/16	Aprova ad referendum o quadro geral de vagas remanescentes apuradas no 2º semestre de 2016
019/16	Aprova a matrícula do aluno Samuel Lúcio Araújo Silveira Ataíde para o 1º semestre/2017
020/16	Aprova o quadro de vagas a serem oferecidas por curso para o Processo Seletivo da Graduação – 1º Semestre de 2017. Aprova notas de corte e pesos para as provas do Processo Seletivo SiSU
021/16	Aprova a validação de disciplinas cursadas pelo aluno Kleberon Costa Amaral como tópicos especiais na Engenharia de Produção Civil
022/16	Aprova a realização de aproveitamento de estudos, em caráter excepcional, para alunos do Curso de Engenharia de Produção Civil

Fonte: Diretoria de Graduação, 2016.

Quadro 3.7 - Relação de portarias aprovadas no Conselho de Graduação em 2016

Resolução	Assunto
002/16	Nomeia a Comissão responsável pela reestruturação do Projeto Pedagógico do Programa Especial de Formação Pedagógica de Docentes – PEFPD do CEFET-MG, em Belo Horizonte - Processo: 23062.000999/2016-33
006/16	Cria a Comissão para a Formulação de Política Institucional de Acesso ao Imigrante e Refugiado no CEFET-MG, nomeando seus integrantes
007/16	Nomeia a comissão responsável para analisar a proposta do Projeto Pedagógico do Curso de Ciência da Computação do CEFET-MG / CONTAGEM – Processo 23062.001784/2010-37
008/16	Nomeia a comissão responsável para analisar a proposta do Projeto Pedagógico do Curso de Engenharia de Computação do CEFET-MG / DIVINÓPOLIS – Processo 23062.005105/2016-00
012/16	Nomeia a Comissão responsável pela análise da proposta de reestruturação do Projeto Pedagógico do Curso Engenharia Mecânica do CEFET-MG, em Belo Horizonte - Processo: 23062.06051/2016-91
017/16	Nomeia a Comissão responsável pela análise da proposta de reestruturação do Projeto Pedagógico do Programa Especial de Formação Pedagógica de Docentes do CEFET-MG, em Belo Horizonte – Processo: 23062.006397/2016-90
020/16	Nomeia a comissão responsável para analisar a proposta do Projeto Pedagógico para implantação do Curso de Licenciatura em Matemática no CEFET-MG em Belo Horizonte – Processo: 23062.002974/2016-74
021/16	Nomeia a Comissão responsável pela reestruturação do Projeto Pedagógico do Curso de Engenharia de Automação Industrial do CEFET-MG, em Araxá – Processo 23062.004245/2016-52
024/16	Nomeia a comissão responsável para analisar a proposta do Projeto Pedagógico para implantação do Curso de Engenharia Mecânica no CEFET-MG, campi Leopoldina – Processo: 23062.003331/2016-48
025/16	Nomeia a comissão responsável para analisar a proposta do Projeto Pedagógico para implantação do Curso de Engenharia de Computação no CEFET-MG, em Leopoldina – Processo: 23062.003330/2016-01
026/16	Nomear a comissão responsável para estudar os impactos decorrentes pela aplicação do Artigo 74 das Normas Acadêmicas no atual cenário da graduação do CEFET-MG e propor novos critérios para seu emprego.

Fonte: Diretoria de Graduação, 2016.

Estratégias para o objetivo 5: Ampliar a oferta de monitoria

O Programa de Monitoria envolve atividades de apoio às disciplinas da graduação, principalmente, para aquelas com alto índice de retenção. A monitoria é desenvolvida por um aluno (monitor) que já cursou, com êxito, a disciplina em períodos anteriores. O aluno monitor trabalha sob orientação do professor e recebe uma bolsa auxílio. O monitor auxilia alunos que se encontram em dificuldade de aprendizagem na disciplina, por meio de atividades diversificadas, como explicação e resolução de exercícios e esclarecimento de dúvidas, contribuindo para minimizar a repetência, a evasão e a falta de motivação dos alunos.

O Programa de Monitoria do CEFET-MG é normatizado pela Resolução CGRAD – 023/08, de 24 de setembro de 2008 e tem por objetivos:

- (I) contribuir para o desenvolvimento de aptidões para a docência do aluno;
- (II) contribuir para a formação acadêmica do aluno;
- (III) possibilitar o compartilhamento de conhecimentos adquiridos com outros alunos;
- (IV) promover a cooperação entre os corpos discente e docente para a melhoria do ensino;
- (V) contribuir para minimizar os problemas de repetência, evasão e de falta de motivação dos alunos.

Atendendo a uma demanda de alunos e professores, o Conselho de Graduação aprovou, no primeiro semestre de 2014, a Resolução CGRAD 003/14, de 19/02/2014, que altera a vigência da bolsa de monitoria (de quatro para dez meses).

As Coordenações de Cursos, em conjunto com os Departamentos, definem as disciplinas que serão contempladas com a Monitoria. Os monitores são selecionados por edital elaborado pelo Departamento ao qual a disciplina está filiada.

Atualmente, a Resolução CGRAD – 023/08 está passando por uma reformulação mais ampla. Em 2015 foi implantado, no Departamento de Física e Matemática (campus I), um projeto de monitoria, destinado especialmente aos alunos do 1º período dos cursos de graduação que cursam a disciplina Cálculo I. Nesta monitoria são abordados conceitos básicos e fundamentais da Matemática, necessários à aprendizagem da disciplina. Para este projeto de monitoria do Departamento de Física e Matemática, a Diretoria de Graduação destinou, em 2016, 5 das 191 bolsas previstas para o Programa de Monitoria.

A Figura 3 mostra o número de monitores dos cursos de graduação, por semestre, no período de 2011 a 2016.

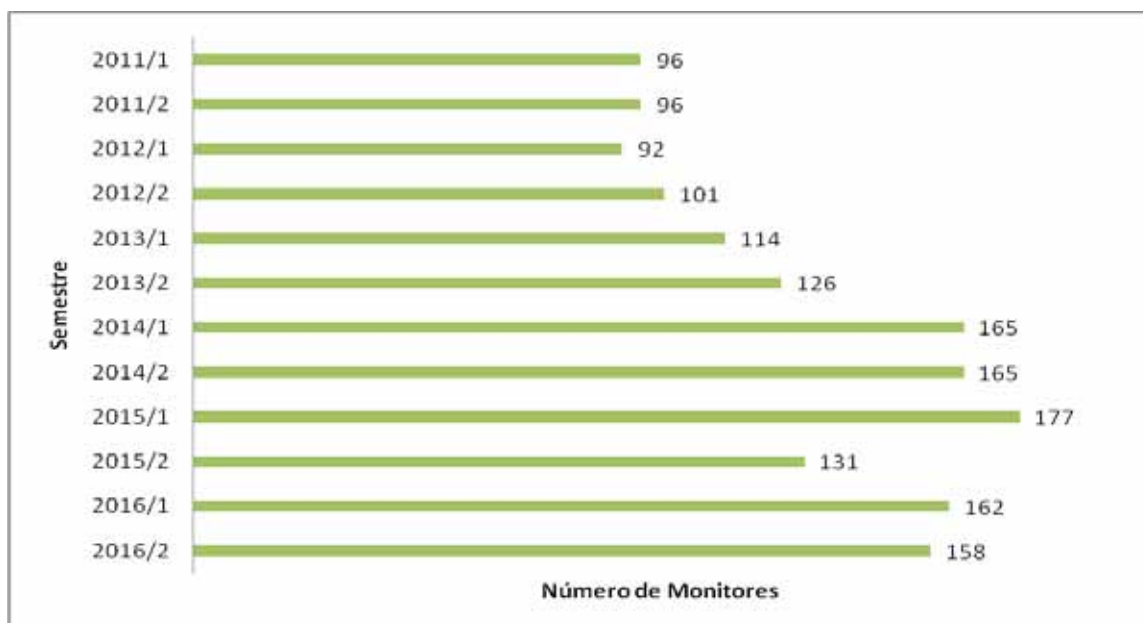


Figura 3 - Evolução do número de monitores dos cursos de graduação do CEFET-MG no período de 2011 a 2016.

Fonte: Diretoria de Graduação, 2016.

Estratégias para o objetivo 6: Realizar e aperfeiçoar as atividades de fomento da graduação

• Organização dos eventos regulares do calendário da Diretoria de Graduação como: Seminário da Graduação, Mostra Virtual Permanente, Aula Inaugural

- **Seminário da Graduação** – Em 2016 foi realizado o Seminário da Graduação. O objetivo geral do evento foi *discutir a democratização do ensino superior: acesso e permanência*. Os objetivos específicos foram: a) Analisar entraves à plena democratização do ensino superior de qualidade; b) Compartilhar experiências didáticas dos professores da área de matemática nos cursos de graduação do CEFET-MG, realizadas com o objetivo de minimizar os índices de reprovação; c) Discutir sobre o papel dos atuais programas de monitoria e tutoria da graduação e sua relação com o ensino de matemática; d) Debater experiências em nível local, regional e nacional que se propuseram a minimizar os índices de reprovação da matemática na graduação; e) Discutir encaminhamentos de ações visando à minimização dos índices de retenção e evasão no ensino superior, especialmente no que se refere à matemática nos diversos cursos de graduação.

- **Acolhimento dos alunos ingressantes** – Tradicionalmente, a Diretoria de Graduação realizava a aula inaugural a cada início de semestre. Em 2016, houve uma mudança, no sentido de incluir mais atividades de acolhimento, entre elas a aula inaugural. No primeiro semestre de 2016, as atividades incluíram aula inaugural, com um Café Científico (realizado no Campus I de Belo Horizonte), em que houve palestra sobre o tema Ciência e Tecnologia, painel com exposições de diversos setores do CEFET-MG, sobre as atividades que realizam e as relações com a vida acadêmica do aluno. Incluiu ainda uma Sessão de estudo das Normas Acadêmicas realizadas nas turmas de primeiro período de todos os cursos. Essas sessões foram planejadas pela Coordenação Geral de Acompanhamento e Desenvolvimento da Graduação em parceria com as coordenações pedagógicas de cada unidade e foram executadas pelas Coordenações Pedagógicas. No segundo semestre de 2016, juntamente à Aula Inaugural e Estudos de Normas Acadêmicas, foi organizada no campus I de Belo Horizonte, com o apoio de equipes de competição de alunos da Instituição, o Dia da Integração. No campus II da mesma sede, foram desenvolvidas atividades de acolhimento envolvendo os PETs de administração e Engenharia de Computação.

- **InterPET** – Em 2016 foi realizado o InterPET. Essa é a primeira vez que a Diretoria de Graduação (DIRGRAD) promove o evento, o *Encontro dos Grupos do Programa de Educação Tutorial (PET) do CEFET-MG*. O objetivo é reunir professores e alunos para as reflexões, debates e trocas de experiências sobre o programa, além de contribuir para fortalecer a articulação da tríade ensino, pesquisa e extensão. O encontro tem o apoio dos PETs dos cursos de Administração (BH), Engenharia Ambiental (BH),

Engenharia de Controle e Automação (Leopoldina), Engenharia Civil (Curvelo), Engenharia de Computação (BH), Engenharia de Materiais (BH), Engenharia Mecatrônica (Divinópolis), Engenharia de Minas (Araxá) e Engenharia de Automação Industrial (Araxá).

• Gestão do Programa de Auxílio à Participação de Discentes em Eventos

A participação dos alunos da graduação no Programa de Auxílio em Eventos de caráter técnico-científico, competição acadêmica, esportivo e cultural foi regulamentada em 2013 por uma comissão composta por 5 membros, sendo um deles da Diretoria de Graduação. Esta regulamentação foi aprovada pela portaria DIR. nº 158/13, de 04/03/2013.

No ano de 2016, a Diretoria de Graduação apoiou a participação de 180 alunos da graduação em eventos de caráter técnico-científico, competição acadêmica, esportivo e cultural, por meio do Programa de apoio ao discente, marcando a presença em 46 eventos nacionais/internacionais. No Quadro 3.8 são mostrados os eventos em que os estudantes da graduação estiveram presentes, por meio de apoio financeiro do Programa de Apoio Discente, em 2016.

Quadro 3.8 - Estudantes atendidos pelo Programa de Auxílio à Participação de Discentes em Eventos em 2016

Evento	Nº
Congresso Brasileiro de Energia Solar - VI CBENS	1
II Congresso Ibero-americano de Humanidades, Ciências e Educação	1
9º Congresso Latino-Americano de Órgãos artificiais e Biomateriais	1
Simpósio Luso-Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental	1
Maratona Mineira de Programação 1ª fase	12
VI CBSOFT	37
ENEC/ENEJEC	1
Maratona Mineira de Programação 2ª fase	4
IV Congresso Baiano de Engenharia Ambiental e Sanitária	1
Encontro Nacional dos Institutos Federais - CSBC2016	1
Engenharíadas Mineiro 2016	42
6ª Conferência Internacional de desastres e Riscos Davos 2016	1
15ª Conferência Iberoamericana em Sistemas, Cibernética e Informática	1
XXIV Simpósio de Plantas Medicinais do Brasil	1
MOMAG2016	1
Visita técnica - Mariana	2
15º Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia	1
Winter Challenge 12ª Edição	6
XVIII Congresso Brasileiro de Mecânica dos Solos e Engenharia Geotécnica	1
XIV Encontro Nacional de Estudantes de Engenharia Ambiental	1
18º Encontro Nacional de Química Analítica	2
IX Congresso Nacional de Engenharia Mecânica	1
XXIV Simpósio de Plantas Medicinais	1
XXXV Congresso Interamericano de Ingeniería Sanitaria y Ambiental de AIDIS	1
2º Encontro Regional de Estudantes de Engenharia Civil (ERECC SE-CO)	1
XLIV Congresso Brasileiro de Educação em Engenharia	2
Congresso Brasileiro de Engenharia e Ciência dos Materiais	1
17th International Conference on Harmonics and Quality of Power	1
XIII Workshop em Física Molecular e Espectroscopia	2
CILAMCE 2016	1
Congresso Brasileiro de Automática	2
XLVII SBPO - Simpósio Brasileiro de Pesquisa Operacional	2

XII PLE-RJ e 3º CPLI	1
IV Congresso Brasileiro de Estudos Organizacionais	1
XV Simpósio Brasileiro de Games e Entretenimento Digital	3
20th International Conference on System Theory, Control and computing	2
GEOJOVEM 2016	1
Torneio Juvenil de Robótica 2016	2
XLIV Congresso Brasileiro de Educação em Engenharia	1
III Clade - Congreso de las Americas de Distribución Eléctrica	1
13th International Conference on Applied Computing (AC 2016)	1
INDUSCON 2016 - 12ª International Conference on Industry Applications	1
XVI International Symposium on Solid State Dosimetry	4
XXX Encontro Regional da Sociedade Brasileira de Química	5
Semana C&T	2
Torneio Juvenil de Robótica 2016	4
XXX Congresso de Pesquisa e Ensino em Transportes (ANPET)	17
Total	180

Fonte: Diretoria de Graduação, 2016.

Estratégias para o objetivo 7: Incentivar o desenvolvimento do Programa de Educação Tutorial – CEFET-MG

Foi criado e aprovado por meio da Resolução CGRAD – 010/14, de 14 de maio de 2014, o Programa Institucional de Educação Tutorial do CEFET-MG (PET-CEFET-MG) que será desenvolvido por grupos de estudantes, com tutoria de um docente, organizados a partir dos cursos de graduação do CEFET-MG, orientados sob o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Os objetivos do PET-CEFET-MG são:

- I – desenvolver atividades acadêmicas em padrões de qualidade de excelência, mediante grupos de aprendizagem tutorial de natureza coletiva e interdisciplinar;
- II – promover a formação acadêmica ampla dos estudantes, evitando a especialização precoce em uma ou mais disciplinas, subáreas ou linhas de atuação do curso de graduação.
- III – contribuir para a elevação da qualidade da formação acadêmica dos alunos de graduação em geral, por meio da atuação dos bolsistas como agentes multiplicadores, disseminando novas ideias e práticas entre o conjunto dos alunos da Instituição;
- IV – contribuir para a aproximação entre os currículos dos cursos de graduação e o desenvolvimento científico, cultural, artístico e tecnológico da área profissional;
- V – efetuar a experimentação de alternativas metodológicas de ensino;
- VI – formular novas estratégias de desenvolvimento e modernização do ensino superior;
- VII – desenvolver ações que integrem o ensino, a pesquisa e a extensão;
- VIII – estimular a interação dos bolsistas do programa com os corpos docente e discente da Instituição, inclusive em nível de pós-graduação, quando for o caso;
- IX – estimular a participação do estudante em atividades características de programas de pós-graduação;
- X – promover a integração da formação acadêmica com a futura atividade profissional do estudante;
- XI – contribuir para a formação de profissionais de elevada qualificação técnica, científica, tecnológica e acadêmica;
- XII – promover o contato dos bolsistas e demais alunos do curso com a realidade social em que o aluno, o curso e CEFET-MG estão inseridos;
- XIII – produzir, por meio de atividades de extensão, impacto positivo na sociedade;

XIV – estimular o espírito crítico, bem como a atuação profissional pautada pela ética, pela cidadania e pela função social da educação superior.

Em 2014, foram selecionados os 6 primeiros grupos PET-CEFET-MG, para início das atividades em 2015, sendo selecionados os cursos: Administração, Engenharia Ambiental e Sanitária, Engenharia Mecatrônica, Engenharia de Computação, Engenharia de Automação Industrial e Engenharia de Minas.

Em 2016, os grupos PET foram ampliados, sendo selecionados, para início das atividades em agosto de 2016, mais 2 grupos, um do curso de Engenharia Civil/Curvelo e outro de Engenharia de Materiais.

Há, ainda, o grupo PET do curso de Engenharia de Controle e Automação, Unidade Leopoldina, atuante desde 2010, selecionado na época por Edital do MEC.

Estratégias para o objetivo 8: Acompanhar a Mobilidade Acadêmica Discente

• Coordenação do processo de seleção e orientação dos estudantes para o Programa CEFET-MG/ANDIFES de mobilidade acadêmica

Em relação à mobilidade acadêmica, destaca-se que a modalidade intercâmpis e nacional é totalmente coordenada pela Diretoria de Graduação, que publica editais semestrais com base no convênio firmado entre as instituições federais que compõem a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), conhecido como Programa de Mobilidade nacional ANDIFES. No ano de 2016, 1 (uma) aluna participou da mobilidade na modalidade intercâmpis, 12 (doze) alunos do CEFET-MG participaram do programa de mobilidade para outras instituições federais e a instituição recebeu 1 (um) aluno de outra Universidade.

• Coordenação do processo de seleção e orientação dos estudantes para o Programa Ciências sem Fronteiras

O Programa Ciência sem Fronteiras foi criado em 2011 pelo Governo Federal com esforços conjuntos dos Ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e do Ministério da Educação (MEC) por meio de suas respectivas instituições de fomento, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e o Conselho Nacional de Pesquisa (CNPQ). No ano de 2016, as duas agências de fomento não publicaram editais para participação no programa Ciência sem Fronteiras.

Ademais, o CEFET-MG mantém acordos bilaterais, que viabilizam o intercâmbio de discentes e docentes. No ano de 2016, 31 estudantes de graduação do CEFET-MG participaram do programa de mobilidade acadêmica, por meio de tais acordos. Por outro lado, 18 alunos estrangeiros foram recebidos pelo CEFET-MG, durante o período em questão.

A relação dos alunos do CEFET-MG que saem para o exterior e dos alunos estrangeiros que chegam ao CEFET-MG é encaminhada para a Diretoria de Graduação pela Secretaria de Relações Internacionais, que envia tal listagem à Secretaria de Registro e Controle Acadêmico para atualizações no sistema acadêmico. O Quadro 3.9 apresenta os acordos vigentes celebrados entre o CEFET-MG e as Instituições de Ensino Internacionais.

Quadro 3.9 - Relação de Universidades que assinaram acordos com o CEFET-MG

País	Instituição	Assinatura	Abstrangência
ALEMANHA	Erasmus + (Beuth Hochschule Für Technik Berlin)	2015	Intercâmbio de discentes de graduação.
	Beuth Hochschule Für Technik	2014	Intercâmbio de discentes para cumprimento de estudos e/ou realização de pesquisa; de docentes ou pesquisador; de informações, desenvolvimento de atividades de pesquisa e projetos conjuntos; oferta de cursos, participação em seminários e congressos.
	KIT (Karlsruhe Institut für Technologie) de Karlsruhe	2009	Intercâmbio de docentes pesquisadores de diversas áreas.
	Hochschule Karlsruhe (Universidade de Ciências Aplicadas de Karlsruhe)	1997	Intercâmbio de estudantes, docentes e docentes pesquisadores das áreas das ciências exatas e da terra (química), engenharias, e linguística, letras e artes.
	Hochschule Munchen (Universidade de Ciências Aplicadas de Munique)		Intercâmbio de estudantes, docentes, e docentes pesquisadores da área das engenharias.
Fachhochschule Braunschweig/Wolfenbüttel (Ostfalia)		Intercâmbio de estudantes e docentes da área das engenharias	
ARGENTINA	UNLP (Universidad Nacional de La Plata)	2013	Intercâmbio de docentes pesquisadores de diversas áreas.
	FAUBA (Universidad de Agronomía de La Universidad de Buenos Aires)	2011	Intercâmbio de estudantes e docentes pesquisadores da pós-graduação de diversas áreas.
COLÔMBIA	Universidad de Medellín	2014	Intercâmbio de estudantes, docentes e docentes pesquisadores.
ESPAÑA	UC (Universidad de Cantábria)	2013	Intercâmbio de estudantes e docentes pesquisadores da pós-graduação nas áreas das engenharias.
ESTADOS UNIDOS	The University of Iowa	2013	Intercâmbio de estudantes de docentes pesquisadores da pós-graduação nas áreas das engenharias.
FRANÇA	CNAM (Conservatoire National des Arts et Métiers)	2016	Desenvolver cooperação mútua nos domínios da formação, da pesquisa científica, da difusão da cultura científica e técnica.
	Université Lumière – Lyon 2	2011	Intercâmbio de docentes pesquisadores, de estudantes, programas pedagógicos ou de pesquisa.
	Université de Grenoble	2010	Atividades conjuntas de orientação de estudantes de doutorado em Engenharia Civil, cursos, projetos de pesquisa e publicações.
	IUT 1 (Institut Universitaire de Technologie 1) de Grenoble	2009	Intercâmbio de estudantes, docentes e docentes pesquisadores das áreas das ciências exatas e da terra (química) e engenharias.
HUNGRIA	Budapest University of Technology and Economics	2016	Intercâmbio de estudantes e/ou estagiários; de docentes e técnicos administrativos; atividades de pesquisa e publicações conjuntas; seminários, workshops, reuniões e programas de graduação conjuntos.
	College of Dunaújváros	2015	Intercâmbio de estudantes, docentes e pesquisadores das áreas de Engenharia Mecânica e Engenharia de Materiais
	ELTE (Eötvös Lóránd University) de Budapeste	2009	Intercâmbio de estudantes, docentes e docentes pesquisadores das áreas das ciências humanas (educação) e linguística, letras e artes.
ITÁLIA	RSE S.p.A. (Ricerca sul Sistema Energético) de Milão	2009	Intercâmbio de estudantes e docentes pesquisadores das áreas das ciências exatas e da terra (química) e das engenharias.
MOÇAMBIQUE	Universidade Pedagógica de Moçambique	2014	Intercâmbio de docentes, pesquisadores; intercâmbio de estudantes; cooperação técnica; projetos conjuntos; documentação e informação
PAÍSES DIVERSOS	IAESTE (International Association for the Exchange of Students for Technical Experience)	2008	Intercâmbio de estudantes para estágio remunerado no exterior nas áreas das ciências exatas e da terra (química), ciências sociais aplicadas (administração), engenharias e linguística, letras e artes
	PEC-G (Programa de Estudantes - Convênio de Graduação)	2007	Formação de estudantes de graduação da área das engenharias, oriundos de países em desenvolvimento, parceiros diplomáticos do Brasil.
PORTUGAL	FCTUC (Faculdade de Ciências e Tecnologia - Universidade de Coimbra)	2015	Intercâmbio de estudantes e docentes pesquisadores de diversas áreas.
	Filiação na AULP (Associação das Universidades de Língua Portuguesa)	2014	

PORTUGAL	IILP (Instituto Internacional da Língua Portuguesa)	2014	Ações de promoção, difusão e projeção da Língua Portuguesa, buscando benefícios institucionais mútuos; reconhecimento de excelência de ambas as Instituições no concernente às suas missões individuais.
	Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Políticas Linguísticas IPOL-CAPEs		Desenvolvimento de pesquisas em tecnologias de língua.
	IPB (Instituto Politécnico de Bragança)	2013	Intercâmbio de estudantes, docentes ou pesquisadores em intercâmbio. Todas as áreas de ensino e pesquisa serão consideradas, porém inicialmente se dará prioridade a um domínio de formação técnica, cinco áreas de formação graduada e duas de especialidade complementar.
	IPT (Instituto Politécnico de Tomar)		Intercâmbio de estudantes, docentes e pesquisadores da pós-graduação.
	ISEG (Instituto Superior de Economia e Gestão da universidade Técnica de Lisboa)		Cooperação entre professores e estudantes ligados às áreas de conhecimento praticadas em suas dependências.
	Universidade do Minho	2012	Intercâmbio de estudantes e docentes pesquisadores da pós-graduação nas áreas de administração, da química e das engenharias.
	Universidade do Porto	2010	Intercâmbio de estudantes e docentes pesquisadores de diversas áreas.
REINO UNIDO	Reasehath College	2016	Memorandum of Understanding
	Association of Colleges	2015	Intercâmbio de estudantes da Educação Profissional Técnica de Nível Médio – Programa Skills without Borders.
	Bournemouth & Poole College		Intercâmbio de estudantes e docentes pesquisadores de diversas áreas
	Plano de Trabalho 1 – British Council	2014	Uma edição do Curso Researcher Project para professores
REPÚBLICA DOMINICA	Instituto Especializado de Estudos Superiores Loyola	2014	Intercâmbio de estudantes, docentes e docentes pesquisadores.
	UNAPEC (Universidad APEC)		Intercâmbio de estudantes, docentes e docentes pesquisadores
	MESCYT (Ministerio de Educación Superior, Ciencia y Tecnología de La República Dominicana)	2013	Intercâmbio de estudantes e docentes pesquisadores
	UNIBE (Universidad Iberoamericana)		Intercâmbio de estudantes e docentes pesquisadores
TIMOR LESTE	Universidade Nacional Timor Lorosa'e	2016	Acordo de cooperação acadêmica, científica e cultural

Fonte: Secretaria de Relações Internacionais do CEFET-MG, 2016.

• Programa de Estudantes – Convênio de Graduação (PEC-G)

O CEFET-MG mantém relações com o Ministério das Relações Exteriores por meio da oferta de vagas para o Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G). O programa oferece oportunidades de formação superior a estudantes de países em desenvolvimento com os quais o Brasil mantém acordos educacionais e culturais, em parceria com universidades públicas federais, estaduais e particulares. No ano de 2010, o curso de Engenharia Mecânica recebeu um aluno de Angola. No ano de 2012, o curso de Engenharia Mecânica recebeu um aluno de Angola, o curso de Engenharia Elétrica recebeu dois alunos, um de Cabo Verde e outro de Angola. No ano de 2013, o curso de Engenharia de Computação recebeu um aluno de Angola e o de Engenharia de Controle e Automação, um aluno de Cabo Verde. No ano de 2014, o curso de Engenharia Elétrica recebeu um aluno de Angola, o de Engenharia Mecatrônica, um aluno de Angola e o de Engenharia Mecânica, um aluno de Angola. No ano de 2015, por meio da Resolução CGRAD nº 018/15, de 29 de abril de 2015, a Diretoria de Graduação disponibilizou 06 vagas para o PEC-G para os cursos: Engenharia Mecânica (2 vagas); Engenharia de Controle e Automação (2 vagas); Engenharia Mecatrônica (2 vagas). Não houve candidatos para as 06 vagas ofertadas. No ano de 2016, o curso de Engenharia de Controle e Automação recebeu uma aluna de Cabo Verde. O Quadro 3.10 demonstra o quantitativo de alunos participantes do programa desde o ano de 2010.

Quadro 3.10 - Ingressantes nos cursos de graduação por meio do Programa PEC-G, por ano

Ano de ingresso	País de origem	Curso	Unidade	N.
2010	Angola	Eng. Mecânica	Belo Horizonte	01
2012	Angola	Eng. Mecânica	Belo Horizonte	01
	Cabo Verde	Eng. Elétrica	Belo Horizonte	01
	Angola	Eng. Elétrica	Belo Horizonte	01
2013	Angola	Eng. de Computação	Belo Horizonte	01
	Cabo Verde	Eng. de Controle e Automação	Leopoldina	01
2014	Angola	Eng. Elétrica	Belo Horizonte	01
	Angola	Eng. Mecatrônica	Divinópolis	01
	Angola	Eng. Mecânica	Divinópolis	01
2015	-----	-----	-----	---
2016	Cabo Verde	Eng. de Controle e Automação	Leopoldina	01

Resultados Alcançados no ano de 2016

Os resultados alcançados, de acordo com o que foi planejado, para o ano de 2016, estão descritos abaixo:

- No processo de Autorização dos Cursos de Engenharia Civil, da Unidade de Varginha, e do Curso de Engenharia Elétrica, da Unidade de Nepomuceno, obtivemos nota 4 em ambos os cursos na avaliação do MEC. Além disso, o Reconhecimento de Curso da Engenharia de Minas também obteve o Conceito de Curso (CC) com nota 4. As reuniões realizadas para divulgação dos resultados do ENADE aos docentes e discentes, após a divulgação dos relatórios do ENADE 2014, possibilitou aos cursos realizarem uma análise minuciosa em seus NDEs, visando melhorias para os mesmos. As avaliações dos cursos, realizadas pela CPA, tiveram maior visibilidade nos próprios, após as reuniões de divulgação dos resultados de tais avaliações. As coordenações e departamentos envolvidos na preparação do processo de reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos realizaram, ou realizam, diversas atividades para a organização de toda a documentação e, por conseguinte, ações foram tomadas, ou estão sendo tomadas, para sanar as pendências.

17 - Aprimoramento dos Projetos Pedagógicos dos Cursos em funcionamento e gestão do processo de elaboração e submissão de Projetos para apreciação dos colegiados superiores, visando à implantação de novos cursos de graduação, conforme plano de expansão.

18 - Prosseguimento no processo de definição dos marcos regulatórios do ensino de graduação, evidenciada na normatização e regulamentação do Programa Institucional de Educação Tutorial do CEFET-MG, no Regulamento de Mobilidade Acadêmica, tendo sua discussão concluída no Fórum de Coordenadores da Graduação e em tramitação no Conselho de Graduação.

19 - Consolidação do Guia de Gestão Acadêmica da Graduação.

20 - Realização do Seminário da Graduação, efetivado nos dias 03 e 04 de Outubro de 2016, com o objetivo de discutir o acesso e a permanência no ensino superior, com dedicação de parte das discussões ao ensino de matemática no nível superior.

21 - Divulgação técnico-científica e participação em eventos por meio de apoio discente, que contemplou 180 alunos em Congresso, Seminários e afins.

22 - Em termos da mobilidade nacional, 1 (uma) aluna participou da mobilidade na modalidade intercâmbio, 12 (doze) alunos do CEFET-MG participaram do programa de mobilidade para outras instituições federais e a instituição recebeu 1 (um) aluno de outra Universidade.

23 - Em 2016, o CEFET-MG concedeu 191 bolsas de monitoria.

24 - Início das atividades de 2 grupos do Programa de Educação Tutorial – PET, além dos 6 grupos existentes, por meio de Editais do CEFET-MG, e 1 grupo por meio de Edital do MEC.

Quanto às dificuldades enfrentadas para execução do plano da Diretoria de Graduação, e que não foi possível elucidar, destaca-se:

- Diretoria de Graduação – com a ampliação da oferta de cursos de graduação, intensificou-se a rotina de trabalho da Diretoria, não sendo possível o cumprimento do plano conforme estabelecido no cronograma, uma vez que as três coordenações que compõem a estrutura organizacional da Diretoria não contam com funcionários para dar suporte às suas atividades. Além disso, a Diretoria não conta com servidor para o trabalho de secretaria, o que tem sido realizado com o apoio de estagiários.
- Secretaria de Registro e Controle Acadêmico – com a ampliação do número de matrículas, aumentou significativamente o trabalho dessa secretaria. Assim, a não ampliação do número de funcionários prejudica a operacionalização de suas competências.
- Biblioteca – o número insuficiente de funcionários afeta o horário de funcionamento, uma vez que a biblioteca fecha mais cedo no período noturno e não funciona aos sábados, prejudicando principalmente os estudantes dos cursos noturnos.

A aquisição de obras bibliográficas, tanto nacionais quanto internacionais, não está ocorrendo de forma a atender a demanda decorrente da expansão, principalmente dos cursos novos.

- Coordenações de cursos – muitas coordenações não contam com servidores para os serviços de secretaria das coordenações, que, quando funcionam, o fazem por meio de estagiários e nem isso.

Outra dificuldade enfrentada pela Diretoria na execução do seu plano em 2016 refere-se à complexidade e morosidade do processo para aquisição de equipamentos para melhoria da infraestrutura dos laboratórios existentes, da compra de materiais de consumo e da aquisição de Softwares. Soma-se a isso a falta de espaços adequados para implementação de laboratórios para os cursos, para as coordenações, secretaria e gabinetes de professores.

- Serviços de apoio às atividades acadêmicas – as unidades funcionam aos sábados, mas vários setores essenciais, como a lanchonete, o setor médico e os serviços de apoio, como reprografia, não funcionam.
- Com relação aos Programas de Fomento, a maior dificuldade foi relacionada à restrição orçamentária, o que impediu a expansão dos grupos PET já existentes, bem como a implementação de outros grupos. Apesar da restrição orçamentária, conseguimos implementar pelo menos 2 grupos PET. Além dos grupos PET, o Programa de Auxílio à participação em eventos também foi prejudicada, pois algumas solicitações tiveram que ser indeferidas, e outras, deferidas parcialmente, com a concessão de valores parciais, bem aquém do necessário para a participação do aluno no evento.

3.1.3 Diretoria de Educação Profissional e Tecnológica

O plano de metas e ações da Diretoria de Educação Profissional e Tecnológica (DEPT) do CEFET-MG, para o ano de 2016, foi elaborado em consonância com a missão e os princípios do CEFET-MG, assim como em consonância com seu papel na execução das políticas públicas que lhe dizem respeito, os quais estão expressos no Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2016-2020.

Nos termos deste documento, a missão do CEFET é: “promover a educação pública e gratuita com excelência, na área da educação tecnológica, da educação profissional técnica de nível médio à pós-graduação *stricto sensu*, mediante atividades de ensino, pesquisa e extensão que propiciem, de modo crítico, competente e solidário, a formação integral de cidadãos e profissionais capazes de contribuir para a inclusão social e o respeito à pluralidade cultural, a responsabilidade ambiental e o desenvolvimento científico-tecnológico, socioeconômico e cultural” (PDI 2016-2020).

Já o papel do CEFET-MG na execução das políticas públicas que lhe dizem respeito está consagrado no Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2016-2020 e, tal como consta na Resolução CD n.º 069 de 02/06/2008, envolve, em síntese, as seguintes finalidades:

- produzir, transmitir e aplicar conhecimentos por meio do ensino, da pesquisa e da extensão;
- estimular o desenvolvimento da ciência e tecnologia, a criação e o pensamento crítico-reflexivo e a solidariedade;
- formar cidadãos e propiciar a formação continuada de profissionais;
- estimular o conhecimento dos problemas da sociedade, objetivando suas soluções;
- assegurar a gratuidade de ensino.

A missão do CEFET-MG, suas finalidades e seu papel na execução de políticas públicas estão em sintonia com o Plano Plurianual

da União para o período de 2016 a 2019 (Lei nº 13.249 de 13 de janeiro de 2016), que traz em seu Art. 4º as seguintes diretrizes:

I - O desenvolvimento sustentável orientado pela inclusão social;

II - A melhoria contínua da qualidade dos serviços públicos;

III - A garantia dos direitos humanos com redução das desigualdades sociais, regionais, étnico-raciais, geracionais e de gênero;

IV - O estímulo e a valorização da educação, ciência, tecnologia e inovação e competitividade;

V - A participação social como direito do cidadão;

VI - A valorização e o respeito à diversidade cultural;

VII - O aperfeiçoamento da gestão pública com foco no cidadão, na eficiência do gasto público, na transparência, e no enfrentamento à corrupção; e

VIII - A garantia do equilíbrio das contas públicas.

Objetivos e Metas 2016

De forma mais específica, e ainda de acordo com o PDI do CEFET-MG (2016-2020) são objetivos do CEFET-MG, diretamente vinculados aos objetivos da Diretoria de Educação Profissional Técnica de Nível Médio – EPTNM:

- Fortalecer a identidade do CEFET-MG como instituição pública, gratuita e de excelência na área da educação tecnológica, e avançar na melhoria sistemática dos indicadores que já a qualificam como universidade tecnológica verticalizada e *multicampi*, com oferta da educação profissional técnica de nível médio, da graduação e da pós-graduação, no sentido de aprimorar suas condições materiais e sua cultura acadêmica.
- Consolidar a expansão realizada nos últimos anos e cuidar continuamente do aprimoramento e da ampliação da atuação institucional, com a definição de marcos regulatórios e avaliação contínua em todos os níveis e setores.
- Fortalecer a educação profissional técnica de nível médio como uma das bases da verticalização institucional.

Considerando os objetivos gerais expressos no Plano de Desenvolvimento Institucional acima elencados, e ainda, as demandas internas, a análise dos indicadores institucionais relativos ao ano 2015, a Diretoria de Educação Profissional e Tecnológica definiu seus principais objetivos e metas para o exercício de 2016.

Metas:

- Manter a oferta, em nível de excelência, da EPTNM e aprimorar a matriz curricular dos cursos técnicos.
- Promover a diversificação dos espaços formativos dos alunos da EPTNM.
- Elevar o índice de eficácia da EPTNM, reduzindo a evasão e a retenção dos cursos técnicos.
- Consolidar os fóruns de avaliação e discussão coletiva na EPTNM, reforçando a gestão democrática da instituição.
- Aprimorar e atualizar os marcos regulatórios, aperfeiçoando a institucionalização das boas práticas na EPTNM.

Objetivos:

- Aprimorar a estrutura curricular dos cursos com vistas a: 1) promover a integração entre formação geral e profissional; 2) relacionar e contextualizar os conteúdos das disciplinas, evitando sua repetição e propiciando o ajuste da carga horária total do curso; 3) revisar o nível de aprofundamento dos conteúdos das disciplinas adequando-os, quando necessário, à educação básica; 4) adequar a legislação vigente à vocação institucional e às demandas societárias e do mundo do trabalho.
- Aperfeiçoar o ensino na EPTNM.

- Reforçar o papel do Estágio Supervisionado na formação do aluno.
- Ampliar recursos humanos e de infraestrutura para aprimoramento dos cursos em todos os Campus.
- Promover a divulgação dos cursos para a comunidade externa.
- Estimular e apoiar a participação discente em visitas técnicas e eventos culturais esportivos e acadêmicos, internos e externos.
- Fomentar a inter-relação entre as Coordenações de Curso e o setor produtivo correspondente, de forma a viabilizar a oferta de estágio supervisionado.
- Ampliar os espaços de discussões didático-pedagógicas na instituição, promovendo a realização de eventos científico-pedagógicos para avaliação da EPTNM.
- Aperfeiçoar e aprofundar a institucionalização das práticas na EPTNM, revisando as Normas Acadêmicas e o Regulamento de Estágio Supervisionado.
- Elaborar as diretrizes político-pedagógicas para a EPTNM do CEFET-MG.
- Reforçar atuação da Coordenação Pedagógica.
- Reforçar a gestão democrática e ampliar os espaços de discussão na EPTNM.
- Avaliar os cursos nas formas subsequente e concomitância externa, ofertadas no turno noturno, com vistas a detectar as dificuldades específicas por eles enfrentadas e propor soluções para superação das mesmas.
- Avaliar os cursos da EPTNM, a partir de dados produzidos de maneira regular e sistemática.
- Implementar políticas e ações administrativas e didático-pedagógicas para promoção da permanência e do êxito dos estudantes dos cursos técnicos.
- Promover a internacionalização da EPTNM.

Planejamento estratégico, tático e operacional

No planejamento estratégico, e na definição de metas para a EPTNM, elaborado em comum acordo com as demais Diretorias do CEFET-MG, foram definidas as estratégias de longo prazo, alinhadas ao PDI, considerando a missão institucional e sua relação com as demandas internas e externas, apresentadas a seguir:

- Demanda da sociedade por vagas para os cursos da EPTNM em todas as modalidades e formas de oferta.
- Demanda do mundo do trabalho por profissionais competentes e qualificados para atuar nos diversos segmentos da indústria e do setor de prestação de serviços.
- Demanda de capacitação de docentes vinculados à EPTNM.
- Demanda de fomento para desenvolvimento de projetos de pesquisa, de extensão e participação em eventos de caráter técnico-científico, cultural e esportivo.
- Demanda pela elevação dos índices de permanência e êxito na EPTNM.
- Demanda pelo aumento da eficiência e da eficácia institucionais e, particularmente, para a consolidação dos compromissos e responsabilidades sociais.
- Demanda pela ampliação dos canais de discussão de políticas e práticas pedagógicas relativas à EPTNM.
- Demanda pelo aperfeiçoamento e pela institucionalização das boas práticas na EPTNM.

No âmbito do planejamento tático, para o cumprimento dos objetivos traçados e anteriormente elencados, foi elaborada a previsão de recursos financeiros necessários para aquisição de acervo bibliográfico, para despesas relativas à realização de seminários de conclusão de cursos, para a realização do I Seminário da EPTNM e demais eventos programados, para os programas de fomento à participação discente em eventos, para a realização da Mostra de Cursos, da Mostra de Trabalhos Específicos (META), para material

de divulgação dos cursos técnicos. Em conjunto com as Coordenações de Curso e Diretorias de Campus e com aprovação pelos órgãos colegiados da Instituição – Conselho de Educação Profissional e Tecnológica (CEPT) e Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE), a DEPT realizou a previsão de vagas a serem ofertadas em 2016 para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. A Diretoria também instituiu comissão para revisar as Normas Acadêmicas e para analisar e dar parecer nos projetos pedagógicos de reestruturação dos cursos técnicos e, juntamente com o CEPT, definiu como tema do I Seminário da EPTNM (2016) a discussão das diretrizes político-pedagógicas para os cursos técnicos do CEFET-MG.

No planejamento operacional, as ações previstas pela DEPT para o alcance das metas considerou os recursos disponíveis, as demandas globais apresentadas pelas Diretorias de Campus, as demandas específicas indicadas pelas Chefias de Departamento e Coordenações de Curso e Área. Para a formalização e operacionalização das metas e dos objetivos propostos, a Diretoria adotou critérios para alocação de vagas de professores, programou encontros entre professores, coordenadores de curso, pedagogos e a DEPT, coordenou e supervisionou a revisão dos projetos pedagógicos dos cursos técnicos, organizou o I Seminário da EPTNM, constituiu comissão para avaliar os cursos técnicos nas formas subsequente e concomitância externa, e coordenou discussões acerca da revisão do Regulamento de Estágio Supervisionado, das diretrizes político-pedagógicas para a EPTNM, da elaboração de calendários escolares, sábados letivos, Mostra Específica de Trabalhos e Aplicações (META), Mostra de Cursos, etc.

As principais ações planejadas para se atingir os objetivos estratégicos traçados para 2016 foram:

- 1) Coordenar e supervisionar a revisão dos Projetos Pedagógicos dos 38 cursos técnicos integrados do CEFET-MG;
- 2) Realizar acompanhamento técnico-pedagógico junto às coordenações de curso/área e departamentos;
- 3) Elaborar proposta de diretrizes político-pedagógicas para a EPTNM do CEFET-MG;
- 4) Fomentar a realização de atividades interdisciplinares;
- 5) Promover e organizar o I Seminário da Educação Profissional Técnica de Nível Médio;
- 6) Realizar encontros da DEPT com professores e coordenadores nos Campus do Interior;
- 7) Divulgar os Cursos Técnicos da EPTNM;
- 8) Revisar as Normas Acadêmicas dos Cursos de EPTNM;
- 9) Revisar o Regulamento de Estágio Supervisionado da EPTNM;
- 10) Atualizar o acervo bibliográfico;
- 11) Acompanhar o processo seletivo e a contratação de professores substitutos;
- 12) Apoiar financeiramente a participação de alunos em eventos externos e internos de caráter técnico-científico, de competição acadêmica, esportivo e cultural;
- 13) Promover as Mostras Profissionais; da Mostra Específica de Trabalhos de Aplicação (META) e da Semana C&T;
- 14) Apoiar a capacitação e o desenvolvimento técnico dos servidores vinculados à EPTNM;
- 15) Avaliar os cursos técnicos de nível médio nas formas subsequente e concomitância externa;
- 16) Levantar e sistematizar dados sobre retenção e evasão na EPTNM;
- 17) Implementar as estratégias para elevar a permanência e o êxito na EPTNM;
- 18) Subsidiar as deliberações do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) e do Conselho de Educação Profissional e Tecnológica (CEPT), concernentes à EPTNM no CEFET-MG, especialmente em relação às suas diretrizes político-pedagógicas e à revisão e adequação dos projetos pedagógicos dos cursos técnicos.

No conjunto de ações planejadas, fora as ações estratégicas de caráter permanente (especificadas no Quadro 2), destacam-se a elaboração da proposta de diretrizes político-pedagógicas para a educação profissional de nível médio do CEFET-MG e a consequente revisão dos projetos pedagógicos dos cursos (PPC's), especificamente dos 38 cursos técnicos na forma integrada.

O objetivo das diretrizes era definir os compromissos gerais assumidos pela comunidade escolar, bem como os princípios, as

normas e as práticas orientadoras da ação pedagógica cotidiana. Tendo como base a legislação vigente, assim como a experiência institucional acumulada ao longo de sua história centenária, elas deveriam ter papel norteador fundamental para a continuidade da promoção de educação profissional de alta qualidade. Por isso, uma vez aprovadas, as diretrizes seriam orientadoras da reformulação dos projetos pedagógicos de todos os cursos técnicos de nível médio, ação planejada para o ano de 2016.

Desde 2004/2005, quando o CEFET-MG discutiu amplamente e estabeleceu o retorno da oferta de cursos técnicos integrados, praticados na instituição antes do Decreto nº 2.208/97, esses cursos, assim como os cursos técnicos na forma subsequente e concomitância externa, não haviam sido objeto de reflexão e avaliação sistematizada e coletiva, ocorrendo apenas ajustes pontuais e fragmentados na estrutura de alguns desses cursos. Passados pouco mais de 10 anos do retorno dos cursos técnicos integrados, o entendimento tanto da Direção Geral, quanto da DEPT e da comunidade acadêmica era o de que a reavaliação e o estabelecimento de diretrizes que levassem em conta novos dispositivos legais, a superação de dificuldades e problemas que se acumularam nos últimos 10 anos – precariedade da integração entre formação geral e específica, excesso de carga horária e de disciplinas, defasagem tecnológica, ênfase maior na teoria que na prática em alguns casos, entre outros –, era premente.

Nessa perspectiva, foi necessária a realização do Seminário da Educação Profissional Técnica de Nível Médio (Resolução CEPE nº47/14 de 19 de dezembro de 2014, alterada pela Resolução CEPE nº 25/15, de 13 de novembro de 2015), para rediscutir os currículos e proceder à revisão dos projetos pedagógicos de todos os cursos de educação profissional técnica de nível médio na forma integrada. Nesse sentido, o Seminário era estratégico, na medida em que retomaria o caminho de construção coletiva sobre a EPTNM no CEFET-MG e apontaria as orientações gerais para esse nível de ensino. A expectativa era a de que, a partir da avaliação dos cursos de educação técnica em funcionamento desde 2005, se pudesse rever e elaborar novas diretrizes político-pedagógicas para EPTNM, redefinindo os objetivos gerais da educação técnica de nível médio, ofertada pelo CEFET-MG, e os princípios, as normas e as práticas orientadoras da ação pedagógica cotidiana. As discussões para tanto, deveriam levar em conta o atendimento às bases norteadoras da EPTNM, expressos nas Diretrizes Nacionais da Educação Profissional Técnica de Nível Médio; as orientações do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos; a adequação aos dispositivos legais; bem como o equacionamento de problemas como a frágil integração entre as diferentes áreas do currículo, a melhor adequação da carga horária dos cursos, a necessidade de maior equilíbrio e articulação entre teoria e prática.

Previamente à revisão dos projetos pedagógicos dos cursos, além do Seminário e da elaboração da proposta das Diretrizes, foram ainda planejados encontros virtuais entre os professores da Base Nacional Comum (BNC) de todos os campus do CEFET-MG para revisão dos conteúdos programáticos das disciplinas. Há que se registrar que, historicamente, a definição dos conteúdos da BNC sempre foi realizada apenas pelos professores do Campus Belo Horizonte, sem a participação dos professores do interior (à exceção de iniciativas isoladas de algumas áreas como Geografia e História). Com a consolidação dos Departamentos de Formação Geral, no interior, era urgente criar canais de interação entre os professores das disciplinas a fim de permitir não só a revisão dos programas, mas também maior coerência e sintonia entre o trabalho realizado em todos os campus.

Em relação à revisão do Regulamento do Estágio Supervisionado, tinha-se em vista adequá-lo às diretrizes elaboradas, particularmente no que se refere à carga horária necessária para integralização dos cursos técnicos, bem como rever as condições para a realização de estágio por parte dos alunos. Em relação à revisão das Normas Acadêmicas, ação iniciada, mas ainda não concluída, ressalta-se que os dois anos de sua aplicação (2014-2015) evidenciaram a necessidade de realizar adequações tanto no que se refere à atualizações da LDB (1996), quanto em relação à algumas necessidades específicas da educação de nível médio integrada a educação profissional, não contempladas nas Normas vigentes, bem como em relação à novas necessidades, advindas de práticas em processo de institucionalização, como por exemplo a Educação à Distância.

Essas ações, planejadas e levadas a efeito em 2016, foram estabelecidas como prioridade pela DEPT, em virtude de seu papel chave no tocante ao aprimoramento do ensino técnico e ao fortalecimento da oferta de educação de qualidade.

No QUADRO 3.11, a seguir, são apresentadas as metas e ações programadas para o exercício de 2016 e o *status* de cada uma delas.

Quadro 3.11 – Resumo do Planejamento da DEPT em 2016

Metas	Objetivos	Projetos/Ações	Status	
1. Manter a oferta, em nível de excelência, da EPTNM e aprimorar a matriz curricular dos cursos técnicos do CEFET-MG	1.1. Aprimorar a estrutura curricular dos cursos técnicos	1.1.1. Revisão dos Projetos Pedagógicos dos 38 cursos técnicos integrados do CEFET-MG	Executada	
		1.1.2. Acompanhamento e suporte para o cumprimento dos Projetos de Curso	Executada*	
	1.2. Aperfeiçoar o ensino na EPTNM		1.2.1. Elaboração de proposta de diretrizes político-pedagógicas para a EPTNM do CEFET-MG	Executada
			1.2.2. Fomento à realização de atividades interdisciplinares	Executada*
			1.2.3. Encontro dos professores das áreas de conhecimento da formação geral	Parcialmente executada
			1.2.4. Encontro dos Coordenadores de Curso de mesma denominação oferecidos em mais de um Campus	Ainda Não executada
			1.2.5. Diagnóstico das demandas sociais e do mundo do trabalho	Executada*
			1.2.6. Atualização do acervo bibliográfico	Executada*
			1.2.7. Gerenciamento e acompanhamento da seleção e contratação de profs. substitutos	Executada*
			1.2.8. Auxílio à Direção Geral na definição de recomposição do quadro docente	Executada*
	1.3. Reforçar o papel do Estágio Supervisionado na formação do aluno		1.3.1. Análise dos dados do Seminário de Conclusão para avaliação dos Cursos Técnicos	Executada*
			1.3.2. Revisão do Regulamento do Estágio Supervisionado	Executada
			1.3.3. Estreitamento das relações com empresas parceiras	Executada*
			1.3.4. Criação de sistema de acompanhamento de egressos.	Ainda Não executada
2. Promover a diversificação dos espaços formativos	2.1. Ampliar os Programas de Fomento	2.1.1. Suporte logístico às Olimpíadas de Conhecimento	Executada	
		2.1.2. Estímulo aos Jogos Estudantis	Executada	
		2.1.3. Fomento à participação em eventos e feiras de caráter técnico-científico, cultural e esportivo	Executada*	
		2.1.4. Promoção das Mostras Profissionais e da META	Executada	
		2.1.5. Participação na Semana C&T	Executada	
	2.2. Desenvolver a interação da EPTNM com outros níveis de ensino: Graduação e Pós-Graduação		2.2.1. Suporte logístico à participação de alunos e professores nos programas BIC Jr.	Executada*
			2.2.2. Integração entre EPTNM/Graduação/Pós-Graduação (Bic Jr)	Executada*
			2.2.3. Apoio a políticas de Capacitação Docente (com DPPG/DIRGRAD)	Executada*
	2.3. Promover internacionalização da EPTNM em interface com a SRI		2.3.1. Acompanhamento de alunos estrangeiros na EPTNM	Executada
			2.3.2 Acompanhamento de alunos dos cursos técnicos do CEFET-MG em intercâmbio no exterior	Executada
	3. Elevar o índice de eficácia da EPTNM	3.1. Consolidar a Avaliação da EPTNM	3.1.1. Implantação do Sistema de Avaliação da EPTNM junto à CPA	Ainda não executado
3.1.2 Análise dos dados do Seminário de Conclusão para avaliação dos Cursos Técnicos			Executada*	
3.2. Reduzir a retenção e a evasão de alunos na EPTNM			3.2.1. Avaliação dos cursos nas formas subsequente e concomitância externa.	Parcialmente executada
			3.2.2. Produção de dados sobre retenção e evasão na EPTNM	Executada*
			3.2.3. Diagnóstico das causas da retenção e da evasão	Executada
			3.2.4. Implementação de estratégias para atenuar a retenção	Em execução

		3.3.1. Divulgação dos Cursos Técnicos da EPTNM ofertados na página do CEFET	Executada	
	3.3. Promover divulgação dos cursos para a comunidade externa	3.3.2 Realização da Mostra de Cursos Técnicos	Executada*	
		2.3.3. Organização de eventos para diálogo com o mundo do trabalho (palestras, visitas técnicas, feiras etc.)	Executada*	
		3.3.4. Divulgação intensiva dos processos seletivos (COPEVE, SECOM)	Executada*	
4. Consolidar os fóruns de avaliação e discussão coletiva na EPTNM		4.1. Ampliar os espaços de discussões didático-pedagógicas na instituição	4.1.1. Realização do I Seminário EPTNM	Executada
	4.1.2. Encontro dos professores das áreas de conhecimento da formação geral		Parcialmente executada	
	4.1.3. Encontro dos Coordenadores de Curso de mesma denominação		Ainda Não executada	
	4.1.4. Encontros da DEPT com professores e coordenadores nos Campus do Interior		Executada	
	4.1.5. Apoio e participação na Jornada Pedagógica		Executada	
	4.2. Reforçar a gestão democrática da instituição	4.2.1. Suporte para recomposição dos Colegiados dos cursos técnicos	Executada*	
		4.2.2 Instituição do Fórum de Coordenadores dos cursos técnicos	Em execução	
		4.2.3. Subsidiar as ações e as deliberações do CEPE e do CEPT, em relação à EPTNM	Executada*	
	5. Aprimorar e atualizar os marcos regulatórios da EPTNM	5.1. Reforçar a atuação da Coordenação Pedagógica	5.1.1. Apoio à elaboração das diretrizes de atuação da Coordenação Pedagógica	Em execução
		5.2. Aperfeiçoar e aprofundar a institucionalização das práticas na EPTNM	5.2.1. Elaboração de proposta de diretrizes político-pedagógicas para EPTNM do CEFET-MG	Executada
5.2.2. Revisão das Normas Acadêmicas dos Cursos de EPTNM			Em execução	
5.2.3. Revisão do Regulamento de Estágio Supervisionado			Executada	
6. Fortalecer a atuação da DEPT	6.1. Aumentar a eficiência e a organização do trabalho	6.1.1. Apoio à capacitação em cursos visando à formação complementar	Executada*	
		6.1.2. Recomposição da equipe de trabalho	Parcialmente executada	
	6.2. Estabelecer políticas de gerenciamento de informações	6.2.1. Atualização da página eletrônica da DEPT como portal de informação	Executada*	
		6.2.2. Aperfeiçoamento de canais de comunicação entre setores dos Campus	Em execução	
		6.2.3. Padronização de rotinas para tramitação de processos	Executada	
		6.2.4. Revisão do Regimento da DEPT	Ainda Não executada	

* ações de execução permanente

RESULTADOS ALCANÇADOS

Resultado das ações planejadas, explicitando em que medida as ações foram executadas:

De 47 ações planejadas (no Quadro 2 são listadas 52, mas cinco se repetem em razão de serem estratégicas a mais de uma meta), em torno de 75% foram plenamente executadas (ou são de execução permanente), 10% estão em execução e 15% não foram, ou foram parcialmente, executadas. Os resultados dessas ações, alcançados no ano de 2016, foram os seguintes:

3.1.1 Desenvolvimento e Acompanhamento dos Cursos da EPTNM

- Oferta de ensino de qualidade, mediante a formação integral do aluno, abrangendo os aspectos técnicos, humanísticos, éticos, políticos, estéticos e sociais.

- Oferta de 95 cursos de EPTNM, sendo 89 presenciais – 38 na forma integrada, 27 na forma subsequente e 22 na forma concomitância externa e 02 na modalidade PROEJA – e 06 à distância (Programa e-Tec Brasil), nas formas subsequente e concomitância externa.
- 6.567 alunos matriculados, sendo 6.512 nos cursos presenciais e 55 nos cursos à distância. Em relação aos cursos presenciais, observa-se manutenção no número de matrículas em relação a 2015, quando foram apuradas 6.094 matrículas. No tocante aos cursos na modalidade EaD, há significativa diminuição em relação a 2015: de 279 para 55 matrículas nos cursos à distância, situação que se explica em razão do não repasse dos recursos federais em 2016, impossibilitando a abertura das 1000 vagas previstas, bem como em razão do elevado número de evasão, fato a ser objeto de acompanhamento ao longo do próximo ano (2017).
- 2.412 novas vagas ofertadas para ingresso nos cursos de EPTNM em 2016, sendo cerca de 13.846 candidatos inscritos para tais vagas, mantendo o atendimento à demanda social pelos cursos técnicos do CEFET-MG no mesmo patamar de 2015, com 5,5 candidatos por vaga.
- Realização do 1º Seminário da Educação Profissional Técnica de Nível Médio (EPTNM) CEFET-MG nos dias 16, 17 e 18 de março de 2016. Este Seminário contou com a participação de 120 docentes da EPTNM de todos os Campus do CEFET-MG e discutiu os objetivos gerais e os princípios da educação técnica de nível médio, bem como as bases para a organização curricular desse nível de ensino, visando aprimoramento dos cursos técnicos do CEFET-MG. Aqui é preciso demarcar que, apesar dos debates e das disputas, estabeleceu-se consenso em torno da necessidade de se definir organização curricular capaz de superar a ultrapassada visão de que a preparação para o trabalho se reduza meramente ao aspecto operacional, sem a devida apreensão dos conhecimentos que estão na sua gênese científico-tecnológica e na sua apropriação histórico-social e cultural.

Esse Seminário foi importante na medida em que sua discussão subsidiou a elaboração das Diretrizes Político-Pedagógicas para a EPTNM e possibilitou a retomada da discussão coletiva e sistemática dos cursos técnicos no CEFET-MG, e maior interação entre os professores que neles atuam. Dada sua importância, é fundamental garantir condições para sua realização de forma regular.

- Aprovação das Diretrizes Político-Pedagógicas para a EPTNM pelo CEPT e pelo CEPE, base para a reorganização curricular e reestruturação dos projetos pedagógicos dos cursos técnicos.
- Reestruturação de 36 projetos pedagógicos de cursos EPTNM, na forma integrada e criação de 02 novos cursos - Curso Técnico em Desenvolvimento de Sistemas no Campus de Timóteo em substituição ao Curso Técnico em Informática; Curso Técnico em Mecatrônica no Campus de Divinópolis em substituição ao Curso Técnico em Eletromecânica – a serem implementados em 2017.

Essa reestruturação foi coordenada e supervisionada pela Diretoria entre os meses de abril a outubro, demandado da equipe da DEPT forte envolvimento com a revisão e reelaboração dos projetos, a fim de viabilizar sua realização e aprovação ainda em 2016. Em abril, foram definidas as orientações para reestruturação dos projetos pedagógicos (Instrução Normativa DEPT 01/2016). Entre os meses de maio e junho, a equipe da DEPT, especialmente a Diretora, o Diretor Adjunto e a Coordenadora Geral de Desenvolvimento e Acompanhamento dos Cursos realizaram visitas a todos os campus, se reunindo com coordenadores de curso e de área, membros dos colegiados, chefes de departamento e pedagogos a fim de esclarecer dúvidas e orientar a revisão dos PPC's. Em junho e julho, foram organizadas os encontros virtuais entre os professores da BNC. Apesar de não ter sido possível viabilizar horários que permitissem a participação de todos os professores, essa foi uma ação importante na construção de maior sintonia nos programas das disciplinas comuns ao currículo dos alunos de todos os campus. Em agosto, a DEPT recebeu, por meio eletrônico, as propostas de reestruturação dos PPC's de todos os cursos técnicos integrados e realizou análise prévia ao CEPT, encaminhando sugestões de alteração e correção aos coordenadores de curso. Em setembro e início de outubro, os projetos de reestruturação dos cursos, com as alterações indicadas pela DEPT, foram encaminhados pelos coordenadores ao CEPT que, em regime de mutirão, com participação de todos os conselheiros (titulares e suplentes) além de duas pedagogas do Campus Belo Horizonte, se reuniram intensivamente para revisar e dar parecer sobre os projetos. Parte dos projetos tiveram parecer favorável e outros ainda tiveram que ser novamente corrigidos, a pedido dos pareceristas. Em fins de setembro e outubro os pareceres foram apreciados nas reuniões do CEPT e os projetos de reestruturação dos cursos foram aprovados. Em novembro, essa aprovação foi homologada pelo CEPE.

Todo esse trabalho alcançou o ajuste da carga horária dos cursos e dos programas das disciplinas, adequando-os às Diretrizes Político-Pedagógicas para a EPTNM, aprovadas em 2016, e criou condições para melhor integração entre as áreas do currículo, maior equilíbrio e articulação entre teoria e prática, adequação do nível de aprofundamento das disciplinas à educação básica, contextualização dos conteúdos das disciplinas, evitando sua repetição e propiciando, em alguns casos, a contração da carga

horária total do curso.

- Aprovação da revisão do Regulamento de Estágio Supervisionado da EPTNM pelo CEPT, com adequação dessa prática às Diretrizes Político-Pedagógicas anteriormente citadas, especialmente à carga horária do estágio.
- Ampliação do número de convênios firmados com instituições e empresas para concessão de estágio supervisionado para a EPTNM de cerca de 250 em 2015 para 301 em 2016, possibilitando maior oferta de vagas aos alunos. Dentre as empresas parceiras, destacam-se as dos grupos Vallourec do Brasil e Vale (antiga Vale do Rio Doce) como principais concedentes de vagas de estágio.
- Ampliação do acervo bibliográfico da EPTNM com a compra de cerca de 12.800 livros.

3.1.2 Permanência e Êxito na EPTNM

- 963 alunos foram diplomados em 2016, concluindo com êxito todo o percurso da formação técnica de nível médio (integralização da fase escolar e cumprimento do estágio).
- Participação destacada do CEFET-MG no ENEM, tendo todos os Campus obtido nota acima da média nacional na edição 2015, com destaque para o Campus Belo Horizonte, que obteve o 5º lugar entre as escolas públicas nacionais e o 119º lugar no total nacional, que considera escolas públicas e privadas.
- Desenvolvimento de metodologia para sistematização dos dados e para cálculo da retenção por Campus/curso/série e disciplina.
- Aplicação da metodologia acima mencionada aos cursos técnicos integrados nos anos de 2014/2015, cujos resultados indicaram os maiores índices de reprovação por série/campus, conforme quadro a seguir:

Quadro 3.12 – Índice de Retenção por Campus/Série

Campus	Índice de Reprovação* 2015		
	1ª Série	2ª Série	3ª Série
ARAXÁ	40,7%	35,2%	8,8%
BELO HORIZONTE	17,1%	17,0%	3,9%
CONTAGEM	20,7%	17,3%	6,3%
CURVELO	22,1%	3,1%	6,3%
DIVINÓPOLIS	1,0%	5,7%	1,1%
LEOPOLDINA	36,9%	15,3%	0,0%
NEPOMUCENO	52,1%	25,8%	0,0%
TIMÓTEO	22,9%	23,5%	8,3%
VARGINHA	23,8%	19,8%	2,6%

* Total de Reprovados / Total de Matriculados na Série

Nas primeiras séries, com pequenas variações por Campus e curso, as disciplinas que mais concorreram para os elevados índices de reprovação foram: Biologia, Física, Matemática e Química. Esses resultados subsidiarão as políticas da DEPT para os projetos de permanência e êxito em 2017 e 2018, que terão como prioridade o acompanhamento didático-pedagógico de professores e alunos das disciplinas acima listadas, nas primeiras séries de todos os cursos.

3.1.3 Participação Discente em Eventos

- Organização da Mostra dos Cursos Técnicos em todos os Campus do CEFET-MG, divulgando os cursos da instituição para a comunidade, tanto para potenciais alunos dos cursos técnicos, quanto para empresas e instituições que ofertam vagas de estágio e/ou emprego nas áreas desses cursos. Em Belo Horizonte, a Mostra de Cursos recebeu a visita de 59 instituições de ensino e público total de cerca de 2.700 visitantes (em sua maioria, estudantes menores de 18 anos, acompanhados por responsável legal)

- Organização da Mostra de Trabalhos Específicos (META), com apresentação de 374 trabalhos, desenvolvidos nas modalidades “Ciência e Inovação Tecnológica”, “Modelo Didático” e “Processo e Produto”, com participação de 984 alunos expositores, conforme quadro a seguir:

Quadro 3.13– Apresentação de Trabalhos META - 2016

Campus	Nº Trabalhos Selecionados	Nº de Orientadores	Nº de alunos expositores
ARAXÁ	40	16	136
BELO HORIZONTE	93	59	229
CONTAGEM	21	12	54
CURVELO	25	14	60
DIVINÓPOLIS	41	22	109
LEOPOLDINA	35	20	71
NEPOMUCENO	40	18	115
TIMÓTEO	40	12	122
VARGINHA	39	21	88
TOTAL GERAL	374	194	984

- Premiação de 36 trabalhos na META 2016 – 04 trabalhos por Campus – os quais terão seus resumos publicados na Revista da META, incentivando e valorizando a produção dos alunos do CEFET-MG no que se refere ao desenvolvimento de novas técnicas e tecnologias, relacionadas às áreas de conhecimento de seus cursos.
- 329 alunos beneficiários do programa de auxílio à participação discente em eventos, gerenciados pela DEPT, sendo 193 em eventos técnico-científicos (desses, 04 foram em eventos internacionais) e 136 em eventos esportivos, conforme discriminado nos quadros a seguir:

Quadro 3.14 – Participação Discente com auxílio por evento em 2016

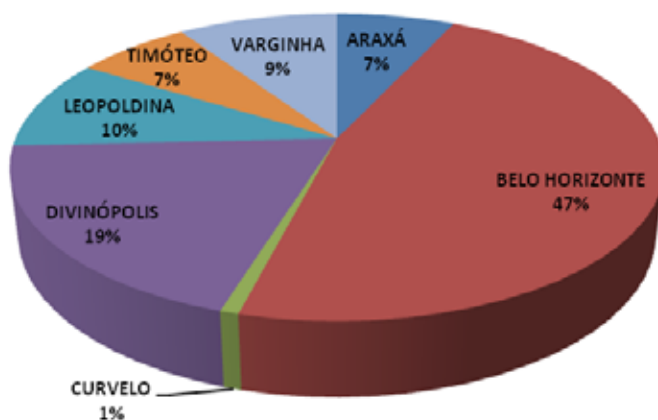
Eventos	Participantes	Campus	(R\$)
14ª FEBRACE - Feira Brasileira de Ciências e Engenharia	3	Belo Horizonte	2.120,00
	1	Curvelo	700,00
	4	Leopoldina	2.740,00
	3	Timóteo	2.010,00
Campeonato Brasileiro Estudantil Universitário de Orientação - CBEUO/2016	28	Divinópolis	6.720,00
Campeonato Estudantil Mineiro de Orientação CEMO/2016	28	Divinópolis	3.490,00
Computer on The Beach 2016	1	Timóteo	1.085,00
II Seminário de Afirmção das Diversidades	2	Divinópolis	295,00
JEMG/2016 - Jogos Estaduais de Minas Gerais	14	Leopoldina	2.310,00
JIFETS – Jogos Instituições Federais de Educação Tecnológica	98	Belo Horizonte	14.784,00
	38	Araxá	5.610,00
Modelo de Comitês Simulados do CEFET-MG MOCS/2016	27	Divinópolis	4.455,00
Mostra Brasileira de Ciência e Tecnologia - MOSTRATEC 2016	7	Belo Horizonte	3.450,00
	3	Leopoldina	3.450,00
Olimpíada Brasileira de Robótica OBR' 2016	3	Varginha	1.380,00
Olimpíada Brasileira de Astronomia e Astronáutica 2016	1	Timóteo	880,00

Olimpíada do Conhecimento	1	Varginha	950,00
ONU Jr. 2016	19	Belo Horizonte	10.773,00
Simulação das Nações Unidas para Secundaristas - SINUS 2016	20	Belo Horizonte	9.900,00
Torneio Juvenil de Robótica 2016	2	Belo Horizonte	220,00
	9	Divinópolis	990,00
	6	Araxá	660,00
WATER IS LIFE 2016 - Holanda	4	Varginha	6.140,00
XI Jornada de Foguetes	3	Timóteo	.100,00
XX Encontro Regional de História – ANPUH/MG	2	Divinópolis	1.480,00
XXIV Simpósio de Plantas Medicinais	1	Belo Horizonte	250,00
XXX Congresso de Pesquisa e Ensino em Transporte	1	Belo Horizonte	640,00
TOTAL	329	-	89.582,00

Quadro 3.15 – Participação Discente com Auxílio por Campus em 2016

Campus	Nº de eventos	Valor gasto	Nº de alunos participantes	Valor médio por aluno
ARAXÁ	3	R\$ 6.270,00	44	R\$ 143,00
BELO HORIZONTE	8	R\$ 42.137,00	151	R\$ 279,00
CURVELO	1	R\$ 700,00	1	R\$ 700,00
DIVINÓPOLIS	6	R\$ 17.430,00	96	R\$ 182,00
LEOPOLDINA	3	R\$ 8.500,00	21	R\$ 405,00
TIMÓTEO	4	R\$ 6.075,00	8	R\$ 759,00
VARGINHA	3	R\$ 8.470,00	8	R\$ 1.059,00
TOTAL CEFET-MG	28	R\$ 89.582,00	329	R\$ 272,00

Gráfico 1 - Apoio Discente - % de recursos utilizados por Campus
Total de Recursos Empenhados: R\$ 89.582,00



- Aumento do número de eventos nacionais com participação discente de 14 em 2015, para 28 (27 nacionais e 01 internacional) em 2016, revelando uma diversificação das experiências formativas proporcionadas aos alunos.
- Participação de 177 alunos no Programa de Iniciação Científica Júnior (PIBIC-Júnior), gerenciados pela Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação, distribuídos em projetos orientados por professores do CEFET-MG, introduzindo os alunos da EPTNM no universo da pesquisa científica, ampliando as experiências formativas e a integração entre ensino e pesquisa.
- Premiações de alunos dos cursos técnicos de nível médio em diversos eventos, com destaque para a Olimpíada Brasileira de Matemática.

Quadro 3.16 – Premiações de alunos EPTNM por eventos

Evento	Data e local de Realização	Projeto	Premiação
Condução da Tocha Olímpica	08 a 16 de maio	Concurso de redação (MEC/SESE) para selecionar estudantes para participação no ato de condução da Tocha Olímpica Campus Araxá, Belo Horizonte, Curvelo e Leopoldina	05 alunos premiados com a participação no revezamento da Tocha Olímpica
Water is Life 2016	05 a 11 de junho Vught/ Holanda	"Impact of Vermicomposting products in soil fertility of degraded Brazilian Cerrado and the perspective to minimize water pollutants release". Campus Varginha	2º lugar na categoria Biodiversidade. Proposta de intercâmbio estudantil entre o Maurick College (Holanda) e o CEFET-MG
XX Encontro Regional de História – ANPUH-MG	26 a 29 de julho UFTM Uberaba/MG	"Reinos e estados africanos através de jogos didáticos: pesquisa e desenvolvimento de métodos e materiais para o ensino de história da África". Campus Divinópolis	3º lugar na I Mostra Mineira de Iniciação Científica Júnior de História
Olimpíada Brasileira de Química	27 de agosto IFRJ Maracanã/RJ	Modalidade A da OBQ. Campus Belo Horizonte	02 medalhas de prata 03 medalhas de bronze
Campeonato Bras. Estudantil - Universitário de Orientação CBEUO 2016	28 e 29 de agosto Caldas Novas (GO)	Campus Divinópolis	1º lugar na categoria 5º lugar na categoria
MOSTRATEC 2016	25 a 28 de outubro Novo Hamburgo (RS)	"Produção de biscoitos com farinha da semente de <i>Leucaena Leucocephala</i> ". Campus Belo Horizonte	4º lugar + credencial para participar da ESI_Milset, Fortaleza, agosto de 2017.
VI Mostra de Trabalhos de Cursos Técnicos – COTUCA	07 de outubro Unicamp Campinas/SP	"Implementação de veículos autônomos em simulação de redes veiculares". Campus Belo Horizonte	1º lugar de menção honrosa na categoria "Internet das Coisas".
		"Elaboração de cadastro de redes de drenagem de uma região da cidade de Timóteo". Campus Timóteo	3º lugar Categoria Ciências Exatas e Tecnológicas
		"Arquitetura sustentável planejada com acessibilidade". Campus Timóteo	1º lugar Premiação Desafio Mobile
		"Construindo a modernidade conservadora no Sul de Minas: A educação das meninas analisada através da imprensa campanhense entre 1866-1907". Campus Varginha	Prêmio ABRIC Destaque em Iniciação Científica.
Torneio Juvenil de Robótica	26 de novembro Rio de Janeiro/RJ	"Competições, na modalidade Sumô". Campus Belo Horizonte	3º lugar categoria Sumô, nível 3 - Equipe GCCR.

Quadro 3.17 – Premiações de alunos EPTNM na OBMEP 2016

CAMPUS	Medalhas			Total	Menção honrosa
	Ouro	Prata	Bronze		
ARAXÁ	-	-	1	1	3
BELO HORIZONTE	1	9	13	23	38
CONTAGEM	-	-	2	2	6
CURVELO	-	-	-	0	7
DIVINÓPOLIS	-	2	5	7	12
LEOPOLDINA	-	1	-	1	9
NEPOMUCENO	-	-	-	0	8
TIMÓTEO	-	-	1	1	10
TOTAL	1	12	22	35	93
TOTAL GERAL	128				

- Participação de 08 alunos dos cursos técnicos de nível médio, no programa “Skills of Borders” gerenciado pela Secretaria de Relações Internacionais, no período de 14/01/2016 à 19/03/2016, em intercâmbio internacional em instituições de ensino na Inglaterra, estendendo a política de internacionalização realizada pela instituição à EPTNM.

Justificativa para a não execução ou execução parcial de algumas ações planejadas e indicadas no Quadro 2

Em 2016, a DEPT emvidou esforços na execução das ações planejadas, o que se demonstra pelo êxito em 75% delas, que foram executadas totalmente ou são de execução permanente. Dentre as ações executadas, a maior parte dos esforços foram canalizados para a realização do I Seminário da EPTNM, para a aprovação das Diretrizes Político-Pedagógicas e para a coordenação e supervisão dos trabalhos de reestruturação dos 38 cursos técnicos integrados do CEFET-MG (36 cursos reestruturados e 02 cursos novos, em substituição a 02 que foram extintos, conforme descrito anteriormente). O volume de trabalho demandado por essas ações e o número ainda insuficiente de servidores na equipe da DEPT impediu que algumas ações fossem realizadas ou que fossem realizadas parcialmente.

Especificamente no que se refere à avaliação dos cursos técnicos nas formas subsequente e concomitância externa, a DEPT instituiu comissão e trabalhou por todo o segundo semestre no levantamento de dados quantitativos e qualitativos sobre esses cursos. Esses dados encontram-se em fase final de sistematização e subsidiarão reestruturação dos referidos cursos em 2017.

Em relação à implementação de estratégias para atenuar a retenção, esta Diretoria estreitou o diálogo com a coordenação pedagógica, supervisionando o trabalho das pedagogas junto aos alunos e suas famílias. Entretanto, estratégias exitosas, como a implantação da monitoria e dos plantões pedagógicos sistemáticos e ao longo de todo o ano, experimentadas em áreas de conhecimentos de cursos de alguns dos campus, esbarram com a falta de condições financeiras (contratação de bolsistas monitores na graduação) e de pessoal (elevado número de aulas dos professores das disciplinas mais afetadas com a retenção) para sua realização. Nesse sentido, a DEPT tem buscado, junto à Direção Geral, a recomposição do quadro docente de algumas áreas da EPTNM, assim como recursos para viabilizar as monitorias. Tem buscado ainda outras soluções para o problema, que serão transformadas em projetos a serem executados em 2017.

De uma forma geral, a plena execução das ações planejadas pode ser alcançada mediante garantia de atendimento das seguintes demandas:

- Aumentar a equipe de trabalho da DEPT com número de servidores suficiente para atender à demanda intensa e variada de trabalho executado por esta Diretoria. Especificamente, é necessária a contratação de 02 servidores (técnicos em assuntos educacionais ou pedagogo) para dar suporte à Coordenação Geral de Desenvolvimento e Acompanhamento e para a Coordenação Geral

de Fomento. Ambas as coordenações contam apenas com o seu coordenador e o trabalho de um único estagiário, que colabora nas tarefas rotineiras, mas não tem qualificação para dar suporte às políticas a serem implementadas por essas coordenações.

- Disponibilizar canal de INTRANET para facilitar a comunicação e a consulta interna de dados entre os diversos setores e campus do CEFET-MG.
- Sistematizar o uso de equipamentos de videoconferência para agilizar a comunicação entre os campus e outros segmentos de interesse institucional.
- Melhorar o atendimento às normas, procedimentos e controle das condições objetivas do ensino, de competência das Diretorias de Campus, Coordenação pedagógica, de curso/área visando diminuir o envolvimento da equipe da DEPT nos aspectos operacionais relativos ao ensino em detrimento dos aspectos políticos.
- Aumentar a eficácia dos setores de apoio ao ensino, como coordenação pedagógica, registro escolar e setor de estágio, garantindo o adequado preenchimento dos cargos nesses setores e qualificando os servidores com apoio da Superintendência de Gestão de Pessoas.

Impactos dos resultados das ações nos objetivos estratégicos da Diretoria

- Melhoria da qualidade do ensino.
- Consolidação dos cursos da EPTNM.
- Melhoria da imagem institucional como consequência da inserção qualificada dos alunos no mercado de trabalho (por meio da realização de estágios e contratações efetivas), dos altos índices alcançados no ENEM e aprovações em processos seletivos para a graduação, além de premiações em olimpíadas de conhecimento, eventos técnico-científicos nacionais e internacionais.
- Aumento do auxílio para participação de discente em eventos de caráter técnico-científicos, esportivos e culturais, ampliando as experiências formativas dos alunos da EPTNM.
- Ampliação da mobilidade acadêmica discente internacional proporcionando a ampliação do conhecimento tecnológico e da vivência acadêmica do aluno, a troca de experiências em outros universos culturais.
- Maior divulgação dos cursos de EPTNM do CEFET-MG.
- Projeção nacional da qualidade de ensino dos cursos de EPTNM do CEFET-MG.
- Ampliação da participação da comunidade acadêmica na discussão político-pedagógica para a EPTNM.
- Aperfeiçoamento da institucionalização dos processos e as práticas educacionais na EPTNM.

VINCULAÇÃO DO PLANO DA UNIDADE COM SUAS COMPETÊNCIAS LEGAIS E NORMATIVAS

Os objetivos e metas descritos acima, assim como o plano de atuação da Diretoria de Educação Profissional e Tecnológica vincula-se às suas competências legais e normativas, conforme se pode ver abaixo a partir da descrição das competências da Diretoria de Educação Profissional e Tecnológica e do Conselho de Educação Profissional e Tecnológica.

De acordo com o art. 23 da Resolução CD-069/08, de 02 de junho de 2008, o Conselho de Educação Profissional e Tecnológica, é órgão Colegiado Especializado, com competência de deliberação e normatização no que concerne às atividades de ensino de educação profissional e tecnológica de nível médio da Instituição, tem as seguintes atribuições:

- I - Propor ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão as diretrizes da Educação Profissional e tecnológica;
- II - Propor alterações nas Normas Acadêmicas da EPTNM para posterior aprovação do CEPE;
- III - Apreciar propostas de criação, transformação, suspensão e extinção de cursos de Educação Profissional e Tecnológica ;
- IV - Apreciar o calendário escolar dos cursos de Educação Profissional e Tecnológica, após manifestação dos respectivos colegiados de cursos;

- V - Apreciar contratos, acordos e convênios interinstitucionais referentes ao ensino da Educação Profissional e Tecnológica;
- VI - Apreciar propostas relativas a taxas, contribuições e emolumentos a serem cobradas pelas atividades de Educação Profissional e Tecnológica;
- VII - Apreciar pedidos de reconhecimento de títulos e diplomas de Educação Profissional e Tecnológica obtidos em outras instituições, observada a legislação em vigor;
- VIII - Deliberar conclusivamente sobre quaisquer matérias relativas ao ensino da Educação Profissional e Tecnológica, desde que não estejam incluídas na competência do CEPE ou do Conselho Diretor;
- IX - Deliberar conclusivamente sobre a alocação de recursos destinados à Diretoria de Educação Profissional e Tecnológica, inclusive em sua fase de planejamento;
- X - Definir as formas e os mecanismos de interação com as agências de fomento e outras formas de financiamento da Educação Profissional e Tecnológica;
- XI - Estabelecer formas de acompanhamento e avaliação dos cursos de Educação Profissional e Tecnológica;
- XII - Propor alterações neste Regulamento;
- XIII - Decidir acerca de recursos, representações e conflitos de competência em matéria de Educação Profissional e Tecnológica;
- XIV - Exercer a fiscalização e o controle do cumprimento de suas decisões;
- XV - Solucionar os casos omissos neste Regulamento e as dúvidas que porventura surgirem na sua aplicação.

De acordo com o art. 38 da Resolução CD-069/08, de 2/6/2008, a Diretoria de Educação Profissional e Tecnológica é o órgão Executivo Especializado que supervisiona e coordena a execução das atividades de educação profissional e tecnológica no âmbito da Instituição, competindo-lhe, para esse fim, implementar as deliberações dos Órgãos Colegiados Superiores e do Conselho de Educação Profissional e Tecnológica. Conforme o art. 40, são atribuições da Diretoria de Educação Profissional e Tecnológica:

- I – cumprir e fazer cumprir, no que concerne à Educação Profissional e Tecnológica, as determinações contidas no Estatuto, no Regimento Geral, bem como as normas editadas pelos Órgãos Colegiados Superiores e pelo Conselho de Educação Profissional e Tecnológica;
- II – implementar e desenvolver, no que concerne à Educação Profissional e Tecnológica, a política educacional e administrativa da Instituição de acordo com as deliberações estabelecidas pelos Órgãos Colegiados Superiores e pelo Conselho de Educação Profissional e Tecnológica;
- III – coordenar, supervisionar e fiscalizar as atividades de Educação Profissional e Tecnológica da Instituição;
- IV – representar a Instituição no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica;
- V – apresentar, anualmente, ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, após aprovado no Conselho de Educação Profissional e Tecnológica, o relatório de sua gestão;
- VI – apresentar, anualmente, ao Conselho de Planejamento e Gestão, após aprovados no Conselho de Educação Profissional e Tecnológica, o programa de trabalho, o orçamento e a prestação de contas de sua gestão;
- VII – propor, anualmente, ao Conselho de Planejamento e Gestão, após aprovadas no Conselho de Educação Profissional e Tecnológica, as diretrizes para a elaboração do orçamento da Instituição, bem como as prioridades para a aplicação dos recursos, no que concerne à Educação Profissional e Tecnológica;
- VIII – propor, ao Conselho de Planejamento e Gestão, as diretrizes e ações de suporte administrativo às atividades acadêmicas da Educação Profissional e Tecnológica;
- IX – presidir as reuniões do Conselho de Educação Profissional e Tecnológica, nos termos do Regimento Geral;
- X – cumprir as demais atribuições explicitamente delegadas pelo Conselho de Educação Profissional e Tecnológica.

A Diretoria de Educação Profissional e Tecnológica é composta pela Diretoria, Diretoria Adjunta, Coordenação Geral de Avaliação da EPTNM, Coordenação Geral de Desenvolvimento e Acompanhamento da EPTNM, Coordenação Geral dos Programas de Fomento à EPTNM e Secretaria.

A Coordenação Geral de Avaliação é responsável pela implementação de política de coleta, sistematização, divulgação de informações acadêmicas dos Cursos de EPTNM e pela avaliação dos Cursos de EPTNM, participando também do trabalho da Comissão Permanente de Avaliação – CPA, dentre outros.

A Coordenação Geral de Desenvolvimento e Acompanhamento é responsável pela implementação de políticas pedagógicas, com foco no processo ensino-aprendizagem, pela coordenação do acompanhamento pedagógico de alunos e orientação do processo de reestruturação dos projetos dos cursos, sempre que necessário, entre outras atribuições.

A Coordenação Geral de Fomento é responsável por planejar e supervisionar os programas de estímulo à EPTNM, especialmente a participação discentes em eventos técnicos, culturais e esportivos; assegurar apoio às Coordenações de Cursos e às Coordenações de Programas de Estágio no que concerne às atividades de Estágio Supervisionado, dentre outros.

Além das três Coordenações que compõem a sua estrutura organizacional, estão vinculadas à Diretoria: 45 coordenações de cursos EPTNM (de todos os Campus do CEFET-MG), 08 departamentos de Formação Geral (dos Campus do Interior) e 12 coordenações de área da Base Nacional Curricular Comum (dos Campus de Belo Horizonte).

FORMAS E INSTRUMENTOS DE MONITORAMENTO DA EXECUÇÃO DOS RESULTADOS DOS PLANOS

Há reuniões periódicas realizadas pela Administração do CEFET-MG, com o intuito de avaliar o desenvolvimento da gestão. Tais reuniões, por vezes, abordam os assuntos atinentes ao Plano de Desenvolvimento Institucional, mas não há formalização em registro documental. A sistematização do planejamento administrativo e acadêmico do CEFET-MG, na dimensão estratégica, está delineado em seu Plano de Desenvolvimento Institucional, aprovado na 449ª Reunião do Conselho Diretor, em 11/04/2017. Há previsão de publicação do documento final (PDI 2016-2020) na primeira quinzena de maio de 2017, após reenvio do texto aos conselheiros para chancela final.

A implementação do Plano de Desenvolvimento Institucional é acompanhada pelas diretorias responsáveis e debatida, sempre que necessário, pela Administração, em reuniões de diretoria. Além disso, anualmente, a coerência entre o planejamento e a execução das ações de desenvolvimento da gestão e da atuação do CEFET-MG é verificada pela Comissão Permanente de Avaliação, por meio de seus relatórios de autoavaliação institucional, cujos objetivos são:

- fornecer aos gestores e servidores envolvidos nos programas do PDI, metodologia de trabalho que facilite o acompanhamento do Plano em suas diversas fases e a avaliação dos resultados alcançados;
- apontar indicadores para a verificação daquilo que foi planejado, visando possíveis realinhamentos.
- apreciar os resultados obtidos, considerando-se as relações custo-benefício, custo-efetividade e custo-oportunidade das iniciativas promovidas, visando ao cumprimento dos objetivos gerais da Instituição;
- identificar dificuldades institucionais e os possíveis mecanismos de sua superação.

A CPA tem ação autônoma em relação à administração da Instituição e seus órgãos colegiados. Ambas atuações dos colegiados e da CPA, interdependentes e complementares, requerem o acesso a dados e informações fidedignas e o desenvolvimento de práticas comunicacionais. Isto se relaciona com a disseminação da cultura de utilização da informação como subsídio à tomada de decisão concernente à diversidade de demandas, percepções, expectativas e interesses dos diversos segmentos da escola.

Anualmente, serão elaborados relatórios permitindo à comunidade e aos gestores verificarem se as metas estabelecidas no PDI estão sendo alcançadas e a consequente necessidade de repactuá-las ou de se redefinir o Plano em um ou mais de seus aspectos. Nesse sentido, definem-se as orientações a seguir.

1. Para cada programa deverão ser estabelecidos indicadores de acompanhamento. Os indicadores mostram o que observar ou

medir para determinar se o Plano está sendo cumprido e se os objetivos estão sendo alcançados, devendo ser definidos de forma a refletir a realidade do programa. Propõe-se o estabelecimento de indicadores para:

- atividades previstas,
- recursos previstos,
- resultados esperados (em termos quantitativos e qualitativos),
- impactos do programa no CEFET-MG.

2. Os indicadores de acompanhamento deverão ser apresentados, contendo a descrição do indicador, os dados e informações a eles referidos e a fonte de coleta de dados.

3. Anualmente, para cada programa, serão realizados os trabalhos a seguir.

- Comparação do projetado com o executado.
- Análise das ações executadas e dos processos de trabalho, visando verificar se os resultados esperados estão sendo alcançados.
- Análise da qualidade dos resultados e dos seus impactos.
- Proposição de ajustes no PDI em caso de existência de:
 - necessidade de procedimentos para agilizar ações, atividades ou tarefas que se encontram com atraso em relação ao cronograma inicial;
 - fatores externos que estejam dificultando ou impedindo o trabalho;
 - dificuldades nas equipes de trabalho;
 - resultados obtidos que possam ter impactos negativos na função institucional.

Por fim, o processo de Acompanhamento e Avaliação do PDI 2016-2020 ajudará na evolução da performance institucional, uma vez que é por meio de análises críticas fundamentadas que se aprimora o ciclo de gestão, possibilitando a correção de trajetória, em prol do alcance das finalidades institucionais e do atendimento às políticas delineadas

3.2 Desempenho Orçamentário

Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ

Quadro 3.18 – Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais	26257	153015

Fonte: SOF.

3.2.1 Execução Física e Financeira das Ações da Lei Orçamentária Anual de Responsabilidade da Unidade

Quadro 3.19 – Ações – OFSS

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação.	() Integral (x) Parcial					
Código:	20RL		Tipo: Atividade			
Título:	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica					
Nº Subtítulo/Localizador:	0031					
Iniciativa:	0618 - Promoção de ações voltadas à consolidação dos institutos federais de forma a contribuir com a integração e o desenvolvimento regional.					
Objetivo:	Ampliar o acesso à educação profissional e tecnológica de qualidade, alinhada com as demandas sociais e do mercado de trabalho locais e regionais, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão, e considerando as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação 2014-2024.					Código: 1009
Programa:	Educação de Qualidade para todos			Código: 2080	Tipo: Temático	
Unidade Orçamentária:	26257					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2016						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2017	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
57.488.898,00	55.820.375,00	51.202.406,89	42.107.463,43	41.017.698,80	1.119.764,63	9.094.943,46
Execução Física						
Descrição da meta	Unidade de medida	Montante				
		Previsto	Reprogramado	Realizado		
Estudante Matriculado	Unidade	13.856	-	12.780		
Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira				Execução Física - Metas		
Valor em 1/1/2016		Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
7.887.932,19		7.252.282,21	368.492,33	Estudante Matriculado	Unidade	12.780

Fonte: Divisão de Orçamento – DIORC / Divisão de Contabilidade-DICONT Sistema Tesouro Gerencial e SIMEC

Análise:

No que se refere a ação 20RL, a execução foi parcial, considerando o valor de **R\$ 306.486,67** descentralizado para UFRN, através de Termo de Execução Descentralizada, porém nos valores da execução orçamentária e financeira demonstrados no quadro, esse valor está incluído. A meta física estimada foi muito próxima da execução física da ação. Houve redução de 2,9% da Dotação Inicial,

referente a cancelamento pelo Ministério de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, Portaria nº 398 de 13 de dezembro de 2017 para abertura de Créditos Suplementares. Essa redução foi na dotação da Fonte Receita Própria.

A execução dessa ação atendeu, dentro da Instituição, o objetivo por ela proposto, ou seja, a gestão administrativa, financeira e técnica e desenvolvimento de ações visando ao funcionamento dos cursos; manutenção de serviços terceirizados; pagamento de serviços públicos; manutenção de infraestrutura física por meio de obras de pequeno vulto que envolvam reforma ou adaptação e aquisição ou reposição de materiais, inclusive aquelas inerentes às pequenas obras, observados os limites da legislação vigente; aquisição e ou reposição de acervo bibliográfico; prestação de serviços à comunidade; promoção de subsídios para estudos, análises, diagnósticos, pesquisas e publicações científicas.

Quadro 3.19 – Ações – OFSS

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação.		(x) Integral () Parcial				
Código:	20RG		Tipo: Atividade			
Título:	Expansão e Reestruturação de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica					
Iniciativa:	0618 - Promoção de ações voltadas à consolidação dos institutos federais de forma a contribuir com a integração e o desenvolvimento regional.					
Objetivo:	Ampliar o acesso à educação profissional e tecnológica de qualidade, alinhada com as demandas sociais e do mercado de trabalho locais e regionais, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão, e considerando as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação 2014-2024.					Código: 1009
Programa:	Educação de Qualidade para todos			Código: 2080	Tipo: Temático	
Unidade Orçamentária:	26257					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2016						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2017	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
4.158.537,00	4.158.537,00	4.158.537,00	2.576.597,98	2.576.597,98	-	1.581.939,02
Execução Física						
Descrição da meta	Unidade de medida	Montante				
		Previsto	Reprogramado	Realizado		
Projeto Viabilizado	Unidade	1		-	1	
Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
1.863.545,06	1.795.433,18	68.111,88	Projeto Viabilizado	Unidade	1	

Fonte: Divisão de Orçamento – DIORC / Divisão de Contabilidade-DICONT Sistema Tesouro Gerencial e SIMEC

Recursos dessa ação aplicados na reestruturação e modernização da estrutura física da instituição, através da aquisição de máquinas, equipamentos; execução de obras, incluindo reforma, construção, materiais e serviços; compõem, também, valores dessa ação Emenda Parlamentar recebida no exercício de 2016 no valor de R\$500.000,00, totalmente empenhada.

Quadro 3.19 – Ações – OFSS

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação.		(x) Integral () Parcial				
Código:		2994 Tipo: Atividade				
Título:		Assistência ao estudante da educação profissional e tecnológica				
Iniciativa:		0617 - Promoção de ações para ampliar o acesso e as condições de permanência e êxito dos estudantes, nos cursos de educação profissional técnica de nível médio e nos cursos de formação inicial e continuada, bem como de inserção socioprofissional, prioritariamente para estudantes da rede pública, trabalhadores, beneficiários dos programas federais de transferência de renda, pessoas com deficiência, população negra, populações do campo, povos indígenas e quilombolas.				
Objetivo:		Ampliar o acesso à educação profissional e tecnológica de qualidade, alinhada com as demandas sociais e do mercado de trabalho locais e regionais, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão, e considerando as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação 2014-2024.				Código: 1009
Programa:		Educação de Qualidade para todos			Código: 2080	Tipo: Temático
Unidade Orçamentária:		26257				
Ação Prioritária		() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Lei Orçamentária 2016						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2017	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
10.001.188,00	10.001.188,00	10.001.188,00	10.001.188,00	10.001.108,00	80,00	-
Execução Física						
Descrição da meta	Unidade de medida	Montante				
		Previsto	Reprogramado	Realizado		
Benefício concedido	Unidade	10.000		-	11.077	
Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira				Execução Física - Metas		
Valor em 1/1/2016		Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
47.042,42		17.924,00	29.118,42	Benefício concedido	Unidade	11.077

Fonte: Divisão de Orçamento – DIORC / Divisão de Contabilidade-DICONT Sistema Tesouro Gerencial e SIMEC

A Ação 2994 foi 100% executada. Parte através do pagamento de auxílio financeiro diretamente aos estudantes, referentes a ações de assistência estudantil, que contribuem para o acesso, permanência e bom desempenho do estudante. Parte em Fornecimento de alimentação, através de restaurante escolar, dentre outras iniciativas típicas de assistência estudantil, concessões que atendem um grande número de alunos da Instituição.

Quadro 3.20 – Dotação atualizada x Executado

Grupo de despesa	Fonte SOF	Ptres	Ação Governo		Dotação atualizada (R\$)	Credito disponível (R\$)	Despesas empenhadas (R\$)	
Investimentos (4)	0100	119823	20RG	Expansão e reestruturação de instituições federais de educac	500.000,00	0,00	500.000,00	
		0112	108111	20RL	Funcionamento de instituições federais de educação profissio	11.896.334,00	3.206.846,88	8.689.487,12
			108114	20RG	Expansão e reestruturação de instituições federais de educac	3.658.537,00	0,00	3.658.537,00
		0250*	108111	20RL	Funcionamento de instituições federais de educação profissio	1.266,00	0,00	1.266,00
	Total do Grupo de Despesa					16.056.137,00	3.206.846,88	12.849.290,12
Outras despesas correntes (3)	0100	086664	00M1	Benefícios assistenciais decorrentes do auxilia-funeral e na	116.580,00	23.152,15	93.427,85	
		086665	2010	Assistência pré-escolar aos dependentes dos servidores civis	884.880,00	11.846,43	873.033,57	
		086666	2011	Auxilia-transporte aos servidores civis, empregados e milita	148.296,00	27.284,02	121.011,98	
		086667	2012	Auxílio-alimentação aos servidores civis, empregados e milit	1.340.336,00	43.217,44	1.297.118,56	
		086668	0005	Sentenças judiciais transitadas em julgado (precatórios)	62.136,00	473,99	61.662,01	
		086669	2004	Assistência medica e odontológica aos servidores civis, empr	925.810,00	188.197,08	737.612,92	
		108112	2994	Assistência aos estudantes das instituições federais de educ	4.801.188,00	0,00	4.801.188,00	
		108115	2994	Assistência aos estudantes das instituições federais de educ	4.500.000,00	0,00	4.500.000,00	
	0112	086665	2010	Assistência pré-escolar aos dependentes dos servidores civis	336.000,00	1.926,00	334.074,00	
		086666	2011	Auxilia-transporte aos servidores civis, empregados e milita	720.000,00	7.644,21	712.355,79	
		086667	2012	Auxílio-alimentação aos servidores civis, empregados e milit	9.000.000,00	6.255,06	8.993.744,94	
		086669	2004	Assistência medica e odontológica aos servidores civis, empr	3.660.000,00	0,00	3.660.000,00	
		086671	4572	Capacitação de servidores públicos federais em processo de q	1.450.000,00	662.262,21	787.737,79	
		108111	20RL	Funcionamento de instituições federais de educação profissio	41.480.661,00	1.386.727,91	40.093.933,09	
		111618	216H	Ajuda de custo para moradia ou auxilia-moradia a agentes pub	21.600,00	21.600,00	0,00	
	0250*	108111	20RL	Funcionamento de instituições federais de educação profissio	2.343.114,00	23.793,50	2.319.320,50	
		108112	2994	Assistência aos estudantes das instituições federais de educ	700.000,00	0,00	700.000,00	
		108113	00OL	Contribuições e anuidades a organismos e entidades nacionais	160.000,00	74.865,04	85.134,96	
	0650*	108111	20RL	Funcionamento de instituições federais de educação profissio	99.000,00	599,82	98.400,18	
	Total do Grupo de Despesa					72.749.601,00	2.479.844,86	70.269.756,14
	continua...							

Pessoal e encargos sociais (1)	0100	086660	09HB	Contribuição da união, de suas autarquias e fundações para o	38.374.354,00	142.717,97	38.231.636,03
		086661	00G5	Contribuição da união, de suas autarquias e fundações para o	16.067,00	0,78	16.066,22
		086662	20TP	Pessoal ativo da união	21.793.385,00	1.813.934,38	19.979.450,62
		086663	0181	Aposentadorias e pensões - servidores civis	11.549.910,00	92.437,85	11.457.472,15
		086668	0005	Sentenças judiciais transitadas em julgado (precatórios)	220.332,00	1.679,93	218.652,07
	0112	086662	20TP	Pessoal ativo da união	201.676.528,00	629.071,38	201.047.456,62
	0156	086663	0181	Aposentadorias e pensões - servidores civis	19.413.154,00	22.976,35	19.390.177,65
	0157	086662	20TP	Pessoal ativo da união	14.055,00	14.055,00	0,00
	0169	086663	0181	Aposentadorias e pensões - servidores civis	35.877.380,00	0,00	35.877.380,00
	Total do Grupo de Despesa				328.935.165,00	2.716.873,64	326.218.291,36
TOTAL GERAL				417.740.903,00	8.403.565,38	409.337.337,62	

Fonte: Superintendência de Orçamento e Finanças - SOF / Tesouro Gerencial - extraído em fevereiro/2017

Analisando o valores executados/empenhados no exercício de 2016, do valor total de R\$ 409.337.337,62, aproximadamente 83,82%, ou seja R\$343.102.332,98, referem-se às despesas relativas à Pessoal – vencimentos, benefícios e encargos (células sombreadas na Tabela). Os restantes dos valores empenhados referem-se à manutenção e funcionamento da Instituição, despesas de custeio e investimento no valor total de R\$66.235.004,64, sendo: R\$3.204.121,64 (Fonte 250, 650 - receita própria), R\$500.000,00 (Emenda Parlamentar) e, R\$62.530.883,00 (Fonte Tesouro - 100/112).

O Crédito Disponível no total de R\$ 8.403.565,38, representa o montante de recursos que não foram executados, aproximadamente 2% da dotação atualizada, sendo desse valor R\$ 3.026.870,02 referente a pessoal², crédito liberado pelo MPOG e não necessários para despesas de Pessoal no exercício. O restante R\$ 5.376.695,36 refere-se a orçamento de custeio/investimento que não foram executados por não liberação de teto de empenho pela Subsecretaria de Planejamento e Orçamento/MEC. Nesse sentido, observa-se que o grupo de despesa mais prejudicado foi o de Investimentos, no qual aproximadamente 20% da dotação inicial não pôde ser empenhada.

Quadro 3.21 – Executado x Pago

Grupo de despesa	Fonte SOF	Ptres	Ação Governo		Despesas empenhadas (R\$)	Despesas liquidadas (R\$)	Despesas liquidadas a pagar (R\$)
Investimentos (4)	0100	119823	20RG	Expansão e reestruturação de instituições federais de educac	500.000,00	0,00	0,00
	0112	108111	20rl	Funcionamento de instituições federais de educação profissio	8.689.487,12	3.512.395,39	0,00
		108114	20rg	Expansão e reestruturação de instituições federais de educac	3.658.537,00	2.576.597,98	0,00
	0250	108111	20rl	Funcionamento de instituições federais de educação profissio	1.266,00	1.266,00	0,00
	Total do Grupo de Despesa				12.849.290,12	6.090.259,37	0,00

² As despesas de pessoal por se tratarem de despesas obrigatórias são gerenciadas pelo MPOG sem interferências da Instituição

* os valores de dotação inicial previstos na arrecadação da Fonte 250 era de R\$ 4.971.903,00. No entanto, houve um cancelamento de R\$1.668.523,00, pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão - MPOG, devido a frustração de receita, passando a dotação atualizada para R\$ 3.303.380,00. A dotação prevista na Fonte 250 só pode ser executada se houver a realização das receitas próprias.

Outras despesas correntes (3)	0100	086664	00m1	Benefícios assistenciais decorrentes do auxilia-funeral e na	93.427,85	93.427,85	0,00
		086665	2010	Assistência pré-escolar aos dependentes dos servidores civis	873.033,57	873.033,57	0,00
		086666	2011	Auxilia-transporte aos servidores civis, empregados e milita	121.011,98	121.011,98	0,00
		086667	2012	Auxilio-alimentação aos servidores civis, empregados e milit	1.297.118,56	1.297.118,56	0,00
		086668	0005	Sentenças judiciais transitadas em julgado (precatórios)	61.662,01	61.662,01	0,00
		086669	2004	Assistência medica e odontológica aos servidores civis, empr	737.612,92	737.612,92	0,00
		108112	2994	Assistência aos estudantes das instituições federais de educ	4.801.188,00	4.801.188,00	0,00
		108115	2994	Assistência aos estudantes das instituições federais de educ	4.500.000,00	4.500.000,00	80,00
	0112	086665	2010	Assistência pré-escolar aos dependentes dos servidores civis	334.074,00	334.074,00	0,00
		086666	2011	Auxilia-transporte aos servidores civis, empregados e milita	712.355,79	712.355,79	0,00
		086667	2012	Auxilio-alimentação aos servidores civis, empregados e milit	8.993.744,94	8.993.363,74	0,00
		086669	2004	Assistência medica e odontológica aos servidores civis, empr	3.660.000,00	3.660.000,00	0,00
		086671	4572	Capacitação de servidores públicos federais em processo de q	787.737,79	787.646,79	0,00
		108111	20rl	Funcionamento de instituições federais de educação profissio	40.093.933,09	36.198.490,82	1.062.532,08
		111618	216h	Ajuda de custo para moradia ou auxilia-moradia a agentes pub	0,00	0,00	0,00
	0250	108111	20rl	Funcionamento de instituições federais de educação profissio	2.319.320,50	2.317.923,72	27.232,55
		108112	2994	Assistência aos estudantes das instituições federais de educ	700.000,00	700.000,00	0,00
		108113	00ol	Contribuições e anuidades a organismos e entidades nacionais	85.134,96	85.134,96	0,00
	0650	108111	20rl	Funcionamento de instituições federais de educação profissio	98.400,18	77.387,50	0,00
Total do Grupo de Despesa				70.269.756,14	66.351.432,21	1.089.844,63	
Pessoal e encargos sociais (1)	0100	086660	09hb	Contribuição da união, de suas autarquias e fundações para o	38.231.636,03	38.231.636,03	0,00
		086661	00g5	Contribuição da união, de suas autarquias e fundações para o	16.066,22	16.066,22	0,00
		086662	20tp	Pessoal ativo da união	19.979.450,62	19.979.450,62	0,00
		086663	0181	Aposentadorias e pensões - servidores civis	11.457.472,15	11.457.472,15	0,00
		086668	0005	Sentenças judiciais transitadas em julgado (precatórios)	218.652,07	218.652,07	0,00
	0112	086662	20tp	Pessoal ativo da união	201.047.456,62	201.000.690,90	0,00
	0156	086663	0181	Aposentadorias e pensões - servidores civis	19.390.177,65	19.390.177,65	0,00
	0157	086662	20tp	Pessoal ativo da união	0,00	0,00	0,00
	0169	086663	0181	Aposentadorias e pensões - servidores civis	35.877.380,00	35.877.380,00	0,00
	Total do grupo de despesa				326.218.291,36	326.171.525,64	0,00
Total geral				409.337.337,62	398.613.217,22	1.089.844,63	

Fonte: Superintendência de Orçamento e Finanças - SOF / Tesouro Gerencial - extraído em fevereiro/2017

Em análise ao desempenho financeiro, observa-se que 97,38% do valor total empenhado foi liquidado no exercício de 2016. Apesar do bom desempenho, quando se observa apenas o grupo de despesa de Investimentos, o valor total liquidado de R\$6.090.259,37, representa apenas 47,40% do total empenhado.

Do total liquidado no valor de R\$398.613.217,22, tem-se 99,73% pago (R\$397.523.372,59), gerando um saldo de despesas liquidadas a pagar de apenas R\$1.089.844,63. Isso se deveu, principalmente, a saldo financeiro insuficiente, na medida em que o teto para empenho foi liberado no encerramento do exercício, sem tempo hábil para liquidações e pagamentos.

Cabe destacar o resultado das despesas de custeio que do total empenhado de R\$53.385.714,52, 90,62% foi efetivamente pago. Já os valores empenhados para Folha de Pessoal, 99,99% foram efetivamente pagos, sendo saldo de empenho de R\$46.765,72 referente a valores para atender pagamento com servidor cedido para a Instituição pela ELETROBRÁS.

Quadro 3.22 – Créditos recebidos

Grupo de despesa	Unidade orçamentária		Ptres	Destaque recebido (R\$)	Despesas empenhadas (R\$)
Investimento (4)	26101	Ministério da Educação	108057	25.240,00	25.240,00
	26101	Ministério da Educação	108066	3.250.000,00	3.250.000,00
Outras despesas correntes (3)	26101	Ministério da Educação	108057	8.373,65	8.373,65
	26101	Ministério da Educação	108068	23.180,00	23.180,00
	26244	Univ. Fed. do Rio Grande do Sul	108345	114,27	114,27
	26246	Univ. Federal de Santa Catarina	108366	159,84	159,84
	26249	Univ. Fed. Rural do Rio de Janeiro	108401	879,12	879,12
	26258	Univ. Tec. Federal do Paraná	108117	1.172,83	1.172,83
	26285	Fundação Univ. Fed. S.J. del-Rei	108635	7.543,75	7.543,75
	26291	Fund. Coord. de Aperf. de Pessoal Nível Superior	108452	173.103,31	173.103,31
Total				3.489.766,77	3.489.766,77

Fonte: Superintendência de Orçamento e Finanças/Tesouro Gerencial - extraído em fevereiro 2017

O valor destacado na tabela, R\$ 3.250.000,00, recebido e integralmente empenhado em 2016, refere-se a valor parcial do TED 4313 (Termo de Execução Descentralizada), recebido do MEC, no valor total de R\$5.000.000,00, vigência até 31/12/2017, para atender despesas com obra de conclusão do módulo I e portaria da unidade de Contagem.

3.2.2 Fatores intervenientes no desempenho orçamentário

Os fatores intervenientes foram enumerados ao longo das análises descritivas que subscreveram os quadros anteriores. Não obstante, reitera-se como dificuldade no desenvolvimento das ações previstas na Instituição e/ou desempenho orçamentário, a limitação de liberação de cotas de empenho. No exercício de 2016 houve bloqueio de crédito orçamentário referente a investimento que foi liberado no encerramento do exercício, porém sem teto para empenho. Assim, não foi possível realizar a execução da totalidade da dotação recebida, impossibilitando atender algumas demandas institucionais.

3.2.3 Obrigações assumidas sem o respectivo crédito autorizado no orçamento

Quadro 3.23 - Quadro-resumo do exercício 2016 – valores em R\$

Saldo final do exercício anterior	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final do Exercício
55.403,59	2.779.084,14	2.727.130,55	3.450,00

O total registrado em Obrigações assumidas sem o respectivo crédito autorizado no orçamento no exercício de 2016 foi de R\$ 2.779.084,14, grande parte desses reconhecimentos são de despesas referentes a Pessoal - Salários, remunerações e benefícios, reconhecidos por força de legislação encaminhados após encerramento do exercício de 2015. Os demais valores constantes dos quadros disponibilizados no Relatório de Gestão, reconhecidos sem o respectivo orçamento, devem-se ao contexto de crise financeira em 2015, onde houve contingenciamentos de limites orçamentários, todavia, apesar de esforços da Instituição em reduzir as despesas, algumas foram realizadas. Os reconhecimentos de passivos estão em conformidade com os Princípios Fundamentais de Contabilidade que norteiam a Administração Pública.

Valor significativo identificado na conta "Salários, remunerações e benefícios" refere-se à obrigação de pagamento criada em virtude de lei, mas somente reconhecido o direito do reclamante após o encerramento do exercício correspondente.

Quadro 3.24 – Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos – Exercício de 2016

Denominação	Credor CNPJ/CPF	Saldo final do exercício anterior (R\$)	Movimento Devedor (R\$)	Movimento Credor (R\$)	Saldo Final do Exercício (R\$)
211110101 - Salários, remunerações e benefícios	153015	0,00	2.272.374,25	2.272.374,25	0,00
211420101 - INSS Contrib. s/ salários e remunerações - intra	510001	0,00	2.099,28	2.099,28	0,00
211420103 - INSS Contrib. s/ serviços de terceiros - intra	510001	0,00	66,00	66,00	0,00
211421300 - PSSS - Contrib. s/ vencimentos e vantagens - intra	510001	0,00	1.557,76	1.557,76	0,00
213110400 - Contas a pagar credores nacionais	00.013.698/0001-80	0,00	130,40	130,40	0,00
	02.119.118/0002-40	0,00	0,00	3.450,00	3.450,00*
	03.617.978/0001-95	0,00	1.265,50	1.265,50	0,00
	038.125.596-41	0,00	180,00	180,00	0,00
	04.462.643/0001-08	0,00	99,57	99,57	0,00
	050.171.416-26	0,00	150,00	150,00	0,00
	05.288.039/0001-70	0,00	357,00	357,00	0,00
	06.981.118/0001-16	0,05	65.824,46	65.824,41	0,00
	10.423.276/0001-36	0,00	6,83	6,83	0,00
	15.135.497/0001-22	0,00	1.200,00	1.200,00	0,00
	17.027.806/0001-76	0,00	55.702,76	55.702,76	0,00
	33.000.118/0001-79	0,00	80,00	80,00	0,00
70.928.973/0001-70	0,00	50.973,60	50.973,60	0,00	
213110400 - Contas a pagar credores nacionais - intra OFSS	110245	11.085,05	65.356,56	54.271,51	0,00
213140400 - Contas a pagar credores nacionais - inter est	06.981.118/0001-16	0,00	29.930,14	29.930,14	0,00
	17.281.106/0001-03	0,00	9.920,72	9.920,72	0,00

* O reconhecimento se deu em conformidade com o parágrafo 2º do Art.22 do Decreto 93.872/86, considerando, no encerramento do exercício, identificação de um erro material no empenho emitido, porém o credor, dentro do prazo estabelecido cumpriu sua obrigação.

218911900 - Incentivos a educação, cultura e outros	00.000.000/0001-91	0,00	5.452,69	5.452,69	0,00	
	015.243.186-12	0,00	500,00	500,00	0,00	
	080.846.286-58	0,00	951,22	951,22	0,00	
	089.768.826-01	0,00	951,22	951,22	0,00	
	116.602.146-70	0,00	275,00	275,00	0,00	
	153015	0,00	16.358,07	16.358,07	0,00	
213150400 - Contas a pagar credores nacionais - inter mun	16.673.998/0001-25	0,00	1.688,03	1.688,03	0,00	
218910100 - Indenizações, restituições e compensações	000.831.076-90	0,00	497,90	497,90	0,00	
	001.392.856-28	0,00	94,97	94,97	0,00	
	004.471.726-11	0,00	172,30	172,30	0,00	
	007.712.044-10	0,00	320,30	320,30	0,00	
	010.149.295-20	0,00	531,00	531,00	0,00	
	012.230.356-38	0,00	765,43	765,43	0,00	
	015.243.186-12	0,00	500,00	500,00	0,00	
	015.848.586-64	0,00	177,00	177,00	0,00	
	016.494.296-30	135,36	135,36	0,00	0,00	
	023.676.676-75	0,00	220,00	220,00	0,00	
	029.772.826-10	0,00	10,20	10,20	0,00	
	030.687.266-89	3.413,00	3.413,00	0,00	0,00	
	032.496.416-18	0,00	172,30	172,30	0,00	
	033.642.156-77	0,00	1.132,56	1.132,56	0,00	
	037.130.516-07	0,00	625,70	625,70	0,00	
	039.946.696-77	0,00	161,00	161,00	0,00	
	041.593.596-20	0,00	449,00	449,00	0,00	
	042.323.206-10	0,00	602,60	602,60	0,00	
	042.355.156-67	0,00	108,38	108,38	0,00	
	044.159.986-90	0,00	2.500,00	2.500,00	0,00	
	044.549.386-01	695,00	695,00	0,00	0,00	
	051.481.186-28	0,00	61,20	61,20	0,00	
	054.614.846-89	0,00	501,45	501,45	0,00	
	054.886.066-10	0,00	57,95	57,95	0,00	
	062.870.026-11	0,00	177,00	177,00	0,00	
	068.419.426-04	0,00	885,00	885,00	0,00	
	070.727.067-71	0,00	827,20	827,20	0,00	
	081.274.406-39	0,00	500,00	500,00	0,00	
	089.768.826-01	0,00	951,22	951,22	0,00	
	094.104.266-93	0,00	177,00	177,00	0,00	
	096.736.826-07	0,00	78,90	78,90	0,00	
		153015	0,00	5.088,60	5.088,60	0,00
		17.027.806/0001-76	38.673,55	77.347,10	38.673,55	0,00
		219.873.516-49	0,00	371,40	371,40	0,00
		232.520.146-53	0,00	2.000,00	2.000,00	0,00
		235.233.879-49	500,00	500,00	0,00	0,00
		236.761.596-91	0,00	94,97	94,97	0,00
		248.233.766-68	0,00	1.433,20	1.433,20	0,00
		278.984.406-25	0,00	118,00	118,00	0,00

	324.666.846-91	300,00	300,00	0,00	0,00
	370.426.456-34	0,00	1.854,68	1.854,68	0,00
	371.804.606-72	0,00	39,20	39,20	0,00
	383.491.086-49	0,00	250,74	250,74	0,00
	417.680.356-87	0,00	41,00	41,00	0,00
	436.735.036-34	422,00	422,00	0,00	0,00
	439.325.336-15	0,00	135,80	135,80	0,00
	502.757.206-91	135,36	270,72	135,36	0,00
	528.821.446-87	0,00	290,00	290,00	0,00
	570.990.496-15	0,00	312,85	312,85	0,00
	598.127.456-53	0,00	940,57	940,57	0,00
	604.230.806-87	0,00	1.082,11	1.082,11	0,00
218910100 - Indenizações, restituições e compensações	616.089.716-00	0,00	175,00	175,00	0,00
	654.838.806-25	0,00	192,00	192,00	0,00
	668.288.726-49	0,00	105,05	105,05	0,00
	671.266.696-15	0,00	3.450,00	3.450,00	0,00
	698.636.446-68	0,00	617,80	617,80	0,00
	745.936.256-53	0,00	136,75	136,75	0,00
	775.854.371-53	0,00	110,29	110,29	0,00
	789.635.756-91	0,00	131,85	131,85	0,00
	792.693.706-15	0,00	1.017,85	1.017,85	0,00
	838.210.076-72	44,22	533,12	488,90	0,00
	865.994.536-00	0,00	1.026,60	1.026,60	0,00
	907.568.786-91	0,00	1.300,00	1.300,00	0,00
	954.640.856-53	0,00	449,00	449,00	0,00
	962.350.476-49	0,00	62,09	62,09	0,00
	001.392.856-28	0,00	1.263,45	1.263,45	0,00
	004.471.726-11	0,00	575,15	575,15	0,00
	005.023.066-29	0,00	88,50	88,50	0,00
	007.459.506-71	0,00	71,55	71,55	0,00
	008.745.546-32	0,00	177,00	177,00	0,00
	010.149.295-20	0,00	531,00	531,00	0,00
	011.805.276-40	0,00	248,55	248,55	0,00
	012.970.566-71	0,00	1.423,50	1.423,50	0,00
	013.327.986-32	0,00	592,10	592,10	0,00
218910200 - Diárias a pagar	015.848.586-64	0,00	177,00	177,00	0,00
	028.636.156-61	0,00	267,75	267,75	0,00
	031.950.916-82	0,00	85,38	85,38	0,00
	032.496.416-18	0,00	561,14	561,14	0,00
	036.825.176-42	0,00	88,50	88,50	0,00
	036.995.886-10	0,00	421,68	421,68	0,00
	038.533.526-18	0,00	80,63	80,63	0,00
	039.946.696-77	0,00	89,25	89,25	0,00
	041.719.536-26	0,00	65,20	65,20	0,00
	043.314.816-03	0,00	178,50	178,50	0,00
	045.601.496-90	0,00	373,56	373,56	0,00

	047.922.726-88	0,00	89,25	89,25	0,00
	049.898.756-64	0,00	874,65	874,65	0,00
	051.307.856-81	0,00	88,50	88,50	0,00
	051.465.796-01	0,00	418,71	418,71	0,00
	051.481.186-28	0,00	311,66	311,66	0,00
	054.511.566-38	0,00	276,76	276,76	0,00
	054.886.066-10	0,00	290,45	290,45	0,00
	062.870.026-11	0,00	177,00	177,00	0,00
	066.144.166-00	0,00	551,70	551,70	0,00
	068.419.426-04	0,00	885,00	885,00	0,00
	070.724.266-55	0,00	391,65	391,65	0,00
	070.727.067-71	0,00	827,20	827,20	0,00
	073.229.386-31	0,00	178,50	178,50	0,00
	073.343.826-17	0,00	391,65	391,65	0,00
	076.601.276-08	0,00	741,86	741,86	0,00
	084.997.736-30	0,00	391,65	391,65	0,00
	094.104.266-93	0,00	177,00	177,00	0,00
	094.816.206-62	0,00	54,10	54,10	0,00
	099.658.077-87	0,00	827,20	827,20	0,00
	103.611.277-23	0,00	248,55	248,55	0,00
	116.429.756-21	0,00	60,70	60,70	0,00
	153015	0,00	26.312,00	26.312,00	0,00
218910200 - Diárias a pagar	154.838.356-20	0,00	6.444,92	6.444,92	0,00
	205.388.716-87	0,00	637,20	637,20	0,00
	214.929.078-20	0,00	71,55	71,55	0,00
	219.873.516-49	0,00	1.449,10	1.449,10	0,00
	235.446.196-87	0,00	463,20	463,20	0,00
	236.761.596-91	0,00	551,34	551,34	0,00
	248.233.766-68	0,00	1.967,50	1.967,50	0,00
	254.053.146-68	0,00	178,50	178,50	0,00
	255.853.396-72	0,00	413,60	413,60	0,00
	261.304.038-60	0,00	274,59	274,59	0,00
	276.785.126-00	0,00	903,54	903,54	0,00
	278.984.406-25	0,00	229,94	229,94	0,00
	331.829.146-34	0,00	526,58	526,58	0,00
	371.804.606-72	0,00	195,45	195,45	0,00
	393.024.076-91	0,00	653,20	653,20	0,00
	406.377.511-91	0,00	577,86	577,86	0,00
	439.325.336-15	0,00	109,95	109,95	0,00
	456.412.266-53	0,00	88,80	88,80	0,00
	493.790.116-87	0,00	284,70	284,70	0,00
	496.528.000-82	0,00	1.676,80	1.676,80	0,00
	531.550.846-34	0,00	695,51	695,51	0,00
	546.638.816-53	0,00	3.705,60	3.705,60	0,00
	598.127.456-53	0,00	564,68	564,68	0,00
	602.905.606-91	0,00	368,50	368,50	0,00

218910200 - Diárias a pagar	604.230.806-87	0,00	1.061,05	1.061,05	0,00
	668.398.076-49	0,00	379,70	379,70	0,00
	695.168.046-91	0,00	407,85	407,85	0,00
	704.422.316-87	0,00	216,03	216,03	0,00
	714.588.916-15	0,00	106,20	106,20	0,00
	774.818.876-91	0,00	499,35	499,35	0,00
	492.693.706-15	0,00	979,80	979,80	0,00
	799.381.836-20	0,00	905,70	905,70	0,00
	830.338.236-53	0,00	1.139,10	1.139,10	0,00
	838.210.076-72	0,00	1.430,00	1.430,00	0,00
	865.994.536-00	0,00	1.026,60	1.026,60	0,00
	897.759.376-04	0,00	606,30	606,30	0,00
	940.486.066-20	0,00	561,60	561,60	0,00
	950.108.156-72	0,00	1.243,20	1.243,20	0,00
	954.640.856-53	0,00	109,95	109,95	0,00
994.894.816-53	0,00	301,65	301,65	0,00	

Fonte: DICONT/Siafi - extraído em 02/02/2017

3.2.4 Restos a pagar de exercícios anteriores

Quadro 3.25 - Restos a Pagar Processados e Restos a Pagar não Processados Liquidados

Ano de Inscrição	Montante em 1º de janeiro do ano 2016	Pagos	Cancelados	Saldo a pagar 31/12 do ano 2016
	(a)	(b)	(c)	(d) = (a-b-c)
2013	17.780,13	17.780,13	0,00	0,00
2014	1.557.261,90	1.556.805,33	456,57	0,00
2015	7.051.317,55	7.049.922,41	1.395,14	0,00

Fonte: DICONT/Tesouro Gerencial - extraído em 31/01/2017

Quadro 3.26 - Restos a Pagar Não Processados

Ano de Inscrição	Montante em 1º de janeiro do ano 2016	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo a pagar 31/12 do ano 2016
	(e)	(f)	(g)	(h)	(i) = (e-g-h)
2013	326.848,44	66.262,23	66.262,23	260.586,21	0,00
2014	748.225,00	482.052,23	482.052,23	266.172,77	0,00
2015	9.002.226,48	8.592.733,25	8.562.733,25	141.198,03	298.295,20

Fonte: Fonte: DICONT/Tesouro Gerencial - extraído em 31/01/2017

Foram adotados procedimentos para análises criteriosas do Restos a Pagar no âmbito da Instituição. No que se refere a Restos a Pagar Processados e Não Processados liquidados foram todos pagos no exercício de 2016. Quanto aos Restos a Pagar Não Processados, a Instituição envidou esforços junto aos Fornecedores para agilizar as entregas dos bens e serviços conseguindo assim, zerar os saldos dos RP de 2013 e 2014. Do saldo de RPNP referente a 2015 foram pagos 95,45% do total, no que se refere ao saldo em 31/12/2016, o valor mais significativo trata-se de aquisições de móveis da Empresa USE MOVEIS PARA ESCRITORIO LTDA que se encontra em Processo de Recuperação Judicial. Devido a esse processo a empresa atrasou as entregas dos bens, porém tem regularizado as entregas e há expectativas de finalização dessas entregas no exercício de 2017.

O Ministério da Educação repassou recursos utilizados no pagamento dos Restos a Pagar (RP) de exercícios anteriores não impactando negativamente, por isso, a gestão financeira da Instituição no exercício. Outrossim, salienta-se que a existência, até então, de restos a pagar processados e não processados de 2013 e 2014 se deram diante de análise a luz da legislação e contato com os fornecedores havendo expectativa de realização.

Informa-se que as conciliações contábeis e regularizações de contas, bem como as análises dos Restos a Pagar, têm sido analisadas rotineiramente. Observa-se valor referente a 2013, reinscritos em 2016. Nessa situação foi mantido o valor de R\$157.299,18 referente a contratação de exames periódicos com expectativa de sua total execução, porém em janeiro de 2016 foi cancelado na totalidade com base no art.68 do Decreto 93.872/86. O valor de R\$97.186,81 reinscrito, refere-se a contratação de mão de obras de intérprete de libras, foi pago valor parcial e cancelado o restante em conformidade com o mesmo Decreto. O valor de R\$13.000,00 foi reinscrito aguardando regularização de serviços prestados em desacordo com as cláusulas contratuais, situação essa, regularizada em 2016, cancelado a diferença de R\$130,00. Os demais valores referentes a 2014 foram mantidos observando o que preconiza a legislação e têm validade até 30 de junho do segundo ano subsequente ao de sua inscrição e permanecem válidos após essa data aqueles que sejam relativos à despesas do Ministério da Educação financiadas com recursos de manutenção e desenvolvimento do ensino, que é o caso dos empenhos do CEFET/MG. No encerramento do exercício de 2016, os valores referentes a restos a pagar de 2013 e 2014, já se encontravam regularizados, pagos ou cancelados.

Quadro 3.27 – Realização de Receitas no Exercício de 2016

Natureza da receita		Fonte SOF	Previsão inicial da receita - R\$	Receita orçamentária (líquida) - R\$
13100111	Alugueis e arrendamentos-principal	0250	270.200,00	310.333,56
13100112	Alugueis e arrendamentos-multas e juros	0250		9,35
13220011	Dividendos-principal	0250	1.449,00	
15000011	Receita industrial-principal	0250		403,75
16100111	Serv. administrat. e comerciais gerais-princ.	0250	3.077.704,00	1.893.461,20
16100112	Serv. administrat. e comerciais gerais-mul. jur.	0250		1.196,33
16100211	Inscr. em concursos e proc. seletivos-principal	0250	1.622.550,00	1.021.285,31
16100212	Inscr. em concursos e proc. seletivos-mul.jur.	0250		109,08
16100311	Serv. de regist. ,certif.e fiscaliz. -principal	0250		298,24
19100911	Multas e juros previstos em contratos-princ.	0250		502,20
19210111	Indeniz. p/danos causados ao patr.pub.-princ.	0250		2.010,00
19220611	Restit. de despesas de exerc. anteriores-princ.	0250		10.678,98
19909911	Outras receitas-primarias-principal	0250		1.120,00
76100111	Serv. administrat. e comerciais gerais-princ.	0250		800,00
Total			4.971.903,00	3.242.208,00

FONTE: Superintendência de Orçamento e Finanças /Tesouro Gerencial emitido em 10/02/2016

O estimativo de Receita Própria constante da Lei Orçamentária Anual 2016 foi de R\$4.971.903,00. No entanto, houve frustração de receita no valor de R\$1.729.695,00, sendo realizada, portanto, 65,21% da Receita Prevista. Alguns fatores contribuíram para esta não realização da receita, estando discriminados abaixo:

- Houve queda da Receita 16100211, composta por arrecadações referentes à Processo Seletivo de Graduação e Técnico (COPEVE), assim como arrecadações de inscrições em cursos de Especialização, dentre outras. O que explica esta queda é o fato desta receita ser vinculada à demanda pelos processos seletivos da instituição, por sua vez altamente suscetíveis à oscilações.
- Quanto à Receita 16100111, nessa natureza de receita se enquadram as arrecadações de restaurante escolar, alguns projetos extensão. No exercício de 2016, essa arrecadação foi impactada por mudança de Diretorias que propuseram novas formalizações nos projetos de extensão, diminuindo, no momento, suas execuções. Também, houve paralisação/greve de servidores e alunos diminuindo a arrecadação dos restaurantes escolares.

3.2.5 Execução descentralizada com transferência de recursos

Quadro 3.28 - Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência 2016

Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Situação
			Global (R\$)	Contra-partida	No Exercício até 31/12/2016	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
Convênio	CCONT Nº 002/2010- Campus I	00.278.912.0001/20	18.960.523,66	Não	2.753.872,57	3.420.407,60	05/10	10/16	Adimplente
Convênio	CCONT Nº 002/2010- Campus Curvelo	00.278.912.0001/20	4.369.745,65	Não	563.467,19	2.873.813,11	01/12	12/16	Adimplente
Convênio	CCONT Nº 002/2010- Campus Varginha	00.278.912.0001/20	3.885.300,27	Não	549.704,84	1.603.830,87	01/12	12/16	Adimplente
Convênio	CCONT Nº 003/2010- Campus II	00.278.912.0001/20	14.442.885,87	Não	1.431.753,90	9.117.572,42	05/10	10/16	Adimplente
Convênio	CCONT Nº 004/2010 - Campus Divinópolis	00.278.912.0001/20	5.792.909,34	Não	722.471,03	3.921.105,81	05/10	12/16	Adimplente
Convênio	CCONT Nº 006/2010 - Campus Araxá	00.278.912.0001/20	6.006.104,33	Não	579.777,18	3.943.983,76	05/10	12/16	Adimplente
Termo de Execução Descentralizada	Termo de Cooperação para Descentralização de Crédito nº 001/2016 CEFET-MG-UFRN	24.365.710/0001-83	919.460,00	Sim	306.486,67	306.486,67	03/16	02/19	Adimplente
Total			54.376.929,12	-	6.907.533,38	35.187.200,24	-	-	-

Fonte: Superintendência de Convênios e Contratos - SCCONT.

Nota: O CEFET-MG está trabalhando para disponibilizar em sua página principal na internet (www.cefetmg.br) informações que aumentem a transparência da gestão. Foi designada através da Portaria DIR 038/17, de 24/01/2017, comissão de implementação da Política de Dados Abertos no CEFET-MG. Essa comissão já elaborou um plano de trabalho e está formatando os dados a serem disponibilizados na página principal da Instituição na internet. Então, em breve, será disponibilizado na página principal do CEFET-MG na internet, local onde os cidadãos-usuários possam conhecer os beneficiários das transferências, os objetos executados, a situação da prestação de contas e a situação da análise das contas prestadas.

Quadro 3.29 - Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios

Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$)		
Convênio	6	6	6	6.601.046,71	7.476.430,42	5.811.877,22
Contrato de Repasse	-	-	-	-	-	-
Termo de Execução Descentralizada	1	-	-	306.486,67	-	-
Termo de Compromisso	-	-	--	-	-	-
Totais	7	6	6	6.907.533,38	7.476.430,42	5.811.877,22

Fonte: SCCONT.

Quadro 3.30 - Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ nas modalidades de convênio, contratos de repasse e instrumentos congêneres.

Exercício	Situação	Convênios		Termo de Cooperação	
		Nº de repasses	Montante repassado (R\$)	Nº de repasses	Montante repassado (R\$)
2016	Contas Prestadas	28	31.504.439,09	1	306.486,67
	Contas Não Prestadas	4	1.493.772,26	-	-
2015	Contas Prestadas	8	26.190.737,77	-	-
	Contas Não Prestadas	5	19.143.118,87	-	-
2014	Contas Prestadas	13	18.714.307,35	-	-
	Contas Não Prestadas	1	200.230,00	-	-
2013	Contas Prestadas	13	12.902.430,13	-	-
	Contas Não Prestadas*	-	-	-	-

Fonte: SCCONT.

Contas não prestadas - Valores repassados com prazo para prestação de contas até fev/2017.

Unidade	Nº Processo	Período da Execução	Montante (R\$)
Campus I - Curvelo	1075/2010	2º semestre 09/08/16 à 23/12/16	R\$ 534.590,36
Campus I - Varginha	1075/2010	2º semestre 09/08/16 à 23/12/16	R\$ 325.184,17
Campus IV Araxá	1684/2010	2º semestre 09/08/16 à 23/12/16	R\$ 245.734,76
Campus V Divinópolis	5099/2010	2º semestre 09/08/16 à 23/12/16	R\$ 388.262,97
Total dos Repasses			R\$ 1.493.772,26

Informamos que o montante das 28 prestações de contas prestadas em 2016 foram conferidas pelos Coordenadores e pela Equipe de Prestação de Contas, procedemos com as baixas das comprovações dos gastos apresentados pela FCM no SIAFI 2016. Após a emissão do Relatório Final dos Coordenadores do Período executado (2010 a 2016), que os convênios serão definitivamente aprovados no SIAFI pelo Dirigente da Instituição.

Quadro 3.31 - Situação da análise das contas prestadas no exercício de referência do relatório de gestão

Exercício	Situação	Convênios		
		Contas analisadas	Contas Não Analisadas	Montante Repassado (R\$)
2016	Com prazo de análise ainda não vencido	28	-	6.014.068,72
	Com prazo de análise vencido	-	-	-
2015	Com prazo de análise ainda não vencido	8	-	26.190.737,77
	Com prazo de análise vencido	-	-	-

Fonte: SCCONT.

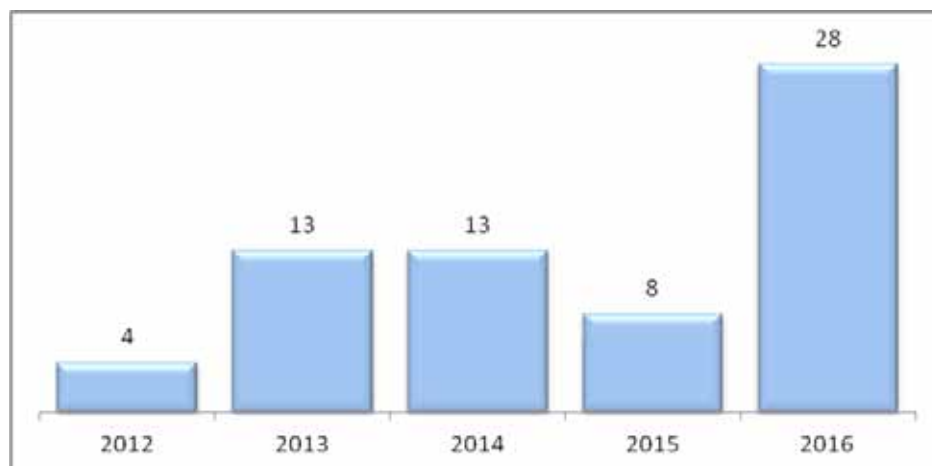
Análise crítica da execução descentralizada com transferência de recursos

Em primeiro plano, identifica-se que não houve até o presente momento e, nem mesmo nos exercícios anteriores, contas prestadas com situação de inadimplemento, não havendo, portanto, a necessidade de implantação de medidas saneadoras de transferências de recursos. Os prazos regulamentares para as prestações de contas foram cumpridos no decorrer dos últimos exercícios pelas UORGs que receberam transferências de recursos.

Esta Divisão de Convênios - DICV não adota plano ou metodologia específicos para o tratamento das análises de prestações de contas realizadas, assim como não há sistema informatizado que auxilie tal atividade, sendo inclusive, conforme já relatado, insu-

ficiente o recurso humano disponível, uma vez que esta Divisão não cuida apenas da análise das prestações de contas. Quanto à evolução das análises das prestações de contas referentes às transferências nos últimos exercícios, o gráfico abaixo demonstra o seguinte:

Gráfico 14 - Prestações de contas apresentadas e analisadas



Fonte: SCCONT

No período de 2013 e 2014, a quantidade de prestações de contas apresentadas e analisadas manteve-se estável, no entanto no exercício de 2015, houve uma redução em virtude de indefinições de Planejamento Administrativo da Instituição, considerando a situação do processo licitatório para contratação de fornecimento de refeições. No exercício de 2016 houve um aumento significativo de 250% no número de prestações entregues e conferidas pela Divisão de Convênios. Tal fato justifica-se pela celebração, em 2016, de Termos Aditivos referentes aos Convênios do Programa de Alimentação Escolar em Caráter de Excepcionalidade, alterando o prazo para entrega das prestações de contas parciais, passando esta de semestral para bimestral.

Quanto ao gerenciamento dos recursos transferidos, tal atividade não fica a cargo desta Divisão de Convênios, principalmente no que toca à efetividade dos recursos transferidos, restando à mesma apenas a incumbência de analisar as contas prestadas pelos gestores desses recursos, que, neste Centro, tem como referência principal a Secretaria de Política Estudantil. Esta UORG é a responsável por gerenciar e fiscalizar os recursos a ela transferidos, importando também na responsabilidade de fiscalizar *in loco* a execução dos planos de trabalho contratados.

Restrita a análise das contas quanto aos recursos transferidos à citada UORG, somente essa possui condições de aferir a efetividade das transferências recebidas como instrumento de execução descentralizada das políticas públicas, já que, como gestora dos recursos, aplica-os de forma independente, dentro das necessidades surgidas ao longo da execução dos trabalhos, além de ser a única capaz de informar as verdadeiras razões para eventuais oscilações significativas na quantidade e no volume de recursos a ela transferidos.

Desta forma, a seguir o gráfico com a evolução dos valores pactuados e dos valores repassados das transferências voluntárias, vinculadas ao convênio do Programa de Alimentação Escolar da Instituição.

Gráfico 15: Transferências Voluntárias – Valores pactuados e repassados – 2012 a 2016



Fonte: SCCONT

3.2.5.1 Informações sobre a estrutura de pessoal para análise das prestações de contas

A Divisão de Convênios e Prestações de Contas (DICV) compõe a Superintendência de Convênios e Contratos (SCCONT). As suas atribuições, conforme a Resolução CD-049/12, de 3 de setembro de 2012, são: elaborar minutas dos Convênios, Termos de Cooperação Técnica, Termos e Contratos de Parcerias e Protocolos de Intenção, a serem celebrados pelo CEFET-MG, bem como, as prestações de contas dos convênios e contratos da instituição. A prestação de contas é composta pelas seguintes etapas, conforme orientação da IN STN nº 01/1997:

- I - relatório de Execução Físico-Financeira,
- II - demonstrativo da Execução da Receita e Despesa,
- III - relação de Pagamentos
- IV - relação de Bens
- V - extrato da conta bancária específica
- VII - comprovante de recolhimento do saldo de recursos, à conta indicada pela concedente
- VIII - cópia do despacho adjudicatório e homologação das licitações realizadas ou justificativa para sua dispensa ou inexigibilidade
- IX - relatório de cumprimento do objeto - RCO (a emissão do RCO é atribuição do Coordenador da Atividade, inclusive a análise da efetividade).

Após conferência prévia das prestações de contas pelo Coordenador/Fiscal/Executor do Investimento de Acordo, a DICV encaminha sua análise para a submissão do Dirigente da Instituição, Ordenador de Despesas recomendando a validação ou invalidação da referida prestação de contas. As atividades concernentes a DICV, portanto, exigem uma análise extensa e pormenorizada, que envolve certa complexidade. Além disso, esta Divisão executa uma rotina contínua de atendimento e assessoramento ao público que presta contas: alunos, professores, técnico-administrativos, diretorias, unidades do interior, empresas, órgãos públicos etc.

Frente ao exposto, considera-se que atualmente a equipe da DICV é insuficiente para atender de forma tempestiva a demanda das prestações de contas do CEFET-MG. Ressalta-se a inexistência de descentralização para as UORGs, ficando todas as atividades concentradas nesta Divisão de Convênios instalada no Campus I deste Centro. A DICV é composta por três servidores, na qual apenas dois destes executam as atividades de análise da prestação de contas. Outra questão a se destacar é a limitação do sistema de controle utilizado, sendo feito em planilhas Excel.

3.2.6 Informações sobre a execução das despesas

Quadro 3.32 - Despesas por Modalidade de Contratação

Modalidade de Contratação	Despesa executada				Despesa paga			
	2016	%	2015	%	2016	%	2015	%
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	27.895.412,93	6,77%	25.570.292,29	6,74%	15.930.538,33	4,01%	13.212.491,28	3,64%
a) Convite	-	-	-	-	-	-	-	-
b) Tomada de Preços	498.704,17	0,12%			111.967,88	0,03%		
c) Concorrência	8.412.815,56	2,04%	9.363.787,27	2,47%	2.860.301,45	0,72%	2.998.473,89	0,83%
d) Pregão	18.983.893,20	4,61%	16.206.505,02	4,27%	12.958.269,00	3,26%	10.214.017,39	2,81%
e) Concurso	-	-	-	-	-	-	-	-
f) Consulta	-	-	-	-	-	-	-	-
g) Regime Dif. de Contratações	-	-	-	-	-	-	-	-
2. Contratações Diretas (h+i)	19.367.700,07	4,70%	17.909.130,18	4,72%	16.667.122,63	4,20%	14.907.492,76	4,11%
h) Dispensa	18.382.379,76	4,46%	15.718.463,44	4,15%	15.931.358,70	4,01%	13.190.862,50	3,63%
i) Inexigibilidade	985.320,31	0,24%	2.190.666,74	0,58%	735.763,93	0,19%	1.716.630,26	0,47%
3. Regime de Execução Especial	43.523,27	0,01%	37.566,20	0,01%	43.523,27	0,01%	37.566,20	0,01%
j) Suprimento de Fundos	43.523,27	0,01%	37.566,20	0,01%	43.523,27	0,01%	37.566,20	0,01%
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	327.043.501,32	79,34%	303.071.129,16	79,92%	326.996.735,60	82,33%	303.037.094,16	83,45%
k) Pagamento em Folha	325.983.573,07	79,08%	302.058.173,53	79,66%	325.936.807,35	82,07%	302.027.096,28	83,17%
l) Diárias	1.059.928,25	0,26%	1.012.955,63	0,27%	1.059.928,25	0,27%	1.009.997,88	0,28%
5. Outros	37.874.099,83	9,19%	32.619.235,35	8,60%	37.516.507,64	9,45%	31.959.164,75	8,80%
Ressarcimentos, bolsas, compras diretas, entre outros	37.874.099,83	9,19%	32.619.235,35	8,60%	37.516.507,64	9,45%	31.959.164,75	8,80%
5. Total das Despesas acima (1+2+3+4+5)	412.224.237,42	100,00%	379.207.353,18	100,00%	397.154.427,47	100,00%	363.153.809,15	100,00%

Fonte: DICONT/Tesouro Gerencial - extraído em 02/02/2017

Quadro 3.33 - Despesas por grupo e elemento de despesa

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
1. Despesas de Pessoal								
Vencimentos e vantagens fixas - Pessoal civil	203.657.000,84	192.866.949,44	203.657.000,84	192.866.949,44	-	-	203.657.000,84	192.866.949,44
Aposentadoria RPPS, Reser.remuner. e reforma militar	56.175.360,93	49.595.912,62	56.175.360,93	49.595.912,62	-	-	56.175.360,93	49.595.912,62
Obrigações Patronais- Operações intra-orçamentárias	38.235.252,51	33.045.657,79	38.235.252,51	33.045.657,79	-	-	38.235.252,51	33.045.657,79
Demais elementos do grupo	27.915.958,79	26.549.653,68	27.869.193,07	26.518.576,43	46.765,72	31.077,25	27.869.193,07	26.518.576,43
3. Outras Despesas Correntes								
Locação de mão-de-obra	19.578.874,82	16.706.163,84	18.303.514,49	16.570.808,86	1.275.360,33	135.354,98	17.534.632,44	14.084.695,16
Auxílio financeiro a estudantes	9.306.865,79	7.666.293,40	8.990.478,83	7.476.505,25	316.386,96	189.788,15	8.978.249,33	7.307.286,36
Auxílio-alimentação	8.965.835,83	7.083.069,09	8.965.835,83	7.083.069,09			8.965.835,83	7.083.069,09
Outros serviços de terceiros - Pessoa Jurídica	8.927.649,89	8.363.009,53	7.027.279,78	7.386.199,35	1.916.548,84	982.919,75	6.731.104,32	6.487.810,96
Outros serviços de terceiros - Pessoa Jurídica - aplicação indireta	8.306.066,29	7.276.661,47	8.306.066,29	7.276.661,47	-	-	8.306.066,29	7.276.661,47
Indenizações e restituições	5.374.527,21	4.888.026,48	5.374.527,21	4.885.150,82	-	2.875,66	5.374.441,21	4.810.266,04
Demais elementos do grupo	9.656.314,40	10.645.965,57	9.224.528,45	9.819.957,72	415.607,22	819.898,28	9.211.791,33	9.466.559,14

DESPESAS DE CAPITAL

Grupos de Despesa	Empenhada		RP não Processados	Valores Pagos				
	2016	2015		2016	2015			
4. Investimentos								
Obras e instalações	9.000.728,78	10.039.639,48	2.994.812,68	4.186.619,03	6.005.916,10	5.853.020,45	2.987.119,33	3.591.464,58
Equipamentos e material permanente	7.082.741,34	3.885.463,20	3.087.320,04	2.905.271,24	3.995.421,30	980.191,96	3.087.320,04	511.698,48
Demais elementos do grupo	41.060,00	594.887,59	41.060,00	587.787,59	-	7.100,00	41.060,00	507.201,59

Fonte: DICONT/Tesouro Gerencial - extraído em 02/02/2017

Devido às liberações parciais de teto de empenho durante o exercício de 2016, foram priorizadas as despesas contratuais, principalmente as de locações de mão de obras e auxílio financeiro a estudantes, em detrimento das demais despesas.

O Resto a Pagar identificado no quadro acima, referente a despesas de capital (inclusive de Termos de Execução Descentralizadas - TED) apresenta valor significativo devido ao contingenciamento de recursos liberado apenas no encerramento do exercício e liberações de tetos parciais para empenhos.

Como efeito negativo na execução das despesas no exercício de 2016, podemos citar a falta de tempestividade na liberação de recursos financeiros, que ocasionou o atraso nos pagamentos das obrigações com os fornecedores.

Quadro 3.34 – Programação de Despesas – Exercício 2016

Unidade Orçamentária:			Código UO: 26257		UGO:153015	
Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesa Correntes			
			1 - Pessoal e Encargos Sociais	2 - Juros e Encargos da Dívida	3 - Outras Despesas Correntes	
DOTAÇÃO INICIAL			261.870.966,00		64.530.283,00	
CRÉDITOS	Suplementares		41.630.798,00		540.000,00	
	Especiais	Abertos				
		Reabertos				
	Extraordinários	Abertos				
		Reabertos				
Créditos Cancelados					-117.096,00	
Outras Operações						
Dotação final 2015 (A)			303.501.764,00		64.953.187,00	
Dotação final 2014 (B)			259.232.652,00		63.092.233,00	
Variação (A/B-1)*100			17,08		2,95	
Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesa Capital			9 - Reserva de Contingência
			4 - Investimentos	5 - Inversões Financeiras	6 - Amortização da Dívida	
DOTAÇÃO INICIAL			31.588.359,00			
CRÉDITOS	Suplementares					
	Especiais	Abertos				
		Reabertos				
	Extraordinários	Abertos				
		Reabertos				
Créditos Cancelados						
Outras Operações						
Dotação final 2015 (A)			31.588.359,00			
Dotação final 2014(B)			29.864.569,00			
Variação (A/B-1)*100			5,77			

Fonte: DICONT/Tesouro Gerencial

Quadro 3.35 – Movimentação Orçamentária Externa por Grupo de Despesa - Exercício 2016

Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebadora		4 - Investimentos	5 - Inversões Financeiras	6 - Amortização da Dívida
Concedidos						
Recebidos	153173	153015	0509	43.160,00		
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebadora		4 - Pessoal e Encargos Sociais	5 - Juros e Encargos da Dívida	6 - Outras Despesas Correntes
Concedidos	153015	080008	00G5	61.823,00		
Concedidos	153015	080008	0005	802.898,00		
Concedidos	153015	090032	00G5	39.946,00		
Concedidos	153015	090032	0005	548.523,00		
Concedidos	153015	153010	20RL			3.280,80
Concedidos	153015	153019	20RL			2.187,20
Concedidos	153015	153164	20RL			437,44
Concedidos	153015	154043	20RL			1.312,32
Concedidos	153015	158009	20RL			3.280,80
Concedidos	153015	158124	20RL			1.749,76
Concedidos	153015	158125	20RL			4.155,68
Concedidos	153015	158126	20RL			18.153,76
Concedidos	153015	158138	20RL			14.654,24
Concedidos	153015	158139	20RL			3.280,80
Concedidos	153015	158141	20RL			1.968,48
Concedidos	153015	158144	20RL			2.405,92
Concedidos	153015	158146	20RL			1.749,76
Concedidos	153015	158148	20RL			874,88
Concedidos	153015	158155	20RL			8.311,36
Concedidos	153015	158516	20RL			1.968,48
Recebidos	150014	153015	20TP	620.324,37		
Recebidos	152734	153015	6380			49.855,65
Recebidos	153167	153015	20RI			439,56
Recebidos	153114	153015	20RK			228,54
Recebidos	153163	153015	20RK			458,16
Recebidos	153036	153015	20RK			405,54
Recebidos	153010	153015	20RL			1.797,30
Recebidos	153019	153015	20RK			3.988,98
Recebidos	154043	153015	20RK			159,84
Recebidos	154051	153015	20GK			4.273,60
Recebidos	154069	153015	20RK			1.020,80
Recebidos	154003	153015	0487			78.805,87
Recebidos	153173	153015	0509			19.012,82
Recebidos	158145	153015	20RL			879,12
Recebidos	158009	153015	20RL			1.632,00
Recebidos	158139	153015	20RL			439,56
Recebidos	158155	153015	20RL			2.769,12
Recebidos	158516	153015	20RL			407,60

Fonte: DICONT/Tesouro Gerencial

3.2.7 Suprimento de fundos, contas bancárias tipo B e cartões e pagamento do governo federal

Quadro 3.36 - Concessão de suprimento de fundos

Exercício Financeiro	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Meio de Concessão				Valor do maior limite individual concedido
			Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal		
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor Total	
2016	153015	CEFET-MG	0	0	41	86.700,00	6.000,00
2015	153015	CEFET-MG	0	0	33	63.880,00	4.000,00

Fonte: DICONT/Siafi web/Siafi: extraído em 06/02/2017

Quadro 3.37 - Utilização de suprimento de fundos

Exercício	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal				
					Saque		Fatura		Total
	Código	Nome ou Sigla	Quant.	Valor Total	Quant.	Valor dos Saques (a)	Quant.	Valor dos Saques (b)	(a+b)
2016	153015	CEFET-MG	0	0	0	0	41	44.034,98	44.034,98
2015	153015	CEFET-MG	0	0	0	0	33	38.963,07	38.963,07

Fonte: DICONT/Siafi web/Siafi: extraído em 06/02/2017

As prestações de contas referente a Suprimentos de Fundos no exercício de 2016 encontram-se aprovadas.

Quanto à utilização dos SF, houve um acréscimo na utilização em referência ao exercício de 2015 de 11,52%, devido ao aumento da quantidade de concessões.

Não foram liberadas utilização de saques.

Valor total com Suprimento de Fundos foi de R\$44.134,15, sendo: ISSQN - R\$99,17 e Faturas R\$44.034,98. Desse valor foram reclassificados R\$43.523,27, pois houve devolução por supridos, através de GRU, no valor R\$610,88.

Quadro 3.38 - Classificação dos gastos com suprimento de fundos no exercício de referência 2016

Classificação do Objeto Gasto		
Elemento de Despesa	Subitem da Despesa	Total
339030 - Material de Consumo	01 – Combustíveis e lubrificantes automotivos	R\$ 800,00
	03 – Combustíveis e lubrificantes para outras finalidades	R\$ 237,00
	04 – Gás e outros materiais engarrafados	R\$ 501,60
	07 – Gêneros de alimentação	R\$ 129,84
	09 – Material farmacológico	R\$ 1.262,48
	10 – Material odontológico	R\$ 324,60
	11 – Material químico	R\$ 1.940,44
	14 – Material educativo e esportivo	R\$ 32,00
	15 – Material para festividades e homenagens	R\$ 53,80
	16 – Material de expediente	R\$ 1.146,05
	17 – Material de processamento de dados	R\$ 280,00
	21 – Material de copa e cozinha	R\$ 199,99
	22 – Material de limpeza e produtos de higienização	R\$ 945,72
	24 – Material para manutenção de bens imóveis/instalações	R\$ 11.456,79
	25 – Material para manutenção de bens móveis	R\$ 2.710,59
	26 – Material elétrico e eletrônico	R\$ 9.285,24
	28 – Material de proteção e segurança	R\$ 1.328,20
	35 – Material laboratorial	R\$ 1.480,08
	39 – Material para manutenção de veículos	R\$ 226,69
	42 – Ferramentas	R\$ 2.734,21
	Subtotal	R\$ 37.075,32
339039 - Outros serviços de terceiros - PJ	12 – Locação de máquinas e equipamentos	R\$ 1.248,00
	16 – Manutenção e conservação de bens imóveis	R\$ 180,00
	17 – Manutenção e conservação de máquinas e equipamentos	R\$ 786,00
	19 – Manutenção e conservação de veículos	R\$ 535,00
	20 – Manutenção e conservação de bens móveis de outras naturezas	R\$ 1.815,65
	63 – Serviços gráficos e editoriais	R\$ 1.673,55
	74 – Fretes e transportes de encomendas	R\$ 209,75
		Subtotal
Total Geral		R\$ 43.523,27

Fonte: DICONT/Tesouro Gerencial: extraído em 03/02/2017

As prestações de contas referente a Suprimentos de Fundos no exercício de 2016 encontram-se aprovadas.

Quanto à utilização dos SF, houve um acréscimo na utilização em referência ao exercício de 2015 de 11,52%, devido ao aumento da quantidade de concessões.

Não foram liberadas utilização de saques.

Valor total com Suprimento de Fundos foi de R\$44.134,15, sendo: ISSQN - R\$99,17 e Faturas R\$ 44.034,98. Desse valor foram reclassificados R\$ 43.523,27, pois houve devolução por supridos, através de GRU, no valor R\$ 610,88.

No que se refere aos mecanismos de controle interno adotados pelo CEFET-MG para assegurar o atendimento à legislação pertinente ao Suprimento de Fundos, destacam-se a criteriosa análise das prestações de contas apresentadas pelos supridos, sendo levado em consideração:

- A quantidade de suprimentos concedidos a cada suprimento;
- Os limites liberados em cada suprimento;
- A natureza dos itens adquiridos;
- Inexistência dos itens no almoxarifado;
- A justificativa da necessidade da aquisição por suprimento de fundos;
- Os limites dos valores das aquisições (por suprimento e valores anuais totais);
- Prazos;
- Segregação de funções (suprimentos não atestam as notas fiscais);
- Recolhimento de ISSQN nas contratações de serviços.

Ressalta-se que os controles na conferência das concessões e utilização de suprimento de fundos são baseados nos dispositivos legais que regem sobre o assunto, tais como Decreto 93.872/1986, Portaria MF 95/2002, entre outros.

3.3 DESEMPENHO OPERACIONAL

3.3.1 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE INDICADORES DE DESEMPENHO NOS TERMOS DO ACÓRDÃO TCU Nº 2.267/2005

EVOLUÇÃO INDICADORES TCU

Indicador	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	
												Previsto*	Realizado
Relação candidato /vaga	9,73	8,6	6,86	6,44	7,43	8,28	8,01	7,03	6,94	7,7	7,6	7,59	11,15
Relação ingresso/aluno %	27,01	21,42	25,24	31	33,1	31,64	26,92	20,9	21,27	20,46	19,14	19,66	19,87
Relação concluinte/aluno %	28,36	21,57	15,68	17,51	16,7	16,26	13,27	14,5	16,23	15,07	12,04	14,46	5,79
Índice de eficiência acadêmica %	94,7	79,4	77,7	71,6	61,4	64,3	65,69	69,3	62,06	67,98	49,1	54,39	50,45
Índice de retenção %	12	6	5	10	10,97	9,07	10,92	40,2	38,91	38,78	44,13	42,33	43,29
Relação alunos/docente integral	14,7	16,01	14,08	10,16	10,73	9,06	17,24	20,78	14,41	17,55	20,49	21,95	21,8
Gastos correntes/aluno	5.346,68	8.508,47	9.663,04	9.736,00	10.692,21	10.822,68	11.219,80	9.684,36	14.475,48	13.827,06	14.097,11	15.269,33	16.225,10
Percentual de gastos com pessoal %	72,2	78,41	70,75	78,23	77,63	79,77	79,05	75,87	68,96	73,66	79,33	74,46	78,38
Percentual de gastos outros custeios %	18,38	12,13	14,12	16,28	17,1	12,94	13,85	13,21	16,25	14,62	13,57	14,07	15,81
Percentual de gastos com investimentos %	9,39	6,78	15,13	5,49	5,27	7,29	7,1	5,65	10,05	8,22	3,64	6,89	4,24
Índice de titulação do corpo docente	2,7	2,87	3,25	3,32	3,37	3,22	3,59	3,91	3,82	3,84	4,02	4,14	4,26

(*) Os valores previstos para os indicadores de 2016 foram calculados com base na série histórica de 2005 a 2015, utilizando métodos estatísticos de séries temporais: método de Médias Móveis e método Exponencial Simples. Escolhendo aquele que melhor se adequava a cada indicador observando o menor valor de erro de previsão.

Quadro 3.39 – Resultados dos Indicadores de Gestão do CEFET-MG – Acórdão TCU n.º 2.267/2005

Indicadores	Fórmula de Cálculo	Exercícios					
		2016	2015	2014	2013	2012	
Acadêmicos	Relação Candidato/Vaga	$\frac{\text{Número de inscrições}}{\text{Número de vagas ofertadas}}$	11,15	7,60	7,70	6,94	7,03
	Relação Ingressos/Aluno	$\frac{\text{Número de ingressantes} \times 100}{\text{Número de alunos matriculados}}$	19,87%	19,14%	20,46%	21,27%	20,90%
	Relação Concluintes/Aluno	$\frac{\text{Número de concluintes} \times 100}{\text{Número de alunos matriculados}}$	5,79%	12,04%	15,07%	16,23%	14,50%
	Índice de Eficiência Acadêmica – Concluintes	$\frac{\text{Número de concluintes} \times 100}{\text{Ingressos por período equiv.}}$	50,45%	49,10%	67,98%	62,06%	69,30%
	Índice de Retenção do Fluxo Escolar	$\frac{\text{Número de alunos retidos} \times 100}{\text{Número de alunos matriculados}}$	43,29%	44,13%	38,78%	38,91%	40,20%
	Relação de Alunos/Docente em Tempo Integral	$\frac{\text{N. de alunos matriculados}}{\text{Número de docentes equiv.}}$	21,80	20,49	17,55	14,41	20,78
Administrativos	Gastos Correntes por Aluno (R\$)	$\frac{\text{Total de gastos correntes}}{\text{Número de alunos matriculados}}$	16.225,10	14.097,11	13.827,06	14.475,48	9.684,36
	Percentual de Gastos com Pessoal	$\frac{\text{Total de gastos com pessoal} \times 100}{\text{Gastos totais}}$	78,38%	79,33%	73,66%	68,96%	75,87%
	Percentual de Gastos com outros Custeios	$\frac{\text{Total de gastos com outros custeios} \times 100}{\text{Gastos totais}}$	15,81%	13,57%	14,62%	16,25%	13,21%
	Percentual de Gastos com Investimentos	$\frac{\text{Total de gastos com investimentos} \times 100}{\text{Gastos totais}}$	4,24%	3,64%	8,22%	10,05%	5,65%
Socioeconômico	Número de Alunos Matriculados por Renda per Capita Familiar	Ver quadros específicos a seguir					
Gestão de Pessoas	Índice de Titulação do Corpo Docente	$\frac{G \times 1 + A \times 2 + E \times 3 + M \times 4 + D \times 5}{(G + A + E + M + D)}$	4,26	4,02	3,84	3,82	3,91

Fonte: CEFET-MG e SETEC/MEC. Calculado com dados extraídos e encaminhados pelo MEC, oriundos dos sistemas SIAPE, SISTEC e SIAFI.

Obs.:

- Dados encaminhados pelo MEC extraídos dos sistemas SIAPE, SISTEC e SIAFI.
- Os dados acima referem-se a todos os níveis de ensino: Técnico, Graduação e Pós-Graduação.
- Dados consolidados de todas as Unidades do CEFET-MG.

Quadro 3.40 – Renda per capita familiar dos alunos matriculados no CEFET-MG – Ano de 2016

Faixas de Renda per Capita Familiar em Salários Mínimos	Nível de ensino			Total geral
	Mestrado e Doutorado	Superior	Técnico	
Até 0,5	10	563	1.733	2.306
0,5 a 1,0	28	1.140	1.910	3.078
1,0 a 1,5	55	1.124	1.011	2.190
1,5 a 2,0	22	710	584	1.316
2,0 a 2,5	37	519	304	860
2,5 a 3,0	24	572	292	888
Mais de 3,0	53	489	173	715
NI	1.584	619	1.404	3.607
Total	1.813	5.736	7.411	14.960
Total sem NI	229	5.117	6.007	14.960

Fonte: Dados do CEFET-MG encaminhados pela DIRGRAD.

NI – Informação Não Identificada

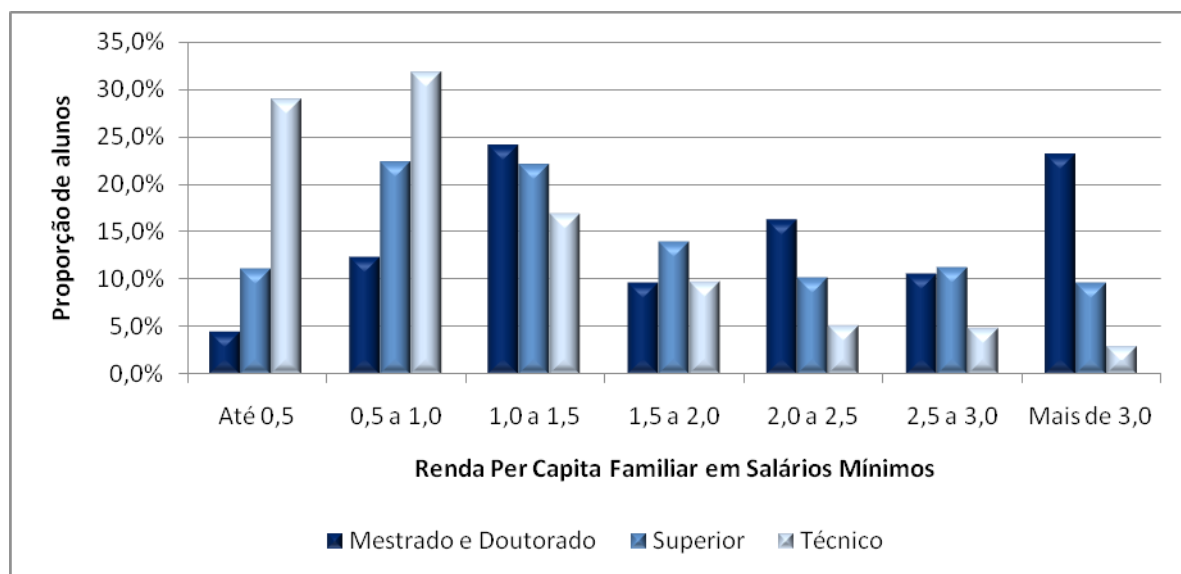
Quadro 3.41 – Renda per capita familiar dos alunos matriculados no CEFET-MG em porcentagem (sem NI) – ano de 2016

Faixas de Renda per Capita Familiar em Salários Mínimos	Nível de ensino			Geral
	Mestrado e Doutorado	Superior	Técnico	
Até 0,5	4,4%	11,0%	28,8%	20,3%
0,5 a 1,0	12,2%	22,3%	31,8%	27,1%
1,0 a 1,5	24,0%	22,0%	16,8%	19,3%
1,5 a 2,0	9,6%	13,9%	9,7%	11,6%
2,0 a 2,5	16,2%	10,1%	5,1%	7,6%
2,5 a 3,0	10,5%	11,2%	4,9%	7,8%
Mais de 3,0	23,1%	9,6%	2,9%	6,3%

Fonte: Dados do CEFET-MG encaminhados pela DIRGRAD.

NI – Informação Não Identificada

Gráfico 16 - Renda Per capita Familiar dos Alunos Matriculados no CEFET-MG em Porcentagem (sem NI) – Ano de 2016



NI – Informação não identificada

Avaliação dos indicadores:

Os indicadores dispostos no Quadro 3.39 foram encaminhados ao CEFET-MG pela SETEC/MEC com dados provenientes dos sistemas SISTEC, SIAPE e SIAFI e estão divididos em quatro categorias: acadêmicos, administrativos, socioeconômico e de gestão de pessoas.

Com fins a analisar os indicadores do referido Quadro, salienta-se inicialmente que o CEFET-MG é uma instituição de ensino verticalizada com forte atuação em 3 níveis de ensino: técnico profissional médio, superior de graduação e pós-graduação. Portanto, os dados agrupados dão um panorama geral da instituição, não remetendo à uma análise aprofundada do comportamento das variáveis na perspectiva dos diferentes níveis de ensino.

Dos seis indicadores que tratam dos temas acadêmicos, quatro registraram certa estagnação em relação ao ano de 2015 os quais são: "Relação ingressos/aluno", "Índice de eficiência acadêmica - concluintes", "Índice de retenção do fluxo escolar", "Relação de

alunos/docente em tempo integral". Já os dados relativos à "Relação concluintes/aluno" e "Relação candidato/vaga" sofreram alterações consideráveis.

Assim, a destacar a "Relação candidato/vaga" passou de 7,60 para 11,15, indicando um aumento da demanda pelos cursos do CEFET, em se tratando de uma instituição com grande reconhecimento na formação profissional. A "Relação concluintes/aluno" por sua vez diminuiu em relação ao ano anterior, o que indica que uma proporção menor de alunos estão concluindo o curso, dado que o volume de nº de matrículas permaneceu praticamente constante.

Sobre os índices administrativos, os "Gastos correntes por aluno" aumentaram de 2015 para 2016, passando de \$14.097,11 para 16.225,10, o que demonstra que a instituição aplicou um volume 15% maior de recursos no processo de formação do corpo discente. O "Percentual de gastos com pessoal", o "Percentual de gastos com outros custeios" e o "Percentual de gastos investimentos" apresentam variação mínima, o que implica na manutenção da estrutura de gastos da instituição, cenário este justificado pela permanência do contingenciamento do orçamento por parte do governo federal.

O único indicador da categoria "socioeconômico" retrata a situação da renda per capita familiar dos alunos matriculados no ano de 2016. Observando o total geral, nota-se que as maiores concentrações percentuais das famílias dos alunos situa-se entre a faixa de até 0,5 e a faixa de até 1,5 salários mínimos - SM – (até 0,5 SM → 20,3%; de 0,5 a 1,0 SM → 27,1% e de 1,0 a 1,5 SM → 19,3%; totalizando 66,7% das famílias dos alunos nessas faixas de renda percapita familiar).

Observa-se também que 20,3 % dos alunos têm renda per capita familiar de até 0,5 salário mínimo. Este percentual sobe ainda mais quando se analisa apenas os cursos técnicos. Nesta modalidade, 28,8% dos alunos estão inseridos em famílias cuja renda por pessoa não ultrapassa 0,5 salário mínimo e outros 31,8% estão na faixa que vai de 0,5 a 1 salário mínimo.

Sobre o único indicador da categoria de gestão de pessoas, o "índice de titulação do corpo docente", nota-se que este aumentou de 2015 para 2016, o que demonstra ter havido melhora da titulação dos docentes. O dado relevante para tal aumento é o fato que se teve o crescimento de aproximadamente 10% do número de docentes doutores da instituição, de 2015 para 2016 este número mudou de 396 para 433.

DEMONSTRAÇÃO DO CÁLCULO DOS INDICADORES DE GESTÃO DO CEFET-MG – ANO DE 2016

(Acórdão TCU nº 2.267/2005)

Obs.:

- Os dados originais foram encaminhados pela SETEC/MEC oriundos dos sistemas SIAFI, SISTEC e SIAPE.
- As informações referem-se a todos os níveis de ensino: Técnico, Graduação e Pós-Graduação.
- Dados consolidados de todas as Unidades do CEFET-MG.

A) RELAÇÃO CANDIDATO/VAGA

ANO	Nº de Inscrições	Nº vagas Ofertadas	Relação Candidato/Vaga
2012	28.187	4.010	7,03
2013	23.165	3.336	6,94
2014	31.997	4.153	7,70
2015	30.308	3.986	7,60
2016	46.864	4.202	11,15

Fonte: compilado pela SOF com dados oriundos do SISTEC encaminhados pela SETEC/MEC.

B) RELAÇÃO INGRESSOS/ALUNOS MATRICULADOS

ANO	Nº de Ingressos	Alunos Matriculados	Relação Nº de Ingressos / Alunos Matriculados x 100
2012	3.740	17.933	20,86
2013	3.174	14.920	21,27
2014	3.924	19.178	20,46
2015	4.185	21.860	19,14
2016	4.072	20.495	19,87

Fonte: compilado pela SOF com dados oriundos do SISTEC encaminhados pela SETEC/MEC.

C) RELAÇÃO CONCLUINTE / ALUNO

ANO	Nº de Concluintes	Nº Matrículas	Relação Concluinte / Aluno x 100
2012	2.593	17.933	14,46
2013	2.421	14.920	16,23
2014	2.891	19.178	15,07
2015	2.633	21.860	12,04
2016	1.187	20.495	5,79

Fonte: compilado pela SOF com dados oriundos do SISTEC encaminhados pela SETEC/MEC.

$$\text{Fórmula} = \frac{\text{Número de Concluintes}}{\text{Número de Matriculados}} \times 100 \quad \frac{1.187}{20.495} \times 100 = 5,79$$

D) ÍNDICE DE RETENÇÃO DO FLUXO ESCOLAR

$$\text{Fórmula} = \frac{\text{Número de Reprovados} + \text{Número de Trancamentos}}{\text{Número de Matriculados}} \times 100$$

$$\mathbf{2012} \quad \frac{7.211}{17.933} \times 100 = 40,21$$

$$\mathbf{2013} \quad \frac{5.805}{14.920} \times 100 = 38,91$$

$$\mathbf{2014} \quad \frac{7.437}{19.178} \times 100 = 38,78$$

$$\mathbf{2015} \quad \frac{9.647}{21.860} \times 100 = 44,13$$

$$\mathbf{2016} \quad \frac{8.876}{20.495} \times 100 = 43,31$$

E) RELAÇÃO DE ALUNOS / DOCENTES TEMPO INTEGRAL

ANO	Nº de Alunos Matriculados	Nº de Docentes em Tempo Integral	Relação Alunos / Docentes Tempo Integral
2012	17.933	863	20,78
2013	14.920	1.038	14,37
2014	19.178	1.089	17,61
2015	21.860	1.067	20,49
2016	20.495	940	21,80

Fonte: compilado pela SOF com dados oriundos do SISTEC e SIAPE encaminhados pela SETEC/MEC.

$$\text{Fórmula} = \frac{\text{Número de Alunos Matriculados}}{\text{Número de Docentes}} = \frac{20.495}{940} = 21,80$$

F) ÍNDICE DE TITULAÇÃO DO CORPO DOCENTE

$$\text{Fórmula} = \frac{G \times 1 + A \times 2 + E \times 3 + M \times 4 + D \times 5}{G+A+E+M+D}$$

GRADUADOS = 29
 APERFEIÇOAMENTO = 0
 ESPECIALIZAÇÃO = 52
 MESTRES = 475
 DOUTORES = 389

$$\frac{29 \times 1 + 0 \times 2 + 52 \times 3 + 475 \times 4 + 389 \times 5}{29+0+52+475+389}$$

$$\frac{29 + 0 + 156 + 1900 + 1945}{945} \rightarrow \frac{4.030}{945} = 4,26$$

G) GASTOS CORRENTES POR ALUNO

ANO	Gastos Correntes por Aluno (R\$)
2012	9.684,36
2013	14.475,48
2014	13.827,06
2015	14.097,11
2016	16.225,10

Fonte: compilado pela SOF com dados oriundos do SISTEC e SIAFI encaminhados pela SETEC/MEC.

DEMONSTRATIVO DOS GASTOS CORRENTES ANUAL POR ALUNO – ANO DE 2016

Total de Gastos	416.927.467,62
(-) Capital / Investimentos.....	17.669.114,25
(-) Inativos e Pensionistas.....	66.725.029,80
(=) TOTAL DOS GASTOS CORRENTES.....	332.533.323,57

$$\text{Gastos Correntes por Aluno} = \frac{\text{Total de Gastos Correntes}}{\text{Total de Alunos Matriculados}}$$

$$\frac{332.533.323,57}{20.495} = 16.225,10$$

A partir de 2011, os gastos correntes por aluno, bem como os demais indicadores da Rede Federal de EPT, foram somados os três níveis de ensino, EPTNM, Graduação e Pós-Graduação para cálculo dos mesmos.

O demonstrativo acima considera, a partir de 2011, os dados extraídos e encaminhados pelo MEC oriundos dos sistemas SIAFI, SISTEC e SIAPE.

H) PERCENTUAL DE GASTOS COM PESSOAL

ANO	Gastos com Pessoal (%)
2012	75,87
2013	68,96
2014	73,66
2015	79,33
2016	78,38

Fonte: compilado pela SOF com dados oriundos do SISTEC e SIAFI encaminhados pela SETEC/MEC.

$$\frac{\text{Total de Gasto com Pessoal}}{\text{Gastos Totais}} \times 100$$

Gastos com Pessoal..... 326.798.043,48

Gastos Totais..... 416.927.467,62

$$\frac{326.798.043,48}{416.927.467,62} \times 100 = 78,38\%$$

I) PERCENTUAL DE GASTOS COM OUTROS CUSTEIOS (Exceto benefícios)

ANO	Gastos com Outros Custeios (%)
2012	13,21
2013	16,25
2014	14,62
2015	13,57
2016	15,81

Fonte: compilado pela SOF com dados oriundos do SIAFI encaminhados pela SETEC/MEC.

$$\frac{\text{Total de Gasto com outros Custeios}}{\text{Gastos Totais}} \times 100$$

Gastos com outros Custeios..... 65.895.158,19

Gastos Totais..... 416.927.467,62

$$\frac{65.895.158,19}{416.927.467,62} \times 100 = 15,81\%$$

J) PERCENTUAL DE GASTOS COM INVESTIMENTOS

ANO	Gastos com Investimentos (%)
2012	5,65
2013	10,05
2014	8,22
2015	3,64
2016	4,24

Fonte: compilado pela SOF com dados oriundos do SIAFI encaminhados pela SETEC/MEC.

$$\frac{\text{Total de Gastos com Investimentos e Inversões Financeiras}}{\text{Gastos Totais}} \times 100$$

Gastos com Investimentos..... 17.669.114,25

Gastos Totais..... 416.927.467,62

$$\frac{17.669.114,25}{416.927.467,62} \times 100 = 4,24\%$$

3.3.2 INDICADORES DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO

BELO HORIZONTE

Processo Seletivo - 1º Semestre de 2016							
MODALIDADE	CURSO	TURNOS	VAGAS OFERTADAS 1º semestre (A)	CANDIDATOS INSCRITOS RESERVA VAGAS (B)	CANDIDATOS INSCRITOS AMPLA CONCORRÊNCIA (C)	TOTAL DE CANDIDATOS INSCRITOS D=(B+C)	VAGAS OFERTADAS 2º semestre
Educação Profissional Técnica Integrada de Nível Médio	Edificações	Diurno	68	324	449	773	-
	Eletrônica	Diurno	108	245	392	637	-
	Eletrotécnica - Automação Industrial	Diurno	72	163	204	367	-
	Equipamentos para Área de Saúde/ Biomédicos	Diurno	34	192	306	498	-
	Estradas	Diurno	18	75	93	168	-
	Informática Industrial	Diurno	34	298	476	774	-
	Mecânica	Diurno	72	237	348	585	-
	Mecatrônica	Diurno	36	249	373	622	-
	Meio Ambiente	Diurno	36	336	390	726	-
	Química	Diurno	36	285	416	701	-
	Redes de Computadores	Diurno	34	135	151	286	-
	Transportes e Trânsito	Diurno	18	74	72	146	-
Hospedagem	Diurno	36	228	313	541	-	
Sub-total (Modalidade: Integrada - Belo Horizonte)			602	2841	3983	6824	-
Educação Profissional Técnica de Nível Médio com Concomitância Externa	Eletrônica	Noturno	14	21	19	40	14
	Eletrotécnica - Automação Industrial	Noturno	8	8	8	16	8
	Estradas	Noturno	12	9	5	14	-
	Mecânica	Noturno	36	30	20	50	-
	Química	Noturno	10	30	36	66	10
	Transportes e Trânsito	Noturno	12	6	3	9	-
	Hospedagem	Noturno	14	6	6	12	-
Sub-total (Modalidade: Concomitância Externa - Belo Horizonte)			118	120	104	224	32
Educação Profissional Técnica de Nível Médio Subsequente	Eletrônica		22	37	23	60	22
	Eletrotécnica - Automação Industrial		18	32	32	64	18
	Estradas		24	16	13	29	-
	Mecânica		36	47	34	81	-
	Transportes e Trânsito		24	11	9	20	-
	Turismo/Hospedagem		22	6	5	11	-
	Química		20	49	40	89	20
	Meio Ambiente	Noturno	36	26	17	43	-
	Sub-total (Modalidade: Subsequente - Belo Horizonte)			226	250	196	446
TOTAL (Belo Horizonte)			946	3211	4283	7494	92

LEOPOLDINA*

Processo Seletivo - 1º Semestre de 2016						
MODALIDADE	CURSO	TURNO	VAGAS OFERTADAS (A)	CANDIDATOS INSCRITOS RESERVA VAGAS (B)	CANDIDATOS INSCRITOS AMPLA CONCORRÊNCIA (C)	TOTAL DE CANDIDATOS INSCRITOS D=(B+C)
Educação Profissional Técnica Integrada de Nível Médio	Eletrotécnica - Automação Industrial	Diurno	34	114	56	170
	Informática Industrial	Diurno	34	112	72	184
	Mecânica	Diurno	34	117	53	170
Sub-total (Modalidade: Integrada - Leopoldina)			102	343	181	524
Educação Profissional Técnica Integrada de Nível Médio	Eletromecânica	Noturno	17	52	8	60
	Informática Industrial	Noturno	17	24	4	28
	Mecânica	Noturno	17	37	10	47
Sub-total (Modalidade: Concomitância Externa - Leopoldina)			51	113	22	135
Educação Profissional Técnica de Nível Médio Subsequente	Eletromecânica	Noturno	17	81	22	103
	Informática Industrial	Noturno	17	22	6	28
	Mecânica	Noturno	17	59	22	81
Sub-total (Modalidade: Subsequente - Leopoldina)			51	162	50	212
TOTAL (Leopoldina)			204	618	253	871

ARAXÁ*

Processo Seletivo - 1º Semestre de 2016						
MODALIDADE	CURSO	TURNO	VAGAS OFERTADAS	CANDIDATOS INSCRITOS RESERVA VAGAS	CANDIDATOS INSCRITOS AMPLA CONCORRÊNCIA	TOTAL DE CANDIDATOS INSCRITOS
Educação Profissional Técnica Integrada de Nível Médio	Edificações	Diurno	36	96	44	140
	Eletrônica	Diurno	36	66	44	110
	Mecânica	Diurno	36	72	46	118
	Mineração	Diurno	36	97	63	160
Sub-total (Modalidade: Integrada - Araxá)			144	331	197	528
Educação Profissional Técnica de Nível Médio com Concomitância Externa	Eletrônica	Noturno	11	6	15	21
	Edificações	Noturno	11	4	13	17
	Mecânica	Noturno	11	7	13	20
	Mineração	Noturno	11	6	25	31
Sub-total (Modalidade: Concomitância Externa - Araxá)			44	23	66	89
Educação Profissional Técnica de Nível Médio Subsequente	Eletrônica	Noturno	25	41	15	56
	Edificações	Noturno	25	56	19	75
	Mecânica	Noturno	25	58	30	88
	Mineração	Noturno	25	74	30	104
Sub-total (Modalidade: Subsequente - Araxá)			100	229	94	323
TOTAL (Araxá)			288	583	357	940

DIVINÓPOLIS*

Processo Seletivo - 1º Semestre de 2016						
MODALIDADE	CURSO	TURNOS	VAGAS OFERTADAS	CANDIDATOS INSCRITOS RESERVA VAGAS	CANDIDATOS INSCRITOS AMPLA CONCORRÊNCIA	TOTAL DE CANDIDATOS INSCRITOS
Educação Profissional Técnica Integrada de Nível Médio	Eletromecânica	Diurno	34	164	91	255
	Informática	Diurno	34	158	128	286
	Produção de Moda	Diurno	34	188	114	302
Sub-total (Modalidade: Integrada - Divinópolis)			102	510	333	843
Educação Profissional Técnica de Nível Médio com Concomitância Externa	Eletromecânica	Noturno	10	12	5	17
	Informática para Internet	Noturno	17	9	3	12
	Produção de Moda	Noturno	6	5	0	5
Sub-total (Modalidade: Concomitância Externa - Divinópolis)			33	26	8	34
Educação Profissional Técnica de Nível Médio Subsequente	Eletromecânica	Noturno	24	38	21	59
	Informática para Internet	Noturno	17	6	3	9
	Produção de Moda	Noturno	28	14	15	29
Sub-total (Modalidade: Subsequente - Divinópolis)			69	58	39	97
TOTAL (Divinópolis)			204	594	380	974

TIMÓTEO*

Processo Seletivo - 1º Semestre de 2016						
MODALIDADE	CURSO	TURNOS	VAGAS OFERTADAS	CANDIDATOS INSCRITOS RESERVA VAGAS	CANDIDATOS INSCRITOS AMPLA CONCORRÊNCIA	TOTAL DE CANDIDATOS INSCRITOS
Educação Profissional Técnica Integrada de Nível Médio	Informática Industrial	Diurno	34	232	150	382
	Química	Diurno	34	207	130	337
	Edificações	Diurno	34	186	113	299
Sub-total (Modalidade: Integrada - Timóteo)			102	625	393	1018
Educação Profissional Técnica de Nível Médio com Concomitância Externa	Metalurgia	Noturno	17	15	4	19
	Edificações	Noturno	17	29	11	40
	Informática	Noturno	17	34	14	48
Sub-total (Modalidade: Concomitância Externa - Timóteo)			51	78	29	107
Educação Profissional Técnica de Nível Médio Subsequente	Metalurgia	Noturno	17	50	18	68
	Edificações	Noturno	17	43	15	58
	Informática	Noturno	17	38	8	46
Sub-total (Modalidade: Subsequente - Timóteo)			51	131	41	172
TOTAL (Timóteo)			204	834	463	1297

VARGINHA*

Processo Seletivo - 1º Semestre de 2016						
MODALIDADE	CURSO	TURNOS	VAGAS OFERTADAS	CANDIDATOS INSCRITOS RESERVA VAGAS	CANDIDATOS INSCRITOS AMPLA CONCORRÊNCIA	TOTAL DE CANDIDATOS INSCRITOS
Educação Profissional Técnica Integrada de Nível Médio	Informática Industrial	Diurno	34	126	97	223
	Mecatrônica	Diurno	34	127	75	202
	Edificações	Diurno	34	142	111	253
Sub-total (Modalidade: Integrada - Varginha)			102	395	283	678
	Informática Industrial	Noturno	17	1	1	2
Sub-total (Modalidade: Concomitância Externa - Varginha)			17	1	1	2
Educação Profissional Técnica de Nível Médio Subsequente	Edificações	Noturno	34	22	16	38
	Mecatrônica	Noturno	34	40	23	63
	Informática Industrial	Noturno	17	14	11	25
Sub-total (Modalidade: Subsequente - Varginha)			85	76	50	126
TOTAL (Varginha)			204	472	334	806

NEPOMUCENO*

Processo Seletivo - 1º Semestre de 2016						
MODALIDADE	CURSO	TURNOS	VAGAS OFERTADAS	CANDIDATOS INSCRITOS RESERVA VAGAS	CANDIDATOS INSCRITOS AMPLA CONCORRÊNCIA	TOTAL DE CANDIDATOS INSCRITOS
Educação Profissional Técnica Integrada de Nível Médio	Eletrotécnica - Automação Industrial	Diurno	34	74	24	98
	Redes de Computadores	Diurno	34	62	38	100
	Mecatrônica	Diurno	34	75	42	117
Sub-total (Modalidade: Integrado - Nepomuceno)			102	211	104	315
Educação Profissional Técnica de Nível Médio com Concomitância Externa	Eletrotécnica - Automação Industrial	Noturno	4	10	4	14
	Mecatrônica	Noturno	4	9	3	12
Sub-total (Modalidade: Concomitância Externa - Nepomuceno)			8	19	7	26
Educação Profissional Técnica de Nível Médio Subsequente	Eletrotécnica - Automação Industrial	Noturno	30	24	17	41
	Mecatrônica	Noturno	30	16	11	27
Sub-total (Modalidade: Subsequente - Nepomuceno)			60	40	28	68
TOTAL (Nepomuceno)			170	270	139	409

CURVELO*

Processo Seletivo - 1º Semestre de 2016						
MODALIDADE	CURSO	TURNOS	VAGAS OFERTADAS	CANDIDATOS INSCRITOS RESERVA VAGAS	CANDIDATOS INSCRITOS AMPLA CONCORRÊNCIA	TOTAL DE CANDIDATOS INSCRITOS
Educação Profissional Técnica Integrada de Nível Médio	Edificações	Diurno	34	96	44	140
	Eletrotécnica	Diurno	34	86	62	148
	Meio Ambiente	Diurno	34	88	55	143
TOTAL (Curvelo)			102	270	55	431

CONTAGEM*

Processo Seletivo - 1º Semestre de 2016						
MODALIDADE	CURSO	TURNOS	VAGAS OFERTADAS	CANDIDATOS INSCRITOS RESERVA VAGAS	CANDIDATOS INSCRITOS AMPLA CONCORRÊNCIA	TOTAL DE CANDIDATOS INSCRITOS
Educação Profissional Técnica Integrada de Nível Médio	Controle Ambiental	Diurno	30	102	127	229
	Eletroeletrônica		30	69	80	149
	Informática		30	99	147	246
TOTAL (Contagem)			90	270	354	624
TOTAL			2412	7122	6618	13846

Fonte: COPEVE.

Nota: *Para as Unidades do Interior houve processo seletivo apenas para o primeiro semestre.

COMPARATIVO DE ALUNOS MATRICULADOS NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO – DE 2012 A 2016

CAMPUS I - BELO HORIZONTE	2012/ Matrículas Anuais	2013/ Matrículas Anuais	2014/ Matrículas Anuais	2015/ Matrículas Anuais	2016/ Matrículas Anuais
ENSINO INTEGRADO					
Edificações	232	231	230	224	199
Equip. Biomédicos	109	109	103	115	111
Mecânica	234	230	255	255	220
Química	115	112	108	124	109
Trânsito (antigo T&T)	54	49	60	60	55
Estradas	56	55	67	58	57
Informática (antigo Informática Industrial)	106	107	102	121	103
Eletrotécnica	225	222	262	258	234
Mecatrônica	111	109	129	127	111
Eletrônica	316	308	346	356	314
Meio Ambiente	105	105	109	113	120
Redes de Computadores	98	111	130	123	99
Turismo e Lazer	66	37	-	-	-
Hospedagem (antigo T&L)	44	76	108	123	139
Sub-Total	1.871	1.861	2.009	2.057	1.871
PROEJA					
PROEJA Edificações	100	66	71	62	48
PROEJA Mecânica	59	51	31	17	15
Sub-Total	159	117	102	79	63

CAMPUS I - BELO HORIZONTE	2012/ 1º sem	2012/ 2º sem	2013/ 1º sem	2013/ 2º sem	2014/ 1º sem	2014/ 2º sem	2015/ 1º sem	2015/ 2º sem	2016/ 1º sem	2016/ 2º sem
CONCOMITÂNCIA EXTERNA										
Eletromecânica	29		26		24		25		28	
Eletrônica	62	49	48	47	47	19	24	36	44	52
Eletrotécnica	35	26	28	29	32	12	17	21	29	27
Estradas	25	18	23	23	21	27	12	12	30	-
Mecânica	25		21		22		37		59	
Química	42	33	33	36	37	35	21	36	37	42
Trânsito (antigo T&T)	24	20	21	21	12	9	7	4	15	-
Hospedagem	14		24		19		10		10	
Sub-Total (semestral)	265	223	224	227	214	167	153	181	252	218
Sub-Total	265		227		214		181		252	

CAMPUS I - BELO HORIZONTE	2012/ 1º sem	2012/ 2º sem	2013/ 1º sem	2013/ 2º sem	2014/ 1º sem	2014/ 2º sem	2015/ 1º sem	2015/ 2º sem	2016/ 1º sem	2016/ 2º sem
SUBSEQUENTE										
Eletromecânica	43		43		44		49		50	
Eletrônica	62	54	60	36	44	15	30	32	40	53
Eletrotécnica	46	44	49	59	58	29	41	43	51	61
Estradas	25	36	40	40	44	9	19	9	39	1
Mecânica	48		47		49		74		86	
Meio Ambiente Pós-Médio	58		61		49		47		43	
Química	40	64	59	65	71	55	39	53	68	75
Trânsito (antigo T&T)	39	31	34	34	30	0	8	0	24	2
Hospedagem	22		16		13		6		9	
Sub-Total (semestral)	396	413	410	402	402	263	313	313	410	380
Sub-Total	413		410		402		313		410	
TOTAL DA UNIDADE	2.708		2.615		2.727		2.630		2.596	

CAMPUS LEOPOLDINA	2012	2013	2014	2015	2016
ENSINO INTEGRADO					
Eletrotécnica	143	129	102	100	172
Informática	149	137	111	93	199
Mecânica	139	146	111	99	202
Sub-Total	431	412	324	292	573
CONCOMITÂNCIA EXTERNA					
Eletromecânica	40	46	36	31	67
Informática	44	39	33	35	57
Mecânica	49	45	39	33	62
Sub-Total	133	130	108	99	186
SUBSEQUENTE					
Eletromecânica	46	47	34	29	48
Informática	49	41	32	32	45
Mecânica	44	39	39	32	59
Sub-total	139	127	105	93	152
TOTAL DA UNIDADE	703	669	537	484	911

CAMPUS ARAXÁ	2012/ Matrículas Anuais	2013/ Matrículas Anuais	2014/ Matrículas Anuais	2015/ Matrículas Anuais	2016/ Matrículas Anuais
ENSINO INTEGRADO					
Eletrônica	110	125	114	83	78
Edificações	106	126	129	75	99
Mecânica	105	115	106	78	79
Mineração	108	116	115	102	93
EJA (Edificações)	4	3	2	-	-
Sub-Total	433	485	466	338	349
CONCOMITÂNCIA EXTERNA					
Eletrônica	27	27	26	18	21
Edificações	24	29	27	20	22
Mecânica	26	28	26	24	19
Mineração	27	33	29	16	23
Sub-total	104	117	108	78	85
SUBSEQUENTE					
Eletrônica	55	63	53	44	42
Edificações	57	58	52	45	53
Mecânica	54	67	63	47	50
Mineração	58	60	57	49	54
Sub-total	224	248	225	185	199
TOTAL DA UNIDADE	761	850	799	601	633
CAMPUS DIVINÓPOLIS					
CAMPUS DIVINÓPOLIS	2012/ Matrículas Anuais	2013/ Matrículas Anuais	2014/ Matrículas Anuais	2015/ Matrículas Anuais	2016/ Matrículas Anuais
ENSINO INTEGRADO					
Eletromecânica	111	106	103	105	105
Informática	102	101	102	105	103
Produção de Moda	101	101	102	99	102
Sub-Total	314	308	307	309	310
CONCOMITÂNCIA EXTERNA					
Eletromecânica	23	23	16	24	23
Informática para internet	31	15	16	21	17
Produção de Moda	10	3	5	5	3
Sub-total	64	41	37	50	43
SUBSEQUENTE					
Eletromecânica	42	36	44	58	44
Informática para internet	26	22	16	18	8
Produção de Moda	43	36	32	14	38
Sub-total	111	94	92	90	90
TOTAL DA UNIDADE	489	443	436	449	443

CAMPUS TIMÓTEO	2012/ Matrículas Anuais	2013/ Matrículas Anuais	2014/ Matrículas Anuais	2015/ Matrículas Anuais	2016/ Matrículas Anuais
ENSINO INTEGRADO					
Informática	99	94	90	97	95
Edificações	101	101	103	99	102
Química	93	95	98	99	94
Sub-Total	293	290	291	295	291
CONCOMITÂNCIA EXTERNA					
Informática	36	32	28	36	32
Mecânica	0	0	0		
Metalurgia	34	26	24	27	32
Edificações	29	32	29	38	35
Sub-total	99	90	81	101	99
SUBSEQUENTE					
Informática	25	18	19	28	33
Mecânica	0	0	0		
Metalurgia	29	31	29	32	32
Edificações	47	33	31	39	33
Química	0	0	0		
PROEJA EDI	7	1	0		
Sub-total	108	83	79	99	98
TOTAL DA UNIDADE	500	463	451	495	488
CAMPUS VARGINHA					
CAMPUS VARGINHA	2012/ Matrículas Anuais	2013/ Matrículas Anuais	2014/ Matrículas Anuais	2015/ Matrículas Anuais	2016/ Matrículas Anuais
ENSINO INTEGRADO					
Informática	105	101	103	95	94
Mecatrônica	102	95	95	99	98
Edificações	108	106	104	99	98
Sub-Total	315	302	302	293	290
CONCOMITÂNCIA EXTERNA					
Informática	--	--	--	--	3
Mecatrônica	--	--	--	--	--
Edificações	--	--	--	--	--
Sub-Total	0	0	0	0	3
SUBSEQUENTE					
Informática	66	47	54	12	21
Mecatrônica	64	60	77	58	56
Edificações	63	57	71	44	38
Sub-Total	193	164	202	114	115
TOTAL DA UNIDADE	508	466	504	407	408

CAMPUS NEPOMUCENO	2012/ Matrículas Anuais	2013/ Matrículas Anuais	2014/ Matrículas Anuais	2015/ Matrículas Anuais	2016/ Matrículas Anuais
ENSINO INTEGRADO					
Eletrotécnica	84	86	92	87	79
Mecatrônica	78	77	99	97	93
Rede de Computadores	60	76	104	88	98
Sub-Total	222	239	295	272	270
CONCOMITÂNCIA EXTERNA					
Eletrotécnica	21	10	7	5	6
Mecatrônica	18	13	11	7	8
Sub-Total	39	23	18	12	14
SUBSEQUENTE					
Eletrotécnica	42	32	48	44	57
Eletromecânica	0	0	0		
Mecatrônica	48	45	63	55	48
Gestão de Bens e Serviços	0	0	0		
Sub-total	90	77	111	99	105
TOTAL DA UNIDADE	351	339	424	383	389
CAMPUS CURVELO					
ENSINO INTEGRADO					
Meio Ambiente	100	92	94	105	88
Edificações	92	94	94	108	106
Eletrotécnica	98	96	101	112	105
Sub-Total	290	282	289	325	299
TOTAL DA UNIDADE	290	282	289	325	299
CAMPUS CONTAGEM					
ENSINO INTEGRADO					
Controle Ambiental	40	67	96	105	120
Eletroeletrônica	40	69	98	112	121
Informática	40	68	86	103	104
Sub-Total	120	204	280	320	345
TOTAL DA UNIDADE	120	204	280	320	345
TOTAL GERAL DE ALUNOS MATRICULADOS PRESENCIAIS	6.430	6.331	6.447	6.094	6.091

CAMPUS VI - e-Tec (Cursos da Educação à Distância)	2015/ Matrículas Anuais	2016/ Matrículas Anuais
ENSINO INTEGRADO		
Eletroeletrônica	119	16
Meio Ambient	93	26
Informática para Internet	67	13
TOTAL GERAL DE ALUNOS MATRICULADOS NOS CURSOS DA EaD	279	55
TOTAL GERAL DE ALUNOS MATRICULADOS	6.373	6.567

Fonte: SRCA: Q-Acadêmico 3.0 (Qualidata) – Acessado em nov/dez - 2016

Total de alunos matriculados em 2016, enturmados ou não enturmados (matriculados em Estágio Curricular Obrigatório - ECO- ou em disciplinas de Dependência)

COMPARATIVO DOS ALUNOS INGRESSANTES E CONCLUINTES POR CURSO - MODALIDADES INTEGRADO E PROEJA

CURSOS	Nº de Alunos Ingressantes em 2013	Nº de Alunos Concluintes em 2015	Índice de Eficácia %	Nº de Alunos Ingressantes em 2014	Nº de Alunos Concluintes em 2016	Índice de Eficácia %
CAMPUS I - BELO HORIZONTE						
ENSINO INTEGRADO						
Edificações	67	50	74,63	71	40	56,34
Eletrônica	100	59	59,00	111	51	45,95
Eletrotécnica	71	55	77,46	74	41	55,41
Equipamentos Biomédicos	34	11	32,35	37	8	21,62
Estradas	18	18	100,00	18	5	27,78
Informática	33	19	57,58	67	33	49,25
Mecânica	70	35	50,00	110	44	40,00
Mecatrônica	36	22	61,11	38	24	63,16
Meio Ambiente	36	26	72,22	37	29	78,38
Química	36	26	72,22	40	21	52,50
Redes de computadores	35	23	65,71	34	18	52,94
Trasporte e Trânsito	18	12	66,67	18	8	44,44
Hospedagem + Turismo	33	8	24,24	36	17	47,22
Sub-total	587	364	62,0	691	339	49,1

CURSOS	Nº de Alunos Ingressantes em 2012	Nº de Alunos Concluintes em 2015	Índice de Eficácia %	Nº de Alunos Ingressantes em 2013	Nº de Alunos Concluintes em 2016	Índice de Eficácia %
CAMPUS I - BELO HORIZONTE						
PROEJA						
Edificações	12	4	33,33	26	4	15,38
Mecânica	5	1	20,00	28	0	0,00
Sub-total	17	5	29,41	54	4	7,41

CURSOS	Nº de Alunos Ingressantes em 2013	Nº de Alunos Concluintes em 2015	Índice de Eficácia %	Nº de Alunos Ingressantes em 2014	Nº de Alunos Concluintes em 2016	Índice de Eficácia %
UNIDADE LEOPOLDINA						
ENSINO INTEGRADO						
Mecânica	33	14	42,42	35	22	62,86
Eletrotécnica	28	24	85,71	37	24	64,86
Informática Industrial	29	17	58,62	34	24	70,59
Sub-total	90	55	61,11	106	70	66,04

CURSOS	Nº de Alunos Ingressantes em 2013	Nº de Alunos Concluintes em 2015	Índice de Eficácia %	Nº de Alunos Ingressantes em 2014	Nº de Alunos Concluintes em 2016	Índice de Eficácia %
UNIDADE ARAXÁ						
ENSINO INTEGRADO						
Eletrônica	26	7	26,92	37	4	10,81
Mecânica	19	12	63,16	38	13	34,21
Mineração	30	8	26,67	37	12	32,43
Edificações	31	13	41,94	36	11	30,56
Sub-total	106	40	37,74	148	40	27,03

UNIDADE DIVINÓPOLIS

ENSINO INTEGRADO						
Eletromecânica	33	18	54,55	34	14	41,18
Informática	34	10	29,41	37	27	72,97
Produção de Moda	32	15	46,88	34	13	38,24
Sub-total	99	43	43,43	105	54	51,43

UNIDADE TIMÓTEO

ENSINO INTEGRADO						
Edificações	29	20	68,97	35	8	22,86
Informática Industrial	27	3	11,1	34	6	17,6
Química Industrial	25	7	28,0	35	11	31,4
Sub-total	81	30	37,0	104	25	24,0

UNIDADE VARGINHA

ENSINO INTEGRADO						
Informática	30	26	86,7	34	3	8,8
Mecatrônica	27	10	37,0	34	6	17,6
Edificações	33	14	42,4	33	5	15,2
Sub-total	90	50	55,6	101	14	13,9

UNIDADE NEPOMUCENO

ENSINO INTEGRADO						
Eletrotécnica	18	11	61,1	31	6	19,4
Mecatrônica	26	4	15,4	37	12	32,4
Redes de computadores	22	4	18,2	32	10	31,3
Sub-total	66	19	28,8	100	28	28,0

UNIDADE CURVELO

ENSINO INTEGRADO						
Edificações	26	12	46,15	35	13	37,14
Eletrotécnica	23	15	65,22	34	16	47,06
Meio Ambiente	24	14	58,33	35	17	48,57
Sub-total	73	41	56,16	104	46	44,23

CURSOS	Nº de Alunos Ingressantes em 2013	Nº de Alunos Concluintes em 2015	Índice de Eficácia %	Nº de Alunos Ingressantes em 2014	Nº de Alunos Concluintes em 2016	Índice de Eficácia %
UNIDADE CONTAGEM						
ENSINO INTEGRADO						
Controle Ambiental	29	5	17,24	31	16	51,61
Eletroeletrônica	31	2	6,45	32	6	18,75
Informática	30	8	26,67	29	5	17,24
Sub-total	90	15	16,67	92	27	29,35
TOTAL	1.299	662	50,96	1.605	647	40,31

COMPARATIVO DOS ALUNOS INGRESSANTES E CONCLUINTE POR CURSO - MODALIDADES DE CONCOMITÂNCIA EXTERNA E ENSINO SUBSEQUENTE

CURSOS	Nº de Alunos Ingressantes em 2014	Nº de Alunos Concluintes em 2015	Índice de Eficácia %	Nº de Alunos Ingressantes em 2015	Nº de Alunos Concluintes em 2016	Índice de Eficácia %
CAMPUS I - BELO HORIZONTE						
CONCOMITÂNCIA EXTERNA						
Eletromecânica	12	6	50,00	12	8	66,67
Eletrônica	23	16	69,57	26	16	61,54
Eletrotécnica Automação Ind.	13	12	92,31	12	4	33,33
Sistema Viário/Estradas	11	4	36,36	12	9	75,00
Mecânica	9	5	55,56	22	7	31,82
Química	18	15	83,33	18	10	55,56
Transportes e Trânsito	4	7	175,00	7	3	42,86
Hospedagem	8	3	37,50	3	4	133,33
Sub-total	98	68	69,4	112	61	54,5
SUBSEQUENTE						
Eletromecânica	22	7	31,82	24	6	25,00
Eletrônica	23	11	47,83	21	8	38,10
Eletrotécnica Automação Ind.	33	16	48,48	21	13	61,90
Sistema Viário/Estradas	11	12	109,09	19	4	21,05
Mecânica	25	4	16,00	53	12	22,64
Meio Ambiente - Pós médio	27	18	66,67	20	14	70,00
Química	37	16	43,24	34	17	50,00
Transportes e Trânsito	6	8	133,33	8	3	37,50
Hospedagem	8	-	-	3	1	-
Sub-total	192	92	47,92	203	78	38,42
UNIDADE LEOPOLDINA						
CONCOMITÂNCIA EXTERNA						
Mecânica	17	9	52,94	17	13	76,47
Informática Industrial	17	6	35,29	17	2	11,76
Eletromecânica	17	6	35,29	17	11	64,71
Sub-total	51	21	41,18	51	26	50,98
SUBSEQUENTE						
Mecânica	17	16	94,12	18	9	50,00
Informática Industrial	16	2	12,50	18	6	33,33

Eletromecânica	16	6	37,50	19	5	26,32
Sub-total	49	24	48,98	55	20	36,36

CURSOS	Nº de Alunos Ingressantes em 2014	Nº de Alunos Concluintes em 2015	Índice de Eficácia %	Nº de Alunos Ingressantes em 2015	Nº de Alunos Concluintes em 2016	Índice de Eficácia %
---------------	--	---	-----------------------------	--	---	-----------------------------

UNIDADE ARAXÁ

CONCOMITÂNCIA EXTERNA

Edificações	11	3	27,27	11	4	36,36
Eletrônica	11	4	36,36	9	2	22,22
Mecânica	9	2	22,22	11	6	54,55
Mineração	9	14	155,56	11	1	9,09
Sub-total	40	23	57,50	42	13	30,95

SUBSEQUENTE

Edificações	20	8	40,00	25	6	24,00
Eletrônica	22	6	27,27	25	6	24,00
Mecânica	27	6	22,22	26	3	11,54
Mineração	26	7	26,92	25	3	12,00
Sub-total	95	27	28,42	101	18	17,82

UNIDADE DIVINÓPOLIS

CONCOMITÂNCIA EXTERNA

Eletromecânica	10	2	20,00	10	9	90,00
Informática para Internet	8	1	12,50	11	1	9,09
Produção de Moda	----	1	----	1	1	100,00
Sub-total	18	4	22,22	22	11	50,00

SUBSEQUENTE

Eletromecânica	24	5	20,83	21	6	28,57
PGTI	----	*	----	----	*	----
Informática para Internet	8	2	25,00	6	7	116,67
Produção de Moda	15	4	26,67	19	5	26,32
Sub-total	47	11	23,40	46	18	39,13

UNIDADE TIMÓTEO

CONCOMITÂNCIA EXTERNA

Edificações	17	6	35,29	17	9	52,94
Metalurgia	8	2	25,00	14	2	14,29
Informática Industrial	16	0	0,0	17	0	0,0
Mecânica	--	--	--	--	1,00	--
Sub-total	41	8	19,51	48	12	25,00

SUBSEQUENTE

Edificações	17	7	41,18	17	7	41,18
Metalurgia	14	5	35,71	15	1	6,67
Informática Industrial	8	0	0,00	17	0	0,00
Mecânica	--	1	--	--	0	--
Sub-total	39	13	33,33	49	8	16,33

CURSOS	Nº de Alunos Ingressantes em 2014	Nº de Alunos Concluintes em 2015	Índice de Eficácia %	Nº de Alunos Ingressantes em 2015	Nº de Alunos Concluintes em 2016	Índice de Eficácia %
UNIDADE VARGINHA						
CONCOMITÂNCIA EXTERNA						
Edificações	--		--	--	--	--
Mecatrônica	--		--	--	--	--
Sub-total	--	0	--	--	--	--
SUBSEQUENTE						
Edificações	29	20	68,97	24	2	8,33
Informática	14	7	50,00	4	1	25,00
Mecatrônica	32	15	46,88	29	1	3,45
Sub-total	75	42	56,00	57	4	7,02
UNIDADE NEPOMUCENO						
CONCOMITÂNCIA EXTERNA						
CONCOMITÂNCIA EXTERNA	10	2	20,00	10	9	90,00
Eletrotécnica	2	1	50,00	3	3	100,00
Mecatrônica	2	3	150,00	4	1	25,00
Sub-total	4	4	100,00	7	4	57,14
SUBSEQUENTE						
Eletrotécnica	21	4	19,05	23	9	39,13
Eletromecânica	--	--	--	--	--	--
Mecatrônica	17	12	70,59	30	6	20,00
Gestão de Bens e Serviços	--	--	--	--	--	--
Sub-total	38	16	42,11	53	15	28,30
TOTAL	252	128	50,79	282	127	45,04

Fonte: DEPT, SRCA: Qualidata Q-Acadêmico 3.0

ANÁLISE DOS NÚMEROS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO

Avaliação Geral das matrículas em 2016

I - NÚMERO DE ALUNOS MATRICULADOS NA EPTNM EM 2016

Avaliação Geral das matrículas em 2016

No ano de 2016, o total de matrículas nos cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio (EPTNM) do CEFET-MG foi de 6.567 (seis mil quinhentos e sessenta e sete), sendo 6.512 matrículas nos cursos presenciais e 55 nos cursos à Educação à Distância. As 6.512 (seis mil quinhentos e doze) matrículas presenciais foram assim distribuídas: 4.598 na forma integrada (71%), 1.169 na forma subsequente (18%), 682 na forma de concomitância externa (10%) e 63 no PROEJA integrado ao ensino médio (1%).

No tocante aos cursos presenciais, em comparação ao ano de 2015, observa-se elevação de 2,1% na matrícula nos cursos técnicos integrados. Em números absolutos, significa dizer que houve um acréscimo de 97 matrículas em 2016. Os cursos ofertados nas formas concomitância externa e subsequente também apresentaram elevação de 23,6% e 15%, respectivamente, na comparação com as matrículas de 2015. Em números absolutos, significa dizer que houve um acréscimo de 161 matrículas na concomitância externa e 176 no subsequente. Em relação ao PROEJA, nota-se um decréscimo de 25%, mantendo a tendência de redução das matrículas, fato analisado no Relatório de Gestão da DEPT referente aos anos de 2014 e 2015.

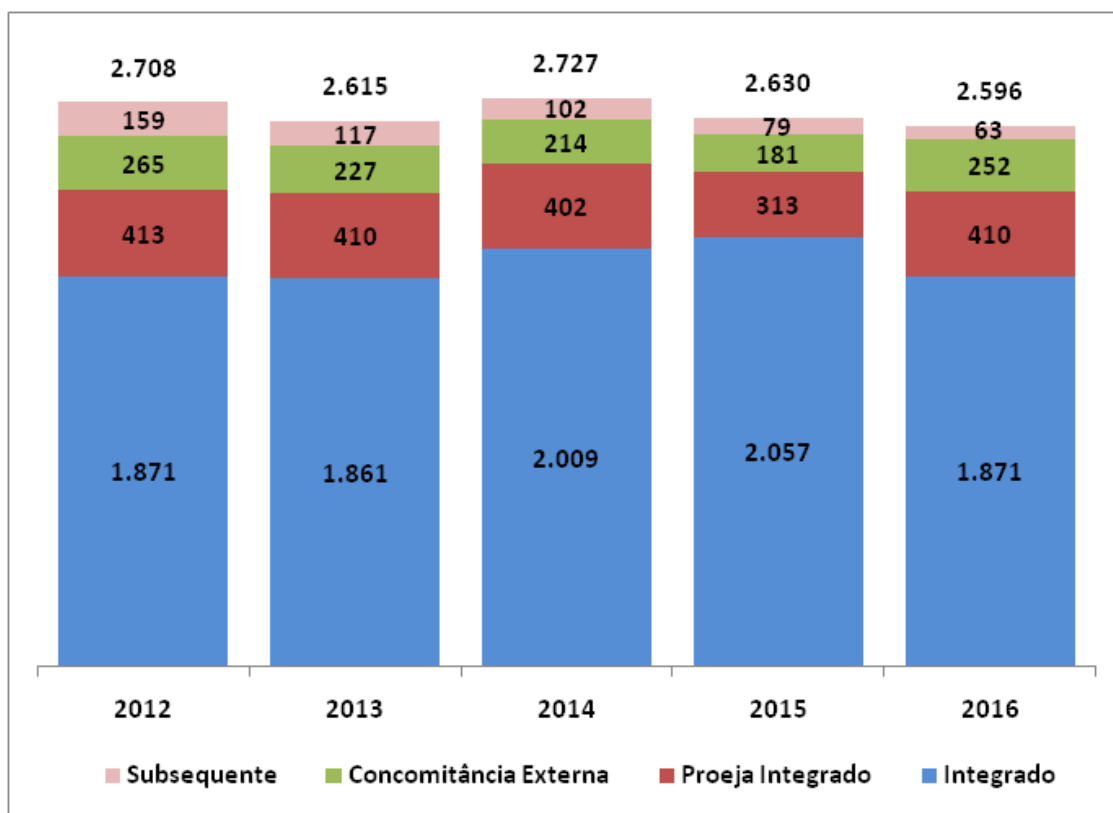
Essa elevação geral no número de matriculados é reflexo da elevação que ocorre no número de matrículas do Campus Leopoldina, explicada pela mudança na metodologia de extração dos dados adotada em 2016. A partir de 2016, esta Diretoria, em entendimento com a Secretaria de Registro e Controle Acadêmico do CEFET-MG passou a considerar, para todos os Campus, o total de

matrículas ativas nos cursos (como por exemplo de alunos em fase de estágio supervisionado) e não apenas matrículas de alunos enturmados, como vinha ocorrendo anteriormente.

Para 2016, 2.504 matrículas se referem a novas vagas ofertadas para ingresso nos cursos de EPTNM, mantendo o atendimento à demanda social pelos cursos técnicos do CEFET-MG no mesmo patamar de 2015, conforme se lê no Relatório de DEPT 2016 (arquivo 005). No tocante às matrículas por formas de oferta, percebem-se pequenas variações, conforme se vê nas análises de matrículas por campus, apresentadas a seguir.

Avaliação das matrículas por Campus

Campus BELO HORIZONTE	2012	2013	2014	2015	2016
Sub-Total Integrado	1.871	1.861	2.009	2.057	1.871
Sub-Total Proeja Integrado	159	117	102	79	63
Sub-Total CCE	265	227	214	181	252
Sub-Total Subsequente	413	410	402	313	410
TOTAL CAMPUS	2.708	2.615	2.727	2.630	2.596
% do Integrado sobre o Total do Campus	69%	71%	74%	78%	72%
% Outros cursos sobre o Total do Campus	31%	29%	26%	22%	28%

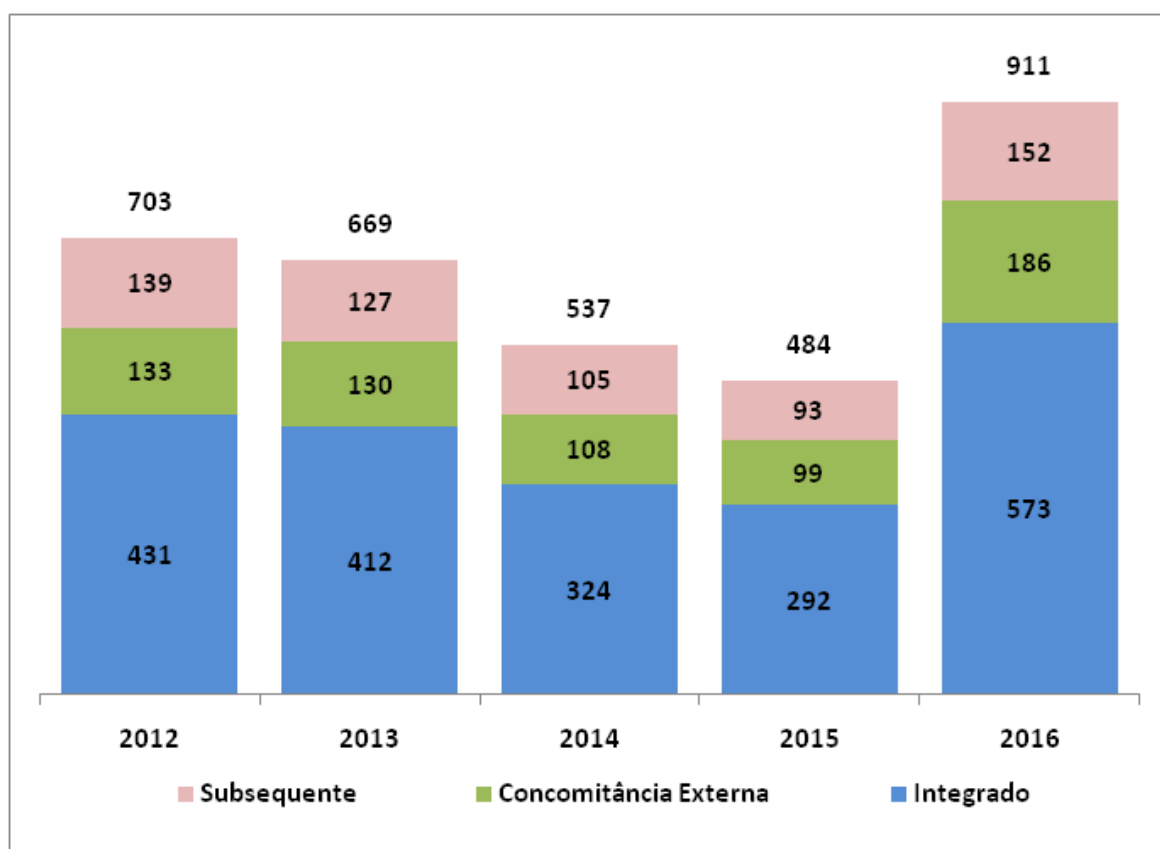


Em Belo Horizonte, verifica-se queda de 10% nas matrículas dos cursos integrados em relação a 2015, puxada especialmente pelos cursos de Eletrônica (-42 matrículas) e de Mecânica (-35 matrículas). Em contrapartida, os cursos subsequentes apresentaram acréscimos de 97 matrículas (24%), enquanto os cursos de concomitância externa apresentaram acréscimos de 71 matrículas (28%).

CAMPUS – LEOPOLDINA

Em Leopoldina, o total de matrículas tem elevação de aproximadamente 88%, comparativamente a 2015. Essa elevação, conforme citado anteriormente, é explicada pela mudança na metodologia de extração dos dados. A partir de 2016, esta Diretoria, em entendimento com a Secretaria de Registro e Controle Acadêmico do CEFET-MG passou a considerar, para todos os Campus, o total de matrículas ativas nos cursos e não apenas matrículas de alunos enturmados, como vinha ocorrendo anteriormente.

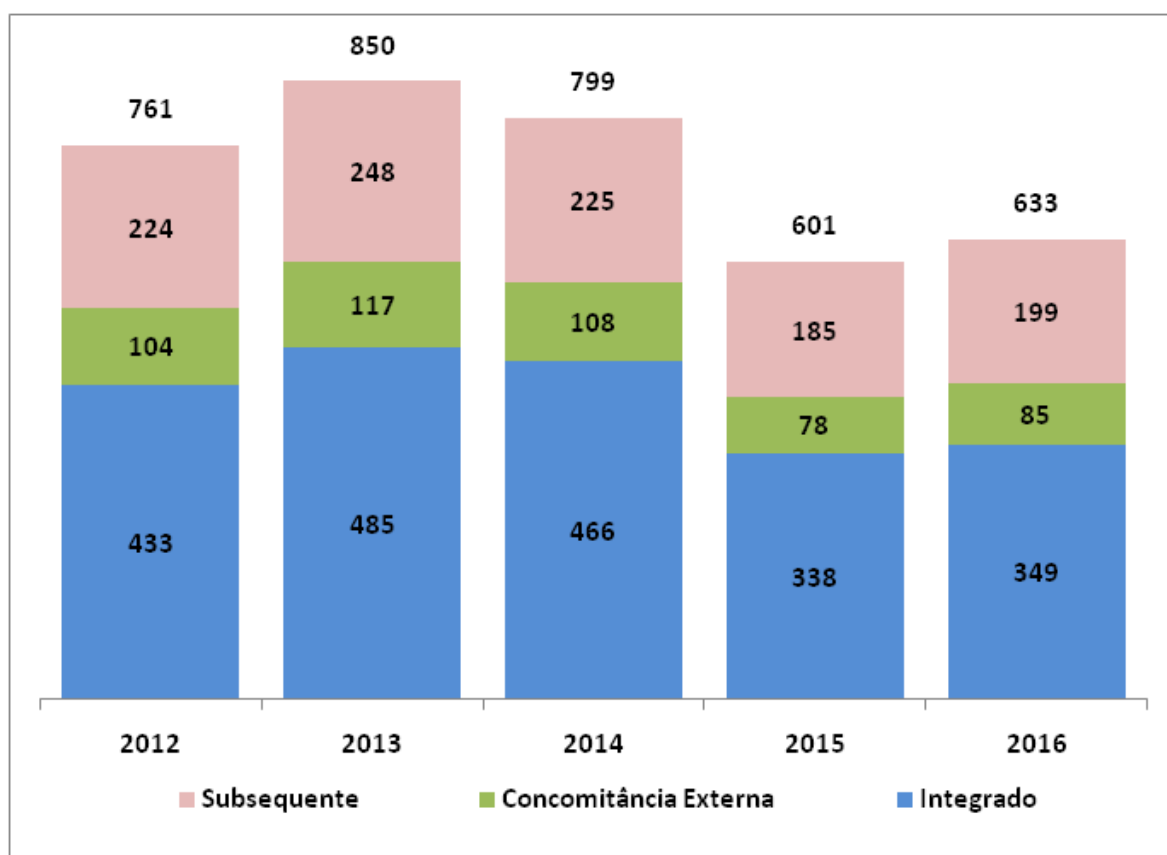
Campus LEOPOLDINA	2012	2013	2014	2015	2016
Sub-Total Integrado	431	412	324	292	573
Sub-Total CCE	133	130	108	99	186
Sub-Total Subsequente	139	127	105	93	152
TOTAL CAMPUS	703	669	537	484	911
% do Integrado sobre o Total do Campus	61%	62%	60%	60%	63%
% Outros cursos sobre o Total do Campus	39%	38%	40%	40%	37%



CAMPUS – ARAXÁ

No Campus Araxá houve aumento de 32 matrículas no total (5%), sendo a forma subsequente responsável pelo acréscimo de 14 matrículas deste total. No que se refere aos cursos integrados, a queda acentuada ocorrida entre 2014 e 2015 foi interrompida e 2016 já apresenta pequena alta (pouco mais de 3%) em relação ao ano de 2015.

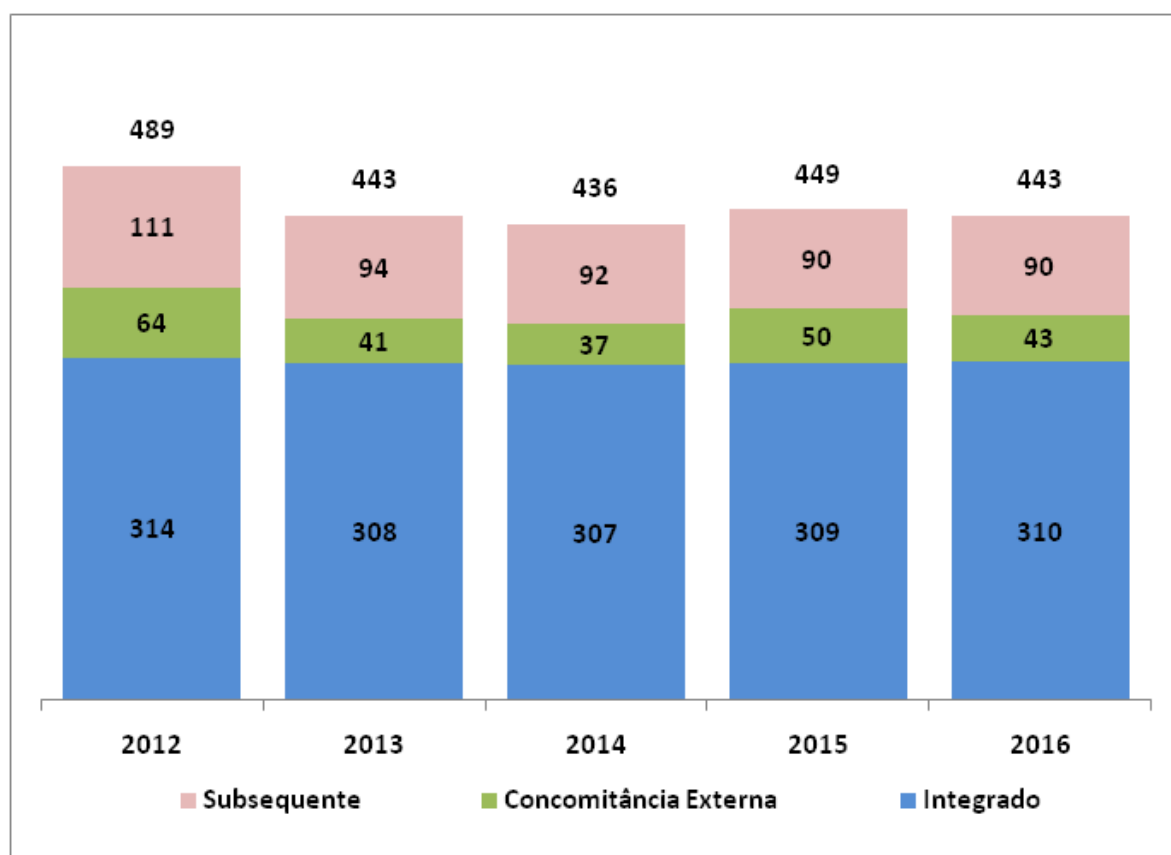
Campus ARAXÁ	2012	2013	2014	2015	2016
Sub-Total Integrado	433	485	466	338	349
Sub-Total CCE	104	117	108	78	85
Sub-Total Subsequente	224	248	225	185	199
TOTAL CAMPUS	761	850	799	601	633
% do Integrado sobre o Total do Campus	57%	57%	58%	56%	55%
% Outros cursos sobre o Total do Campus	43%	43%	42%	44%	45%



CAMPUS – DIVINÓPOLIS

O número de matrículas nos cursos integrados e subsequentes no CEFET Divinópolis tem se mantido estável nos últimos 04 anos, com pequenas flutuações, como se observa na tabela abaixo. De forma geral, houve um ligeiro decréscimo de 06 matrículas (1%) de 2015 para 2016.

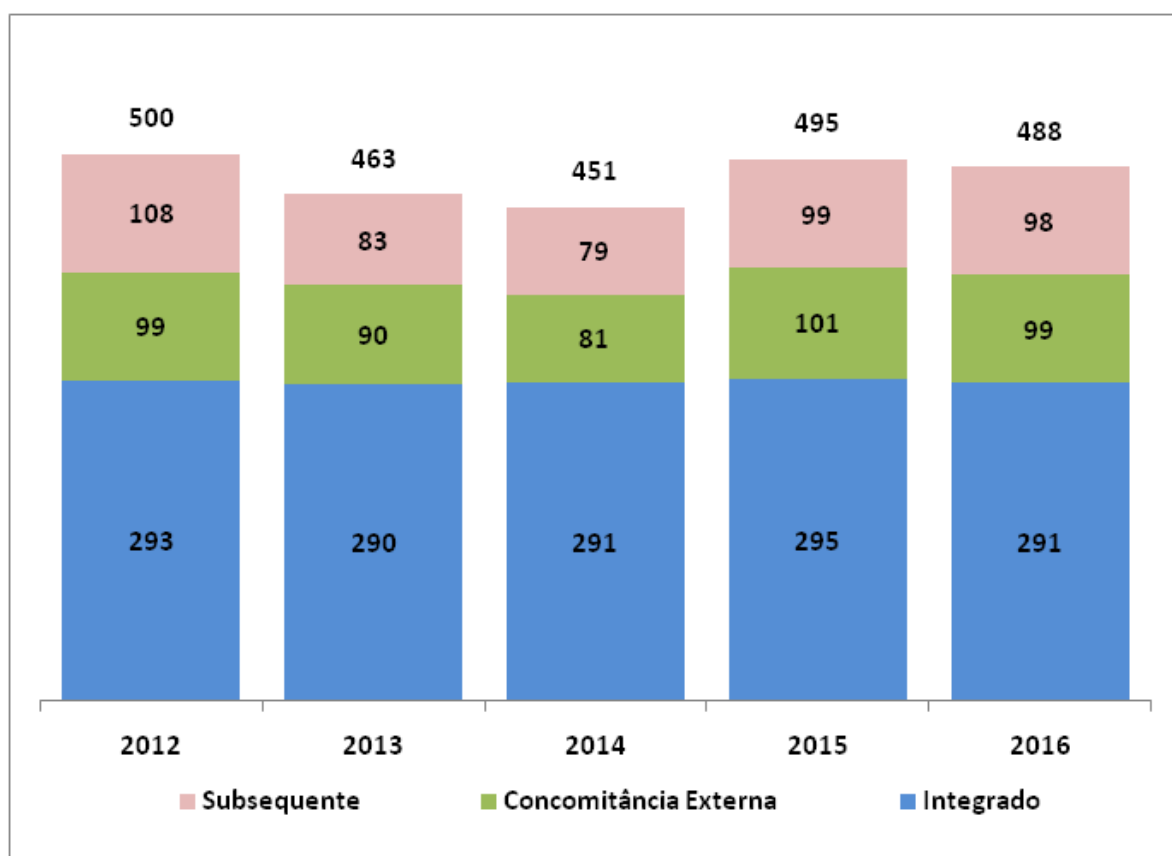
Campus DIVINÓPOLIS	2012	2013	2014	2015	2016
Sub-Total Integrado	314	308	307	309	310
Sub-Total CCE	64	41	37	50	43
Sub-Total Subsequente	111	94	92	90	90
TOTAL CAMPUS	489	443	436	449	443
% do Integrado sobre o Total do Campus	64%	70%	70%	69%	70%
% Outros cursos sobre o Total do Campus	36%	30%	30%	31%	30%



CAMPUS – TIMÓTEO

O número de alunos matriculados nos cursos na forma integrada, subsequente e concomitância externa em Timóteo tem se mantido estável, com pequenas flutuações, desde 2012. De forma geral, houve uma queda de 07 matrículas (1%) de 2015 para 2016.

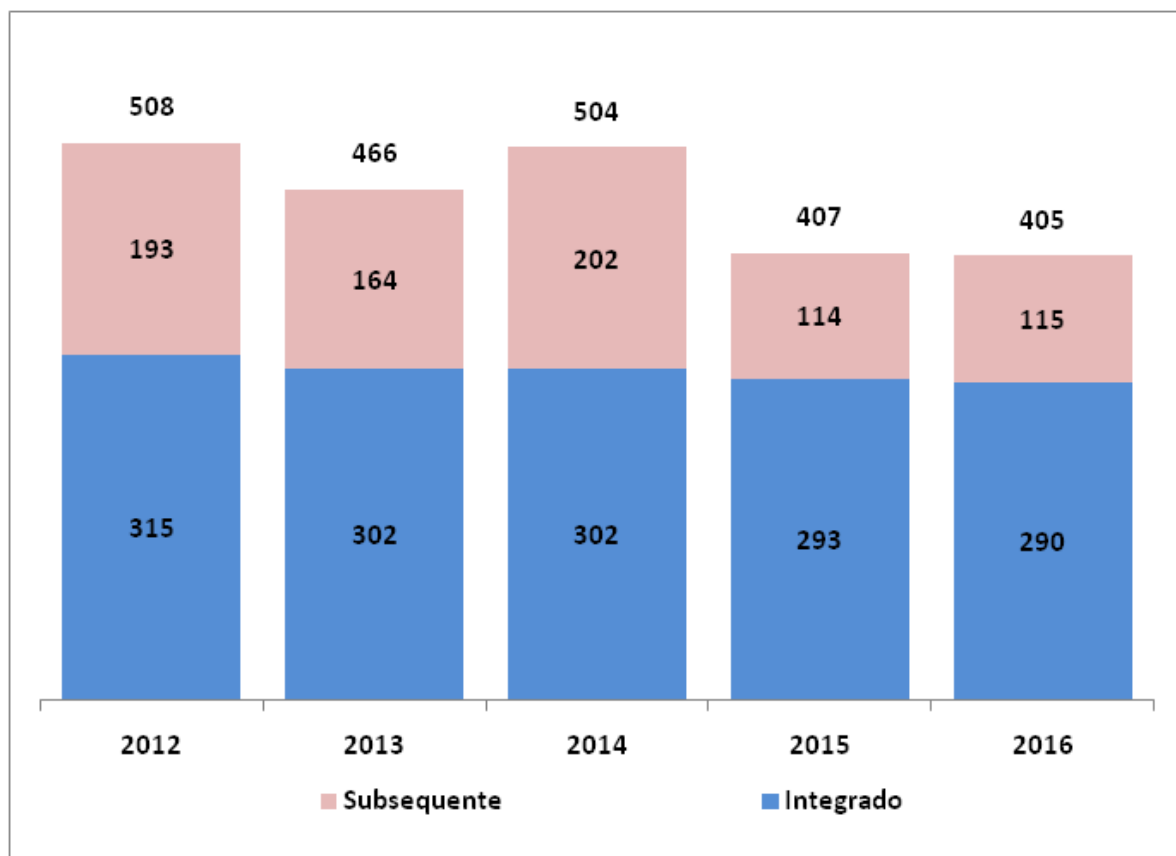
Campus TIMÓTEO	2012	2013	2014	2015	2016
Sub-Total Integrado	314	308	307	309	310
Sub-Total CCE	64	41	37	50	43
Sub-Total Subsequente	111	94	92	90	90
TOTAL CAMPUS	489	443	436	449	443
% do Integrado sobre o Total do Campus	64%	70%	70%	69%	70%
% Outros cursos sobre o Total do Campus	36%	30%	30%	31%	30%



CAMPUS – VARGINHA

A matrícula de alunos nos cursos integrados no Campus Varginha, nos últimos anos, apresenta leve tendência de queda, o que se repete em 2016. Em relação aos cursos técnicos subsequentes, o número de matrículas manteve-se estável (com acréscimo de 1 matrícula). Se 2016 não apresenta resultados diferentes de 2015, há que se notar que, para os últimos 05 anos, há uma tendência de queda no número de matrículas, acarretada tanto pela baixa demanda para os cursos subsequentes quanto pela recorrência da evasão escolar. Esse problema será objeto de acompanhamento ao longo do ano 2017 e de políticas internas visando reverter o quadro.

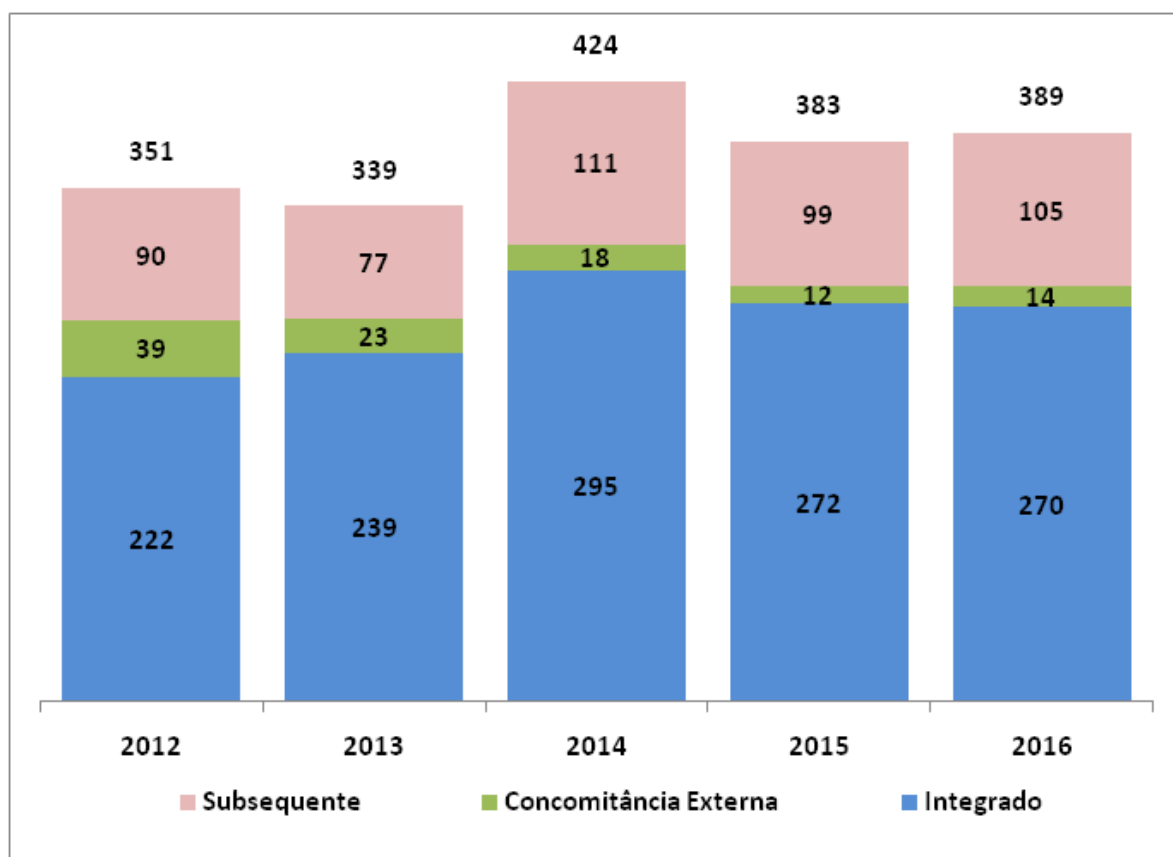
Campus VARGINHA	2012	2013	2014	2015	2016
Sub-Total Integrado	315	302	302	293	290
Sub-Total CCE	-	-	-	-	-
Sub-Total Subsequente	193	164	202	114	115
TOTAL CAMPUS	508	466	504	407	405
% do Integrado sobre o Total do Campus	62%	65%	60%	72%	72%
% Outros cursos sobre o Total do Campus	38%	35%	40%	28%	28%



CAMPUS – NEPOMUCENO

O número de alunos matriculados nos cursos técnicos no Campus Nepomuceno vem mantendo a média dos anos anteriores, apresentando aumento geral de 06 matrículas (2%) frente a 2015.

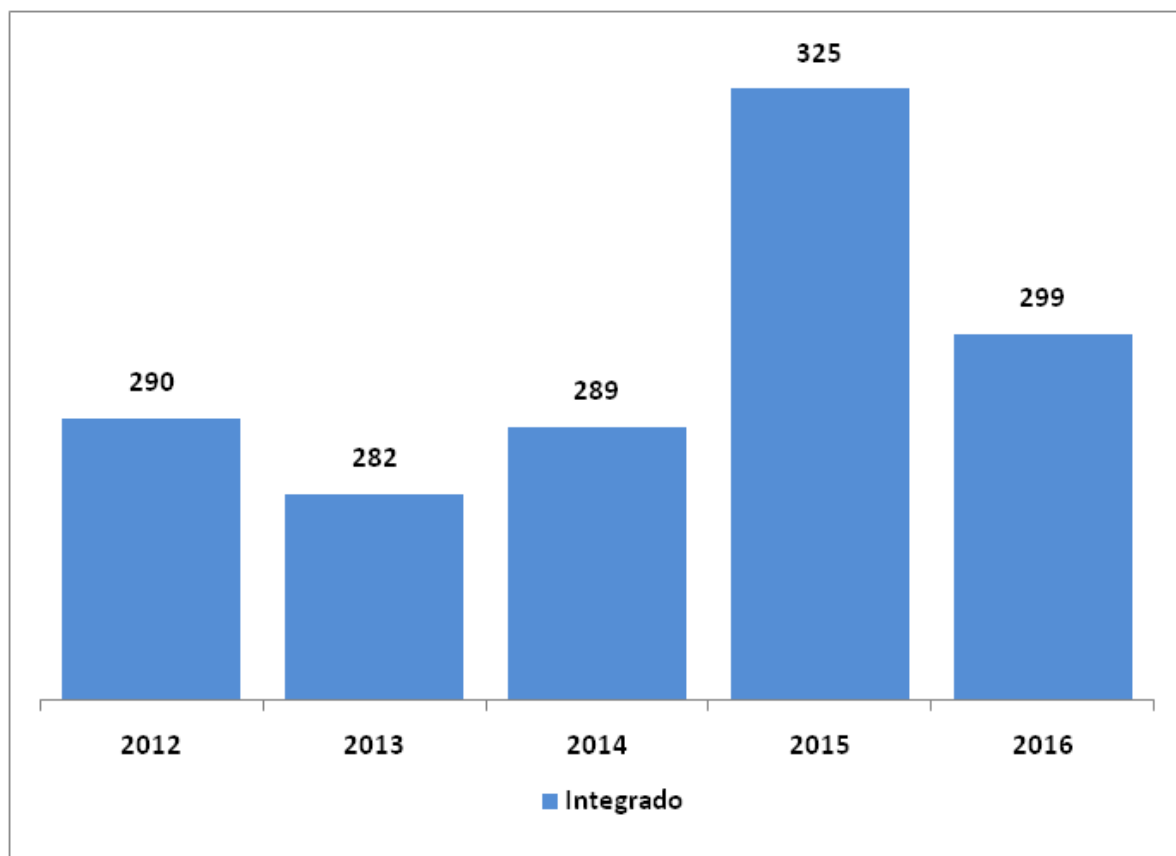
Campus NEPOMUCENO	2012	2013	2014	2015	2016
Sub-Total Integrado	222	239	295	272	270
Sub-Total CCE	39	23	18	12	14
Sub-Total Subsequente	90	77	111	99	105
TOTAL CAMPUS	351	339	424	383	389
% do Integrado sobre o Total do Campus	63%	71%	70%	71%	69%
% Outros cursos sobre o Total do Campus	37%	29%	30%	29%	31%



CAMPUS – CURVELO

O Campus Curvelo, criado em 2010, oferece apenas os cursos na forma integrada. No ano de 2012 atingiu a oferta regular dos cursos em todas as séries. Em 2016 apresentou decréscimo de 8% em suas matrículas regulares (-26 matrículas) em relação a 2015.

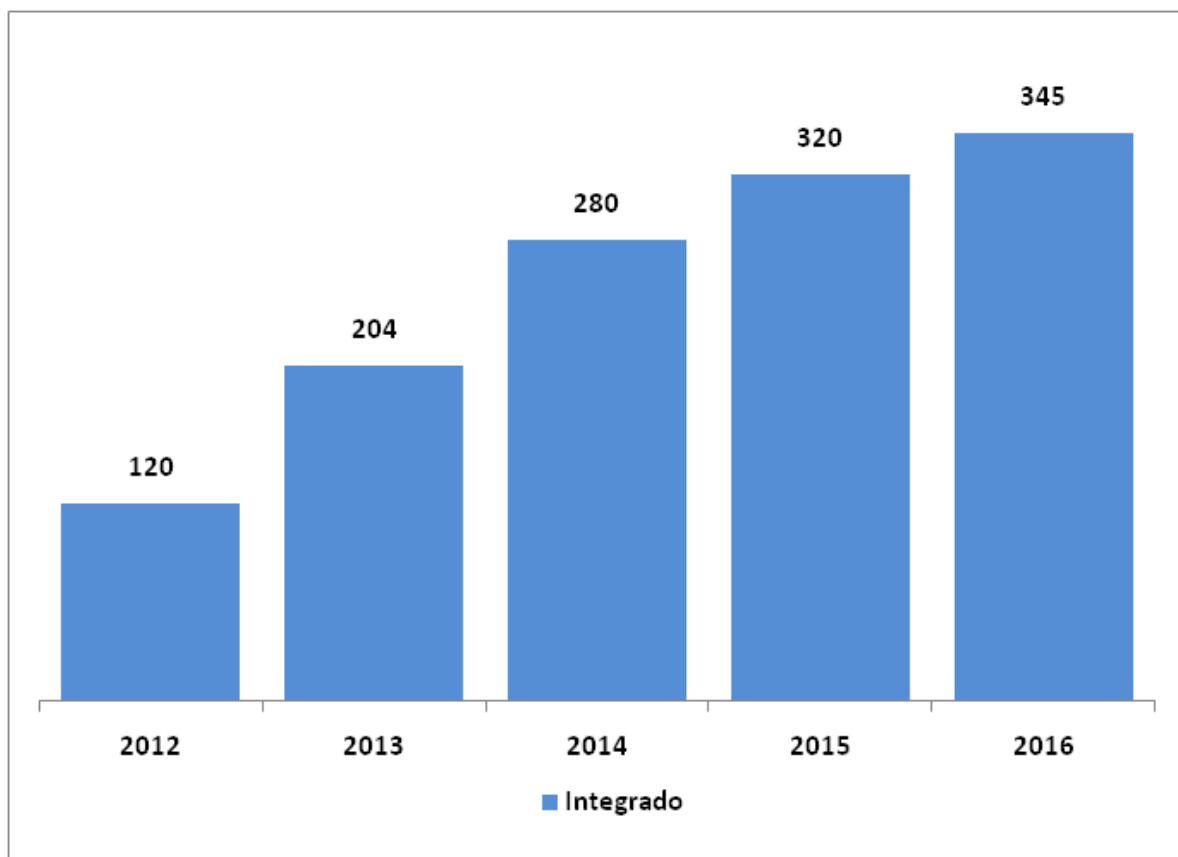
Campus CURVELO	2012	2013	2014	2015	2016
Total Integrado - Curvelo	290	282	289	325	299



CAMPUS – CONTAGEM

Criado em 2012, o Campus Contagem oferece apenas os cursos na forma integrada. Desde então, percebe-se uma tendência de crescimento no número de matrículas, motivada pela consolidação de matrículas em todas as séries dos cursos. Acréscimo de 7% nas matrículas regulares de 2016.

Campus CONTAGEM	2012	2013	2014	2015	2016
Total Integrado - Contagem	120	204	280	320	345



II - RELAÇÃO CONCLUINTE/INGRESSANTES NO CICLO

A avaliação institucional do índice de eficácia da relação ingressantes/concluintes apresenta algumas restrições de ordem metodológica, uma vez que os concluintes do final de um ciclo não são necessariamente os mesmos ingressantes do início do ciclo. Além disso, ao analisar esses índices de eficácia, há que se considerar alguns fatores que podem marcar sobremaneira a trajetória escolar dos alunos, incidindo sobre o tempo necessário para conclusão e diplomação e, conseqüentemente, sobre os índices de eficácia: 1) o tempo para integralização do Estágio, disciplina obrigatória no currículo de todos os cursos técnicos, muitas vezes extrapola o período de integralização das disciplinas do curso (03 anos), especialmente para os alunos do técnico integrado, cuja carga horária muitas vezes se coloca como empecilho para realizar o Estágio concomitantemente às demais disciplinas do curso; 2) a ocorrência de alunos dos cursos técnicos que optam por não colar grau de imediato, porque ingressam em cursos de graduação.

No cálculo da eficácia do ano de 2016, apresentado a seguir, considerou-se como CONCLUINTE (ou Aluno Concluinte) o aluno que finalizou todas as disciplinas do curso, incluindo o Estágio, que participou do Seminário de Conclusão dos Cursos Técnicos da EP-TNM (SECLEPT) e da colação de grau em 2016. Reforçamos que o aluno concluinte em 2016 não é necessariamente o ingressante de 2014 e 2015 dos cursos técnicos, em função do descompasso citado anteriormente. Logo, este cálculo não reflete fielmente a eficácia institucional **no ciclo** considerado, sendo útil apenas para avaliar, no longo prazo, o fluxo dos alunos da EPTNM.

A partir destas considerações apresentamos os dados preliminares fornecidos pelos Setores de Estágios e Secretaria de Registro e Controle Acadêmico para todos os Campus do CEFET-MG para o ano de 2016 e sua comparação com os dados do ano de 2015.

CAMPUS	Total de Concluintes dos Seminários (SECLEPT 2016)	Nº de Alunos Concluintes em 2015	% Concluintes SECLEPT 2016 / Ingressantes 2014-2015	% Concluintes SECLEPT 2015 / Ingressantes 2013-2014
Belo Horizonte	488	1.060	46%	59%
Leopoldina	119	212	56%	53%
Araxá	71	291	24%	37%
Divinópolis	83	173	48%	85%
Timóteo	62	201	31%	32%
Varginha	18	158	11%	56%
Nepomuceno	49	160	31%	34%
Curvelo	46	104	44%	56%
Contagem	27	92	29%	17%
Total Geral	963	2.451	39%	52%

Percebe-se pelos dados acima, uma queda no índice de eficácia na relação ingressante/concluinte em todos os campus do CEFET-MG, à exceção do Campus Leopoldina, com pequena elevação de 3% no índice, e Contagem, cuja elevação no índice pode ser explicada pelo fato de, em 2014/2015, ter encerrado seu primeiro ciclo, e, em 2016, realizado a diplomação dos que além de integralizarem as disciplinas lograram terminar o Estágio. De forma geral, a queda no índice não ultrapassou 2% para o Campus Timóteo e Nepomuceno e 13% para Belo Horizonte, Araxá e Curvelo. Em relação a Divinópolis, a diferença se deve a um número muito elevado de concluintes em 2015, em que se deu vazão a significativo número de alunos “repressados” dos anos anteriores. Em relação ao Campus Varginha, a queda acentuada está sendo investigada e será objeto de acompanhamento e de políticas específicas da DEPT no sentido de reverter o quadro.

De forma geral, e buscando elevar o índice de alunos diplomados dentro do ciclo, a DEPT procedeu, em 2016, conforme Relatório de Gestão da Diretoria de Educação Profissional e Tecnológica, à revisão do Regulamento do Estágio da EPTNM do CEFET-MG, de modo a melhorar as condições de realização do Estágio concomitantemente às demais disciplinas do curso.

Entretanto, há que se considerar ainda que a disponibilidade de vagas e a oferta de Estágio, condição primordial para realização do Estágio e conclusão do curso técnico, é fortemente impactada por questões macroeconômicas, cuja resolução foge do alcance das instituições de ensino. Em 2016, conforme se lê no Relatório de Gestão da Diretoria de Educação Profissional e Tecnológica, a DEPT envidou esforços para ampliar a divulgação dos cursos da instituição junto às empresas de Minas Gerais e logrou sucesso

em aumentar o número de parceria para oferta de estágios para os alunos do CEFET-MG. Mas essa é uma política de resultados de médio prazo que tem potencial para minimizar o problema, sendo impotente para reverter, por exemplo, quadros de crise econômica, quando há diminuição na oferta de vagas nas empresas. Dessa forma, a avaliação da eficácia institucional torna-se incerta e inexacta, considerando que os dados utilizados em seu cálculo são impactados por fatores extrínsecos a ela.

III – AVALIAÇÃO DE INDICADORES GERAIS CEFET-MG 2016:

Indicadores Gerais da Educação Profissional Técnica de Nível Médio em 2016

INDICADOR	TOTAL 2015			TOTAL 2016		
	Numerador	Denominador	Índice	Numerador	Denominador	Índice
CONCOMITÂNCIA EXTERNA						
Total de matrículas / Professores (total de professores com diários ativos em 2016)	6.094	999	6,10	6.512	782	8,33
Total de matrículas / Funcionário	6.094	602	10,12	6.512	606	10,75
Funcionários / Professores (total de professores com diários ativos em 2016)	602	999	0,60	606	782	0,77
Reprovação e trancamentos / Total de matrículas	917	6.094	0,15	908	6.512	0,14
Transferências, desistência e dupla reprovação / Total de matrículas	787	6.094	0,13	916	6.512	0,14
Professores Efetivos* / Total de Professores	739	999	0,74	617	782	0,79
Professores Substitutos e Temporários / Total de Professores	260	999	0,26	165	782	0,21
Número de livros (exemplares) / Total de matrículas	108.081	6.094	17,7	120.906	6.512	18,6
Total de Ingressantes / Total de matrículas	2.341	6.094	0,38	2.404	6.512	0,37
Total de Concluintes (em 2016) / Total de Ingressantes (em 2016)	1.095	2.341	0,47	963	2.404	0,40

Fontes: Setores de Registro Escolar / Departamento de Pessoal / Bibliotecas Escolares

Os indicadores refletem os dados da Educação Profissional Técnica de Nível Médio em 2016 para os cursos presenciais.

* Nº calculado de acordo com as proporções informadas pelas Diretorias de Unidade/Campus em 2016.

Os destaques na comparação dos dados de 2016 com os dados de 2015 são:

- 1) Houve acréscimo na relação “Total de matrículas/nº de Professores”, uma vez que em 2016, este índice foi calculado de forma mais apurada, levando-se em conta o nº de professores que efetivamente lecionaram aulas para os cursos da EPTNM (nº de professores com diários ativos em 2016 na EPTNM), bem como o total de matrículas ativas nos cursos.
- 2) O índice “Total de matrículas/nº de Funcionários” permaneceu inalterado de 2015 para 2016.
- 3) O índice “nº de Funcionários/ nº de Professores” sofreu elevação, uma vez que levou-se em consideração o nº de professores com diários ativos na EPTNM no ano de 2016.
- 4) Os índices de Retenção (4) e Evasão (5) de alunos estão próximos aos de 2015. A Retenção Geral (alunos reprovados e trancados) em 2015 foi de 0,15 enquanto que em 2016 foi de 0,14. A Evasão Geral passou de 0,129 em 2015 para 0,14 em 2016, apontando ligeiro acréscimo. Mas ainda é preciso ressaltar que devido às questões de greve e atraso no processamento dos diários do Campus I - BH, ainda existe cerca de 10% dos alunos matriculados com situação de rendimento pendente (aprovados/reprovados/trancados/evadidos/transferidos). De forma geral, acredita-se que os índices de 2016 estão bem próximos dos dados 100% apurados.
- 5) Os índices “Professores Efetivos/ Total de Professores” (6) e “Professores Subs. Temporários/ Total de Professores” (7) sofreram alterações em vistas aos índices de 2015, refletindo também a política da menor contratação de professores substitutos e temporários. A relação atual da instituição é de 79% de professores efetivos versus 21% de professores temporários/ substitutos, para a EPTNM. Em 2015 esta relação era de 74% versus 26%.
- 6) O índice “Nº de livros(exemplares) / Total de matrículas” aumentou em 2016 devido a aquisição de 12.825 novos exemplares distribuídos aos campus da instituição.

7) A relação “Total de alunos Ingressantes/ Total de matrículas” sofreu pequena variação, passando de 0,38 em 2015 para 0,37 em 2016.

8) A relação “Total de Concluintes/ Total Ingressantes” no ano sofreu queda de 0,47 em 2015 para 0,40 em 2016, apontando menos 132 alunos com colação de grau. Um dos possíveis fatores externos influenciadores desta queda seria a crise econômica vivenciada no país, afetando de forma geral as ofertas de emprego e vagas de estágio (requisito básico para a conclusão do curso técnico).

3.3.3 INDICADORES DA GRADUAÇÃO

VAGAS OFERTADAS X CANDIDATOS

UNIDADE	CURSO	TURNO	Processo Seletivo - 1º Semestre de 2016						Processo Seletivo - 2º Semestre de 2016							
			Vagas Ofertadas no PS	Vagas Ofertadas SISU	Total de Vagas Ofertadas	Total de Candidatos Inscritos no SISU	Total de Candidatos Inscritos no PS	Total de Candidatos	Total de Candidatos por Vaga	Vagas Ofertadas no PS	Vagas Ofertadas SISU	Total de Vagas Ofertadas	Total de Candidatos Inscritos no SISU	Total de Candidatos Inscritos no PS	Total de Candidatos	Total de Candidatos por Vaga
BELO HORIZONTE	Administração	Noturno	-	40	40	1.123	-	1.123	28,08	-	40	40	-	-	-	27,08
	Química Tecnológica	Diurno	-	36	36	292	-	292	8,11	-	-	-	-	-	-	-
	Engenharia Ambiental	Diurno	-	40	40	566	-	566	14,15	-	40	40	-	-	-	13,15
	Engenharia Elétrica	Diurno	-	40	40	410	-	410	10,25	-	40	40	-	-	-	9,25
	Engenharia Mecânica	Diurno	-	40	40	486	-	486	12,15	-	40	40	-	-	-	11,15
	Engenharia de Produção Civil	Noturno	-	40	40	625	-	625	15,63	-	40	40	-	-	-	14,63
	Engenharia de Computação	Diurno	-	40	40	468	-	468	11,70	-	40	40	-	-	-	10,70
	Engenharia de Materiais	Diurno	-	40	40	332	-	332	8,30	-	40	40	-	-	-	7,30
	Engenharia de Transportes	Noturno	-	40	40	616	-	616	15,40	-	40	40	-	-	-	14,40
	Letras	Noturno	-	40	40	437	-	437	10,93	-	40	40	-	-	-	9,93
	Programa Especial de Formação Pedagógica de Docentes	Diurno	44	-	44	-	65	65	1,48	44	-	44	-	154	154	3,98
Total (Belo Horizonte)			44	396	440	5.355	65	5.420	12,32	44	360	404	-	154	154	12,71
ARAXÁ	Engenharia de Automação Industrial	Noturno	-	40	40	271	-	271	6,78	-	-	-	-	-	-	-
	Engenharia de Minas	Diurno	-	-	-	-	-	-	-	-	40	40	-	-	-	-
LEOPOLDINA	Engenharia de Controle e Automação	Diurno	-	30	30	232	-	232	7,73	-	30	30	-	-	-	6,73
TIMÓTEO	Engenharia de Computação	Diurno	-	40	40	338	-	338	8,45	-	-	-	-	-	-	-
VARGINHA	Engenharia Civil	Noturno	40	-	40	-	430	430	10,75	40	-	40	-	366	366	18,90
NEPOMUCENO	Engenharia Elétrica	Noturno	40	-	40	-	407	407	10,18	-	40	40	-	-	-	9,18
DIVINÓPOLIS	Engenharia Mecatrônica	Diurno	-	36	36	300	-	300	8,33	-	-	-	-	-	-	-
CURVELO	Engenharia Civil	Noturno	-	40	40	627	-	627	15,68	-	40	40	-	-	-	14,68
TOTAL			124	582	706	7.123	902	8.025	11,37	84	510	594	-	520	520	-

Fonte: COPEVE.

Nota:

Os processos seletivos da Graduação foram realizados no primeiro semestre, sendo que as vagas ofertadas no segundo semestre aproveitaram os processos seletivos para o primeiro semestre.

MATRÍCULAS DA GRADUAÇÃO

MATRÍCULAS NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO		2013/1º sem	2013/2º sem	2014/1º sem	2014/2º sem	2015/1º sem	2015/2º sem	2016/1º sem	2016/2º sem
BELO HORIZONTE									
1	Programa Especial de Formação Ped. de Docentes	26	24	37	22	42	44	51	176
2	Engenharia Elétrica	427	411	421	398	414	402	429	429
3	Engenharia Mecânica	428	405	405	398	418	419	419	418
4	Engenharia Produção Civil	427	414	383	388	403	413	423	428
5	Engenharia de Materiais	356	368	386	377	395	406	390	368
6	Tecnologia em Radiologia	0	0	1	0	0	0	0	0
7	Tecnólogo em Normalização e Qualidade Industrial	0	0	0	0	0	0	0	0
8	Química Tecnológica	137	157	128	148	174	162	177	164
9	Engenharia de Computação	386	390	383	362	378	390	355	357
10	Administração	355	355	351	348	344	337	339	327
11	Engenharia Ambiental e Sanitária	244	262	281	291	322	354	366	369
12	Letras	157	187	207	211	249	253	246	267
13	Engenharia de Transportes	----	----	----	----	40	78	112	143
SUB-TOTAL		2.943	2.973	2.983	2.943	3.179	3.258	3.307	3.446
LEOPOLDINA									
14	Engenharia de Controle e Automação	303	317	291	299	302	300	303	307
SUB-TOTAL		303	317	291	299	302	300	303	307
ARAXÁ									
15	Engenharia de Automação Industrial	218	188	205	181	215	169	194	164
16	Engenharia de Minas	113	158	183	169	204	172	154	160
SUB-TOTAL		331	346	388	350	419	341	348	324
DIVINÓPOLIS									
17	Engenharia Mecatrônica	185	163	190	176	202	193	201	195
SUB-TOTAL		185	163	190	176	202	193	201	195
TIMÓTEO									
18	Engenharia de Computação	157	156	183	158	199	189	210	201
SUB-TOTAL		157	156	183	158	199	189	210	201
VARGINHA									
19	Engenharia Civil	----	----	----	----	40	80	111	141
SUB-TOTAL		----	----	----	----	40	80	111	141
NEPOMUCENO									
20	Engenharia Elétrica	----	----	----	----	40	80	112	129
SUB-TOTAL		----	----	----	----	40	80	112	129
CURVELO									
21	Engenharia Civil	77	118	152	190	230	270	281	302
SUB-TOTAL		77	118	152	190	230	270	281	302
TOTAL GRADUAÇÃO		3.996	4.073	4.187	4.116	4.611	4.711	4.873	5.045

Fonte: Qualidata para Ingressantes e Concluintes de 2016-1. Para os Concluintes de 2016-2 foi feita uma previsão, com base em pedidos de Colação de Grau e percentagem de carga horária cumprida. O motivo é que o período não terminou até a data de entrega destes dados.

Os cursos de Tecnologia em Normalização e Qualidade Industrial e Tecnologia em Radiologia foram extintos em 2014, via Sistema e-MEC.

Existem também os cursos de Engenharia Civil - Curvelo, Engenharia de Transportes - BH, Engenharia Civil - Varginha e Engenharia Elétrica - Nepomuceno, porém ainda não têm turmas de formados.

INDICADORES DA GRADUAÇÃO - ALUNOS INGRESSANTES E CONCLUINTES

BELO HORIZONTE												
CURSOS	Alunos ingressantes em 2010	Alunos concluintes em 2013	Índice de eficácia %	Alunos ingressantes em 2011	Alunos concluintes em 2014	Índice de eficácia %	Alunos ingressantes em 2012	Alunos concluintes em 2015	Índice de eficácia %	Alunos ingressantes em 2013	Alunos concluintes em 2016	Índice de eficácia %
Administração (4 anos)	85	29	34	92	59	64	39	13	33	87	41	47
Letras (4 anos)				80	2	3	36	15	42	87	13	15
	Alunos ingressantes em 2009	Alunos concluintes em 2013	Índice de eficácia %	Alunos ingressantes em 2010	Alunos concluintes em 2014	Índice de eficácia %	Alunos ingressantes em 2011	Alunos concluintes em 2015	Índice de eficácia %	Alunos ingressantes em 2012	Alunos concluintes em 2016	Índice de eficácia %
Engenharia Mecânica (5 anos)	77	64	83	91	31	34	83	53	64	87	53	61
Engenharia Elétrica (5 anos)	87	52	60	88	37	42	85	45	53	85	39	46
Engenharia de Produção Civil (5 anos)	72	62	86	98	38	39	89	44	49	90	54	60
Engenharia da Computação (5 anos)	76	22	29	88	36	41	91	41	45	94	26	28
Engenharia de Materiais (5 anos)	73	29	40	84	28	33	93	49	53	98	57	58
Engenharia Ambiental e Sanitária (5 anos)				81	0	0	88	14	16	92	38	41
Química Tecnológica (4,5 anos)	41	20	49	42	13	31	49	13	27	46	14	30
	Alunos ingressantes em 2010	Alunos concluintes em 2013	Índice de eficácia %	Alunos ingressantes em 2011	Alunos concluintes em 2014	Índice de eficácia %	Alunos ingressantes em 2012	Alunos concluintes em 2015	Índice de eficácia %	Alunos ingressantes em 2013	Alunos concluintes em 2016	Índice de eficácia %
Tecnologia em Normalização e Qualidade Ind. (4 anos)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Alunos ingressantes em 2011	Alunos concluintes em 2013	Índice de eficácia %	Alunos ingressantes em 2012	Alunos concluintes em 2014	Índice de eficácia %	Alunos ingressantes em 2013	Alunos concluintes em 2015	Índice de eficácia %	Alunos ingressantes em 2014	Alunos concluintes em 2016	Índice de eficácia %
Tecnologia em Radiologia (3 anos)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Alunos ingressantes em 2013	Alunos concluintes em 2013	Índice de eficácia %	Alunos ingressantes em 2014	Alunos concluintes em 2014	Índice de eficácia %	Alunos ingressantes em 2015	Alunos concluintes em 2015	Índice de eficácia %	Alunos ingressantes em 2016	Alunos concluintes em 2016	Índice de eficácia %
Programa Especial de Formação Pedagógica de Docentes (1ano)	60	27	45	54	17	31	44	25	57	72	61	85
LEOPOLDINA												
	Alunos ingressantes em 2009	Alunos concluintes em 2013	Índice de eficácia %	Alunos ingressantes em 2010	Alunos concluintes em 2014	Índice de eficácia %	Alunos ingressantes em 2011	Alunos concluintes em 2015	Índice de eficácia %	Alunos ingressantes em 2012	Alunos concluintes em 2016	Índice de eficácia %
Engenharia de Controle e Automação (5 anos)	47	20	43	73	13	18	63	20	32	70	37	53
ARAXÁ												
	Alunos ingressantes em 2008	Alunos concluintes em 2013	Índice de eficácia %	Alunos ingressantes em 2009	Alunos concluintes em 2014**	Índice de eficácia %	Alunos ingressantes em 2010	Alunos concluintes em 2015**	Índice de eficácia %	Alunos ingressantes em 2012	Alunos concluintes em 2016**	Índice de eficácia %
Engenharia de Automação Industrial (5,5 anos)	23	14	61	37	15	41	36	16	44	41	19	46
	Alunos ingressantes em 2008	Alunos concluintes em 2013	Índice de eficácia %	Alunos ingressantes em 2010	Alunos concluintes em 2014	Índice de eficácia %	Alunos ingressantes em 2011	Alunos concluintes em 2015	Índice de eficácia %	Alunos ingressantes em 2012	Alunos concluintes em 2016	Índice de eficácia %
Engenharia Mecatrônica (5 anos)	38	21	55	45	3	7	36	23	64	43	14	33
TIMÓTEO												
	Alunos ingressantes em 2009	Alunos concluintes em 2013	Índice de eficácia %	Alunos ingressantes em 2010	Alunos concluintes em 2014	Índice de eficácia %	Alunos ingressantes em 2011	Alunos concluintes em 2015	Índice de eficácia %	Alunos ingressantes em 2012	Alunos concluintes em 2016	Índice de eficácia %
Engenharia de Computação (5 anos)	40	0	0	41	8	20	40	2	5	44	9	20
Total	719	360	50,1	1036	300	29,0	919	391	42,5	1080	493	45,6

Fonte: Qualidata para Ingressantes e Concluintes de 2016-1. Para os Concluintes de 2016-2 foi feita uma previsão, com base em pedidos de Colação de Grau e percentagem de carga horária cumprida.

O motivo é que o período não terminou até a data de entrega destes dados.

Os cursos de Tecnologia em Normalização e Qualidade Industrial e Tecnologia em Radiologia foram extintos em 2014, via Sistema e-MEC.

Existem também os cursos de: Engenharia Civil - Curvelo, Engenharia de Transportes - BH, Engenharia Civil - Varginha e Engenharia Elétrica - Nepomuceno, porém ainda não têm turmas de formados.

INDICADORES GERAIS DA GRADUAÇÃO

INDICADOR	CAMPUS I, II E VI BELO HORIZONTE			UNIDADE LEOPOLDINA			UNIDADE ARAXÁ			UNIDADE DIVINÓPOLIS			UNIDADE TIMÓTEO		
	Numerador	Denominador	Índice	Numerador	Denominador	Índice	Numerador	Denominador	Índice	Numerador	Denominador	Índice	Numerador	Denominador	Índice
Total de matrículas / Professor	3.446	395	8,7	307	52	5,9	324	53	6,1	195	46	4,2	201	30	6,7
Total de matrículas / Funcionário	3.446	213	16,2	307	13	23,6	324	13	24,9	195	8	24,4	201	8	25,1
Funcionário / Professor	213	395	0,5	13	52	0,3	13	53	0,2	8	46	0,2	8	30	0,3
Número de livros (exemplares) / Total de matrículas	71.618	3.446	20,8	2.110	307	6,9	11.562	324	35,7	13.217	195	67,8	11.848	201	58,9
(Total de alunos ingressos / Total de matrículas) X 100	952	3.446	27,6%	67	307	21,8%	78	324	24,1%	40	195	20,5%	43	201	21,4%
(Professor Substituto e Temporário / Total de professores) X 100	94	395	23,8%	19	52	36,5%	12	53	22,6%	23	46	50,0%	13	30	43,3%
(Professor DE/Total de professor) X 100	298	395	75,4%	33	52	63,5%	41	53	77,4%	23	46	50,0%	17	30	56,7%

INDICADOR	UNIDADE VARGINHA			UNIDADE NEPOMUCENO			UNIDADE CURVELO			TOTAL		
	Numerador	Denominador	Índice	Numerador	Denominador	Índice	Numerador	Denominador	Índice	Numerador	Denominador	Índice
Total de matrículas / Professor	141	27	5,2	129	24	5,4	302	33	9,2	5.045	660	7,6
Total de matrículas / Funcionário	141	7	20,1	129	6	21,5	302	6	50,3	5.045	274	18,4
Funcionário / Professor	7	27	0,3	6	24	0,3	6	33	0,2	274	660	0,4
Número de livros (exemplares) / Total de matrículas	15.855	141	112,45	6.531	129	50,63	8.882	302	29,41	141.623	5.045	28,1
(Total de alunos ingressos/ Total de matrículas) X 100	75	141	53,2%	68	129	52,7%	85	302	28,1%	1.408	5.045	27,9%
(Professor Substituto e Temporário / Total de professores) X 100	8	27	29,6%	6	24	25,0%	13	33	39,4%	188	660	28,5%
(Professor DE/Total de professor) X 100	19	27	70,4%	18	24	75,0%	20	33	60,6%	469	660	71,1%

3.4 INDICADORES DA PÓS-GRADUAÇÃO

NÚMERO DE ALUNOS MATRICULADOS DE 2013 a 2016

CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU		2013		2014		2015		2016		
		1º semestre	2º semestre	1º semestre	2º semestre	1º semestre	2º semestre	1º semestre	2º semestre	
		Nº de Alunos Matriculados	Nº de Alunos Matriculados	Nº de Alunos Matriculados	Nº de Alunos Matriculados	Nº de Alunos Matriculados	Nº de Alunos Matriculados	Nº de Alunos Matriculados	Nº de Alunos Matriculados	
1	Mestrado em Educação Tecnológica	Aluno Regular	81	56	60	80	93	74	104	104
	Aluno Especial (Disciplina isolada)	37	60	58	103	153	95	63	188	
2	Mestrado em Engenharia Civil	Aluno Regular	23	23	32	42	45	42	52	38
	Aluno Especial (Disciplina isolada)	28	33	48	48	115	64	38	42	
3	Mestrado em Engenharia da Energia	Aluno Regular	25	35	28	30	24	22	27	19
	Aluno Especial (Disciplina isolada)	23	41	24	41	27	42	57	54	
4	Mestrado em Engenharia Elétrica	Aluno Regular	31	35	44	50	54	66	69	70
	Aluno Especial (Disciplina isolada)	36	36	32	36	62	49	79	63	
5	Mestrado em Estudos de Linguagens	Aluno Regular	61	88	66	72	84	73	95	66
	Aluno Especial (Disciplina isolada)	56	86	86	86	86	79	66	102	
6	Doutorado em Estudos de Linguagens	Aluno Regular					10	10	41	41
	Aluno Especial (Disciplina isolada)	----	----	----	----	22	22	24	37	
7	Mestrado em Engenharia de Materiais	Aluno Regular	57	56	79	79	56	43	71	57
	Aluno Especial (Disciplina isolada)	69	57	61	67	46	71	51	65	

8	Mestrado em Modelagem Matemática e Computacional	Aluno Regular	73	42	52	54	46	47	48	45
		Aluno Especial (Disciplina isolada)	69	47	50	85	45	67	66	66
9	Doutorado em Modelagem Matemática e Computacional	Aluno Regular	13	18	27	33	33		46	53
		Aluno Especial (Disciplina isolada)	13	26	36	36	54		27	44
10	Mestrado em Administração	Aluno Regular	----	----	----	----	----	6	16	16
		Aluno Especial (Disciplina isolada)	----	----	----	----	----	16	33	30
11	Mestrado Multicêntrico em Química	Aluno Regular	----	----	----	----	----	----	----	7
		Aluno Especial (Disciplina isolada)	----	----	----	----	----	----	----	----
TOTAL			695	739	783	942	1.055	888	1.024	1.207

Fonte: DPPG, Sistema Qualidata.

COMPARATIVO DOS ALUNOS INGRESSANTES E CONCLUINTE DOS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU

BELO HORIZONTE																	
CURSOS	2011		2012		2013		2014		2015		2016		2017		2018		
	Concluintes em	Índice de eficiência %	Ingressantes em	Concluintes em	Índice de eficiência %	Ingressantes em	Concluintes em	Índice de eficiência %	Ingressantes em	Concluintes em	Índice de eficiência %	Ingressantes em	Concluintes em	Índice de eficiência %	Ingressantes em	Concluintes em	
Mestrado em Educação Tecnológica	19	90,48	27	21	77,78	28	25	89,29	26	26	100,00	26	23	88,46	41	24	58,54
Mestrado em Engenharia Civil	8	80	11	6	54,55	14	6	42,86	25	8	32,00	25	7	28,00	10	18	180,00
Mestrado em Engenharia da Energia	5	62,5	12	7	58,33	6	2	33,33	7	11	157,14	8	3	37,50	10	8	80,00
Mestrado em Engenharia Elétrica	7	70	11	8	72,73	24	3	12,50	25	10	40,00	26	5	19,23	31	13	41,94
Mestrado em Estudos de Linguagens	12	52,17	32	20	62,5	31	25	80,65	23	22	95,65	24	25	104,17	19	28	147,37
Mestrado em Engenharia de Materiais	1	6,67	17	7	41,18	26	17	65,38	36	20	55,56	34	12	35,29	18	29	161,11
Mestrado em Modelagem Matemática e Computacional	21	51,22	43	19	44,19	23	29	126,09	20	24	120,00	21	12	57,14	18	15	83,33
Mestrado em Administração	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	6	0	0,00
Mestrado Multicêntrico em Química	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	7	0	0,00
Doutorado em Modelagem Matemática e Computacional	--	--	--	--	--	18	0	0,00	15	0	0,00	15	0	0,00	5	1	20,00
Doutorado em Estudos de Linguagens	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	22	0	0,00
Total	73	80	153	88	57,52	170	107	62,94	177	121	68,36	179	87	48,60	187	136	72,73

Fonte: DPPG

APROVEITAMENTO DA PÓS-GRADUAÇÃO

INDICADOR	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Varição de 2016 em relação a 2015 (%)
Número de programas ou cursos em funcionamento	3	3	4	6	7	7	7	8	8	8	8	9	12,50
Número de alunos matriculados - pós-graduação lato sensu	592	476	582	658	327	95	187	160	194	171	133	137	3,00
Número de alunos matriculados - pós-graduação stricto sensu - regular e especial	195	244	269	324	495	577	653	652	794	908	1152	1207	3,36
Número de defesas - dissertações	29	30	30	32	82	67	75	88	107	121	114	135	17,39

INDICADOR	Numerador	Denominador	Índice
Aluno / Professor - stricto sensu	1207	129	9,36
Aluno / Professor - lato sensu	137	69	1,99
Aluno / Funcionário stricto sensu	1207	9	134,11
Aluno / Funcionário lato sensu	137	1	137,00
Funcionário / Docente	10	198	0,05
Índice de qualif. do corpo docente(IQCD) stricto sensu (SS)	645	129	5
Total de alunos ingressos / Total de matric. no ano - regular	1.474	516	2,86
Total de alunos concluintes / Total de matrículas no ano - regular	153	516	0,30

Fonte : DPPG/DRA/Secretarias Programas

Avaliação (2016):

Em 2016, o CEFET-MG contou com 09 (nove) Programas de Pós-Graduação stricto sensu. A Instituição ofereceu os seguintes cursos de mestrado: Educação Tecnológica, Modelagem Matemática e Computacional, Estudos de Linguagens, Administração, Engenharia Civil, Engenharia de Energia, Engenharia Elétrica, Engenharia de Materiais e o Multicêntrico em Química de Minas Gerais. Adicionalmente, a Instituição ofereceu os seguintes cursos de doutorado: Modelagem Matemática e Computacional e Estudos de Linguagens. Merece destaque o fato de que houve a aprovação de mais um curso de doutorado para a Instituição, no programa de Engenharia Civil, que abrirá processo seletivo em 2017. Foram oferecidos, ainda, 08 (oito) cursos de Pós-Graduação lato sensu (PGLS).

A pós-graduação no CEFET-MG contou com 1.344 alunos, nos quais 1.207 estiveram matriculados em cursos de PGSS, mantendo-se assim uma grande predominância de alunos nestes cursos, a qual tem sido verificada na instituição a partir de 2009.

O número de matrículas (alunos regulares e especiais) nos cursos de pós-graduação stricto sensu aumentou 4% em relação a 2015, e quase 500% em relação ao ano de 2005, mantendo a tendência de alta na Instituição. Por outro lado, nota-se uma certa estabilização no número de alunos em cursos de PGLS em relação a 2015.

Mais uma vez, o curso com maior demanda é o Curso de Mestrado em Educação Tecnológica, apresentando 11 candidatos por vaga em 2016. Além disso, nota-se, um crescimento em 2016 no número de candidatos por vaga em todos os cursos de mestrado e doutorado da Instituição, resultado da consolidação do trabalho que vem sendo desenvolvido. Esse crescimento também deve-se, talvez, ser associado à uma desaceleração da economia que infere na maior procura dos conhecimento para incrementar sua formação.

APROVEITAMENTO DA PESQUISA

INDICADORES	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Varição de 2016 em relação a 2015 (%)
Número de doutores	29	39	52	60	78	102	128	168	214	198	201	213	244	362	395	434	10%
Artigos publicados em periódicos	36	48	59	65	98	103	130	149	159	151	147	152	110	449	364	351	-4%
Livros publicados	6	8	6	7	7	6	17	9	9	37	13	12	10	24	30	32	7%
Capítulos de livros	15	17	11	8	23	42	47	42	39	62	62	35	21	113	95	81	-15%
Trabalhos completos publicados em anais	72	103	93	103	358	461	538	599	572	648	493	328	226	651	539	585	9%

Fonte: SGP / DPPG / CNPQ

Obs1: incluindo os 35 professores substitutos doutores

Obs2: dados atualizados conforme relatório de autoavaliação

3.5 PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU

INDICADORES DA PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU

CURSOS/2016	Nº/alunos 2015	Nº/alunos 2016
Administração, Análise e Desenvolvimento de Sistemas de Informação	11	0
Administração da Produção e Automação Industrial	13	0
Transporte e Trânsito	26	24
Sistemas Eletroeletrônicos e Automação Industrial	18	19
Banco de Dados	45	33
MBA em Gestão da Tecnologia de Informação	10	11
Engenharia de Processos Industriais Automação - Varginha	18	34
Engenharia de Sistemas de Informação - Varginha	0	16
TOTAL ALUNOS	141	137
TOTAL ALUNOS CERTIFICADOS (monografias)	20	17

Fonte: Secretarial Lato sensu -DPPG

3.6 INDICADORES DE EXTENSÃO

Relatório de Atividades de Extensão executadas em 2016

CAMPUS I, II e VI – BELO HORIZONTE

TIPO ATIVIDADE	ATIVIDADE	ATUANTES	BENEFICIADOS
Apoio Técnico Pedagógico	Educação Escolar Quilombola – material de apoio para os professores da Rede Municipal de BH	3	5.000
	Temática Étnico-racial no CEFET-MG junto ao Fórum de Relações Étnico Raciais de Minas Gerais– apoio técnico/pedagógico em BH	3	200
	Subtotal 1 (atividades / atuantes / beneficiados)	2	6
Prestação serviços e cooperação técnica	Capacitação em Estatística Básica	1	15
	Formação in serviço de professores da Rede Municipal de BH sobre cultura e diversidades	4	300
	Ministrar disciplinas em Curso de Especialização em Soldagem	3	30
	Monitoramento do Sistema de Transposição de Peixes Biotelemetria da ictiofauna na área de influência do AHE de Simplicio localizado no Rio Paranaíba do Sul	2	NM
	Supervisão da Preparação de relatórios FIAT 2015/2016	2	NM
	Subtotal 2 (atividades / atuantes / beneficiados)	5	12
Pesquisa Aplicada/Projeto Tecnológico	Desenvolvimento de equipamentos de baixo custo para laboratórios	1	1.500
	Determinação da Qualidade e Prazo de Validade de Alimentos Minimamente Processados	6	51
	Encontros Interdisciplinares de Materiais e Mostra de Materiais - ENCIMAT	8	300
	Projeto piloto para implantação de um sistema de reciclagem de automóveis ambientalmente correto e sustentável no Brasil	9	NM
	Peixes da Serra do Cipó: relação espécie-área e perda da biodiversidade por impactos humanos	2	NM
	Sistemas de gerenciamento de parâmetros da rede elétrica	4	NM
	Projeto Aero-design	16	400
	Projeto BAJA-SAE	16	400
	Projeto Fórmula SAE	14	400
	Projeto ECOFET	17	400
	Equipe Trincabotz - robótica	15	300
	Subtotal 3 (atividades / atuantes / beneficiados)	11	108

Incubadora de Empresas	Aquecedor Elétrico Automatizado Microcontrolado de Água	2	NM
	Sistema de Acessibilidade por Acionamento Remoto de Baixo Custo Utilizando Interface Multiplataforma	2	NM
	Sistema de Monitoramento e Controle via GPRS	2	NM
	Lett – Otimizador de compras de Supermercado	9	NM
	Desenvolvimento de produtos relacionados à impressão 3D	3	NM
	Sensor para Cocho e Data Logger Galpão de Engorda de Suínos	1	NM
	Subtotal 4 (atividades / atuantes / beneficiados)	6	19
Cursos/Projetos Educacionais	Capacitação de Professores em Planejamento de Cursos Específicos para o Ensino de Português como Língua Estrangeira	11	45
	Capacitação do sistema de inventário turístico	6	20
	Cursos abertos Intercampi de CAD e BIM	12	80
	Energia para todos	3	180
	Engrena CEFET	9	100
	Grupo de estudo e Divulgação de Astronomia Intercampi do CEFET-MG	6	600
	Escola Moderna - inclusão digital no ensino público	15	150
	Iniciação em Programação e Robótica para Alunos de Escolas Públicas de BH	9	100
	Laboratório de Simulação em Administração	6	80
Subtotal 5 (atividades / atuantes/beneficiados)	9	77	1.355
Cursos de Especialização	Administração da Produção e Automação Industrial 2014	2	11
	Banco de Dados 2014	2	8
	Sistemas Eletroeletrônicos e Automação Industrial - 2015	8	33
	MBA em Gestão de Tecnologia da Informação - 2015	6	11
	Banco de Dados - Turma 2015	8	18
	Transporte e Transito - 2015	10	24
	Banco de Dados - 2016	6	18
Subtotal 6 (atividades / atuantes / beneficiados)	7	42	123
Projetos Sociais	Artes e Ofícios - Escola São José Operário	4	45
	Artes e Ofícios - Escolas Municipais de BH	10	200
	CEFET-MG e Cabana do Pai Tomás: Conexões entre Saúde, Meio Ambiente e Tecnologia	13	500
	Curso de Português como língua de acolhimento para imigrantes	15	15
	Educação Escolar Quilombola na SMED-BH	3	7.000
	Programas e Ações Integradoras de Educação Básica a Saúde	3	400
	Pró-técnico	7	80
Projeto e implantação de automação predial em uma Creche Comunitária	13	NM	
Subtotal 7 (atividades / atuantes / beneficiados)	8	68	8.240
Projetos e eventos culturais e esportivos	VII Festival de Arte e Cultura do CEFET-MG	73[1]*	2500[2]**
	Azimute Norte: esporte orientação no CEFET-MG - BH	3	Início
	VI Cine Cipó	42	600
Subtotal 8 (atividades / atuantes / beneficiados)	3	118	3.100
Congressos /seminários / palestras/ outros	II Seminário Nacional Afirmção das Diversidades	20	500
	Roda de conversa: "LGBTfobia"	5	100
	Roda de conversa: "Relações de Gênero e Ciências"	5	150
	Workshop: Mulheres, Adolescentes e Meninas Negras	2	60
	Seminário Educação Escolar Quilombola em BH	3	300

Congressos /seminários / palestras/ outros	II Africanidades nas Secretarias de Educação da RMBH e Superintendências Metropolitanas da SEE-MG	10	300	
	Nem mais 1 minuto de silêncio: debates sobre o desastre da Samarco	10	200	
	Semana da Consciência Negra	10	300	
	Subtotal 9 (atividades / atuantes / beneficiados)	8	65	1.910
Bolsas de Extensão	Projetos com Bolsa de Extensão	16		
	Bolsas pagas no ano		580	
Total Unidade (Subtotais 1+2+3+4+5+6+7+8+9)		59	515	24.024

[1] * Nºde atuantes no VII Festival de Arte e Cultura, incluindo: 44 servidores, 02 terceirizados, 19 alunos (sendo 17 alunos dos cursos da EPTNM) e 08 colaboradores externos. Dos colaboradores externos, destaque para o apoio do Núcleo de Estudos de Cultura Popular (NECUP), o Teatro Universitário da UFMG e o adotante da Praça Paulo Sigaud.

[2] ** Estimativa de beneficiados/público alcançado ao longo do VII Festival de Arte e Cultura, considerando a simultaneidade de eventos com Semana C&T e predominância de alunos da EPTNM.

UNIDADE ARAXÁ

TIPO ATIVIDADE	ATIVIDADE		ATUANTES	BENEFICIADOS
Apoio Técnico Pedagógico				
	Subtotal 1 (atividades / atuantes / beneficiados)	0	0	0
Prestação serviços e cooperação técnica				
	Subtotal 2 (atividades / atuantes / beneficiados)	0	0	0
Pesquisa Aplicada/Projeto Tecnológico				
	Subtotal 3 (atividades / atuantes / beneficiados)	0	0	0
Incubadora de Empresas	Cleanlung-Ma		2	NM
	Hgs Hidrogeo Senior		2	NM
	Colhedeira De Café Vetor 12000		2	NM
	Inovatec Solar - Gera Sua Própria Energia!		2	NM
	Ar Natural - Climatizador Evaporativo Pessoal		4	NM
	Kreative Qualitati KQ		3	NM
	Subtotal 4 (atividades / atuantes / beneficiados)	6	15	NM
Cursos/Projetos Educacionais				
	Subtotal 5 (atividades / atuantes/beneficiados)	0	0	0
Cursos de Especialização				
	Subtotal 6 (atividades / atuantes / beneficiados)	0	0	0
Projetos Sociais	InovAÇÃO		19	500
	Artes e Ofício Prefeitura de Araxá		10	140
	Subtotal 7 (atividades / atuantes / beneficiados)	2	29	640
Projetos e eventos culturais e esportivos	VII Festival de Arte e Cultura		25	1.000
	Subtotal 8 (atividades / atuantes / beneficiados)	1	28	1.000
Congressos /seminários / palestras/ outros				
	Subtotal 9 (atividades / atuantes / beneficiados)	0	0	0
Bolsas de Extensão	Projetos com Bolsa de Extensão		1	
	Bolsas pagas no ano			6
Total Unidade (Subtotais 1+2+3+4+5+6+7+8+9)		9	69	1.640

UNIDADE CONTAGEM

TIPO ATIVIDADE	ATIVIDADE		ATUANTES	BENEFICIADOS
Apoio Técnico Pedagógico				
	Subtotal 1 (atividades / atuantes / beneficiados)	0	0	0
Prestação serviços e cooperação técnica				
	Subtotal 2 (atividades / atuantes / beneficiados)	0	0	0
Pesquisa Aplicada/Projeto Tecnológico				
	Subtotal 3 (atividades / atuantes / beneficiados)	0	0	0
Incubadora de Empresas				
	Subtotal 4 (atividades / atuantes / beneficiados)	0	0	0
Cursos/Projetos Educacionais	Projeto de Extensão "COMPARTILHAR"		40	60
	Subtotal 5 (atividades / atuantes/beneficiados)	1	40	60
Cursos de Especialização				
	Subtotal 6 (atividades / atuantes / beneficiados)	0	0	0
Projetos Sociais	Educação ambiental e horta permacultura no CEFET-MG		13	Início
	Subtotal 7 (atividades / atuantes / beneficiados)	1	13	0
Projetos e eventos culturais e esportivos	VII Festival de Arte e Cultura		35	220
	Azimuth Norte		1	Início
	Grupo de Estudos e Divulgação de Astronomia Intercampi (Contagem)		1	Início
	Subtotal 8 (atividades / atuantes / beneficiados)	3	35	220
Congressos /seminários / palestras/ outros				
	Subtotal 9 (atividades / atuantes / beneficiados)	0	0	0
Bolsas de Extensão	Projetos com Bolsa de Extensão		2	
	Bolsas pagas no ano			11
Total Unidade (Subtotais 1+2+3+4+5+6+7+8+9)		5	88	280

UNIDADE CURVELO

TIPO ATIVIDADE	ATIVIDADE		ATUANTES	BENEFICIADOS
Apoio Técnico Pedagógico				
	Subtotal 1 (atividades / atuantes / beneficiados)	0	0	0
Prestação serviços e cooperação técnica				
	Subtotal 2 (atividades / atuantes / beneficiados)	0	0	0
Pesquisa Aplicada/Projeto Tecnológico	Projeto Água – Mapas de Fragilidades das Bacias de Curvelo		5	90.000
	Projeto Água – Diagnóstico Ambiental das Bacias de Curvelo		6	90.000
	Subtotal 3 (atividades / atuantes / beneficiados)	2	11	180.000
Incubadora de Empresas	Sistema de Gestão e Locação de Equipamentos Agrícolas		2	NM
	Edificações Automatizadas de Baixo Custo		2	NM
	Subtotal 4 (atividades / atuantes / beneficiados)	2	4	NM
Cursos/Projetos Educacionais	Projeto CEAM Centro de Educação Ambiental		4	380
	Reutilização do óleo de cozinha na fabricação de sabões e geração de renda		3	40
	Educação Ambiental para crianças em processo de alfabetização		5	360
	Automação Topográfica aplicada à Engenharia Civil		1	20
	Educação Ambiental e Horta Permacultura no CEFET-MG		9	1.000
	Subtotal 5 (atividades / atuantes/beneficiados)	5	22	1.800

Cursos de Especialização				
	Subtotal 6 (atividades / atuantes / beneficiados)	0	0	0
Projetos Sociais	NOS – Núcleo de orientação para sustentabilidade		24	78.000
	Estudo do solo de Curvelo-MG para criar um Centro de Distribuição para o PNAE		6	40
	Cursos abertos intercampi de CAD e BIM		3	50
	Projeto CAIREP – Cursos Abertos de Inclusão digital reciclagem profissional		4	50
	Subtotal 7 (atividades / atuantes / beneficiados)	4	37	78.140
Projetos e eventos culturais e esportivos	Kwrep: Desenvolvimento e valorização de práticas corporais expressivas no município de Curvelo		14	900
	Grupo de Estudo e Divulgação de Astronomia Intercampi (GEDAI)		3	10.000
	Karatê: lutando pela cidadania		4	300
	Luau para alunos e familiares		15	250
	Subtotal 8 (atividades / atuantes / beneficiados)	4	36	11.450
Congressos /seminários / palestras/ outros	I Fórum de pesquisa e extensão Acessibilidade um direito de todos		4	150
	Empreendedor Cidadão, "Ser ou não ser? Eis a questão."		5	100
	Subtotal 9 (atividades / atuantes / beneficiados)	2	9	250
Bolsas de Extensão	Projetos com Bolsa de Extensão		6	
	Bolsas pagas no ano			48
Total Unidade (Subtotais 1+2+3+4+5+6+7+8+9)			19	119
			119	271.640

UNIDADE DIVINÓPOLIS

TIPO ATIVIDADE	ATIVIDADE		ATUANTES	BENEFICIADOS
Apoio Técnico Pedagógico	Semana da Consciência Negra		3	200
	Subtotal 1 (atividades / atuantes / beneficiados)	1	3	200
Prestação serviços e cooperação técnica	Ministrar Aulas da disciplina Projetos Orientados de Manutenção		1	50
	Docência e orientação de TCC da disciplina Dinâmica de Estrutura		1	20
	Subtotal 2 (atividades / atuantes / beneficiados)	2	2	70
Pesquisa Aplicada/Projeto Tecnológico	Mini-Baja		5	100
	Central de informações		1	200
	Subtotal 3 (atividades / atuantes / beneficiados)	2	6	300
Incubadora de Empresas	Tx Biotechnology Enterprise: The Drug Discovery Company		3	NM
	Órbita Engenharia Integrada		2	NM
	Subtotal 4 (atividades / atuantes / beneficiados)	2	5	NM
Cursos/Projetos Educacionais	Sala de aula ao ar livre		2	320
	Formação de professores, TIC e Promoção dos Letramentos - 3ª Edição		13	Incial
	Educação Ambiental e Horta Permacultura		3	20
	Subtotal 5 (atividades / atuantes/beneficiados)	3	18	340
Cursos de Especialização				
	Subtotal 6 (atividades / atuantes / beneficiados)	0	0	0
Projetos Sociais	Iniciação em Programação e Robótica para alunos de escolas públicas de Divinópolis (Edital 70)		8	90
	Subtotal 7 (atividades / atuantes / beneficiados)	1	8	90
Projetos e eventos culturais e esportivos	Almoço Cultural		9	300
	Azimuth Norte		11	300
	Subtotal 8 (atividades / atuantes / beneficiados)	2	20	600

Congressos /seminários / palestras/ outros				
	Subtotal 9 (atividades / atuantes / beneficiados)	0	0	0
Bolsas de Extensão	Projetos com Bolsa de Extensão	5		
	Bolsas pagas no ano			51
Total Unidade (Subtotais 1+2+3+4+5+6+7+8+9)		13	62	1.600

UNIDADE LEOPOLDINA

TIPO ATIVIDADE	ATIVIDADE		ATUANTES	BENEFICIADOS
Apoio Técnico Pedagógico	Semana da Consciência Negra		6	300
	Subtotal 1 (atividades / atuantes / beneficiados)	1	6	300
Prestação serviços e cooperação técnica				
	Subtotal 2 (atividades / atuantes / beneficiados)	0	0	0
Pesquisa Aplicada/Projeto Tecnológico	Ensino em todas as dimensões		4	100
	Aplicação de Energias Alternativas		5	400
	Subtotal 3 (atividades / atuantes / beneficiados)	2	9	500
Incubadora de Empresas	Eletrificador de Cerca Rural Leopoldina		2	NM
	SAOS - Sistema Acadêmico Online Solutech		6	NM
	Monitorê Gestão Gourmet		4	NM
	Axatreko		5	NM
	Hidrômetro Inteligente		1	NM
	Leiturista Remoto		3	NM
	Visual Glasses: Óculos Para Deficientes Visuais		3	NM
	Subtotal 4 (atividades / atuantes / beneficiados)	7	24	NM
Cursos/Projetos Educacionais	Projeto de apoio a estudantes dos cursos técnicos e à comunidade		6	250
	Robesc Fase 3		20	150
	Domótica aplicada ao contexto social e microrregional de Leopoldina		20	1.000
	Rede Idiomas		3	2.000
	Iniciação em programação e robótica para alunos de escolas públicas da região de Leopoldina		9	70
	Subtotal 5 (atividades / atuantes / beneficiados)	5	58	3.470
Cursos de Especialização				
	Subtotal 6 (atividades / atuantes / beneficiados)	0	0	0
Projetos Sociais	Utilização de e-sportes como meio de desenvolvimento social		2	12
	Subtotal 7 (atividades / atuantes / beneficiados)	1	2	12
Projetos e eventos culturais e esportivos	Astronomia no Campus Leopoldina		10	280
	Mostra de Cinema - NEAB		5	200
	VII Festival de Arte e Cultura		80	500
	Assum Preto		41	2.000
	Subtotal 8 (atividades / atuantes / beneficiados)	4	136	2.980
Congressos /seminários / palestras/ outros	III Semana da Consciência Negra - NEAB		15	200
	III Simpósio de Estudos Afro-brasileiros – NEAB		20	300
	Palestra sobre Prevenção do Câncer de Mama – Organizada pelo Setor Médico		4	90
	Subtotal 9 (atividades / atuantes / beneficiados)	3	39	590
Bolsas de Extensão	Projetos com Bolsa de Extensão		4	
	Bolsas pagas no ano			32
Total Unidade (Subtotais 1+2+3+4+5+6+7+8+9)		23	274	7.852

UNIDADE NEPOMUCENO

TIPO ATIVIDADE	ATIVIDADE		ATUANTES	BENEFICIADOS
Apoio Técnico Pedagógico	Semana da Consciência Negra		4	200
	Subtotal 1 (atividades / atuantes / beneficiados)	1	4	200
Prestação serviços e cooperação técnica				
	Subtotal 2 (atividades / atuantes / beneficiados)	0	0	0
Pesquisa Aplicada/Projeto Tecnológico	Abordagem do eletromagnetismo mediante experimentos didáticos de baixo custo		5	60
	Subtotal 3 (atividades / atuantes / beneficiados)	1	5	60
Incubadora de Empresas	Balaio - Aplicativo Para O Agronegócio		1	NM
	Produção De Cogumelos Em Uma Estufa Automatizada		3	NM
	Subtotal 4 (atividades / atuantes / beneficiados)	2	4	NM
Cursos/Projetos Educacionais	Química em Foco		1	15
	Subtotal 5 (atividades / atuantes/beneficiados)	1	1	15
Cursos de Especialização				
	Subtotal 6 (atividades / atuantes / beneficiados)	0	0	0
Projetos Sociais	Campanha do Agasalho		9	50
	Campanha de Arrecadação de Donativos para o Orfanato Municipal		11	90
	Campanha de Arrecadação de Donativos para o Asilo Municipal		10	60
	Protécnico		9	40
	Identidade visual da creche Irmã Elza		10	100
	Subtotal 7 (atividades / atuantes / beneficiados)	5	49	340
Projetos e eventos culturais e esportivos	VII Festival de Arte e Cultura		50	300
	Projeto Cultura e Diversidade		13	741
	Projeto Boletim Informativo		5	320
	Oficina "A beleza negra na poesia e na prática: leitura de poemas e oficina de turbantes"		2	8
	Oficina e Mostra de Filmes "Feminismo e Diversidade"		2	250
	Oficina e Intervenção Coletiva "Alteridades em Performance"		1	100
	Debate "Diversidade religiosa e tolerância"		1	97
	Oficina e Mostra de Filmes "Sexualidade, gênero e subjetividade"		1	95
	Oficina de Contação de Histórias "Para Contar História"		2	20
	Sarau de Abertura do VII Festival de Arte e Cultura		25	185
	Apresentação do Grupo Teatral "Contos de Mitologia: Contos e Encantos"		2	104
	Oficina "Arte e Percepção Musical"		2	20
	Oficina "Técnicas de Violão"		2	15
	Oficina de Clown: "Onde Está o Meu Ridículo"		1	20
	Oficina "À Moda do Sertão"		2	20
	Oficina "O Samba como Crônica da Cidade"		3	104
	Festival de Música e Roda de Samba		20	170
	Intervenção Artística "Flashmob"		1	119
	Exibição e Debate do Filme "O Menino e o Mundo"		2	101
	Subtotal 8 (atividades / atuantes / beneficiados)	19	137	2.789

Congressos /seminários / palestras/ outros	Palestra "Bonsai: Uma Arte Para Todos"	2	70	
	Palestra "Geografia dos esportes: um olhar geográfico sobre o futebol"	1	109	
	Palestra "Acesso remoto e simulações numéricas aplicadas à engenharia"	1	94	
	Palestra "Máquina do Tempo: Um olhar científico"	1	123	
	Palestra "Drones: conceitos, tendências e aplicações como ferramenta tecnológica"	1	65	
	Palestra "Descargas Atmosféricas: Uma Visão de Engenharia"	1	68	
	Palestra "Diversidade Indígena na América Latina"	1	58	
	Palestra e Oficina "Padrões de Beleza e Cuidados de Si"	1	189	
	Palestra "História e Cultura do Uso de Plantas do Sertão – Aspectos Mediciniais, Alimentares e Religiosos"	1	40	
	Debate "Conjuntura Econômica e Política no Brasil"	3	94	
	Subtotal 9 (atividades / atuantes / beneficiados)	10	13	910
Bolsas de Extensão	Projetos com Bolsa de Extensão	1		
	Bolsas pagas no ano			8
Total Unidade (Subtotais 1+2+3+4+5+6+7+8+9)		39	213	4.314

UNIDADE TIMÓTEO

TIPO ATIVIDADE	ATIVIDADE		ATUANTES	BENEFICIADOS
Apoio Técnico Pedagógico	Astronomia no vale do aço: um novo olhar para o céu		18	1.500
	Robótica, uma ferramenta para o ensino		6	600
	Aprimoramento Pedagógico		18	120
	Subtotal 1 (atividades / atuantes / beneficiados)	3	42	2.220
Prestação serviços e cooperação técnica	Subtotal 2 (atividades / atuantes / beneficiados)	0	0	0
Pesquisa Aplicada/Projeto Tecnológico	Realidade virtual arquitetural		8	300
	Subtotal 3 (atividades / atuantes / beneficiados)	1	8	300
Incubadora de Empresas	Subtotal 4 (atividades / atuantes / beneficiados)	0	0	0
Cursos/Projetos Educacionais	Cursos de Desenho Técnico e Assistido por Computador		5	20
	Curso de Alemão		1	30
	Química Presente		18	300
	Apoio a estudantes dos cursos técnicos e à comunidade		6	50
	Curso de Serralheiro		7	10
	Subtotal 5 (atividades / atuantes/beneficiados)	5	37	410
Cursos de Especialização	Subtotal 6 (atividades / atuantes / beneficiados)	0	0	0
Projetos Sociais	Artes e ofícios		11	69
	Subtotal 7 (atividades / atuantes / beneficiados)	1	11	69
Projetos e eventos culturais e esportivos	CEFET em cena		2	16
	VII Festival de Arte e Cultura		15	300
	Subtotal 8 (atividades / atuantes / beneficiados)	2	17	316
Congressos /seminários / palestras/ outros	Subtotal 9 (atividades / atuantes / beneficiados)	0	0	0
Bolsas de Extensão	Projetos com Bolsa de Extensão	1		
	Bolsas pagas no ano			8
Total Unidade (Subtotais 1+2+3+4+5+6+7+8+9)		12	123	3.315

UNIDADE VARGINHA

TIPO ATIVIDADE	ATIVIDADE		ATUANTES	BENEFICIADOS
Apoio Técnico Pedagógico	Semana da Consciência Negra		4	200
	Subtotal 1 (atividades / atuantes / beneficiados)	1	4	200
Prestação serviços e cooperação técnica	Construção de cúpula geodésica no campus Inconfidentes do IF Sul de Minas		5	25
	Subtotal 2 (atividades / atuantes / beneficiados)	1	5	25
Pesquisa Aplicada/Projeto Tecnológico	Projeto do Carro Elétrico - GPIT		6	8
	Subtotal 3 (atividades / atuantes / beneficiados)	1	6	8
Incubadora de Empresas				
	Subtotal 4 (atividades / atuantes / beneficiados)	0	0	0
Cursos/Projetos Educacionais				
	Subtotal 5 (atividades / atuantes/beneficiados)	0	0	0
Cursos de Especialização	Engenharia de Sistemas		7	15
	Engenharia de processos industriais automatizados		11	16
	Subtotal 6 (atividades / atuantes / beneficiados)	2	18	31
Projetos Sociais	Pró-Técnico		13	40
	Subtotal 7 (atividades / atuantes / beneficiados)	1	13	40
Projetos e eventos culturais e esportivos	Mundo Negro		2	5
	Projeto Azimute		2	20
	Subtotal 8 (atividades / atuantes / beneficiados)	2	4	25
Congressos /seminários / palestras/ outros				
	Subtotal 9 (atividades / atuantes / beneficiados)	0	0	0
Bolsas de Extensão	Projetos com Bolsa de Extensão		1	
	Bolsas pagas no ano			3
Total Unidade (Subtotais 1+2+3+4+5+6+7+8+9)			8	50
			329	

Categorias	Nº Projetos	Atuantes	Beneficiados
Apoio Técnico Pedagógico	9	65	8.320
Prestação serviços e cooperação técnica	8	19	440
Pesquisa Aplicada/Projetos tecnológicos	19	153	184.919
Incubadora de Empresas	25	79	NM
Cursos/Projetos Educacionais	26	253	7.450
Curso de Especialização	9	60	154
Projetos Sociais	23	220	87.471
Projetos e eventos culturais e esportivos	40	528	22.480
Congressos /seminários /palestras/ outro	23	126	3.660
Totais	182	1.503	314.894

Total Geral em Todas as Unidades

Projetos	182
Atuantes	1.503
Beneficiados	314.894
Projetos com Bolsa de Extensão	37
Bolsas pagas no ano	747

Fonte: DEDC

3.7 INDICADORES DE DESEMPENHO SOCIAL

AÇÕES VOLTADAS PARA O ACESSO E PERMANÊNCIA DO ALUNO NA INSTITUIÇÃO

PROGRAMAS PROJETOS ATIVIDADES	2014				2015				2016			
	Educação Profissional e Tecnológica		Graduação		Educação Profissional e Tecnológica		Graduação		Educação Profissional e Tecnológica		Graduação	
	Inscritos	Atendidos	Inscritos	Atendidos	Inscritos	Atendidos	Inscritos	Atendidos	Inscritos	Atendidos	Inscritos	Atendidos
Bolsa de Complementação Educacional	593	43	143	42	432	30	140	65	980	38	476	66
Bolsa Permanência	2.631	1497	620	283	2.693	1429	739	323	2.662	1477	1005	409
	PROEJA 63	PROEJA 59			PROEJA** 0	PROEJA** 0			PROEJA** 0	PROEJA** 0		
Bolsa Emergencial	sem insc.	21	sem insc.	12	sem insc.	32	sem insc.	17	sem insc.	22	sem insc.	9
Alimentação Escolar RESTAURANTE	sem insc.	universalizado	sem insc.	universalizado	sem insc.	universalizado	sem insc.	universalizado	sem insc.	universalizado	sem insc.	universalizado
Alimentação Estudantil -Bolsas	871	681	218	174	966	785	245	196	1.161	983	337	265
Seleção p/ Curso Pró Técnico	204	80	--	--	392	80	--	--	190	80	--	--

Fonte: SPE

** A partir de 2015 as bolsas do PROEJA foram integradas ao programa de Bolsa Permanência

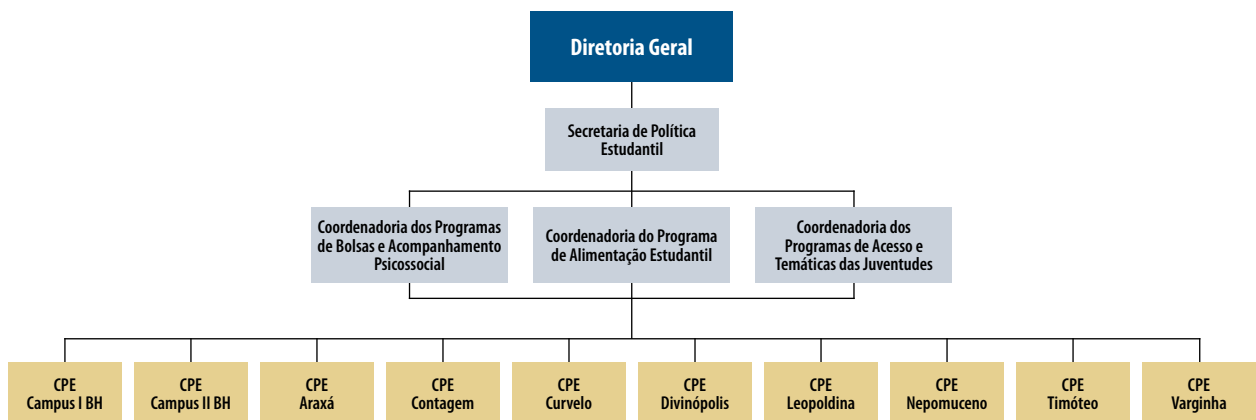
Sobre a Secretaria de Política Estudantil – SPE e a Assistência Estudantil no CEFET-MG no ano de 2016

1. Atribuições e Estrutura

A SPE tem por atribuição realizar a gestão da política de assuntos estudantis do CEFET-MG. Por meio de suas coordenadorias, visa assegurar aos estudantes a igualdade de oportunidades para o exercício das atividades acadêmicas, fomentando a permanência material e simbólica na perspectiva da inclusão social, contribuindo para a melhoria do desempenho acadêmico dos estudantes, conforme estabelecido no Regulamento da Política de Assuntos Estudantis do CEFET-MG (Resolução CD 083/04 de 13/12/2004).

A Secretaria possui na sua estrutura três coordenadorias – (1) de Programas de Bolsas e de Acompanhamento Psicossocial, (2) de Programa de Alimentação Estudantil e (3) de Programas de Acesso e de Temáticas das Juventudes. Também integram a SPE as ordenações de política estudantil (CPE), presentes em todos os campi da Instituição, conforme organograma a seguir.

2. Organograma da Secretaria de Política Estudantil



3. Aspectos de destaque

O ano de 2016 foi marcado por restrições orçamentárias que afetaram consideravelmente o setor público, bem como pela greve, em nível federal, dos servidores Técnicos Administrativos em Educação, que durou cerca de cem dias. Esses fatores ocasionaram a alteração do fluxo e cronograma, bem como a restrição de atendimento nos programas em curso. Dificultaram também a implantação e execução de novos projetos e atividades propostas para a assistência estudantil neste ano.

A despeito desses acontecimentos, destaca-se o desenvolvimento e implantação do software da SPE, iniciado em novembro de 2015, o qual permitiu inscrições *on line* dos estudantes para os programas de bolsas em todas as unidades, a partir de fevereiro de 2016. A primeira etapa da implantação desse sistema, referente às inscrições e seleções dos programas de bolsas, foi realizada e tem contribuído significativamente para o aumento da qualidade dos processos de trabalhos das CPEs. Outras etapas serão desenvolvidas no próximo ano, a fim de integrar os dados atuais com outros programas, bem como com demais sistemas da Instituição.

Em 2016 houve também o encerramento dos convênios com a Fundação CEFETMINAS para o gerenciamento e execução do programa de alimentação na modalidade de restaurantes próprios, bem como a realização de licitação para contratação de empresas para fornecimento de refeições nas seis unidades que possuem tais restaurantes.

Destaca-se também que, nesse ano, a eleição da Secretária de Política Estudantil do CEFET-MG para o cargo de vice-coordenadora nacional do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Estudantis – FONAPRACE que é um órgão assessor da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior – ANDIFES. O Fórum atua propondo políticas públicas relacionadas à assistência estudantil a serem apresentadas pela ANDIFES em sua interlocução com o MEC. Criado em 1987, este fórum é composto por pró-reitores, sub-reitores, decanos ou responsáveis pelos assuntos estudantis das instituições de ensino superior públicas do Brasil.

4. Dos recursos destinados à Assistência Estudantil

O orçamento alocado para o desenvolvimento da política de assistência estudantil do CEFET-MG provém da fonte 100 – Ação “Assistência aos Estudantes das IFES”, rubrica específica e exclusiva da Assistência Estudantil; da fonte 112 – recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino e da fonte 250 – recursos próprios, provenientes basicamente do pagamento das refeições nos restaurantes.

Em 2016 esses valores foram assim distribuídos entre cada uma das fontes:

	Previsto	Executado
Fonte 100	R\$9.301.188,00	R\$ 9.319.112,00
Fonte 112	R\$3.198.812,00	R\$ 4.362.959,80
Fonte 250	R\$1.000.000,00	R\$ 1.546.762,86
Total	R\$13.500.000,00	R\$ 15.228.834,66**

** Neste valor está incluído o acerto de verbas rescisórias com o pessoal da Fundação CEFETMINAS

5. Atuação das Coordenadorias e programas desenvolvidos

As coordenadorias são responsáveis por organizar e articular as áreas estruturantes da Secretaria de Política Estudantil do CEFET-MG a partir da redefinição da estrutura organizacional da Instituição (Resolução CD 049, de 03/09/2012). São elas, (1) Coordenadoria de Programas de Bolsas e de Acompanhamento Psicossocial (2) dos Programas de Alimentação Estudantil, e (3) de Programas de Acesso e Temáticas das Juventudes e seus programas.

A elaboração e revisão dos marcos regulatórios das Coordenadorias foram interrompidas desde 2015. Apesar disso, essas realizaram as atividades de coordenação e acompanhamento das equipes em suas respectivas áreas.

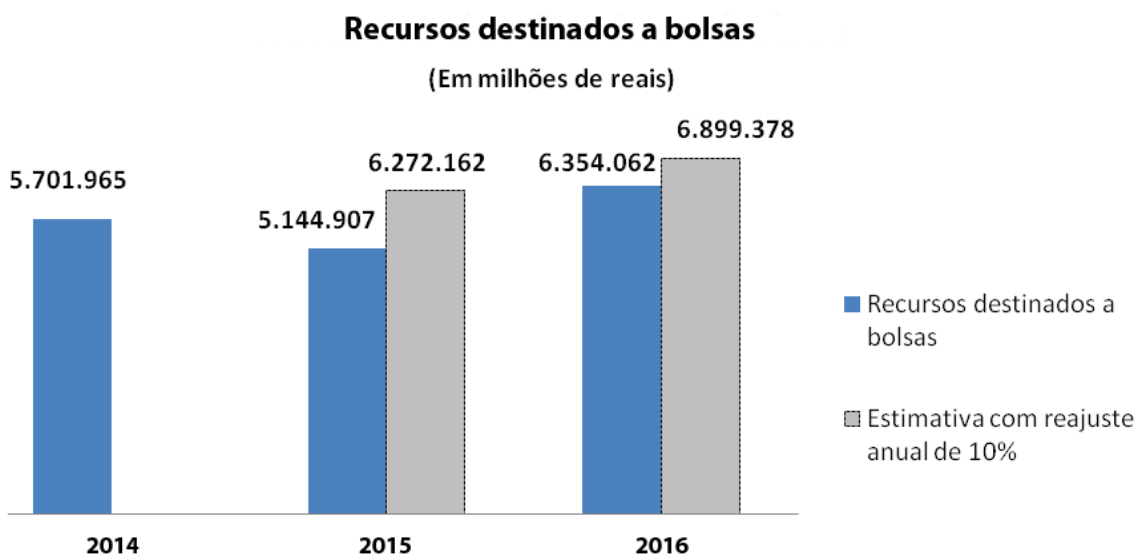
5.1. Coordenadoria de Bolsas e de Acompanhamento Psicossocial

Compreendem-se por bolsas os programas de apoio financeiro aos estudantes que se encontram vulneráveis aos processos de inclusão e de permanência na instituição. A seleção desses estudantes para esses programas se dá por critérios socioeconômicos, definidos pelos técnicos da Assistência Estudantil.

No que se refere à execução do orçamento, foi definido pela Diretoria Geral que em 2016 não seriam efetuados cortes para estudantes que já eram bolsistas atendidos pela SPE. Por outro lado, porém, não houve autorização para reajuste anual nos valores de, no mínimo, 10%, conforme previsto na Política de Assuntos Estudantis do CEFET-MG.

Sendo assim, devido à conjuntura econômica do país, a proposta orçamentária para 2016, determinada pela Diretoria Geral, estabeleceu o valor inicial de apenas 4.5 milhões de reais para os programas de bolsas, o que já correspondia 200 mil reais a menos, se comparado ao ano de 2015.

O gráfico a seguir apresenta o histórico dos recursos executados com bolsas nos três últimos anos comparados com a projeção de aumento de 10% ao ano:



Fonte: Dados da SPE

Observa-se que se o aumento de 10% ao ano, previsto na Política de Assuntos Estudantis, fosse efetivado, o valor do orçamento seria reajustado cumulativamente, e, assim, em 2016 a previsão orçamentária seria suficiente para cobrir o que foi executado.

A insuficiência dos recursos previstos foi agravada pelo aumento da demanda de estudantes de baixo padrão socioeconômico comparada ao ano anterior. Tal demanda decorreu, sobretudo, pelo aumento do desemprego.

Diante das dificuldades orçamentárias, verificadas também nas demais instituições federais de ensino, optou-se por reduzir o atendimento no Programa Bolsa Permanência para os ingressantes do 2º semestre na Instituição. O corte socioeconômico de atendimento reduziu de 0,65 do salário mínimo *per capita*, na seleção do primeiro semestre, para 0,40 na seleção do segundo semestre.

Todas as restrições orçamentárias somadas ao aumento da demanda por bolsas devido à crise econômica impactaram negativamente no trabalho da SPE, demandando grande esforço da equipe na busca por um equilíbrio entre recursos e atendimento satisfatório aos estudantes.

5.2. Coordenadoria dos Programas de Alimentação Estudantil

No ano de 2016 encerraram-se os convênios com a Fundação CEFETMINAS para o gerenciamento e execução do programa de alimentação na modalidade de restaurantes próprios. Diante disso realizou-se licitação de empresas para a oferta de refeições nas seis unidades que possuem tais restaurantes: BH Campus I, BH Campus II, Curvelo, Varginha, Araxá e Divinópolis.

Devido à complexidade do objeto a ser licitado e por se tratar da primeira licitação para operacionalização dos restaurantes, criou-se uma comissão composta por representantes de diversos setores envolvidos na execução desse objeto, com o propósito de elaborar um termo de referência o mais completo e adequado possível. Foram feitas as licitações na modalidade de pregão eletrônico e três empresas sagraram-se vencedoras. Em Belo Horizonte as contratadas assumiram os restaurantes em outubro/2016. Nos demais *campi* as empresas começarão a atuar em fevereiro de 2017.

Sobre as unidades em que não há restaurantes (Contagem, Leopoldina, Nepomuceno e Timóteo), verificou-se em 2016 a continuidade das dificuldades em se encontrar uma solução, mesmo que paliativa, para garantir o acesso dos estudantes a uma alimentação de qualidade. Em diversas reuniões entre a coordenadoria e a Diretoria Geral, foram retomadas as discussões de alternativas para que os estudantes possam ser atendidos por meio do credenciamento de restaurantes no entorno das unidades. Entretanto devido principalmente às restrições orçamentárias, os processos que tratam desta chamada pública não tiveram o andamento esperado, o deverá ocorrer em 2017.

5.3. Coordenadoria de Programas de Acesso e Temáticas das Juventudes

Criada em 2012, a Coordenadoria de Programas de Acesso e Temáticas das Juventudes tem como objetivo fomentar e desenvolver, em conjunto com demais segmentos da Instituição, programas e ações que promovam a igualdade de oportunidades no acesso, na permanência e na conclusão do curso, com qualidade, dando ênfase na população alvo das políticas afirmativas. Pretende também inserir na agenda acadêmica, atividades que coloquem em pauta as diversas temáticas que tratam das juventudes e suas vivências, que permeiam o processo de ensino e a formação integral dos estudantes.

Dentre as ações dessa coordenadoria no ano de 2016, pode-se destacar o lançamento do edital 93/2016, que procurou fomentar entre estudantes a discussão sobre formas de enfrentamento às discriminações vivenciadas, que possam influenciar na sua permanência na instituição e no pleno exercício da cidadania. Tais projetos deveriam ser apresentados por estudantes ou grupos de estudantes, para financiar ações em qualquer uma das unidades do CEFET-MG.

Foram disponibilizados recursos para financiar projetos no valor máximo de R\$ 2.000,00 cada, a serem executados de agosto a novembro de 2016. A divulgação foi feita na página web institucional, nas redes sociais e cada CPE fez divulgação específica nas unidades, dando enfoque em grupos de estudantes organizados tais como Grêmios, DCE, Coletivos temáticos e outros. No total, 16 projetos foram apresentados, contemplando estudantes de todas as unidades. A avaliação das propostas ficou a cargo de uma comissão formada por três servidores da SPE. Treze projetos foram aprovados em diversas temáticas e estão listados abaixo:

Unidade	Nome projeto
Curvelo	A ética profissional como ferramenta de afirmação de profissionais pertencentes às minorias
Curvelo	CEFET sem assédio
Timóteo	Olhares multidisciplinares sobre identidade racial e da cultura negra
Timóteo	Mulheres na ciência: O que não te contaram sobre a astronomia
Curvelo	Campanha de afirmação de minorias raciais no ambiente acadêmico
Divinópolis	Semana de Afirmação das Diversidades
CI, CII e Varginha	Vozes: eu e nós – literatura e direitos humanos
Leopoldina	Lugar de mulher é onde ela quiser!
CII	Vivências artísticas debatendo direitos humanos – Corpo, voz e imagem.
CII	Cine PET edição Diversidades
Contagem	Ser negro (a): uma questão para além da cor da pele
Contagem	Mais respeito por favor!
Araxá	DesEncat'aDor- uma semana para a valorização das diversidades

A divulgação do resultado final, entretanto, coincidiu com a deflagração de greve dos servidores técnico-administrativos em educação. Além disso, a direção da Instituição já apontava a escassez de recursos, devido a cortes orçamentários e incertezas no cenário político. Em algumas unidades, o segundo semestre também foi marcado por mobilizações de estudantes e também de docentes. Assim, negociou-se com a Diretoria Geral e os proponentes de projetos o adiamento da execução do cronograma inicial para o primeiro semestre de 2017.

Outro ponto de destaque foi a implementação, por iniciativa dessa Coordenadoria, do uso do nome social para transexuais e travestis. O CEFET-MG adotou tal procedimento nos processos seletivos e matrícula. Uma minuta para uma cartilha de divulgação dos procedimentos e da legislação foi feita pela Coordenadoria e discutida com a Secretaria de Registro e Controle Acadêmico. As adaptações necessárias nos sistemas têm sido feitas para atender plenamente os pedidos das/os estudantes, desde o sistema de inscrição para processos seletivos até emissão de diplomas. Também no sistema de gestão de pessoas foram feitas adequações para atender servidoras/es e estagiárias/os. Chamadas, listas, emails, carteiras estudantis e funcionais, históricos e diplomas, podem ser modificados para atender às demandas.

A Coordenadoria de Programas de Acesso e Temáticas das Juventudes realizou, mais uma vez a seleção para o curso Pro-Técnico. Tal curso, a cargo da Diretoria de Extensão, prepara estudantes do 9º ano do ensino fundamental para o processo seletivo para os cursos integrados do CEFET-MG e faz parte das Ações Afirmativas da Instituição junto à comunidade externa. A seleção dos estudantes faz parte das atividades dessa Coordenadoria, que planeja e executa tal ação juntamente com os assistentes sociais das equipes da SPE, desde 2013, por resolução do Conselho Diretor.

Ao longo desses anos, adotaram-se critérios que tornassem essa seleção mais inclusiva, levando em consideração o histórico e demandas do curso, bem como aproximando esses critérios às mudanças na legislação sobre o acesso às escolas públicas – Lei 12.711/12. Padronizaram-se tais critérios em todas as unidades que têm o curso Pró-Técnico, apesar das especificidades do curso em cada unidade.

Entre os avanços alcançados pelas mudanças feitas na seleção podemos destacar:

1. A diminuição do nível de evasão dos estudantes. Por experiências anteriores, quando também havia utilização de critérios de seleção socioeconômica, existia a preocupação de que os estudantes poderiam ter dificuldades de arcar com os custos de passagens. Por isso, o critério de local de moradia foi incluído desde 2013, diminuindo o nível de evasão;
2. O aumento significativo da presença de estudantes pretos e pardos, ao utilizarmos critérios estabelecidos na lei 12.711/12. Em 2016, cerca de 75% dos estudantes selecionados se declaravam como pretos, pardos ou indígenas;
3. A presença da quase totalidade dos estudantes selecionados com renda inferior a 1,5 salário-mínimo;
4. Inclusão de 2 estudantes surdos em 2016, na unidade de Belo Horizonte, atendendo uma demanda do NAPNE, com a designação de um tradutor de libras.

6. Considerações finais e reflexos no PDI (Plano de Desenvolvimento Institucional) 2015-2020

O ano de 2016 foi marcado por restrições orçamentárias e instabilidades políticas e econômicas no país, que afetaram o CEFET-MG e especialmente o trabalho desenvolvido pela Secretaria de Política Estudantil. Os cortes de verbas e o aumento da demanda por parte dos estudantes levaram a SPE a reavaliar os padrões de assistência aos estudantes inicialmente propostos para 2016.

Com esse cenário, as metas, objetivos e programas pactuados no PDI também foram afetados. Nesse sentido tem-se:

“Meta nº 02. Estabelecer, em proposta orçamentária, a ampliação gradual de investimentos em assistência estudantil, compatível com o perfil dos estudantes e com as políticas governamentais de acesso e inclusão.”

Fica evidente que o alcance dessa meta ficou comprometido em 2016, uma vez que a conjuntura político-econômica do país levou ao corte de verbas, provocando redução ao invés da almejada ampliação dos investimentos.

Meta nº 06. Fomentar, no âmbito da gestão da Assistência Estudantil, melhorias nas condições de infraestrutura material, tecnológica e de pessoal, que implicam: conclusão do desenvolvimento e da implantação de softwares; envidar esforços para admissão de pessoal por concurso para composição das equipes mínimas das CPE's, reformas das instalações de restaurantes e adequação de salas das CPE's; além de construção de restaurantes em quatro campi até 2020.

Sobre a meta 06, no que diz respeito ao *software*, um esforço intenso da equipe, em conjunto com a área de TI, possibilitou implementar o módulo de inscrição e seleção de bolsas, o que otimizou o fluxo de trabalho das CPEs, embora ajustes necessários ainda estão sendo executados.

Dos demais objetivos descritos nesta meta, prevê-se para 2017 a adequação das salas das CPEs e a reforma das instalações dos restaurantes, este último a ser realizado em conjunto com as novas empresas contratadas para o fornecimento de refeições.

No que diz respeito admissão de pessoal, em 2016 foi nomeada uma psicóloga no campus Contagem. A entrada dessa profissional é importante para o funcionamento adequado da coordenação, porém verifica-se que o quadro geral de profissionais da SPE ainda encontra-se defasado diante do aumento dos fluxos de trabalho.

Com a entrada em funcionamento dos restaurantes com as empresas contratadas, faz-se necessário o aporte de pessoal para efetuar a fiscalização e diligenciamento dos contratos. Além disso, existe uma demanda há bastante tempo para a nomeação de mais uma assistente social para o Campus I, já que tal campus possui apenas uma profissional, apesar de ser a unidade com maior número de estudantes.

Sobre os objetivos específicos dos programas listados no PDI, três deles tiveram ações executadas em 2016. São eles:

“Objetivo nº 05. Implementar programas e projetos sobre as temáticas das juventudes articulados com as demandas dos estudantes e iniciativas das representações e coletivos estudantis, integrados aos programas e projetos da Coordenadoria de Bolsas e Acompanhamento Psicossocial. (POE 01, POE 03)”

Como foi descrito na sessão que trata da Coordenadoria de Programas de Acesso e Temáticas das Juventudes, foi lançado um edital visando selecionar e fomentar iniciativas vindas dos próprios estudantes. Entretanto, devido à greve ocorrida em 2016 os resultados finais e a execução dos projetos escolhidos foram adiados para 2017. Apesar disso, foi possível verificar o empenho e o interesse dos estudantes em propor seus projetos.

“Objetivo nº 10. Implantar sistema SINAPSE - módulo restaurante nos campi do interior. (POE 02, POE 04)”

O módulo restaurante foi implantado com esforço das equipes das unidades do interior e os ajustes necessários estão sendo realizados, tendo em vista o início da gestão pelas empresas contratadas.

Destaca-se a necessidade de equacionar o recebimento em tempo ágil, pelos usuários, das suas identificações estudantis e funcionais para acesso aos restaurantes, de forma a proporcionar rapidez no acesso, controle e segurança na fiscalização da atividade por parte do CEFET-MG.

4 GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

4.1 DESCRIÇÃO DAS ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA

Atribuições e competências dos conselhos superiores, dos conselhos especializados, das congregações de unidades, das comissões permanentes e da Auditoria Interna.

Conselhos Superiores

Conselho Diretor

Decreto Federal nº 5.224/2004, de 1º de outubro de 2004:

Art. 8º Ao Conselho Diretor compete:

I - homologar a política apresentada para o CEFET pela Direção-Geral, nos planos administrativo, econômico-financeiro, de ensino, pesquisa e extensão;

II - submeter à aprovação do Ministro de Estado da Educação o estatuto do CEFET, assim como aprovar os seus regulamentos;

III - acompanhar a execução orçamentária anual;

IV - deliberar sobre valores de contribuições e emolumentos a serem cobrados pelo CEFET, em função de serviços prestados, observada a legislação pertinente;

V - autorizar a alienação de bens imóveis e legados, na forma da lei;

VI - apreciar as contas do Diretor-Geral, emitindo parecer conclusivo sobre a propriedade e regularidade dos registros contábeis, dos fatos econômico-financeiros e da execução orçamentária da receita e da despesa;

VII - aprovar a concessão de graus, títulos e outras dignidades;

VIII - deflagrar o processo de escolha, pela comunidade escolar, do nome a ser indicado ao Ministro de Estado da Educação para o cargo de Diretor-Geral;

IX - deliberar sobre criação de novos cursos, observado o disposto nos arts 16, 17 e 18 deste Decreto;

X - autorizar, mediante proposta da Direção-Geral, a contratação, concessão onerosa ou parcerias em eventuais áreas rurais e infra-estruturas, mantida a finalidade institucional e em estrita consonância com a legislação ambiental, sanitária, trabalhista e das licitações;

XI - deliberar sobre outros assuntos de interesse do CEFET levados a sua apreciação pelo Diretor-Geral.

Estatuto do CEFET-MG, aprovado pelo Decreto Federal nº 87.411/1982, de 19 de julho de 1982:

Art. 9º - São competências do Conselho Diretor:

I - traçar política do Centro, nos planos administrativo, econômico - financeiro e de ensino e pesquisa; através de resoluções e de elaboração de normas de direção superior;

II - aprovar a proposta de alteração deste Estatuto ou do Regimento Geral a ser submetida à autoridade superior competente;

III - aprovar os regimentos e regulamentos dos órgãos do Centro;

IV - aprovar a criação, transformação e suspensão de cursos do 2º Grau, Superior, Pós - Graduação e outros;

V - autorizar acordos ou convênios culturais entre Centro e entidades nacionais e internacionais;

VI - aprovar o plano de ação e a proposta orçamentária anual e o orçamento plurianual de investimentos submetidos à sua apreciação pelo Diretor - Geral;

- VII - deliberar sobre taxas, contribuições e emolumentos a serem cobrados pelo Centro;
 - VIII - aprovar a organização didático - pedagógica e a concessão de graus, títulos e outras dignidades;
 - IX - autorizar a aquisição ou deliberar sobre a alienação de bens imóveis e a aceitação de subvenções, doações e legados;
 - X - julgar as contas do Diretor - Geral, emitindo parecer conclusivo sobre a propriedade e regularidade dos registros contábeis, dos fatos econômico - financeiros, da execução orçamentária da receita e da despesa;
 - XI - submeter à aprovação do Ministro de Estado da Educação e Cultura a proposta do quadro único de pessoal do Centro, aprovar sua regulamentação e deliberar sobre a criação de cargos, funções ou empregos, observada a legislação vigente;
 - XII - organizar a lista sêxtupla de nomes para indicação do Diretor - Geral do Centro e submetê-la posteriormente ao Ministro de Estado da Educação e Cultura, para as providências subsequentes.
- § ÚNICO - As normas de funcionamento do Conselho Diretor constarão de seu regulamento próprio.

Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão

Regulamento do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, aprovado pela Resolução CD-158/06, de 3 de novembro de 2006:

Art. 1º O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE), órgão colegiado superior, autônomo em sua competência de deliberação e normatização no que concerne às atividades de ensino, pesquisa e extensão do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG), tem as seguintes atribuições:

- I - Elaborar e aprovar seu Regulamento Interno, bem como suas possíveis modificações, para homologação do Conselho Diretor;
- II - Aprovar as diretrizes institucionais para o ensino, a pesquisa e a extensão, ouvidos os Conselhos Especializados;
- III - Promover a articulação do ensino, da pesquisa e da extensão, para garantir o funcionamento harmonioso dos diversos níveis de ensino e atividades da Instituição;
- IV - Deliberar sobre projetos interinstitucionais de ensino, pesquisa e extensão, mediante proposta dos respectivos Conselhos Especializados;
- V - Opinar sobre acordos e convênios destinados ao ensino, à pesquisa e à extensão;
- VI - Aprovar, anualmente, as diretrizes para elaboração do calendário escolar e o calendário delas resultante, bem como suas possíveis modificações;
- VII - Aprovar as Normas Acadêmicas da Educação Profissional e Tecnológica; as Normas Acadêmicas da Graduação; o Regulamento Geral dos Cursos de Pós-graduação; o Regulamento Geral da Pesquisa; o Regulamento Geral da Extensão; e as modificações desses instrumentos normativos, mediante propostas dos respectivos Conselhos Especializados;
- VIII - Aprovar as diretrizes e normas gerais para a criação de novos cursos;
- IX - Aprovar a criação, modificação, suspensão e extinção de cursos, mediante propostas dos respectivos Conselhos Especializados;
- X - Aprovar normas gerais para elaboração de editais dos processos seletivos para ingresso nos cursos ministrados pelo CEFET-MG;
- XI - Aprovar o número de vagas iniciais para cada curso da Instituição, mediante propostas dos respectivos Conselhos Especializados;
- XII - Propor normas gerais para alocação e distribuição de pessoal docente;
- XIII - Propor normas gerais para elaboração de editais de concurso público para a contratação de pessoal docente, ouvidos os respectivos Conselhos Especializados;
- XIV - Aprovar normas para a revalidação e o reconhecimento de diplomas de cursos;
- XV - Deliberar sobre o reconhecimento de títulos acadêmicos nacionais ou estrangeiros, obtidos em cursos não credenciados;

- XVI - Estabelecer normas gerais para regime de trabalho, encargos acadêmicos, progressão funcional, afastamento para fins acadêmicos, avaliação e qualificação de docentes, ouvida a Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD);
- XVII - Deliberar sobre questões relativas à avaliação institucional e acadêmica de cursos;
- XVIII - Estabelecer e acompanhar mecanismos de controle e aperfeiçoamento dos processos de avaliação das atividades e cursos de educação profissional e tecnológica, graduação, pós-graduação, pesquisa e extensão;
- XIX - Estabelecer as diretrizes para ações de suporte administrativo às atividades acadêmicas;
- XX - Deliberar, em grau de recurso, sobre as sanções disciplinares aplicadas a discentes e, quando envolvendo questões de ensino, pesquisa ou extensão, a docentes e a técnicos-administrativos;
- XXI - Decidir sobre recursos ou representações contra matéria de ensino, pesquisa e extensão submetidos a sua apreciação;
- XXII - Interpretar as normas elaboradas pelo CEPE, em sua aplicação a caso concreto, sem prejuízo de recurso ao Conselho Diretor;
- XXIII - Delegar competências ou tarefas, nos limites legais estabelecidos, ao Conselho de Educação Profissional e Tecnológica; Conselho de Graduação; Conselho de Pesquisa e Pós-Graduação; Conselho de Extensão; ou a outros órgãos de ensino, pesquisa e extensão;
- XXIV - Constituir comissões assessoras permanentes e transitórias, definindo sua competência e suas atribuições;
- XXV - Exercer outras competências relativas ao ensino, à pesquisa e à extensão, por delegação do Conselho Diretor;
- XXVI - Deliberar sobre qualquer matéria de ensino, pesquisa e extensão não incluída na competência de outro órgão;
- XXVII - Deliberar sobre os casos omissos no Estatuto e no Regimento Geral da Instituição, que envolvam questões de ensino, pesquisa e extensão.

Conselhos Especializados

Conselho de Extensão

Regulamento do Conselho de Extensão, aprovado pela Resolução CD-078/03, de 22 de dezembro de 2003:

Conselho de Pesquisa e Pós-Graduação

Regulamento do Conselho de Pesquisa e Pós-Graduação, aprovado pela Resolução CD-053/03, de 25 de setembro de 2003:

Art. 2º – O Conselho de Pesquisa e Pós-Graduação tem as seguintes atribuições:

1. propor ao Conselho de Ensino as diretrizes da pesquisa e da pós-graduação do CEFET-MG;
2. propor alterações no Regulamento Geral dos Cursos de Pós-Graduação, para posterior aprovação do Conselho de Ensino;
3. apreciar propostas de criação, transformação, suspensão e extinção de cursos de pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado) e lato sensu (especialização);
4. apreciar o calendário escolar dos cursos de pós-graduação, após manifestação dos respectivos colegiados de cursos;
5. apreciar contratos, acordos e convênios interinstitucionais referentes à pesquisa e à pós-graduação;
6. apreciar propostas relativas a taxas, contribuições e emolumentos a serem cobradas pelos cursos de pós-graduação;
7. apreciar pedidos de reconhecimento de títulos e diplomas de pós-graduação obtidos em outras instituições, observada a legislação em vigor;
8. deliberar conclusivamente sobre quaisquer matérias relativas à pesquisa e pós-graduação, desde que não estejam incluídas na competência do Conselho de Ensino ou do Conselho Diretor;
9. deliberar conclusivamente sobre a alocação de recursos destinados ao DPPG, inclusive em sua fase de planejamento;

10. definir as formas e os mecanismos de interação com as agências de fomento e de financiamento da pesquisa e da pós-graduação;
11. estabelecer formas de acompanhamento e avaliação dos cursos de pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado) e lato sensu (especialização);
12. propor alterações neste Regulamento;
13. decidir acerca de recursos, representações e conflitos de competência em matéria de pesquisa e pós-graduação;
14. exercer a fiscalização e o controle do cumprimento de suas decisões;
15. solucionar os casos omissos neste Regulamento e as dúvidas que porventura surgirem na sua aplicação.

Conselho de Graduação

Regulamento do Conselho de Graduação, aprovado pela Resolução CD-074/08, de 2 de junho de 2008:

Art. 2º - O Conselho de Graduação tem as seguintes atribuições:

- I - Propor ao CEPE as diretrizes do ensino de graduação do CEFET-MG;
- II - Propor alterações nas Normas Acadêmicas da Graduação para posterior aprovação do CEPE;
- III - Apreciar propostas de criação, transformação, suspensão e extinção de cursos de graduação;
- IV - Apreciar o calendário escolar dos cursos de graduação, após manifestação dos respectivos colegiados de cursos;
- V - Apreciar contratos, acordos e convênios interinstitucionais referentes ao ensino da graduação;
- VI - Apreciar propostas relativas a taxas, contribuições e emolumentos a serem cobradas pelas atividades de graduação;
- VII - Apreciar pedidos de reconhecimento de títulos e diplomas de graduação obtidos em outras instituições, observada a legislação em vigor;
- VIII - Deliberar conclusivamente sobre quaisquer matérias relativas ao ensino da graduação, desde que não estejam incluídas na competência do CEPE ou do Conselho Diretor;
- IX - Deliberar conclusivamente sobre a alocação de recursos destinados à Diretoria de Graduação, inclusive em sua fase de planejamento;
- X - Definir as formas e os mecanismos de interação com as agências de fomento e outras formas de financiamento da graduação;
- XI - Estabelecer formas de acompanhamento e avaliação dos cursos de graduação;
- XII - Propor alterações neste Regulamento;
- XIII - Decidir acerca de recursos, representações e conflitos de competência em matéria de graduação;
- XIV - Exercer a fiscalização e o controle do cumprimento de suas decisões;
- XV - Solucionar os casos omissos neste Regulamento e as dúvidas que porventura surgirem na sua aplicação.

Conselho de Educação Profissional e Tecnológica

Regulamento do Conselho de Educação Profissional e Tecnológica, aprovado pela Resolução CD-073/08, de 2 de junho de 2008:

Art. 2º - O Conselho de Educação Profissional e Tecnológica tem as seguintes atribuições:

- I - Propor ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão as diretrizes da Educação Profissional e tecnológica;
- II - Propor alterações nas Normas Acadêmicas da EPTNM para posterior aprovação do CEPE;

- III - Apreciar propostas de criação, transformação, suspensão e extinção de cursos de Educação Profissional e Tecnológica ;
- IV - Apreciar o calendário escolar dos cursos de Educação Profissional e Tecnológica, após manifestação dos respectivos colegiados de cursos;
- V - Apreciar contratos, acordos e convênios interinstitucionais referentes ao ensino da Educação Profissional e Tecnológica;
- VI - Apreciar propostas relativas a taxas, contribuições e emolumentos a serem cobradas pelas atividades de Educação Profissional e Tecnológica;
- VII - Apreciar pedidos de reconhecimento de títulos e diplomas de Educação Profissional e Tecnológica obtidos em outras instituições, observada a legislação em vigor;
- VIII - Deliberar conclusivamente sobre quaisquer matérias relativas ao ensino da Educação Profissional e Tecnológica, desde que não estejam incluídas na competência do CEPE ou do Conselho Diretor;
- IX - Deliberar conclusivamente sobre a alocação de recursos destinados à Diretoria de Educação Profissional e Tecnológica, inclusive em sua fase de planejamento;
- X - Definir as formas e os mecanismos de interação com as agências de fomento e outras formas de financiamento da Educação Profissional e Tecnológica;
- XI - Estabelecer formas de acompanhamento e avaliação dos cursos de Educação Profissional e Tecnológica;
- XII - Propor alterações neste Regulamento;
- XIII - Decidir acerca de recursos, representações e conflitos de competência em matéria de Educação Profissional e Tecnológica;
- XIV - Exercer a fiscalização e o controle do cumprimento de suas decisões;
- XV - Solucionar os casos omissos neste Regulamento e as dúvidas que porventura surgirem na sua aplicação.

Conselho de Planejamento e Gestão

Tem suas atribuições previstas no Estatuto submetido ao Ministério da Educação, anexo à Resolução CD-069/08, de 2 de junho de 2008, conforme a seguir:

Art. 35 - O Conselho de Planejamento e Gestão, Órgão Colegiado Especializado, com competência de deliberação e normatização no que concerne às atividades de Planejamento e Gestão na Instituição, tem as seguintes atribuições:

- I - propor ao Conselho Diretor, com base nas propostas encaminhadas pelas Diretorias de Unidades e demais Diretorias, as diretrizes para planejamento e gestão dos recursos humanos e materiais da Instituição, inclusive as concernentes ao pessoal docente e técnico-administrativo, à execução financeira e contábil, à manutenção dos prédios e instalações, à limpeza e conservação, à vigilância, ao planejamento e execução de obras civis, à segurança do trabalho, aos serviços de tecnologia da informação e comunicação;
- II - elaborar seu próprio Regulamento, para posterior aprovação pelo Conselho Diretor;
- III - apreciar a proposta orçamentária da Instituição;
- IV - apreciar propostas de aquisição, locação, gravação, permuta e alienação de bens imóveis;
- V - elaborar propostas ao Conselho Diretor concernentes aos atos relativos à admissão e vida funcional dos servidores da Instituição;
- VI – deliberar conclusivamente sobre quaisquer matérias relativas ao Planejamento e Gestão, desde que não estejam incluídas na competência do Conselho Diretor ou do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão;
- VII - estabelecer formas de acompanhamento e avaliação das atividades de Planejamento e Gestão;
- VIII - decidir acerca de recursos, representações e conflitos de competência em matéria de Planejamento e Gestão;
- IX - exercer a fiscalização e o controle do cumprimento de suas decisões.

Congregações de Unidades

Regulamento das Congregações de Unidades, aprovado pela Resolução CD-136/08, de 28 de outubro de 2008:

Art. 2º - A Congregação de Unidade tem as seguintes atribuições:

- I - aprovar, anualmente, o programa de trabalho, o orçamento, o relatório de gestão e a prestação de contas da Diretoria de Unidade;
- II - elaborar seu próprio Regulamento, para posterior aprovação pelo Conselho Diretor;
- III - aprovar diretrizes para a elaboração de proposta de orçamento anual da Unidade, fixando as prioridades para a aplicação dos recursos;
- IV - aprovar, no âmbito da Unidade, diretrizes e propostas de ações sobre assuntos de ordem administrativa;
- V - promover a articulação e a integração entre as atividades dos setores organizacionais componentes da Unidade;
- VI - estabelecer, em consonância com as diretrizes dos Órgãos Colegiados Superiores e Órgãos Colegiados Especializados, instruções a que se devam submeter os órgãos de programação e execução das atividades de ensino, pesquisa e extensão da Unidade;
- VII - avaliar o desempenho global da Unidade;
- VIII - avaliar as políticas de desenvolvimento de recursos humanos no âmbito da Unidade;
- IX - apreciar pedidos de remoção de docentes e de servidores técnico-administrativos da respectiva Unidade;
- X - organizar o processo de escolha e nomeação, pela autoridade competente, do Diretor de Unidade, na forma deste Estatuto e do Regimento Geral;
- XI - estabelecer formas de acompanhamento e avaliação das atividades de planejamento e gestão da Unidade;
- XII - decidir acerca de recursos, representações e conflitos de competência em matéria de planejamento e gestão no âmbito da Unidade;
- XIII - exercer a fiscalização e o controle do cumprimento de suas decisões.

Comissões Permanentes

Comissão Permanente de Pessoal Docente

Portaria MEC nº 475, de 26 de agosto de 1987:

Art. 5º A Comissão Permanente de Pessoal Docente - CPPD - tem como atribuições, além de outras que venham a ser definidas pela IFE:

I - apreciar os assuntos concernentes:

- a) à alteração do regime de trabalho dos docentes;
- b) à avaliação do desempenho para a progressão funcional dos docentes;
- c) aos processos de ascensão funcional por titulação;
- d) à solicitação de afastamento para aperfeiçoamento, especialização, Mestrado e Doutorado.

II - desenvolver estudos e análises que permitam fornecer subsídios para fixação, aperfeiçoamento e modificação da política de pessoal docente e de seus instrumentos.

Regimento Interno da Comissão Permanente de Pessoal Docente, aprovado pela Resolução CD-011/88, de 3 de junho de 1988:

Art. 5º - A Comissão Permanente de Pessoal Docente tem como atribuições, além de outras que venham a ser definidas pelo Conselho Diretor:

I - Opinar, para decisão final do dirigente da Instituição, os assuntos concernentes a:

- a) atribuição e alteração do regime de trabalho dos docentes;
- b) carga didática semanal média dos docentes dos Departamentos e das Coordenações, tendo em vista suas peculiaridades;
- c) acompanhamento do processo de avaliação das atividades de magistério;
- d) progressão horizontal e vertical na carreira de magistério;
- e) dispensa ou exoneração de docente, ouvidos os órgãos competentes;
- f) necessidade de contratação de docentes;
- g) ascensão funcional por titulação;
- h) solicitação de afastamento para aperfeiçoamento, especialização, mestrado, doutorado, licença sabática, licença especial e outras;

II - Prestar assessoramento ao Conselho Diretor, Conselho de Ensino, Conselho de Professores e Conselho Departamental na fixação da política de pessoal docente da Instituição.

III - Colaborar com os órgãos próprios da Instituição no planejamento dos programas de qualificação acadêmica dos professores.

IV – Assessorar o dirigente da entidade nos assuntos concernentes à execução da política de pessoal docente.

Comissão Interna de Supervisão do Plano de Carreira dos Técnicos-Administrativos em Educação

Regimento Interno da Comissão Interna de Supervisão do Plano de Carreira dos Técnicos-Administrativos em Educação, aprovado pela Resolução CD-138/07, de 10 de dezembro de 2007:

Art. 4º - A CISCEFET-MG tem as seguintes atribuições:

I - assessorar, acompanhar e emitir parecer nos assuntos concernentes ao PCCTAE;

II - cumprir o estabelecido na Portaria 2.519, de 15 de julho de 2005, e 2.562, de 21 de julho de 2005, de acordo com o disposto no art. 19 da Lei 11.091, de 12 de janeiro de 2005, conforme segue:

- a) acompanhar a implantação do plano de carreira em todas as suas etapas, bem como o trabalho da Comissão de Enquadramento;
- b) auxiliar a área de recursos humanos, bem como os servidores quanto ao Plano de Carreira dos Técnicos-Administrativos em Educação;
- c) fiscalizar e avaliar a implementação do PCCTAE no âmbito do CEFET-MG;
- d) propor à Comissão Nacional de Supervisão as alterações necessárias para aprimoramento do Plano;
- e) apresentar propostas e fiscalizar a elaboração e a execução do Plano de Desenvolvimento de Pessoal do CEFET-MG e seus programas de Capacitação, de Avaliação de Desempenho e de Dimensionamento e Alocação de Vagas;
- f) avaliar, anualmente, as propostas de lotação da instituição federal de ensino, conforme o inciso I do § 1º do art. 24 da Lei 11.091, de 12 de janeiro de 2005;
- g) acompanhar o processo de identificação dos ambientes organizacionais do CEFET-MG proposto pela área de Recursos Humanos, bem como os cargos que os integram;
- h) examinar os casos omissos referentes ao Plano de Carreira e encaminhá-los à Comissão Nacional de Supervisão.

Comissão Permanente de Adicional Periculosidade e Insalubridade

Suas finalidades constam do anexo da Resolução CD-049/12, de 3 de setembro de 2012:

A Comissão Permanente de Adicional Periculosidade e Insalubridade é a unidade organizacional responsável por avaliar os pedidos e a distribuição de adicionais de periculosidade e de insalubridade, conforme o disposto na legislação e nas normas do Conselho Diretor.

Comissão Permanente de Avaliação

Portaria DIR-452/09, de 23 de junho de 2009:

Art. 4º Atribuir à Comissão Permanente de Avaliação (CPA) do CEFET-MG competências para organizar os processos avaliativos, acompanhar sua execução, assegurar a unidade entre os diversos setores, garantir rigor, efetuar a edição final dos documentos, auxiliar na identificação dos problemas, das potencialidades e das ações que devem ser empreendidas, promover estratégias de sensibilização e de informação permanente, buscando sempre a criação e a consolidação de uma cultura de avaliação permanente, rigorosa e efetiva para o desenvolvimento institucional.

Comissão Permanente de Eleições

Suas finalidades constam do anexo da Resolução CD-049/12, de 3 de setembro de 2012:

A Comissão Permanente de Eleições é a unidade organizacional responsável por planejar, organizar, executar e resguardar, a pedido do Diretor-Geral, os processos eleitorais para cargos administrativos e representações colegiadas no CEFET-MG.

Comissão Permanente de Ética Pública

Suas finalidades constam do anexo da Resolução CD-049/12, de 3 de setembro de 2012:

A Comissão Permanente de Ética Pública é a unidade organizacional responsável por orientar e aconselhar sobre a ética profissional do servidor, no tratamento com as pessoas e com o patrimônio público, competindo-lhe conhecer concretamente de imputação ou de procedimento susceptível de censura.

Comissão Permanente de Vestibular

Regulamento Interno da COPEVE, aprovado pela Resolução CD-010/93, de 14 de maio de 1993:

Art. 3º - Compete à COPEVE:

- I - Organizar o cronograma dos Vestibulares e Exames de Classificação;
- II - Designar os professores que elaborarão programas, provas e correções de provas;
- III - Promover a divulgação dos Exames;
- IV - Elaborar e fazer publicar o Edital, após aprovação do Diretor-Geral;
- V - Tomar as providências para a inscrição dos candidatos, realização das provas, e divulgação dos resultados;
- VI - Zelar pela segurança dos Exames;
- VII - Elaborar o mapa dos resultados, encaminhando-os aos órgãos competentes;
- VIII - Julgar e decidir sobre os recursos ou solicitações de candidatos;
- IX - Preparar o orçamento, efetuar as despesas, e apresentar o relatório financeiro, ao Diretor-Geral.

Auditoria Interna

Tem suas finalidades definidas na Resolução CD-049/12, de 3 de setembro de 2012:

A Auditoria Interna é a unidade organizacional responsável pelo trabalho preventivo e consultivo com o objetivo de assegurar a regularidade das gestões contábil, orçamentária, financeira, patrimonial e operacional da Instituição e prestar apoio aos Órgãos do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e o Tribunal de Contas da União, respeitada a legislação pertinente.

4.2 ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA

A Unidade de Auditoria Interna tem por missão fortalecer a administração por meio de ações de auditoria preventiva e corretiva que buscam avaliar a legalidade, economicidade, eficiência, eficácia e efetividade dos atos de gestão na aplicação dos recursos públicos. Como órgão da estrutura orgânica de governança e controle interno, a Unidade de Auditoria Interna (AUDIT) foi constituída por meio da Resolução CD-069/08, de 2 de junho de 2008 e teve suas finalidades definidas na Resolução CD-049/12, de 3 de setembro de 2012. Por meio da Resolução CD-041/15, de 7 de outubro de 2015³, o Regulamento da Unidade de Auditoria Interna foi aprovado, revogadas as disposições em contrário.

a) Indicação do estatuto ou normas que regulam a atuação da auditoria interna

As regras que norteiam a atuação da Unidade de Auditoria Interna do CEFET-MG estão estabelecidas no art. 66 da RESOLUÇÃO CD-069/08, de 2 de junho de 2008;⁴ e na RESOLUÇÃO CD-041/15, de 7 de outubro de 2015⁵, que aprovou o Regulamento da Auditoria Interna (endereços eletrônicos disponíveis nas notas de rodapé).

b) Demonstração dos elementos que caracterizam a independência e objetividade da unidade de auditoria interna

Tomando-se por base a INTOSAI GOV 9140, os §§ 3º, 4º e 5º do art. 15 do Decreto 3.591/2000 e o Regulamento da Auditoria Interna que ajusta a atuação da unidade de auditoria no âmbito da entidade, é possível identificar os seguintes elementos de independência e objetividade da função de auditoria interna na entidade:

- Segundo o art. 4º da RESOLUÇÃO CD-041/15, a Unidade de Auditoria Interna, no âmbito administrativo, vincula-se diretamente ao Conselho Diretor, nos termos do art. 15, § 3º, do Decreto nº 3.591/2000, com redação dada pelo Decreto nº 4.304/2002, que proverá os meios e condições necessários à execução das suas competências. Em seu parágrafo único, a auditoria interna é definida como uma atividade independente e de assessoramento do Conselho Diretor voltada para a avaliação da adequação, eficiência e eficácia dos controles internos, bem como da qualidade do desempenho das áreas em relação às atribuições e aos planos, metas, objetivos e políticas definidos para as mesmas.
- Já o art. 9º, § 2º, da RESOLUÇÃO CD-041/15 estabelece que a nomeação, designação, exoneração ou dispensa do Chefe de Auditoria Interna será submetida, pelo Diretor-Geral, à aprovação do Conselho Diretor, e, após, à aprovação da Controladoria-Geral da União, nos termos do art. 15, § 5º, do Decreto nº 3.591/2000, com redação dada pelo Decreto nº 4.304/2002.
- Conforme o art. 15, inciso VI, da RESOLUÇÃO CD-041/15, os integrantes da Unidade de Auditoria Interna, no desempenho de suas funções, deverão observar o aspecto da objetividade, definida como o apoio em documentos e evidências que permitam convicção da realidade e confirmação da veracidade dos fatos ou situações examinadas.
- O art. 21, parágrafo único, da RESOLUÇÃO CD-041/15 prevê que os trabalhos serão executados de acordo com as normas e procedimentos formais de auditoria aplicáveis à Administração Pública Federal, bem como os procedimentos previstos pelos organismos internacionais de auditoria, tais como COSO Enterprise Risk Management – ERM e INTOSAI.
- Algumas ameaças à objetividade, tal como conflitos de interesse, e à independência, tal como violações a segregação de funções, foram mitigados por meio do art. 16 da RESOLUÇÃO CD-041/15, que estabelece que os integrantes da Unidade Auditoria Interna, por incompatibilidade, não poderão ser designados para: a) Substituir os titulares de órgãos sujeitos à auditoria; b) Integrar comissões, que não sejam de responsabilidade e interesse do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal; c) Desen-

³ www.conselhodiretor.cefetmg.br/galerias/Arquivos_ConDir/Resolucoes/Resolucoes_2012/RES_CD_049_12.htm

⁴ www.conselhodiretor.cefetmg.br/galerias/Arquivos_ConDir/Resolucoes/Resolucoes_2008/RES_CD_69_08.htm

⁵ www.conselhodiretor.cefetmg.br/galerias/Arquivos_ConDir/Resolucoes/Resolucoes_2015/RES_CD_041_15.htm

volver atividades que possam caracterizar participação na gestão; e d) Proceder auditoria no setor em que tenha tido exercício há menos de 18 (dezoito) meses; dirigido por quem tenha sido seu chefe imediato, decorrido prazo inferior a 18 (dezoito) meses; cujo titular seja seu parente até 2º (segundo) grau.

- A responsabilidade e autoridade da Unidade de Auditoria Interna e de seus integrantes, a saber: do chefe de auditoria interna, da equipe de auditores, e da equipe de apoio foram formalmente definidos, respectivamente, no art. 10, 11, 12 e 13 da RESOLUÇÃO CD-041/15.
- Segundo o art. 11, inciso II, da RESOLUÇÃO CD-041/15, compete ao Chefe de Auditoria Interna elaborar o Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT), no qual constará a programação dos trabalhos para o período de um ano. Ele poderá ser auxiliado nesta função pela equipe de auditores internos (art. 12, inciso IV, da RESOLUÇÃO CD-041/15).
- A RESOLUÇÃO CD-094/06, de 26 de junho de 2006⁶, criou o Cargo de Direção de Chefe de Auditoria Interna (CD-4), consoante jurisprudência do Tribunal de Contas da União, diante de matéria similar, que estabelece horizontalidade às pró-reitorias e gratificação de direção compatível com o nível hierárquico ao Chefe da Unidade de Auditoria Interna como, por exemplo, citam-se: o Acórdão nº 1.612/2013 – TCU – Plenário, o Acórdão TCU nº 3.386/2013 – TCU – Plenário, e ainda no Acórdão nº 3.462/2014 - TCU – Plenário.

O atual Regulamento da Unidade de Auditoria Interna respeita a legislação em vigor e oferece garantias mínimas e indispensáveis para que a Unidade de Auditoria Interna exerça suas competências com independência, objetividade e eficácia. No entanto, a ausência de norma que disciplina as comunicações entre a AUDIT e o Conselho Diretor pode ser apontada como uma limitação do atual regulamento, por impactar negativamente nos recursos e na organização da Unidade de Auditoria Interna e na realização das auditorias. Verifica-se, portanto, necessário atualizar o atual regulamento, inserindo regras e princípios que nortearão as comunicações emanadas pela Unidade de Auditoria Interna ao Conselho Diretor, de modo a priorizá-las, quando for o caso, nas pautas de reunião deste colegiado gestor.

Cabem ainda reflexões sobre o impacto da remuneração dos auditores na independência da função de auditoria. O INTOSAI GOV 9140 estabelece como critério para avaliar a independência da função de auditoria interna no setor público: a remuneração e nível hierárquico adequado dentro da escala de salário, compatível com o nível de responsabilidade do referido posto. Os cargos de nível superior das IFES, neles incluso o de Auditor, pertencem ao Plano de Cargos Técnico-Administrativos em Educação, regido pela Lei nº 11.091, de janeiro de 2005, com remuneração igual à de outros cargos de nível superior, com exceção à de Médicos e Médicos Veterinários que têm tratamento diferenciado na mesma carreira.

A rotatividade de pessoal é bastante intensa inclusive para o cargo de Auditor, motivada principalmente pela baixa remuneração e valorização. Por esta razão é necessário avançar na discussão da relevância do cargo de Auditor para a Rede Federal de Educação, nos termos dos itens 9.1.1., 9.1.2., 9.1.3. e 9.1.4. do Acórdão 1.200/2014-TCU Plenário, buscando melhores alternativas de remuneração e de estrutura de trabalho para a categoria.

c) Estratégia de atuação em relação à unidade central e às unidades ou subunidades descentralizadas

As atividades da AUDIT compreendem ações de auditoria nas Unidades Organizacionais (UORGs) e nas Unidades de Ensino Descentralizadas (UNEDs). A escalação de qual(is) UORG(s) e/ou UNED(s) será(ao) auditada(s) pauta-se nos seguintes fatores na programação das atividades:

- Estrutura de Governança e os controles existentes;
- Programas, ações e atividades gerenciadas ou executadas pela instituição;
- Materialidade: baseada no volume de recursos recebidos e executados pela área em exame;
- Relevância: baseada na relação da ação com a missão institucional e seu planejamento, impacto sobre os serviços prestados aos cidadãos, impacto sobre a imagem da instituição, e existência de programas prioritários;
- Criticidade: baseada na frequência de atividades de auditoria na área em exame, existência de descentralização das atividades, e falta de conhecimento ou fragilidades conhecidas dos controles internos;

⁶ Disponível em: <http://www.cgap.cefetmg.br/galerias/Arquivos_downloads/BP_2006/Bol0706.pdf> Acesso em: 09 Mar 2016.

- Homem/hora: indicador baseado na distribuição do efetivo da auditoria em horas efetivas;
- Capacidade técnica da equipe de auditores;
- Atendimento às solicitações e normas do OCL.

d) Demonstração de como a área de auditoria interna está estruturada, de como é feita a escolha do titular, qual o posicionamento da unidade de auditoria na estrutura da entidade

A função de auditor interno/chefe de auditoria interna é exercida no CEFET/MG desde 2004. No entanto, foi a partir de 2006, atendendo determinação 9.5.7.1, Acórdão 0456/2006-2ª Câmara, e item 1.1, TC-016.665/2006-8, Acórdão nº 739/2008-1ª Câmara, do Tribunal de Contas da União, esta função passou a ser exercida de forma sistemática e contínua. No período entre julho de 2006 e novembro de 2007, o cargo de Chefe da Unidade de Auditoria Interna foi exercido por servidora designada para a função. Entretanto, nos anos seguintes, a função foi exercida por auditor interno designado pelo Diretor Geral. Em janeiro de 2015 foi nomeado, em caráter efetivo, por meio do Concurso Público objeto do Edital 84/2014, um servidor para o cargo de Auditor, da carreira de Técnico Administrativo em Educação. Desde a dispensa do auditor interno, em 17 de setembro de 2015, o auditor efetivo desempenha as funções e competências previstas no art. 11 da RESOLUÇÃO CD-041/15.

A aprovação do Regulamento da Unidade de Auditoria Interna, por meio da Resolução CD-041/15, de 7 de outubro de 2015, é um fato relevante que impacta positivamente na organização da Unidade de Auditoria Interna e na realização das auditorias. Mudanças relevantes foram consignadas nesta norma, entre elas, destacam-se: a) a vinculação administrativa diretamente ao Conselho Diretor, nos termos do Art. 15, § 3º, do Decreto nº 3.591/2000, com redação dada pelo Decreto nº 4.304/2002, que proverá os meios e condições necessários à execução das suas competências; e b) a conformidade com o art. 15, § 5º, do Decreto nº 3.591/2000, com redação dada pelo Decreto nº 4.304/2002, que estabelece que a nomeação, designação, exoneração ou dispensa do titular de unidade de auditoria interna será submetida, pelo dirigente máximo da entidade, à aprovação do conselho de administração ou órgão equivalente, no caso, o Conselho Diretor, e, após, à aprovação da Controladoria-Geral da União.

O Regulamento da Unidade de Auditoria Interna prevê, no art. 9º, que a estrutura desta unidade é composta por uma Chefia da Unidade de Auditoria Interna; por uma Equipe de Auditores Internos; e por uma Equipe de Apoio Administrativo. No entanto, o cargo de Chefe da Unidade de Auditoria Interna permanece vago e a Equipe de Apoio Administrativo não foi formada. A Equipe de Auditores Internos é composta por um único servidor. Do ponto de vista dos recursos materiais, atualmente, a Unidade de Auditoria Interna divide as instalações de uma sala, com dimensões aproximadas de 60 m², com o Coordenador de Processos Administrativos Disciplinares e Sindicâncias e com a Ouvidoria. A sala está localizada no terceiro andar do prédio administrativo, situada na Av. Amazonas 5253 – Nova Suíça – CEP: 30.480490 - Belo Horizonte - MG. Possui iluminação adequada; ambiente arejado; mobiliário corporativo em bom estado de conservação (4 estações de trabalho em L, 7 cadeiras, 1 armário médio para pastas suspensas e 1 armário pequeno para arquivos).

A alteração das instalações da Unidade de Auditoria Interna é um fato relevante e teve impactos positivos sobre os recursos e na organização da Unidade. No entanto, a ocupação coletiva do espaço impõe a necessidade de estabelecer regras de confidencialidade e de salvaguarda de sigilo nos trabalhos de auditoria. Acrescenta-se que, para a estruturação da unidade, conforme o Regulamento da Unidade de Auditoria Interna prevê, será necessário repensar a ocupação deste espaço. Do ponto de vista dos recursos tecnológicos, a AUDIT conta com computadores modernos, com boa capacidade de processamento e memória (1 computador HP Compaq LA2006x e 1 computador Dell); acesso a internet rápida (40Mb/s); e ramal telefônico exclusivo.

O auditor REUBER DA SILVA FONSECA, SIAPE 2187295, possui acesso aos principais sistemas de informação necessários à execução das suas competências, entre eles: o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Tesouro Gerencial); ao Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais (SIASG); o Sistema de Concessão de Diárias e Passagens (SCDP); o Sistema de Gestão de Pessoas do Governo Federal (SIGEP); o Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (SIAPE); o Sistema de Administração de Pessoal (SIAPEcad); o Portal Observatório da Despesa Pública (CGU-ODP); o Sistema de Trilhas de Auditoria de Pessoal e o Sistema de Gestão de Processos Disciplinares (CGU-PAD).

e) Informações sobre como se certifica de que a alta gerência toma conhecimento das recomendações feitas pela auditoria interna e assume, se for o caso, os riscos pela não implementação de tais recomendações

Todos os trabalhos de auditoria, em sentido estrito, são divulgados aos interessados por meio de relatórios. Antes da conclusão dos trabalhos é emitido o relatório preliminar. Este relatório é enviado à Diretoria Geral com o prazo de 5 dias úteis para manifestação da unidade organizacional auditada. Em seguida, após análise da manifestação, é elaborado o Relatório de Auditoria com as recomendações feitas pelo auditor. Este relatório é encaminhado ao Diretor Geral por meio de memorando, mediante recibo. Até 30 dias da emissão do relatório de auditoria, uma cópia é anexada ao processo que encaminhou o PAINT do respectivo ano ao Conselho Diretor. Além disso, após o fim do exercício é elaborado o Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna (RAINT) e o mesmo é encaminhado ao Conselho Diretor, presidido pelo dirigente máximo, por meio de processo. Vale ressaltar que o dirigente máximo ou gestor da unidade auditada poderá optar por não cumprir as recomendações expedidas pelos auditores internos e, dessa forma, aceitará tacitamente o risco de não adotar qualquer medida saneadora.

f) Descrição da sistemática de comunicação à alta gerência e ao conselho de administração sobre riscos considerados elevados decorrentes da não implementação das recomendações da auditoria interna pela alta gerência

O Relatório de Auditoria expressando as conclusões, recomendações e providências a serem tomadas pelas áreas auditadas é emitido após a finalização das atividades de auditoria. Todos os relatórios de auditoria elaborados são encaminhados por meio de memorando ao Gabinete da Diretoria Geral, mediante recibo. Diante de eventos que trazem riscos considerados elevados, se faz a provocação do Diretor Geral para reunião de busca conjunta de soluções no sentido de concretizar a recomendação da auditoria interna. A comunicação ao Conselho Diretor sobre riscos considerados elevados não tem sido realizada tempestivamente, uma vez que se verifica necessário atualizar o atual regulamento, inserindo regras e princípios que nortearão as comunicações emanadas pela Unidade de Auditoria Interna ao Conselho Diretor, de modo a priorizá-las, quando for o caso, nas pautas de reunião deste colegiado gestor.

g) Eventuais adequações na estrutura organizacional da unidade de auditoria, inclusive reposicionamento na estrutura da entidade, demonstrando os ganhos operacionais deles decorrentes.

Por meio da Resolução CD-041/15, de 7 de outubro de 2015⁷, o Regulamento da Unidade de Auditoria Interna foi aprovado, revogadas as disposições em contrário. Vários aspectos relevantes que buscam atender recomendações reiteradas da Controladoria-Geral da União (Relatórios de Auditoria nº 201211582, 201411700, 201411656 e 201503685), estão consignados neste normativo, entre eles, destaca-se a alteração da vinculação administrativa:

Art. 4º. A Unidade de Auditoria Interna, no âmbito administrativo, **vincula-se diretamente ao Conselho Diretor, nos termos do Art. 15, § 3º, do Decreto nº 3.591/2000, com redação dada pelo Decreto nº 4.304/2002**, que proverá os meios e condições necessários à execução das suas competências. (Resolução CD041/15, de 7 de outubro de 2015).

O atual Regulamento da Unidade de Auditoria Interna oferece garantias mínimas e indispensáveis para que a Unidade de Auditoria Interna exerça suas competências com independência, objetividade e eficácia.

⁷ Endereço eletrônico: http://www.conselhodiretor.cefetmg.br/galerias/Arquivos_ConDir/Resolucoes/Resolucoes_2015/RES_CD_041_15.htm> Acesso em: 03 Nov. 2015.

4.3 ATIVIDADES DE CORREIÇÃO E APURAÇÃO DE ILÍCITOS ADMINISTRATIVOS

No final de 2014, foi criado no CEFET-MG o Banco de Componentes de Comissões de Processo Administrativo Disciplinar e Sindicância (portaria DIR-1719/14, de 04/12/2014) e foi designado o servidor Fernando Souza Soares como Coordenador de Processos Administrativos Disciplinares e Sindicâncias (portaria nº 1.740, de 05/12/2014). O referido servidor é responsável pelos trabalhos do Sistema de Correição do CEFET-MG e do Sistema CGU PAD. Segue Relatório de Correição do CEFET-MG no ano de 2016:

RELATÓRIO DE CORREIÇÃO E APURAÇÃO DE ILÍCITOS ADMINISTRATIVOS

Quadro 4.1 – Relatório de Correição e Apuração de Ilícitos Administrativos

1			
Número do Processo:	23062.012789/2015-15		
Tipo de processo:	<input type="checkbox"/> Sindicância	<input checked="" type="checkbox"/> Processo Administrativo Disciplinar (Rito Sumário)	
Ato instaurador:	<input checked="" type="checkbox"/> Portaria	<input type="checkbox"/> Ordem de Serviço	<input type="checkbox"/> Outros (especificar)
Número e data do Ato:	Nº: DIR-088/16		Data: 05/02/2016
Irregularidade/ilegalidade:	<input type="checkbox"/> Fraude	<input type="checkbox"/> Ato de corrupção	<input type="checkbox"/> Dano ao erário <input checked="" type="checkbox"/> Outros
Situação do processo:	<input type="checkbox"/> Em andamento - fase: final		<input checked="" type="checkbox"/> Concluído
Julgamento:	<input type="checkbox"/> Absolvição	<input checked="" type="checkbox"/> Apenação	<input type="checkbox"/> Instauração de PAD (na hipótese de sindicância)
Pena aplicada:	Demissão		
Remessa dos autos:	<input checked="" type="checkbox"/> MPF		<input type="checkbox"/> AGU
Recomendação de Instauração de TCE:	<input type="checkbox"/> Valor do dano causado ou estimado (R\$): não informado		
2			
Número do Processo:	23062.000233/2016-59		
Tipo de processo:	<input type="checkbox"/> Sindicância	<input type="checkbox"/> Processo Administrativo Disciplinar	
Ato instaurador:	<input checked="" type="checkbox"/> Portaria	<input type="checkbox"/> Ordem de Serviço	<input checked="" type="checkbox"/> Outros (processo Disciplinar aluno)
Número e data do Ato:	Nº: DIR-109/16		Data: 16/02/2016
Irregularidade/ilegalidade:	<input type="checkbox"/> Fraude	<input type="checkbox"/> Ato de corrupção	<input type="checkbox"/> Dano ao erário <input checked="" type="checkbox"/> Outros
Fato sob apuração (Descrição sucinta):	Apurar possível irregularidade em atestado médico apresentado por aluno.		
Situação do processo:	<input type="checkbox"/> Em andamento - fase: final		<input checked="" type="checkbox"/> Concluído
Julgamento:	<input type="checkbox"/> Absolvição	<input type="checkbox"/> Apenação	<input checked="" type="checkbox"/> Processo remetido a coordenação à qual o aluno estava vinculado.
Pena aplicada:			
Remessa dos autos:	<input checked="" type="checkbox"/> Coordenação de curso		<input type="checkbox"/> AGU
Recomendação de Instauração de TCE:	<input type="checkbox"/> Valor do dano causado ou estimado (R\$): não informado		
3			
Número do Processo:	23062.009146/2015-86 e 23062.000396/2016-31		
Tipo de processo:	<input checked="" type="checkbox"/> Sindicância	<input checked="" type="checkbox"/> Processo Administrativo Disciplinar	
Ato instaurador:	<input checked="" type="checkbox"/> Portaria	<input type="checkbox"/> Ordem de Serviço	<input type="checkbox"/> Outros (processo Disciplinar aluno)
Número e data do Ato:	Nº: DIR-110/16		Data: 16/02/2016
Irregularidade/ilegalidade:	<input type="checkbox"/> Fraude	<input type="checkbox"/> Ato de corrupção	<input type="checkbox"/> Dano ao erário <input checked="" type="checkbox"/> Outros
Fato sob apuração (Descrição sucinta):	Assédio Sexual a alunas		
Situação do processo:	<input type="checkbox"/> Em andamento - fase: final		<input checked="" type="checkbox"/> Concluído
Julgamento:	<input type="checkbox"/> Absolvição	<input type="checkbox"/> Apenação	<input checked="" type="checkbox"/> Instauração de PAD (na hipótese de sindicância)
Pena aplicada:			
Remessa dos autos:	<input checked="" type="checkbox"/> MPF		<input type="checkbox"/> AGU
Recomendação de Instauração de TCE:	<input type="checkbox"/> Valor do dano causado ou estimado (R\$): não informado		

4

Número do Processo:	23062.000350/2016-12.		
Tipo de processo:	<input checked="" type="checkbox"/> Sindicância	<input type="checkbox"/> Processo Administrativo Disciplinar	
Ato instaurador:	<input checked="" type="checkbox"/> Portaria	<input type="checkbox"/> Ordem de Serviço	<input type="checkbox"/> Outros (processo Disciplinar aluno)
Número e data do Ato:	Nº: DIR-243/16		Data: 15/03/2016
Irregularidade/ilegalidade:	<input type="checkbox"/> Fraude	<input type="checkbox"/> Ato de corrupção	<input type="checkbox"/> Dano ao erário <input checked="" type="checkbox"/> Outros
Fato sob apuração (Descrição sucinta):	Furto de equipamento eletrônico.		
Situação do processo:	<input type="checkbox"/> Em andamento - fase: final		<input checked="" type="checkbox"/> Concluído
Julgamento:	<input type="checkbox"/> Absolvição	<input checked="" type="checkbox"/> Apenação	<input type="checkbox"/> Instauração de PAD (na hipótese de sindicância)
Pena aplicada:	Ressarcimento do bem pela empresa prestadora de serviço		
Remessa dos autos:	<input type="checkbox"/> MPF		<input type="checkbox"/> AGU
Recomendação de Instauração de TCE:	<input type="checkbox"/> Valor do dano causado ou estimado (R\$): não informado		

5

Número do Processo:	23062.012553/2015-71		
Tipo de processo:	<input type="checkbox"/> Sindicância	<input checked="" type="checkbox"/> Processo Administrativo Disciplinar	
Ato instaurador:	<input checked="" type="checkbox"/> Portaria	<input type="checkbox"/> Ordem de Serviço	<input type="checkbox"/> Outros (processo Disciplinar aluno)
Número e data do Ato:	Nº: DIR-251/16		Data: 16/03/2016
Irregularidade/ilegalidade:	<input type="checkbox"/> Fraude	<input type="checkbox"/> Ato de corrupção	<input type="checkbox"/> Dano ao erário <input checked="" type="checkbox"/> Outros
Fato sob apuração (Descrição sucinta):	Assédio Sexual a alunas		
Situação do processo:	<input type="checkbox"/> Em andamento - fase: final		<input checked="" type="checkbox"/> Concluído
Julgamento:	<input type="checkbox"/> Absolvição	<input checked="" type="checkbox"/> Apenação	<input type="checkbox"/> Instauração de PAD (na hipótese de sindicância)
Pena aplicada:	Suspensão.		
Remessa dos autos:	<input checked="" type="checkbox"/> MPF		<input type="checkbox"/> AGU
Recomendação de Instauração de TCE:	<input type="checkbox"/> Valor do dano causado ou estimado (R\$): não informado		

6

Número do Processo:	23062.000669/2016-48		
Tipo de processo:	<input checked="" type="checkbox"/> Sindicância	<input type="checkbox"/> Processo Administrativo Disciplinar	
Ato instaurador:	<input checked="" type="checkbox"/> Portaria	<input type="checkbox"/> Ordem de Serviço	<input type="checkbox"/> Outros (processo Disciplinar aluno)
Número e data do Ato:	Nº: DIR-333/16		Data: 11/04/2016
Irregularidade/ilegalidade:	<input type="checkbox"/> Fraude	<input type="checkbox"/> Ato de corrupção	<input type="checkbox"/> Dano ao erário <input checked="" type="checkbox"/> Outros
Fato sob apuração (Descrição sucinta):	Apurar possível irregularidade de conduta de professor contra aluno.		
Situação do processo:	<input type="checkbox"/> Em andamento, encaminhado ao Conselho Nacional de Educação		<input checked="" type="checkbox"/> Concluído
Julgamento:	<input type="checkbox"/> Absolvição	<input type="checkbox"/> Apenação	<input checked="" type="checkbox"/> Instauração de PAD (na hipótese de sindicância)
Pena aplicada:	Pena de advertência sugerida pela comissão a pena prescreveu por decurso de prazo - processo arquivado		
Remessa dos autos:	<input type="checkbox"/> MPF		<input type="checkbox"/> AGU
Recomendação de Instauração de TCE:	<input type="checkbox"/> Valor do dano causado ou estimado (R\$): não informado		

7

Número do Processo:	23062.006257/2012-98		
Tipo de processo:	<input checked="" type="checkbox"/> Sindicância	<input type="checkbox"/> Processo Administrativo Disciplinar	
Ato instaurador:	<input checked="" type="checkbox"/> Portaria	<input type="checkbox"/> Ordem de Serviço	<input type="checkbox"/> Outros (processo Disciplinar aluno)
Número e data do Ato:	Nº: DIR-357/16		Data: 15/04/2016
Irregularidade/ilegalidade:	<input type="checkbox"/> Fraude	<input type="checkbox"/> Ato de corrupção	<input type="checkbox"/> Dano ao erário <input checked="" type="checkbox"/> Outros
Fato sob apuração (Descrição sucinta):	Estágio probatório.		
Situação do processo:	<input type="checkbox"/> Em andamento - fase: final		<input checked="" type="checkbox"/> Concluído
Julgamento:	<input type="checkbox"/> Absolvição	<input type="checkbox"/> Apenação	<input type="checkbox"/> Instauração de PAD (na hipótese de sindicância)
Pena aplicada:	Processo arquivado por falta de objeto.		
Remessa dos autos:	<input type="checkbox"/> MPF		<input type="checkbox"/> AGU
Recomendação de Instauração de TCE:	<input type="checkbox"/> Valor do dano causado ou estimado (R\$): não informado		

8

Número do Processo:	23062.006568/2013-38		
Tipo de processo:	<input type="checkbox"/> Sindicância	<input checked="" type="checkbox"/> Processo Administrativo Disciplinar	
Ato instaurador:	<input checked="" type="checkbox"/> Portaria	<input type="checkbox"/> Ordem de Serviço	<input type="checkbox"/> Outros (processo Disciplinar aluno)
Número e data do Ato:	Nº: DIR-467/16		Data: 16/05/2016
Irregularidade/ilegalidade:	<input type="checkbox"/> Fraude	<input type="checkbox"/> Ato de corrupção	<input type="checkbox"/> Dano ao erário <input checked="" type="checkbox"/> Outros
Fato sob apuração (Descrição sucinta):	Acumulação indevida de cargo.		
Situação do processo:	<input type="checkbox"/> Em andamento - fase: final		<input checked="" type="checkbox"/> Concluído
Julgamento:	<input checked="" type="checkbox"/> Absolvição	<input type="checkbox"/> Apenação	<input type="checkbox"/> Instauração de PAD (na hipótese de sindicância)
Pena aplicada:	Processo arquivado.		
Remessa dos autos:	<input type="checkbox"/> MPF		<input type="checkbox"/> AGU
Recomendação de Instauração de TCE:	<input type="checkbox"/> Valor do dano causado ou estimado (R\$): não informado		

9

Número do Processo:	23062.002791/2016-59		
Tipo de processo:	<input type="checkbox"/> Sindicância	<input checked="" type="checkbox"/> Processo Administrativo Disciplinar	
Ato instaurador:	<input checked="" type="checkbox"/> Portaria	<input type="checkbox"/> Ordem de Serviço	<input type="checkbox"/> Outros (processo Disciplinar aluno)
Número e data do Ato:	Nº: DIR-906/16		Data: 25/08/2016
Irregularidade/ilegalidade:	<input type="checkbox"/> Fraude	<input type="checkbox"/> Ato de corrupção	<input type="checkbox"/> Dano ao erário <input checked="" type="checkbox"/> Outros
Fato sob apuração (Descrição sucinta):	Apurar denúncia agressão a aluno.		
Situação do processo:	<input type="checkbox"/> Em andamento - fase: final		<input checked="" type="checkbox"/> Concluído
Julgamento:	<input type="checkbox"/> Absolvição	<input checked="" type="checkbox"/> Apenação	<input type="checkbox"/> Instauração de PAD (na hipótese de sindicância)
Pena aplicada:	Advertência		
Remessa dos autos:	<input type="checkbox"/> MPF		<input type="checkbox"/> AGU
Recomendação de Instauração de TCE:	<input type="checkbox"/> Valor do dano causado ou estimado (R\$): não informado		

10

Número do Processo:	23062.006576/2013-84		
Tipo de processo:	<input type="checkbox"/> Sindicância	<input checked="" type="checkbox"/> Processo Administrativo Disciplinar	
Ato instaurador:	<input checked="" type="checkbox"/> Portaria	<input type="checkbox"/> Ordem de Serviço	<input type="checkbox"/> Outros (processo Disciplinar aluno)
Número e data do Ato:	Nº: DIR- 917/16		Data: 25/08/2016
Irregularidade/ilegalidade:	<input type="checkbox"/> Fraude	<input type="checkbox"/> Ato de corrupção	<input type="checkbox"/> Dano ao erário <input checked="" type="checkbox"/> Outros
Fato sob apuração (Descrição sucinta):	Apurar acumulação indevida de cargos.		
Situação do processo:	<input type="checkbox"/> Em andamento - fase: final		<input checked="" type="checkbox"/> Concluído
Julgamento:	<input type="checkbox"/> Absolvição	<input checked="" type="checkbox"/> Apenação	<input type="checkbox"/> Instauração de PAD (na hipótese de sindicância)
Pena aplicada:	Advertência - Devolução do valor devido da dedicação exclusiva		
Remessa dos autos:	<input type="checkbox"/> MPF		<input type="checkbox"/> AGU
Recomendação de Instauração de TCE:	<input type="checkbox"/> Valor do dano causado ou estimado (R\$): não informado		

11

Número do Processo:	23062.006148/2016-02		
Tipo de processo:	<input type="checkbox"/> Sindicância	<input checked="" type="checkbox"/> Processo Administrativo Disciplinar	
Ato instaurador:	<input checked="" type="checkbox"/> Portaria	<input type="checkbox"/> Ordem de Serviço	<input type="checkbox"/> Outros (processo Disciplinar aluno)
Número e data do Ato:	Nº: DIR- 958/16		Data: 06/09/2016
Irregularidade/ilegalidade:	<input type="checkbox"/> Fraude	<input type="checkbox"/> Ato de corrupção	<input type="checkbox"/> Dano ao erário <input checked="" type="checkbox"/> Outros
Fato sob apuração (Descrição sucinta):	Acumulação indevida de cargos.		
Situação do processo:	<input type="checkbox"/> Em andamento - fase: final		<input checked="" type="checkbox"/> Concluído
Julgamento:	<input type="checkbox"/> Absolvição	<input type="checkbox"/> Apenação	<input type="checkbox"/> Instauração de PAD (na hipótese de sindicância)
Pena aplicada:	Devolução do valor devido da quebra da dedicação exclusiva.		
Remessa dos autos:	<input type="checkbox"/> MPF		<input type="checkbox"/> AGU
Recomendação de Instauração de TCE:	<input type="checkbox"/> Valor do dano causado ou estimado (R\$): não informado		

12

Número do Processo:	23062.006030/2016-76.		
Tipo de processo:	<input checked="" type="checkbox"/> Sindicância	<input type="checkbox"/> Processo Administrativo Disciplinar	
Ato instaurador:	<input checked="" type="checkbox"/> Portaria	<input type="checkbox"/> Ordem de Serviço	<input type="checkbox"/> Outros (processo Disciplinar aluno)
Número e data do Ato:	Nº: DIR-979/16		Data: 14/09/2016
Irregularidade/ilegalidade:	<input type="checkbox"/> Fraude	<input type="checkbox"/> Ato de corrupção	<input type="checkbox"/> Dano ao erário <input checked="" type="checkbox"/> Outros
Fato sob apuração (Descrição sucinta):	Denúncia de conduta de professor na reunião do conselho departamental.		
Situação do processo:	<input type="checkbox"/> Em andamento - fase: final		<input type="checkbox"/> Concluído
Julgamento:	<input checked="" type="checkbox"/> Absolvição	<input type="checkbox"/> Apenação	<input type="checkbox"/> Instauração de PAD (na hipótese de sindicância)
Pena aplicada:	Processo arquivado por falta de objeto		
Remessa dos autos:	<input type="checkbox"/> MPF		<input type="checkbox"/> AGU
Recomendação de Instauração de TCE:	<input type="checkbox"/> Valor do dano causado ou estimado (R\$): não informado		

13

Número do Processo:	23062.007200/2016-30		
Tipo de processo:	<input type="checkbox"/> Sindicância	<input checked="" type="checkbox"/> Processo Administrativo Disciplinar	
Ato instaurador:	<input checked="" type="checkbox"/> Portaria	<input type="checkbox"/> Ordem de Serviço	<input type="checkbox"/> Outros (processo Disciplinar aluno)
Número e data do Ato:	Nº: DIR-1039/16		Data: 29/09/2016
Irregularidade/ilegalidade:	<input type="checkbox"/> Fraude	<input type="checkbox"/> Ato de corrupção	<input type="checkbox"/> Dano ao erário <input checked="" type="checkbox"/> Outros
Fato sob apuração (Descrição sucinta):	Assédio Sexual.		
Situação do processo:	<input checked="" type="checkbox"/> Em andamento – fase: Julgamento do processo		<input type="checkbox"/> Concluído
Julgamento:	<input type="checkbox"/> Absolvição	<input type="checkbox"/> Apenação	<input type="checkbox"/> Instauração de PAD (na hipótese de sindicância)
Pena aplicada:			
Remessa dos autos:	<input type="checkbox"/> MPF	<input type="checkbox"/> AGU	
Recomendação de Instauração de TCE:	<input type="checkbox"/> Valor do dano causado ou estimado (R\$): não informado		

14

Número do Processo:	23062.006556/2013-11		
Tipo de processo:	<input type="checkbox"/> Sindicância	<input checked="" type="checkbox"/> Processo Administrativo Disciplinar	
Ato instaurador:	<input checked="" type="checkbox"/> Portaria	<input type="checkbox"/> Ordem de Serviço	<input type="checkbox"/> Outros (processo Disciplinar aluno)
Número e data do Ato:	Nº: DIR-1045/16		Data: 30/09/2016
Irregularidade/ilegalidade:	<input type="checkbox"/> Fraude	<input type="checkbox"/> Ato de corrupção	<input type="checkbox"/> Dano ao erário <input checked="" type="checkbox"/> Outros
Fato sob apuração (Descrição sucinta):	Acumulação indevida de cargos.		
Situação do processo:	<input type="checkbox"/> Em andamento - fase:		<input checked="" type="checkbox"/> Concluído
Julgamento:	<input checked="" type="checkbox"/> Absolvição	<input type="checkbox"/> Apenação	<input type="checkbox"/> Instauração de PAD (na hipótese de sindicância)
Pena aplicada:			
Remessa dos autos:	<input type="checkbox"/> MPF	<input type="checkbox"/> AGU	
Recomendação de Instauração de TCE:	<input type="checkbox"/> Valor do dano causado ou estimado (R\$): não informado		

15

Número do Processo:	23062.006573/2013-41		
Tipo de processo:	<input type="checkbox"/> Sindicância	<input checked="" type="checkbox"/> Processo Administrativo Disciplinar	
Ato instaurador:	<input checked="" type="checkbox"/> Portaria	<input type="checkbox"/> Ordem de Serviço	<input type="checkbox"/> Outros (processo Disciplinar aluno)
Número e data do Ato:	Nº: DIR-1116/16		Data: 26/10/2016
Irregularidade/ilegalidade:	<input type="checkbox"/> Fraude	<input type="checkbox"/> Ato de corrupção	<input type="checkbox"/> Dano ao erário <input checked="" type="checkbox"/> Outros
Fato sob apuração (Descrição sucinta):	Acumulação indevida de cargos.		
Situação do processo:	<input type="checkbox"/> Em andamento - fase:		<input checked="" type="checkbox"/> Concluído
Julgamento:	<input checked="" type="checkbox"/> Absolvição	<input type="checkbox"/> Apenação	<input type="checkbox"/> Instauração de PAD (na hipótese de sindicância)
Pena aplicada:	Suspensão disciplinar por se tratar de aluno		
Remessa dos autos:	<input type="checkbox"/> MPF	<input type="checkbox"/> AGU	
Recomendação de Instauração de TCE:	<input type="checkbox"/> Valor do dano causado ou estimado (R\$): não informado		

16

Número do Processo:	23062.011098/2016-77		
Tipo de processo:	<input type="checkbox"/> Sindicância	<input checked="" type="checkbox"/> Processo Administrativo Disciplinar	
Ato instaurador:	<input checked="" type="checkbox"/> Portaria	<input type="checkbox"/> Ordem de Serviço	<input type="checkbox"/> Outros (processo Disciplinar aluno)
Número e data do Ato:	Nº: DIR-1140/16		Data: 1/11/2016
Irregularidade/ilegalidade:	<input type="checkbox"/> Fraude	<input type="checkbox"/> Ato de corrupção	<input type="checkbox"/> Dano ao erário <input checked="" type="checkbox"/> Outros
Fato sob apuração (Descrição sucinta):	Assédio sexual.		
Situação do processo:	<input type="checkbox"/> Em andamento - fase:		<input checked="" type="checkbox"/> Concluído
Julgamento:	<input type="checkbox"/> Absolvição	<input type="checkbox"/> Apenação	<input checked="" type="checkbox"/> Instauração de PAD (na hipótese de sindicância)
Pena aplicada:			
Remessa dos autos:	<input type="checkbox"/> MPF		<input type="checkbox"/> AGU
Recomendação de Instauração de TCE:	<input type="checkbox"/> Valor do dano causado ou estimado (R\$): não informado		

17

Número do Processo:	23062.011098/2016-77		
Tipo de processo:	<input type="checkbox"/> Sindicância	<input checked="" type="checkbox"/> Processo Administrativo Disciplinar	
Ato instaurador:	<input checked="" type="checkbox"/> Portaria	<input type="checkbox"/> Ordem de Serviço	<input type="checkbox"/> Outros (processo Disciplinar aluno)
Número e data do Ato:	Nº: DIR-1197		Data: 22/11/2016
Irregularidade/ilegalidade:	<input type="checkbox"/> Fraude	<input type="checkbox"/> Ato de corrupção	<input type="checkbox"/> Dano ao erário <input checked="" type="checkbox"/> Outros
Fato sob apuração (Descrição sucinta):	Assédio sexual.		
Situação do processo:	<input checked="" type="checkbox"/> Em andamento - fase: Instrução		<input type="checkbox"/> Concluído
Julgamento:	<input type="checkbox"/> Absolvição	<input type="checkbox"/> Apenação	<input type="checkbox"/> Instauração de PAD (na hipótese de sindicância)
Pena aplicada:			
Remessa dos autos:	<input type="checkbox"/> MPF		<input type="checkbox"/> AGU
Recomendação de Instauração de TCE:	<input type="checkbox"/> Valor do dano causado ou estimado (R\$): não informado		

Fonte: CPAD.

4.4 Cumprimento pela Instância de Correção da Portaria nº 1.043/2007 da CGU

Informamos que o CEFET-MG, com a designação de um Coordenador de Processos Administrativos Disciplinares e Sindicâncias, passou a ter um servidor responsável pela atualização e registro das informações relativas aos processos disciplinares no sistema CGU-PAD, conforme preceitua os artigos 4º e 5º da Portaria nº 1.043, de julho de 2007, observadas, sempre que cabíveis, as disposições do Decreto nº 4.553, de 27/12/2002.

4.5 GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

Quadro 4.2 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ – ANO DE 2016

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS		VALORES				
		1	2	3	4	5
Ambiente de Controle						
1.	A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2.	Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.			X		
3.	A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4.	Existe código formalizado de ética ou de conduta.				X	
5.	Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6.	Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				X	
7.	As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	
8.	Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				X	
9.	Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
Avaliação de Risco		1	2	3	4	5
10.	Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				X	
11.	Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.			X		
12.	É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.	X				
13.	É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.			X		
14.	A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.			X		
15.	Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.	X				
16.	Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.				X	
17.	Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18.	Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.		X			
Procedimentos de Controle		1	2	3	4	5
19.	Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20.	As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21.	As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				X	
22.	As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.				X	
Informação e Comunicação		1	2	3	4	5
23.	A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X
24.	As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25.	A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26.	A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27.	A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	

Monitoramento		1	2	3	4	5
28.	O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	
29.	O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30.	O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X	

Análise crítica e comentários relevantes:

O CEFET-MG está em processo de aperfeiçoamento dos seus controles internos, através da informatização dos setores administrativos e acadêmicos. Está sendo implementado o Sistema Institucional Integrado de Gestão – SIG, adquirido junto à Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN. Foi assinado o Termo de Cooperação 01/2016, entre o CEFET-MG e a UFRN, com o objetivo de transferir para o CEFET-MG, a gestão de tecnologia através do sistema SIG/UFRN.

O SIG possui diversos módulos, como por exemplo:

- Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas – SIGAA.
- Sistema Integrado de Patrimônio Administração e Contratos – SIPAC.
- Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos – SIGRH.
- Sistema Integrado de Gestão de Planejamento e de Projetos – SIGPP.
- Sistema Integrado de Gestão Eletrônico de Documentos – SIGED.

Com a melhoria dos controles internos; Com a execução do planejamento, conforme detalhado no PDI; Com a disponibilização dos dados institucionais na página do CEFET-MG, conforme determina a Lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011 e Decreto n. 8.777, de 11 de maio de 2016, o CEFET-MG ficará dotado de informações detalhadas, de fácil acesso para tomadas de decisões pela Diretoria, bem como, para o conhecimento do público em geral.

Escala de valores da Avaliação:

(1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente **não observado** no contexto da UJ.

(2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é **parcialmente observado** no contexto da UJ, porém, **em sua minoria**.

(3) Neutra: Significa que **não há como avaliar** se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.

(4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é **parcialmente observado** no contexto da UJ, porém, em sua maioria.

(5) Totalmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente **observado** no contexto da UJ.

Fonte: ADG.

4.6 INFORMAÇÕES SOBRE A EMPRESA DE AUDITORIA INDEPENDENTE CONTRATADA

Não houve, por parte do CEFET-MG, a contratação de empresa de auditoria independente, uma vez que não estamos sujeitos a tal obrigação.

5 ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

5.1 GESTÃO DE PESSOAS

5.1.1 Estrutura de pessoal da unidade

Quadro 5. 1: Força de trabalho da UPC

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos Exercício	Egressos Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	1643	1643	73	23
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	1643	1643	73	23
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	1628	1628	68	21
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	1	1	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	5	5	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	9	9	5	2
2. Servidores com Contratos Temporários	259	259	155	98
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	1	0	0	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	1903	1903	228	121

Fonte: SGP/Siapê

Quadro 5.2: Distribuição da lotação efetiva

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	724	919
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	724	919
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	710	918
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	1	0
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	5	0
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	8	1
2. Servidores com Contratos Temporários	0	259
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	1	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	725	1178

Fonte: SGP/Siapê

A proporção de servidores com contratos temporários em relação aos servidores de carreira na atividade-fim, de docência, foi de 28,2%. Isto significa que para cada 3 docentes de carreira, houve a contratação de 1 docente de forma temporária, aproximadamente. No ano de 2015 este índice era de 31,6%, o que indica que em 2016 houve a manutenção do volume relativo da contratação especial de docentes, na qual a instituição utiliza de processo seletivo simplificado.

Quadro 5.3: Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos Exercício	Egressos Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	54	54	13	13
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	54	54	0	0
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	53	53	13	13
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	0	0	0	0
1.2.4. Sem Vínculo	1	1	0	0
1.2.5. Aposentados	0	0	0	0
2. Funções Gratificadas	340	275	22	10
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	0	275	22	10
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	0	0	0	0
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	394	329	35	23

Fonte: SGP/Siape

O CEFET-MG possui em sua composição de cargos em comissão e funções gratificadas um total de 329 servidores, o que representa 17,28% da composição da força de trabalho da UPC. Esta proporção no ano de 2015 era de 16,22%, o que demonstra certa estagnação do índice.

Quadro 5.4: Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

	Limpeza	Vigilância	Recepção	Transporte	
Empresa Contratada	Conservo Serviços Gerais	Meg Segurança Patrimonial	Conservo Serviços Gerais	Liderança Limpeza e Conservação	
CNPJ	17.027.086/001-76	10.423.276/0001-36	17.027.086/001-76	00.482.890/0001-38	
Id. do Contrato	88/12	7/13	21/2016	33/2014	
Início do Contrato	2012	2013	2016	2014	
Fim do Contrato	2017	2017	2017	2016	
Natureza	Ordinária	Ordinária	Emergencial	Ordinária	
Escolaridade exigida	Fundamental	Fundamental	Fundamental	Ensino Médio	
Postos de trabalho	Previsto	205	96	37	10
	Contratado	197*	96**	37**	8*
Situação	Ativo prorrogado	Ativo prorrogado	Ativo normal	Ativo prorrogado	

Fonte: Prefeitura

* Redução conforme Decreto nº 8540/2015) e Memo Pref. 238/2016, em virtude da necessidade de racionalização dos gastos públicos.

** O quantitativo é o mesmo que o previsto no Contrato pois houve acréscimos e posteriormente supressões em virtude da necessidade de racionalização dos gastos públicos nas contratações do Governo Federal, conforme determinado pelo Decreto nº 8540/2015.

Programa de capacitação de servidores

O CEFET-MG tem uma política estruturada de valorização, formação, desenvolvimento e aperfeiçoamento dos recursos humanos, na qual os servidores que desejam realizar cursos de graduação e pós-graduação, podem se inscrever nos programas de apoio à capacitação financiados pela instituição. No total, são 02 programas de ressarcimento e 01 de ajuda de custo, discriminados abaixo:

- Para os cursos de graduação, o apoio financeiro varia entre 60% e 100% do valor da matrícula e das mensalidades pagas, com teto máximo de R\$500 para ressarcimento mensal. A duração da bolsa será de 12 meses, podendo ser renovada anualmente.

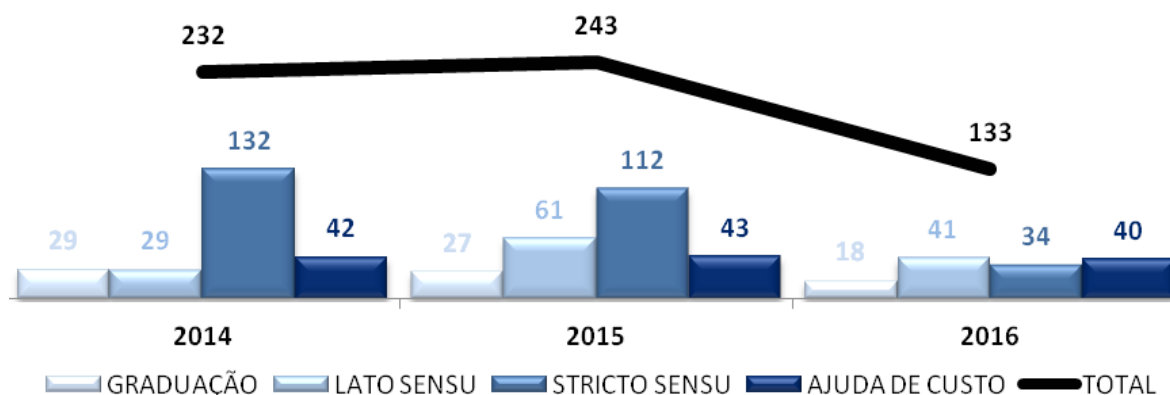
- No caso da pós-graduação (lato sensu e stricto sensu), o CEFET-MG oferece ressarcimento de 70% do valor da mensalidade, sendo o teto máximo para ressarcimento mensal o valor de R\$980. O prazo máximo para a concessão do pagamento será de 12, 18, 24 ou 48 meses, dependendo da duração do curso pretendido.
- A ajuda de custo no valor de R\$715 mensais é destinada aos servidores que cursarem mestrado ou doutorado em instituição localizada a mais de 100 km de sua Unidade de lotação e moradia. Não obstante, o contemplado neste programa não pode estar recebendo auxílio dos outros programas de apoio à capacitação.

Quadro 5.5: Número de atendidos nos programas de apoio à capacitação – 2014 a 2016

Ano	Graduação	Pós-graduação		Ajuda de custo	Total
		Lato sensu	Stricto sensu		
2014	29	29	132	42	232
2015	27	61	112	43	243
2016	18	41	34	40	133

Fonte: Divisão de capacitação

Gráfico 17: Número de atendidos nos programas de apoio à capacitação – 2014 a 2016



Comparando 2016 com o ano de 2015, observa-se a redução do número de atendidos em todos os programas de apoio: graduação, lato sensu, stricto sensu e ajuda de custo, com queda de 33,3%, 32,8%, 69,6% e 7%, respectivamente. Esta queda se justifica, em grande parte, pelo fato dos valores dos subsídios estarem defasados (fixados quando da criação do programa), fazendo com que o servidor tenha que assumir uma maior proporção da despesa. Dado a queda total de 243 para 133 (45,3%), o valor das bolsas será revisto para 2017.

Quadro 5.6: Qualificação dos técnico-administrativos em educação (TAEs)

Unidade	Titulação em 2016						Total
	EF	EM	G	E	M	D	
Campus I - BH	21	32	64	158	90	8	373
Campus II - BH	11	15	24	25	15	2	92
Leopoldina	1	14	12	18	4	0	49
Araxá	1	6	13	20	8	2	50
Divinópolis	0	2	6	23	0	0	31
Campus VI - BH	0	1	0	0	0	0	1
Timóteo	0	1	8	10	8	0	27
Varginha	0	1	5	14	5	0	25
Nepomuceno	0	2	7	6	6	0	21
Curvelo	0	1	10	7	4	0	22
Contagem	0	4	9	5	1	0	19
Total geral	34	79	158	286	141	12	710

Unidade	Titulação em 2015						Total
	EF	EM	G	E	M	D	
Campus I - BH	21*	52	81	134	85	4	377
Campus II - BH	11*	15	19	21	16	0	82
Leopoldina	1	16	12	18	2	0	49
Araxá	1	6	15	16	7	2	47
Divinópolis	0	3	5	21	0	0	29
Campus VI - BH	0	1	0	0	0	0	1
Timóteo	0	4	6	11	8	0	29
Varginha	0	1	4	13	5	0	23
Nepomuceno	0	2	10	7	3	0	22
Curvelo	0	2	10	7	3	0	22
Contagem	0	5	7	7	0	0	19
Total geral	34	107	169	255	129	6	700

Fonte: SGP

* Valor diferente daquele apresentado no Relatório de Gestão 2015. Dado atualizado pela agregação do grupo "ensino médio incompleto".

Verifica-se que houve a elevação do nível de capacitação dos técnicos administrativos, diante da mobilidade evidenciada na tabela. Isto porque nos primeiros níveis de titulação – Ensino Fundamental, Ensino Médio e Graduação – observa-se uma tendência de queda, enquanto nos posteriores – Especialização, Mestrado e Doutorado – há uma tendência de alta. Portanto, o resultado está dentro do esperado, dado que os blocos de dados estão se alterando de forma inversamente correlacionada.

O número de servidores com Ensino Fundamental manteve-se constante, o que indica o desinteresse deste grupo (próximos da aposentadoria) em elevar sua capacitação. Em contrapartida, houve redução de 26,2% dos servidores com Ensino Médio e de 6,5% dos servidores com graduação. Aliado a este movimento, houve o crescimento de 12,2% dos técnico-administrativos com Especialização, assim como o crescimento de 9,3% do total de mestres. O grande destaque de crescimento vai para os doutores, que aumentaram em 100%.

Quadro 5.7: Qualificação dos docentes efetivos

Unidade	Titulação em 2016					
	Graduação	Aperf.	Espec.	Mestrado	Doutorado	Total
Campus I - BH	19	0	3	146	177	345
Campus II - BH	0	0	5	58	126	189
Leopoldina	6	0	3	29	18	56
Araxá	5	0	1	31	29	66
Divinópolis	2	0	0	33	21	56
Timóteo	0	0	0	33	18	51
Varginha	2	0	0	27	15	44
Nepomuceno	2	0	0	27	12	41
Curvelo	1	0	0	29	10	40
Contagem	1	0	0	22	7	30
Total geral	38	0	12	435	433	918

Unidade	Titulação em 2015					
	Graduação	Aperf.	Espec.	Mestrado	Doutorado	Total
Campus I - BH	26	0	4	157	169	356
Campus II - BH	2	0	6	60	115	183
Leopoldina	7	0	3	35	13	58
Araxá	0	6	4	29	26	65
Divinópolis	5	0	1	34	17	57
Timóteo	0	1	0	33	16	50
Varginha	0	1	1	29	14	45
Nepomuceno	0	2	1	28	10	41
Curvelo	0	1	0	29	10	40
Contagem	0	1	0	22	6	29
Total geral	40	12	20	456	396	924

Fonte: SGP

Verifica-se que houve a elevação do nível de capacitação dos docentes, diante da mobilidade evidenciada na tabela. Isto porque se observa um decréscimo nos 4 primeiros níveis de titulação, aliado a um crescimento proporcional no último nível, do Doutorado. Observa-se também que o quadro de pessoal docente da instituição se concentra em grande proporção nos níveis de Mestrado e Doutorado, representando 95,5% do total. O resultado está dentro do esperado, dado que a formação do tipo *stricto sensu* é a mais indicada para a docência.

O número de professores com Graduação manteve-se praticamente constante, o que indica o desinteresse deste grupo (próximos da aposentadoria) em elevar sua capacitação. Em contrapartida, houve redução de 100% dos docentes com Aperfeiçoamento e de 40% dos com Especialização. Houve uma redução menos significativa dos professores com título de Mestrado, com decréscimo registrado em 4,6%. O destaque de crescimento vai para os doutores, que aumentaram em 9,3%.

5.1.2 Demonstrativo das despesas com pessoal

Quadro 5.8: Custos de Pessoal

Quadro 7: Custos de pessoal (valores em R\$)	Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade		Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade		Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)		Servidores cedidos com ônus		Servidores com contrato temporário	
	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016
Vencimentos e Vantagens Fixas	89.520.838,28	91.345.150,34	74.189,10	0,00	63.546,12	65.002,42	253.054,90	111.320,40	12.083.975,48	10.710.108,54
Retribuições	4.327.418,62	4.783.924,85	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Gratificações	15.170.873,37	15.881.397,17	14.317,50	8.375,65	5.295,51	5.586,77	29.195,60	11.882,41	997.256,11	915.530,14
Adicionais	76.045.214,04	91.321.738,14	104.264,80	96.504,35	0,00	0,00	99.812,69	30.247,50	454.846,44	337.763,63
Indenizações	7.979.310,12	10.854.039,52	5.544,00	0,00	4.612,00	6.268,56	23.916,92	24.480,57	1.320.713,04	1.540.748,52
Benefícios Assistenciais e Previdenciários	5.182.006,14	6.208.331,13	4.286,16	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Variáveis	2.627.603,23	874.894,67	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	97.464,91	28.944,96
Despesas de Exercícios Anteriores	161.772,05	1.808.096,61	0,00	0,00	0,00	0,00	729,36	0,00	0,00	0,00
Decisões Judiciais	117.234,60	111.753,24	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	201.132.270,45*	223.189.325,67	202.601,56	104.880,00	73.453,63	76.857,75	406.709,47	177.930,88	14.954.255,98	13.533.095,79

Fonte: SGP

* Valor total diferente daquele apresentado no relatório de 2015 (erro de soma: fórmula de cálculo inserindo a data "2015")

A mutação das despesas condiz com a alteração de composição da força de trabalho da UPC. Destaca-se a redução de 48,23% dos custos com servidores de carreira sem vínculo com o órgão da unidade, assim como o decréscimo em 56,25% com servidores cedidos com ônus (os servidores de carreira em exercício provisório eram 10 no exercício de 2015 e passaram a ser 5 no exercício de 2016).

5.1.3 Gestão de riscos relacionados ao pessoal

Existem diversos fatores relacionados à gestão de pessoas que podem comprometer o correto funcionamento da UPC, afetando assim o cumprimento da sua missão institucional. Em 2016, o CEFET-MG teve suas atividades e rotinas de funcionamento alteradas diante da greve dos técnico-administrativos em educação e, posteriormente, pela greve dos docentes. Nestas ocasiões de paralisação da prestação de serviços, buscou-se manter o quadro de pessoal necessário ao cumprimento das atividades essenciais (conforme estabelecido na lei nº 7.783, de 28 de junho de 1989). Não obstante, tal risco ainda que de grande impacto não se deu sob a responsabilidade descentralizada da UPC, na medida em que as pautas reivindicatórias e de negociação eram de amplitude nacional, portanto, tratadas diretamente com o governo federal.

Outro fator de risco identificado pela gestão de pessoas em 2016 é aquele relacionado à aposentadoria. Para além da movimentação natural da força de trabalho relacionada ao ingresso e egresso na instituição, tem-se considerado a possibilidade de saída abrupta dos servidores, sem que haja a reposição do quadro de pessoal na mesma velocidade. Isto porque uma parcela de 8% da força de trabalho – cerca de 150 servidores – são beneficiários do abono permanência⁸. Assim, diante da possibilidade de haver a extinção do referido abono, através da votação da PEC 139/15, em 2016 a instituição esteve alerta aos possíveis impactos de tal alteração na dinâmica de funcionamento da força de trabalho.

⁸ Gratificação no valor equivalente ao desconto da contribuição previdenciária, paga mensalmente ao servidor que mesmo tendo preenchido os requisitos para a aposentadoria optou por continuar exercendo sua atividade na UPC.

5.1.4 Contratação de pessoal de apoio e de estagiários

Quadro 5.9: Quantitativo de contratos de estágio vigentes em 2016

Escolaridade	1º Trimestre		2º Trimestre		3º Trimestre		4º Trimestre	
	Área fim	Área meio	Área fim	Área meio	Área fim	Área meio	Área fim	Área meio
Nível Superior	3	154	0	172	2	180	1	178
Nível Médio	0	27	0	41	0	52	0	39
Total	3	181	0	213	2	232	1	217

Fonte: SGP

A planilha acima agrega 100% dos contratos de estágio vigentes em 2016, considerando tanto os de natureza obrigatória (24%) quanto os de não-obrigatória (76%). O primeiro é realizado sem ônus para o CEFET-MG, conforme determinação da Orientação Normativa nº 2, de 24 de junho de 2016, da SEGRT/MP. Já no caso do estágio não-obrigatório a instituição oferece bolsa aos estudantes, conforme definido na mesma Orientação Normativa.

Quadro 5.10: Valores da Bolsa de Estágio

Nível médio 4h	Nível médio 6h	Nível superior 4h	Nível superior 6h
R\$ 203,00	R\$ 290,00	R\$ 364,00	R\$ 520,00

No ano de 2016 foram gastos R\$1.276.478,42 com a contratação de estagiários, havendo uma redução em 21,1% da despesa, dado que em 2015 o montante gasto foi de R\$1.617.125,87. Esse resultado se deve à mudança da política adotada pela Diretoria de Planejamento e Gestão (DPG), buscando racionalizar este tipo de contratação.

5.2 GESTÃO DO PATRIMÔNIO E INFRAESTRUTURA

5.2.1 GESTÃO DA FROTA DE VEÍCULOS

a) Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos

O CEFET-MG não possui norma interna que determine a constituição e a forma de utilização de sua frota, sendo utilizado a Lei 1.081/50 e 9.327/96 como diretriz normativa geral. Os veículos da frota oficial destinam-se ao atendimento das atividades de ensino, pesquisa, extensão e de serviço e são de uso exclusivo dos servidores e funcionários terceirizados em efetivo exercício no CEFET-MG, sendo vedado o uso de veículos da frota oficial por entidades e pessoas não ligadas à Instituição.

b) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UPC

A frota é fundamental para as atividades do CEFET-MG, tanto administrativa quanto acadêmica. Com unidades descentralizadas e a sede em BH, os servidores precisam deslocar-se constantemente para participar de reuniões nos Conselhos do CEFET-MG, assembleias, encontros institucionais e até mesmo, transportar produtos de consumo ou patrimoniado do almoxarifado central para o interior. Além disso, todos os cursos técnicos, graduação e pós-graduação possuem demandas como participação em eventos, visitas técnicas, competições etc.

c) Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade da UPC, por grupos

1- Transporte utilitário = 23 veículos

2- Transporte institucional (veículos para transporte de alunos) = 10 veículos

3- Transporte de representação = 19 veículos

Total geral de veículos da instituição = 52 veículos

d) Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos

- 1- Transporte utilitário = 255.501 km / 23 veículos → 11.108,74 km/veículo no ano
2- Transporte institucional = 172.841 km / 10 veículos → 17.284,1 km/veículo no ano
3- Veículos de representação = 176.439 km / 19 veículos → 9.286,26 km/veículo no ano
Média geral = 604.781 km / 52 veículos → 11.630,40 km/veículo no ano

e) Idade média da frota, por grupo de veículos

- 1- Transporte utilitário = 8 anos
2- Transporte institucional = 9 anos
3- Transporte de representação = 7 anos
Média geral da idade dos veículos da instituição = 8 anos

f) Despesas associadas à manutenção da frota em 2016

Quadro 5.11 – Despesas associadas à manutenção da frota em 2016

Grupo de veículos	Gastos com combustíveis (R\$)	Gastos com manutenção (R\$)	Gastos com seguros obrigatórios (R\$)
Utilitários	86.033,13	82.429,60	2.922,23
Institucionais	139.950,13	94.760,85	2.218,32
Representação	62.536,15	34.895,43	1.999,75
SUB-TOTAL	288.519,41	212.085,88	7.140,30
TOTAL GERAL DE DESPESAS - R\$ 507.745,59			
MÉDIA DE DESPESAS/VEÍCULO - R\$ 9.764,34			

Fonte: Transportes

g) Plano de substituição da frota

Não há previsão de substituição dos veículos, dado que a frota da UPC foi renovada no ano de 2012 e, portanto, ainda se encontra em boas condições de uso.

h) Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação

Em 2012 quando da opção pela renovação da frota, foi avaliada previamente a possibilidade de locação. Identificou-se que seria inviável esta opção, por oferecer um custo/quilômetro rodado acima daquele observado quando da utilização de frota própria. Além disso, parte das empresas consultadas ofereciam um melhor preço condicionado à contratação de serviços de motoristas, critério que não se adequava à real demanda do CEFET-MG. Isto porque a UPC ainda possui em seu quadro de pessoal servidores ativos com cargos de motorista (extintos pela lei 9.632/98). Não obstante, evidencia-se que é possível o fretamento ou locação de veículo estranho à frota oficial da CEFET-MG, quando observada a excepcionalidade da solicitação. Vale ressaltar que, a simples indisponibilidade de veículos da frota oficial, por si só, não é razão suficiente para o enquadramento neste critério de excepcionalidade.

i) Estrutura de controles para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço

A solicitação do uso de veículos da frota oficial é realizada no sistema de Controle de Frota e é acompanhada de todas as informações para a programação da viagem, incluindo:

- I- nome e natureza da atividade;
- II- justificativa da atividade;
- III- itinerário proposto;

- IV- data, local e horário de saída;
- V- destino e local de chegada, com endereço completo e telefone;
- VI- locais de visita com endereços, ser houver, com endereços e referências;
- VII- tempo de permanência;
- VIII- data e horário de retorno;
- IX- relação nominal preliminar dos passageiros, acompanhada de informações institucionais;
- X- nome do servidor docente ou técnico-administrativo responsável pela atividade; e
- XI- fonte proposta para financiamento dos custos.

Após realizada a solicitação de utilização de veículos da frota oficial, o Setor de Transportes (subordinado à Prefeitura do CEFET-MG) emite informação por escrito sobre a disponibilidade e as condições para atendimento, inclusive estimativa de custo de combustível, diárias e despesas acessórias como pedágios, estacionamento, limpeza e outros. Todos os procedimentos podem ser acessados pelo site:

<http://www.prefeitura.cefetmg.br/site/sobre/aux/Servicos/Transporteemantveicular.html>

O Setor de Transportes do CEFET-MG é responsável também pela gestão e manutenção da frota de veículos oficiais. Compete ao Setor de Transportes:

- I- manter a documentação dos veículos da frota oficial em regularidade;
- II- providenciar a renovação do licenciamento anual de veículos em tempo hábil, obedecendo ao calendário estabelecido pelo Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN) ou pelo Departamento de Trânsito de Minas Gerais, bem como a quitação do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT);
- III- estabelecer as rotinas de acompanhamento e desembaraço, junto aos órgãos de trânsito, de todas as ocorrências envolvendo veículos oficiais e de obtenção do correspondente Boletim de Ocorrência junto à Delegacia de Polícia do local nos casos de acidente de trânsito;
- IV- efetuar as rotinas de manutenção, reparo, abastecimento, lavagem e lubrificação dos veículos de propriedade do CEFET-MG;
- V- assegurar a presença dos equipamentos de segurança obrigatórios, sempre antes da realização de qualquer atividade visando a segurança aos usuários;
- VI- estabelecer a programação de utilização da frota oficial, devendo observar criteriosamente as características técnicas e boas condições mecânicas e de conservação do veículo;
- VII- designar o motorista habilitado para atuar como condutor autorizado;
- VIII- tomar providências imediatas visando sanar as irregularidades apontadas pelo responsável pela viagem;
- IX- promover os procedimentos necessários à apuração de responsabilidade, tão logo receba uma notificação de infração de trânsito, preenchendo o formulário próprio para estas situações e providenciar a coleta de sua assinatura no auto da notificação, diretamente ou através do responsável pela unidade onde este estiver lotado;
- X- promover os procedimentos necessários à apuração de responsabilidade tão logo seja notificada a ocorrência de danos a veículos da frota oficial, visando a indenização ao erário por quem der a causa;
- XI- encaminhar as identificações de infratores aos órgãos de trânsito competentes e à Superintendência de Administração de Pessoal do CEFET-MG;
- XII- efetuar o pagamento de multa por infração de trânsito e providenciar os procedimentos para o ressarcimento ao erário se, após o vencimento do prazo de pagamento, não receber a comprovação formal do condutor infrator de que efetuou seu pagamento e/ou interpôs recurso perante à Junta Administrativa de Recursos e Infrações (JARI);
- XIII- manter em arquivo próprio para atender à auditoria interna e externa, realizada anualmente na Instituição;

j) Acompanhamento físico-financeiro da frota de veículos

Quadro 5.12 – Acompanhamento físico-financeiro da frota de veículos

	2015	2016	Varição
Total de veículos	52	52	-
Despesa total com veículos* (R\$)	565.104,83	507.745,59	↓ 10,2%
Despesa média anual por veículo (R\$)	10.867,40	9.764,34	
Km rodados no total	616.377	604.781	↓ 2%
Km rodados/veículo no ano	11.853	11.630	
Custo/km rodado no ano (R\$)	0,92	0,84	↓ 8,4%

*Considerado no cálculo: gastos com manutenção, abastecimento e seguro obrigatório.

A despesa total com veículos diminuiu em 10,2% em comparação a 2015, o que indica uma otimização da estrutura de gastos. O resultado deste indicador é bastante satisfatório, na medida em que o comportamento esperado era de crescimento do nível de despesas devido ao aumento da idade média da frota. No que tange ao total de quilômetros rodados pela frota no ano, verifica-se uma variação de 2%, o que indica que o fluxo de demanda/uso dos veículos manteve-se praticamente estagnado. No que se refere ao custo/km rodado, observa-se uma redução de 8,4% do indicador, o que demonstra que: quando em 2015 se gastava 92 centavos para cada quilômetro rodado, em 2016 passou-se a gastar 84 centavos.

Quadro 5.13 - Acompanhamento físico-financeiro por grupo de veículos

Grupo de veículos	Ano	Gastos com combustíveis (R\$)	Gastos com manutenção (R\$)	Gastos com seguros obrigatórios (R\$)	Nº carros	Km rodados	Custo/km rodado no ano (R\$)
Utilitários	2015	81.204,25	102.205,39	2.922,23	23	267.610	0,70
	2016	86.033,13	82.429,60	2.922,23		255.501	0,67
Varição		↑ 5,9%	↓ 19,3%	0%	0%	↓ 4,5%	↓ 3,7%
Institucionais	2015	134.929,58	125.953,13	2.218,32	10	169.918	1,55
	2016	139.950,13	94.760,85	2.218,32		172.841	1,37
Varição		↑ 3,7%	↓ 24,8%	0%	0%	↓ 1,7%	↓ 11,5%
Representação	2015	56.998,24	56.673,94	1.999,75	19	178.849	0,65
	2016	62.536,15	34.895,43	1.999,75		176.439	0,56
Varição		↑ 9,7%	↓ 38,4%	0%	0%	↓ 1,3%	↓ 12,9%

A otimização da estrutura de gastos se deu, em grande parte, pela redução considerável dos custos com a manutenção dos automóveis. Verifica-se que em todos os grupos de veículos houve relevante queda dos valores despendidos: 19,3% para os utilitários, 24,8% para os institucionais e 38,4% para os de representação. Observa-se também à queda do custo/km rodado no ano em todos os grupos, correlacionada à redução dos gastos com manutenção, com destaque para os veículos de representação, seguido dos institucionais e por fim os utilitários, com reduções de 12,9%, 11,5% e 3,7%, respectivamente.

5.2.2 Gestão do Patrimônio Imobiliário da União

a) Estrutura de controle e de gestão do patrimônio no CEFET-MG

A *Gestão do Patrimônio Imobiliário do CEFET-MG* não dispõe atualmente de um setor com atribuição exclusiva e sistematizada, a estrutura de controle perpassa por várias Unidades Organizacionais (UORGs): Superintendência de Logística (SLOG), Divisão de Patrimônio (DIPAT), Diretoria de Planejamento e Gestão (DPG), Superintendência de Orçamento e Finanças (SOF), Divisão de Contabilidade (DICON), Superintendência de Convênios e Contratos (SCCONT), Procuradoria Federal (PROJUR), Superintendência de Infraestrutura (SINFRA), Prefeitura (PREF) e Diretorias de Unidades do interior.

Para atender sua missão institucional a *Gestão do Patrimônio Imobiliário do CEFET-MG* compreende diversos procedimentos e atividades, a saber: cadastro dos imóveis no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União – SPIUnet; orientação, regularização e registro de aquisições de seus imóveis; formalização dos contratos de cessão do espaço e de locação; assessoramento jurídico relativo aos imóveis; fiscalização das obras em andamento até serem concluídas e inspeções constantes para verificar o estado de conservação das instalações físicas das Unidades, bem como coordenação das atividades relativas à manutenção e reforma da infraestrutura física existente e finalmente com os registros contábeis dos imóveis.

b) Distribuição geográfica dos imóveis da União

Quadro 5.14 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		Quantidade de imóveis de propriedade da união de responsabilidade da UPC	
		Exercício 2015	Exercício 2016
BRASIL	Belo Horizonte - MG	4	4
	Leopoldina - MG	2	4
	Araxá - MG	1	2
	Divinópolis - MG	1	1
	Timóteo - MG	2	2
	Varginha - MG	1	1
	Nepomuceno - MG	3	2
	Curvelo - MG	1	1
	Contagem - MG	1	1
Total		16	18

Fonte: SPIUnet

c) Qualidade e completude dos registros das informações dos imóveis no SPIUnet

Quadro 5.15 – Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade do CEFET/MG, exceto Imóvel Funcional

UPC	RIP da Utilização ¹	Localidade	Regime ¹	Estado de Conservação ¹	Valor do Imóvel		
					Valor Histórico ²	Data da Avaliação ¹	(R\$) Valor Reavaliado ¹
153015	412300017.500.2	B.Hte / C-I	Uso em Serviço Público	Bom	URV 2,31	09/02/12	23.940.000,00
153015	412300016.500.7	B.Hte / C-II	Uso em Serviço Público	Bom	URV 2,00	12/12/00	8.301.718,16
153015	412300804.500.0	B. Hte / Casa da Rua Alpes	Uso em Serviço Público	Bom	R\$ 920.000,00	25/09/13	1.005.766,98
153015	4767.00047.500.6	Leopoldina / C-III	Uso em Serviço Público	Bom	R\$ 254.683,87	09/11/10	254.683,87
153015	4767.00001.500.5	Leopoldina / C-III	Uso em Serviço Público	Bom	URV 2,01	14/12/00	2.048.575,95
153015	4079.00025.500.5	Araxá / C-IV	Em regularização – Outros	Ruim	R\$ 218.989,45	26/10/15	7.190.106,37
153015	4079.00009.500.8	Araxá / C-IV	Uso em Serviço Público	Bom	R\$ 662.909,09	11/12/00	1.729.024,93
153015	4445.00021.500.4	Divinópolis / C-V	Uso em Serviço Público	Bom	R\$ 118.212,50	01/09/05	118.212,50
153015	5373.00002.500.5	Timóteo / C-VII	Uso em Serviço Público	Bom	R\$ 15.000.000,00	30/06/10	15.000.000,00
153015	5373.00004.500.6	Timóteo / C-VII	Uso em Serviço Público	Bom	R\$ 5.000.000,00	30/06/10	5.000.000,00
153015	5413.00033.500.7	Varginha / C-VIII	Uso em Serviço Público	Bom	R\$ 1.731.278,40	21/05/07	1.731.278,40
153015	4891.00002.500.0	Nepomuceno / C-IX	Uso em Serviço Público	Muito Bom	R\$ 1.065.349,39	11/04/07	1.065.349,39
153015	4417.00024.500.5	Curvelo / C-X	Uso em Serviço Público	Bom	R\$ 260.000,00	13/12/07	260.000,00
153015	4371.00019.500.6	Contagem / C-XI	Uso em Serviço Público	Bom	R\$ 2.829.240,63	26/06/08	2.829.240,63
Total							70.473.957,18

Fonte: SIE⁽²⁾ e SPIUnet

⁽¹⁾ Informações extraídas do SPIUnet

⁽²⁾ SIE – Sistema Integrado de Educação que o CEFET-MG utiliza em suas atividades administrativas

⁽³⁾ O valor reavaliado corresponde ao preço de mercado na respectiva data de avaliação

A DIPAT vinculada a Superintendência de Logística (SLOG) é responsável pelo cadastro das informações sobre imóveis da UPC no SPIUnet, tais como memorial descritivo das benfeitorias, área construída (em m²), tipos de estrutura, quantidade de pavimentos, memorial descritivo dos terrenos, valor atual dos bens imóveis, entre outros. Entretanto alguns registros estão desatualizados, tendo em vista o início de uma nova gestão no CEFET/MG em outubro de 2015 onde muitos servidores e chefes das Unidades Organizacionais foram substituídos em 2016. Em razão disto, os procedimentos de cadastro no sistema estão sendo aperfeiçoados e os atuais servidores da DIPAT estão em processo de qualificação para tal adequação e atualização, pois não possuem habilitação formal específica, clareza dos conceitos e dos requisitos que envolvem o tema Gerenciamento de Imóveis.

Em Araxá, o imóvel de RIP Utilização 4079.00025.500.5 foi doado à metade do terreno pelo DNIT e a UPC continua negociando o recebimento da outra metade com o doador. No momento não há atividades administrativas ou acadêmicas no local pela UPC. O imóvel situado na Avenida Amazonas, 5.253 – Nova Suíça em Belo Horizonte/MG (registrado no SPIUnet) estava na situação de Cessão de Uso, mas a União o doou para esta UPC no dia 21/09/2016 por meio de Contrato de Doação expedido e registrado no Livro nº 8 –M Doação, folha nº 197 pela Superintendência do Patrimônio da União. Ao longo de 2017, os procedimentos serão readequados para melhoria da qualidade e completude dos registros das informações dos imóveis no Sistema de Registro dos Imóveis de Uso Especial da União SPIUnet desta UPC.

Quadro 5.16 – Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade do CEFET-MG não cadastrados no SPIUnet, exceto Imóvel Funcional

Localidade	Descrição	Situação
Leopoldina	Campus III – Rua José Peres, 268 – Centro	Cessão de Uso
Leopoldina	Campus III – Rua José Peres, 548 – Centro	Doação
B. Horizonte	Campus VI – Avenida Amazonas, 5.855 - Gameleira	Doação
Nepomuceno	Campus IX - Rua Humberto Consenza, nº 111 - Centro	Doação
Contagem	Campus XI – Avenida Doutor Antônio Chagas Diniz, 655 - Bairro Cidade Industrial - Praça da Cemig	Comodato

Os imóveis descritos no Quadro B.8.2.3.3 não foram cadastrados no SPIUnet, de acordo com explicações a seguir:

1. O imóvel situado na Rua José Peres, 268 foi cedido pelo DNIT conforme Ofício nº 69990/2016-MP da CODES/SPU/MG datado em 10/11/2016.
2. O imóvel situado na Rua José Peres, 548 foi doado pela Prefeitura de Leopoldina, mas a UPC terá que indenizar ao Sesi pelas benfeitorias custeadas e construídas, a regularização documental deste imóvel encontra-se em andamento.
3. O imóvel situado na Avenida Amazonas, 5.855 – Gameleira em Belo Horizonte/MG estava na situação de Cessão de Uso, mas a União doou este imóvel para o CEFET/MG no dia 24/09/2016 por meio de Contrato de Doação expedido pela Superintendência do Patrimônio da União. Ele não foi incorporado no SPIUnet devido a regularização dos documentos.
4. Enquanto, o imóvel de Nepomuceno foi doado para a UPC em 16/10/2015 pela Fundação Monsenhor Luiz de Gonzaga.
5. E finalmente, o imóvel situado em Contagem foi cedido para esta UPC em comodato conforme Termo Aditivo ao Contrato nº 65.693.

Os imóveis supracitados não foram cadastrados no sistema por falta de qualificação técnica dos novos servidores.

a) Despesas de manutenção e a qualidade dos registros contábeis relativamente aos imóveis

O CEFET-MG mantém uma política de manutenção e conservação de seus bens, a fim de zelar pelo bom estado de conservação. Em razão disto, em 2016 efetuou compras de materiais e contratou a empresa Conservo para prestação de serviços (pintura, manutenções elétricas, hidráulicas e pluviais, dentre outras) que resultou no montante de R\$ 2.319.044,62 em despesas de manutenção. Em relação à qualidade dos registros contábeis dos imóveis está atrelada às informações registradas no SPIUnet que encontram-se integradas ao SIAFI sistema este onde ocorrem as devidas contabilizações destes.

b) Riscos relacionados à gestão dos imóveis e os controles para mitigá-los

Como a *Gestão do Patrimônio Imobiliário do CEFET-MG* é pulverizada, reside nesse fato um risco de desencontro de informações e conflito de competências, pois os dados encontram-se em diversas Unidades Organizacionais (UORGs) o que dificulta o levantamento de informações sobre o patrimônio dos imóveis. Contudo, a DIPAT busca manter um canal de comunicação eficiente entre todas as unidades envolvidas no processo, inclusive no que diz respeito ao registro das informações dos imóveis no SPIUnet.

5.3 CESSÃO DE ESPAÇOS FÍSICOS E IMÓVEIS A ÓRGÃOS E ENTIDADES PÚBLICAS OU PRIVADAS

A seguir são disponibilizadas informações sobre Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas encaminhadas pela Superintendência de Convênios e Contratos.

Quadro 5.17 - Campus I, BHzte: Termo de Permissão de Uso Remunerado nº 011/2010

Identificação do Imóvel	RIP	Não cadastrado no SPIUnet
	Endereço	Av. Amazonas 5253 - Nova Suíça - BH/MG
Identificação do Cessionário	CNPJ ou CPF	01.760.242/0001-46
	Nome ou Razão Social	NOSSACOOOP - Cooperativa de Economia e Crédito dos Empregados das Instituições de Ensino Superior e Pesquisa Científica e Tecnológica Ltda.
	Atividade/Ramo de Atuação	Instituição financeira
Caracterização da Cessão	Forma de seleção do Cessionário	Dispensa
	Finalidade do uso do Espaço ou imóvel cedido	Prestar ajuda financeira aos servidores do CEFET-MG e da UFMG através de crédito mútuo, dispondo para isto de um fundo que é composto pelos próprios recursos dos servidores que tem a liberdade de investir através de aplicações junto à NOSSACOOOP
	Prazo de cessão	até 19/12/12, demais períodos descobertos por instrumentos formais serão convalidados.
	Caracterização do espaço cedido	Salas 237 e 239 do Campus I
	Benefícios recebidos pelo espaço cedido	Referente ao espaço físico R\$314,20 - VALOR MENSAL - reajustado pelo IGPM;
	Tratamento contábil dos Benefícios	Natureza de receita: 1310.01.11
	Forma de rateio dos gastos	Valor mensal para ressarcimento de energia elétrica: R\$237,04, pelo cessionário, reajustado pela ANAEL.
	Uso dos benefícios recebidos	Utilizados de forma discricionária em despesas de custeio autorizadas pelo Ordenador de despesas, em reforço ao orçamento.

Campus I, BHzte: Termo de Permissão de Uso Remunerado nº 001/2016

Identificação do Imóvel	RIP	Não cadastrado no SPIUnet
	Endereço	Av. Amazonas 5253 - Nova Suíça - BH/MG
Identificação do Cessionário	CNPJ ou CPF	00.360.305/0001-04
	Nome ou Razão Social	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
	Atividade/Ramo de Atuação	Instituição financeira de capital público
Caracterização da Cessão	Forma de seleção do Cessionário	Art. 17, §2º e artigo 57 da Lei 8.666/93
	Finalidade do uso do Espaço ou imóvel cedido	Posto de Atendimento Bancário e caixas eletrônicos campus I e campus II.
	Prazo de cessão	04/11/16 A 03/11/2017
	Caracterização do espaço cedido	134,66m2 Campus I e 4m2 Campus II.
	Benefícios recebidos pelo espaço cedido	R\$5.800,00 - VALOR MENSAL - Reajuste anual pelo IGPM anual.
	Tratamento contábil dos Benefícios	Natureza de receita: 1310.01.11
	Forma de rateio dos gastos	-
	Uso dos benefícios recebidos	Utilizados de forma discricionária em despesas de custeio autorizadas pelo Ordenador de despesas, em reforço ao orçamento.

Campus I, BHzte: Termo de Permissão de uso nº 001/2007

Identificação do Imóvel	RIP	Não cadastrado no SPIUnet
	Endereço	Av. Amazonas 5253 - Nova Suíça - BH/MG
Identificação do Cessionário	CNPJ ou CPF	21.114.566/0001-14
	Nome ou Razão Social	ASCEFET - Associação de Assistência aos Servidores do CEFET-MG
	Atividade/Ramo de Atuação	Associação de Assistência
Caracterização da Cessão	Forma de seleção do Cessionário	Dispensa de Licitação, Art. 17, parágrafo 2º, e Art. 24, inciso X, Art. 57 e Art. 121 da Lei 8.666/93
	Finalidade do uso do Espaço ou imóvel cedido	Promover a integração e o bem estar de seus associados no âmbito do CEFET-MG, através de atividades de caráter recreativo, esportivo, cultural, assistencial e social.
	Prazo de cessão	início em 1º/11/07 até 31/10/12, demais períodos sem termo formal será convalidado.
	Caracterização do espaço cedido	142m ²
	Benefícios recebidos pelo espaço cedido	Valor mensal de R\$380,87 sujeito ao reajuste anual pelo IGPM.
	Tratamento contábil dos Benefícios	Natureza de receita: 1310.01.11
	Forma de rateio dos gastos	-
Uso dos benefícios recebidos	Utilizados de forma discricionária em despesas de custeio autorizadas pelo Ordenador de despesas, em reforço ao orçamento.	

Campus I, BHzte: Termo Cessão Administrativa de Uso nº 006/2016

Identificação do Imóvel	RIP	Não cadastrado no SPIUnet
	Endereço	Av. Amazonas 5253 - Nova Suíça - BH/MG
Identificação do Cessionário	CNPJ ou CPF	37.113.180/0001-28
	Nome ou Razão Social	Rede Sarah de Hospitais
	Atividade/Ramo de Atuação	Autorização de uso de salas e demais instalações para aplicação das provas do Processo de seleção Pública
Caracterização da Cessão	Forma de seleção do Cessionário	não se aplica
	Finalidade do uso do Espaço ou imóvel cedido	Uso de salas e demais instalações físicas
	Prazo de cessão	21/08/2016
	Caracterização do espaço cedido	Salas de aula e demais instalações
	Benefícios recebidos pelo espaço cedido	Valor total: 4.305,00
	Tratamento contábil dos Benefícios	Natureza de receita: 1310.01.11
	Forma de rateio dos gastos	-
Uso dos benefícios recebidos	Utilizados de forma discricionária em despesas de custeio autorizadas pelo Ordenador de despesas, em reforço ao orçamento.	

Campus I e II, BHzte: Termo de Permissão de Uso Remunerado nº 005/2015

Identificação do Imóvel	RIP	Não cadastrado no SPIUnet
	Endereço	Av. Amazonas 5253 - Nova Suíça - BH/MG Av. Amazonas 7675 - Nova Gameleira - BH/MG
Identificação do Cessionário	CNPJ ou CPF	00.000.000/5386-47
	Nome ou Razão Social	BANCO DO BRASIL S/A.
	Atividade/Ramo de Atuação	Instituição financeira de capital misto
Caracterização da Cessão	Forma de seleção do Cessionário	Dispensa de Licitação, Art. 17, parágrafo 2º, e Art. 57 da Lei 8.666/93
	Finalidade do uso do Espaço ou imóvel cedido	Caixa Eletrônico
	Prazo de cessão	até 29/12/2016. DE II está avaliando realização do novo Contrato.
	Caracterização do espaço cedido	8m ² , sendo 4m ² no Campus I e mais 4m ² no Campus II.
	Benefícios recebidos pelo espaço cedido	Valor mensal para uso do espaço: R\$ 187,44
	Tratamento contábil dos Benefícios	Natureza de receita: 1310.01.11
	Forma de rateio dos gastos	Valor mensal para ressarcimento de energia elétrica: R\$ 388,80 pelo cessionário
Uso dos benefícios recebidos	Utilizados de forma discricionária em despesas de custeio autorizadas pelo Ordenador de despesas, em reforço ao orçamento.	

Campus I, BHzte: Termo de Permissão de Uso Remunerado nº 004/2014

Identificação do Imóvel	RIP	Não cadastrado no SPIUnet
	Endereço	Av. Amazonas 5253 - Nova Suíça - BH/MG
Identificação do Cessionário	CNPJ ou CPF	19.235.606/0001-34
	Nome ou Razão Social	RANGO DO REI EIRELI
	Atividade/Ramo de Atuação	Comercialização de gêneros alimentícios
Caracterização da Cessão	Forma de seleção do Cessionário	Concorrência 008/2013
	Finalidade do uso do Espaço ou imóvel cedido	Cantina
	Prazo de cessão	31/03/16 até 30/03/17.
	Caracterização do espaço cedido	64,05m ²
	Benefícios recebidos pelo espaço cedido	Valor mensal para uso do espaço: R\$ 7.476,11
	Tratamento contábil dos Benefícios	Natureza de receita: 1310.01.11
	Forma de rateio dos gastos	Valor mensal de ressarcimento de energia elétrica de R\$ 207,47 e água: R\$ 82,30 pelo cessionário
Uso dos benefícios recebidos	Utilizados de forma discricionária em despesas de custeio autorizadas pelo Ordenador de despesas, em reforço ao orçamento.	

Campus I, BHzte: Termo de Autorização de Uso nº 001/2016

Identificação do Imóvel	RIP	Não cadastrado no SPIUnet
	Endereço	Av. Amazonas 5253 - Nova Suíça - BH/MG
Identificação do Cessionário	CNPJ ou CPF	00.394.429/0113-07
	Nome ou Razão Social	Centro de Instrução e Adaptação da Aeronáutica - CIAAR
	Atividade/Ramo de Atuação	Autorização de uso de salas e demais instalações para aplicação das provas do Concurso Público
Caracterização da Cessão	Forma de seleção do Cessionário	Não se aplica
	Finalidade do uso do Espaço ou imóvel cedido	Uso de salas e demais instalações físicas
	Prazo de cessão	05/06/2016 e 19/06/2016
	Caracterização do espaço cedido	Salas de aula e demais instalações
	Benefícios recebidos pelo espaço cedido	Gratuito
	Tratamento contábil dos Benefícios	Natureza de receita: 1310.01.11
	Forma de rateio dos gastos	-
Uso dos benefícios recebidos	Utilizados de forma discricionária em despesas de custeio autorizadas pelo Ordenador de despesas, em reforço ao orçamento.	

Campus II, BHzte: Termo de Permissão de Uso Remunerado nº 005/2014

Identificação do Imóvel	RIP	Não cadastrado no SPIUnet
	Endereço	Av. Amazonas 7675 - Nova Gameleira - BH/MG
Identificação do Cessionário	CNPJ ou CPF	19.235.606/0001-34
	Nome ou Razão Social	RANGO DO REI EIRELI
	Atividade/Ramo de Atuação	Comercialização de gêneros alimentícios
Caracterização da Cessão	Forma de seleção do Cessionário	Concorrência 008/2013
	Finalidade do uso do Espaço ou imóvel cedido	Cantina
	Prazo de cessão	31/03/16 até 30/03/17
	Caracterização do espaço cedido	86m ²
	Benefícios recebidos pelo espaço cedido	Valor mensal para uso do espaço: R\$ 6.581,24
	Tratamento contábil dos Benefícios	Natureza de receita: 1310.01.11
	Forma de rateio dos gastos	Valor mensal de ressarcimento de energia elétrica de R\$ 224,21 e água: R\$ 70,15 pelo cessionário.
Uso dos benefícios recebidos	Utilizados de forma discricionária em despesas de custeio autorizadas pelo Ordenador de despesas, em reforço ao orçamento.	

Campus II, BHzte: Termo de Permissão de Uso Remunerado nº 001/2014

Identificação do Imóvel	RIP	Não cadastrado no SPIUnet
	Endereço	Av. Amazonas 7675 - Nova Gameleira - BH/MG
Identificação do Cessionário	CNPJ ou CPF	19.235.606/0001-34
	Nome ou Razão Social	RANGO DO REI EIRELI
	Atividade/Ramo de Atuação	Comercialização de gêneros alimentícios
Caracterização da Cessão	Forma de seleção do Cessionário	Concorrência 010/2013
	Finalidade do uso do Espaço ou imóvel cedido	Trailer de cantina
	Prazo de cessão	31/03/16 até 30/03/17.
	Caracterização do espaço cedido	46m ²
	Benefícios recebidos pelo espaço cedido	Valor mensal para uso do espaço: R\$ 1.996,38
	Tratamento contábil dos Benefícios	Natureza de receita: 1310.01.11
	Forma de rateio dos gastos	Valor mensal de ressarcimento de energia elétrica: R\$ 119,93 e de água: R\$ 37,52 pelo cessionário.
Uso dos benefícios recebidos	Utilizados de forma discricionária em despesas de custeio autorizadas pelo Ordenador de despesas, em reforço ao orçamento.	

Campus III, Leopoldina: Termo de Cessão Administrativa de Uso nº 002/2016

Identificação do Imóvel	RIP	Não cadastrado no SPIUnet
	Endereço	Rua José Peres 558 - Centro - Leopoldina - MG
Identificação do Cessionário	CNPJ ou CPF	12.263.787/0001-63,
	Nome ou Razão Social	GEOVANE DA SILVA RODRIGUES - ME
	Atividade/Ramo de Atuação	Comercialização de gêneros alimentícios
Caracterização da Cessão	Forma de seleção do Cessionário	Concorrência 001/2016
	Finalidade do uso do Espaço ou imóvel cedido	Cantina
	Prazo de cessão	até 10/04/17
	Caracterização do espaço cedido	126,76m ²
	Benefícios recebidos pelo espaço cedido	Referente ao espaço físico R\$493,66ao mês;
	Tratamento contábil dos Benefícios	Natureza de receita: 1310.01.11
	Forma de rateio dos gastos	Valor mensal de ressarcimento de Energia elétrica R\$73,77 e de água R\$15,36 pelo cessionário.
Uso dos benefícios recebidos	Utilizados de forma discricionária em despesas de custeio autorizadas pelo Ordenador de despesas, em reforço ao orçamento.	

Campus IV, Araxá: Termo de Permissão de Uso Remunerado nº 003/2014

Identificação do Imóvel	RIP	Não cadastrado no SPIUnet
	Endereço	Av. Ministro Olavo Drummond, 25 - CEP: 38.180.510 - Bairro São Geraldo - Araxá - MG
Identificação do Cessionário	CNPJ ou CPF	12.321.823/0001-06
	Nome ou Razão Social	PAPELARIA ROSA CLARA LTDA.
	Atividade/Ramo de Atuação	Comercialização de gêneros alimentícios
Caracterização da Cessão	Forma de seleção do Cessionário	Concorrência 011/2013
	Finalidade do uso do Espaço ou imóvel cedido	Cantina
	Prazo de cessão	até 24/04/2017
	Caracterização do espaço cedido	26,30m ²
	Benefícios recebidos pelo espaço cedido	Valor mensal para uso do espaço: R\$ 402,77
	Tratamento contábil dos Benefícios	Natureza de receita: 1310.01.11
	Forma de rateio dos gastos	Valor mensal de ressarcimento de energia elétrica: a ser definido pela fiscalização e de água: R\$ 46,15 pelo cessionário.
Uso dos benefícios recebidos	Utilizados de forma discricionária em despesas de custeio autorizadas pelo Ordenador de despesas, em reforço ao orçamento.	

Campus IV, Araxá: Termo de Cessão Administrativa de Uso nº 003/2016

Identificação do Imóvel	RIP	Não cadastrado no SPIUnet
	Endereço	Av. Ministro Olavo Drummond, 25 - CEP: 38.180.510 - Bairro São Geraldo - Araxá - MG
Identificação do Cessionário	CNPJ ou CPF	01.132.252/0002-18
	Nome ou Razão Social	Juvenília Magalhães Aguiar - ME
	Atividade/Ramo de Atuação	Comercialização serviços de reprografia
Caracterização da Cessão	Forma de seleção do Cessionário	Concorrência 06/2016
	Finalidade do uso do Espaço ou imóvel cedido	Papelaria e Reprografia
	Prazo de cessão	até 28/06/2017
	Caracterização do espaço cedido	18,90m ²
	Benefícios recebidos pelo espaço cedido	Valor mensal para uso do espaço: 150,00
	Tratamento contábil dos Benefícios	Natureza de receita: 1310.01.11
	Forma de rateio dos gastos	Valor mensal de ressarcimento de energia elétrica: a ser definido pelo fiscal e de água: não possui.
Uso dos benefícios recebidos	Utilizados de forma discricionária em despesas de custeio autorizadas pelo Ordenador de despesas, em reforço ao orçamento.	

Campus V, Divinópolis: Termo de Permissão de Uso Remunerado nº 001/2012

Identificação do Imóvel	RIP	Não cadastrado no SPIUnet
	Endereço	Rua Álvares de Azevedo 400 - Bela Vista - Divinópolis - MG
Identificação do Cessionário	CNPJ ou CPF	10.723.270/0001-84
	Nome ou Razão Social	HF LANCHONETES E SERVIÇOS LTDA.
	Atividade/Ramo de Atuação	Comercialização serviços de reprografia
Caracterização da Cessão	Forma de seleção do Cessionário	Concorrência 001/2012
	Finalidade do uso do Espaço ou imóvel cedido	Reprografia
	Prazo de cessão	até 10/03/2017
	Caracterização do espaço cedido	11,43m ²
	Benefícios recebidos pelo espaço cedido	R\$ 137,10 valor mensal para uso do espaço, incluído água e luz.
	Tratamento contábil dos Benefícios	Natureza de receita: 1310.01.11
	Forma de rateio dos gastos	O valor mensal de energia elétrica e água estão incluídos no valor de uso do espaço.
Uso dos benefícios recebidos	Utilizados de forma discricionária em despesas de custeio autorizadas pelo Ordenador de despesas, em reforço ao orçamento.	

Campus V, Divinópolis: Termo de Cessão Adm de Uso Remunerada nº 001/2015

Identificação do Imóvel	RIP	Não cadastrado no SPIUnet
	Endereço	Rua Álvares de Azevedo 400 - Bela Vista - Divinópolis - MG
Identificação do Cessionário	CNPJ ou CPF	22.630.798/0001-98
	Nome ou Razão Social	ROSILENE APARECIDA COSTA DE RESENDE
	Atividade/Ramo de Atuação	Comercialização de gêneros alimentícios
Caracterização da Cessão	Forma de seleção do Cessionário	Concorrência 002/2015
	Finalidade do uso do Espaço ou imóvel cedido	Cantina
	Prazo de cessão	até 20/09/17
	Caracterização do espaço cedido	12m ²
	Benefícios recebidos pelo espaço cedido	Valor mensal para uso do espaço: R\$ 1.642,48
	Tratamento contábil dos Benefícios	Natureza de receita: 1310.01.11
	Forma de rateio dos gastos	Valor mensal de ressarcimento de energia elétrica: R\$ 28,57e água: R\$ 8,82 pelo cessionário.
Uso dos benefícios recebidos	Utilizados de forma discricionária em despesas de custeio autorizadas pelo Ordenador de despesas, em reforço ao orçamento.	

Campus V, Divinópolis: Termo de Autorização de Uso nº 002/2016

Identificação do Imóvel	RIP	Não cadastrado no SPIUnet
	Endereço	Rua Álvares de Azevedo 400 - Bela Vista - Divinópolis - MG
Identificação do Cessionário	CNPJ ou CPF	17.254.509/0001-63
	Nome ou Razão Social	Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais CREA-MINAS Júnior
Caracterização da Cessão	Atividade/Ramo de Atuação	Autorização de uso de salas e demais instalações para realização de um curso sobre Excel aplicado à Engenharia
	Forma de seleção do Cessionário	Não se aplica
	Finalidade do uso do Espaço ou imóvel cedido	Uso de salas e demais instalações físicas
	Prazo de cessão	27/08/2016 e 28/08/2016
	Caracterização do espaço cedido	Salas de aula e demais instalações
	Benefícios recebidos pelo espaço cedido	Valor: 200,00
	Tratamento contábil dos Benefícios	Natureza de receita: 1310.01.11
	Forma de rateio dos gastos	-
Uso dos benefícios recebidos	Utilizados de forma discricionária em despesas de custeio autorizadas pelo Ordenador de despesas, em reforço ao orçamento.	

Campus VII, Timóteo: Termo de Permissão de Uso Remunerado nº 002/2015

Identificação do Imóvel	RIP	Não cadastrado no SPIUnet
	Endereço	Rua 19 de Novembro, 121 – Centro Norte Timóteo - MG
Identificação do Cessionário	CNPJ ou CPF	14.158.140/0001-05
	Nome ou Razão Social	LINCONL BENEDITO DA SILVA - ME
Caracterização da Cessão	Atividade/Ramo de Atuação	Comercialização de gêneros alimentícios
	Forma de seleção do Cessionário	Concorrência 004/2014
	Finalidade do uso do Espaço ou imóvel cedido	Cantina
	Prazo de cessão	até 04/03/2017
	Caracterização do espaço cedido	31,46m ²
	Benefícios recebidos pelo espaço cedido	Valor mensal para uso do espaço: R\$ 609,53
	Tratamento contábil dos Benefícios	Natureza de receita: 1310.01.11
	Forma de rateio dos gastos	Valor mensal de ressarcimento de energia elétrica: R\$ 82,07 e água: R\$ 15,13 pelo cessionário.
Uso dos benefícios recebidos	Utilizados de forma discricionária em despesas de custeio autorizadas pelo Ordenador de despesas, em reforço ao orçamento.	

Campus VIII, Varginha: Termo de Permissão de Uso Remunerado nº 004/2013

Identificação do Imóvel	RIP	Não cadastrado no SPIUnet
	Endereço	Av. dos Imigrantes, 1000 - Bairro Vargem - Varginha - MG
Identificação do Cessionário	CNPJ ou CPF	02.562.074/0001-47
	Nome ou Razão Social	MARMITEX LA SABOROSA LTDA.
Caracterização da Cessão	Atividade/Ramo de Atuação	Comercialização de gêneros alimentícios
	Forma de seleção do Cessionário	Concorrência 005/2013
	Finalidade do uso do Espaço ou imóvel cedido	Cantina
	Prazo de cessão	até 14/01/2017
	Caracterização do espaço cedido	20m ²
	Benefícios recebidos pelo espaço cedido	Valor mensal para uso do espaço: R\$ 578,14
	Tratamento contábil dos Benefícios	Natureza de receita: 1310.01.11
	Forma de rateio dos gastos	Valor mensal de ressarcimento de energia elétrica: R\$ 129,82 e água: R\$ 46,15 pelo cessionário.
Uso dos benefícios recebidos	Utilizados de forma discricionária em despesas de custeio autorizadas pelo Ordenador de despesas, em reforço ao orçamento.	

Campus IX, Nepomuceno: Termo de Permissão de Uso Remunerado n 010/2014

Identificação do Imóvel	RIP	Não cadastrado no SPIUnet
	Endereço	Av. Monsenhor Luiz de Gonzaga, 103 - Centro Nepomuceno/MG
Identificação do Cessionário	CNPJ ou CPF	00.675.236/0001-28
	Nome ou Razão Social	ROSA MARIA DE OLIVEIRA CÂNDIDO - ME
	Atividade/Ramo de Atuação	Comercialização de gêneros alimentícios
Caracterização da Cessão	Forma de seleção do Cessionário	Concorrência 002/2014
	Finalidade do uso do Espaço ou imóvel cedido	Cantina
	Prazo de cessão	até 31/08/2017
	Caracterização do espaço cedido	25m ²
	Benefícios recebidos pelo espaço cedido	Valor mensal para uso do espaço: R\$ 651,67
	Tratamento contábil dos Benefícios	Natureza de receita: 1310.01.11
	Forma de rateio dos gastos	Valor mensal de ressarcimento de energia elétrica: R\$ 280,19 e água: R\$35,17 pelo cessionário
Uso dos benefícios recebidos	Utilizados de forma discricionária em despesas de custeio autorizadas pelo Ordenador de despesas, em reforço ao orçamento.	

Campus IX, Nepomuceno: Termo de Permissão de Uso Remunerado n 003/2015

Identificação do Imóvel	RIP	Não cadastrado no SPIUnet
	Endereço	Av. Monsenhor Luiz de Gonzaga, nº 103 – Centro - Nepomuceno/MG
Identificação do Cessionário	CNPJ ou CPF	18.284.407/0001-53
	Nome ou Razão Social	CEBRASPE - Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos
	Atividade/Ramo de Atuação	Autorização de uso de salas e demais instalações para aplicação do ENEM 2015
Caracterização da Cessão	Forma de seleção do Cessionário	
	Finalidade do uso do Espaço ou imóvel cedido	Uso de salas e demais instalações físicas
	Prazo de cessão	04/11/16 A 03/01/2017
	Caracterização do espaço cedido	Salas de aula e demais instalações
	Benefícios recebidos pelo espaço cedido	Valor mensal para uso do espaço: R\$ 876,00
	Tratamento contábil dos Benefícios	Natureza de receita: 1310.01.11
	Forma de rateio dos gastos	-
Uso dos benefícios recebidos	Utilizados de forma discricionária em despesas de custeio autorizadas pelo Ordenador de despesas, em reforço ao orçamento.	

Campus X, Curvelo: Termo de Cessão Administrativa de Uso nº 001/2016

Identificação do Imóvel	RIP	Não cadastrado no SPIUnet
	Endereço	Rua Santa Rita 900 – Curvelo/MG
Identificação do Cessionário	CNPJ ou CPF	18.487.233/0001-26
	Nome ou Razão Social	FABIANA DE SALES RODRIGUES - BIAS COIFFER
	Atividade/Ramo de Atuação	Comercialização de gêneros alimentícios
Caracterização da Cessão	Forma de seleção do Cessionário	Concorrência 002/2016
	Finalidade do uso do Espaço ou imóvel cedido	Cantina
	Prazo de cessão	até 01/05/17
	Caracterização do espaço cedido	21m ²
	Benefícios recebidos pelo espaço cedido	Valor mensal para uso do espaço: R\$ 1.350,00 ao mês incluído água e luz.
	Tratamento contábil dos Benefícios	Natureza de receita: 1310.01.11
	Forma de rateio dos gastos	Valores mensais de ressarcimento de energia elétrica e água estão incluídos no valor de uso do espaço.
Uso dos benefícios recebidos	Utilizados de forma discricionária em despesas de custeio autorizadas pelo Ordenador de despesas, em reforço ao orçamento.	

5.4 INFORMAÇÕES SOBRE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS

Quadro 5.18 Distribuição dos bens imóveis de uso especial locados de terceiros

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		EXERCÍCIO 2015		EXERCÍCIO 2016	
		QUANTIDADE	VALOR (R\$)	QUANTIDADE	VALOR (R\$)
BRASIL	Contagem	1	sem ônus	1	sem ônus
	Divinópolis	2	2.267,06	2	2.531,19
			1.866,67		2.058,78
	Nepomuceno	1	6.608,35	1	7.311,60
Varginha	1	3.327,56	1	3.675,52	
TOTAL		5	14.069,64	5	15.577,09

A Superintendência de Convênios e Contratos elabora Minutas de Contratos, Termos Aditivos e outros instrumentos, cabendo a cada Unidade Organizacional a contextualização e problemática que abrange especificações e justificativas relacionadas à motivação para a decisão de locação que se deve, via de regra, pela limitação de espaços físicos para a execução das atividades administrativas e/ou atividades fins de competência da UPC.

Todos os contratos seguem procedimentos administrativos e legais para posterior análise da Procuradoria Jurídica. A forma de tratamento das despesas com reformas, transformações, manutenções com o imóvel locado estão celebradas no contrato, dessa forma, na vigência do contrato de locação, o locador poderá visitar, inspecionar e realizar obras necessárias ao bom funcionamento do imóvel que sejam de sua responsabilidade.

5.5 INFRAESTRUTURA FÍSICA

Quadro 5.19 – Infraestrutura física em m²

IMÓVEL	EXERCÍCIOS											
	2012	Ref.	2013	Ref.	2014	Ref.	2015	Ref.	2016	Ref.	ACRÉSCIMO REDUÇÃO 2016-2015	%
Área Total dos Terrenos	687.513,35	----	552.741,60	----	552.741,60	----	457.027,90	----	469.421,90	----	12.394,00	2,71
Área dos Terrenos Próprios	685.371,35	----	551.270,12	----	551.270,12	----	451.933,42	----	464.327,42	----	12.394,00	2,74
Áreas dos Terrenos não Próprios	2.142,00	----	1.471,48	----	1.471,48	----	5.094,48	----	5.094,48	----	----	----
Área Construída Total	130.907,68	----	142.638,88	----	155.903,08	----	194.043,94	----	195.160,34	----	1.116,40	0,58
Área Construída Própria	129.857,68	----	141.621,70	----	154.885,90	----	189.795,46	----	190.065,86	----	270,40	0,14
Área Construída não Própria	1.050,00	----	1.017,18	----	1.017,18	----	4.248,48	----	5.094,48	----	846,00	19,91
Área Total em Construção	----	----	20.211,80	----	7.246,60	----	11.486,93	----	12.768,93	----	1.282,00	11,16
TERRENO - CAMPUS I - BELO HORIZONTE	29.990,00	----	29.990,00	----	29.990,00	----	30.341,12	(52)	30.341,12	----	----	----
Área construída - Campus I - Belo Horizonte	43.541,73	----	41.216,38	(31)	41.216,38	----	42.738,26	(51)	42.738,26	----	----	----
TERRENO - CAMPUS II - BELO HORIZONTE	77.090,00	----	77.090,00	----	77.090,00	----	80.374,44	(46)	80.374,44	----	----	----
Área construída - Campus II - Belo Horizonte	41759,74	----	45.994,92	(32)	45.994,92	----	51.497,83	(47)	51.497,83	----	----	----
Área em construção Campus II - Belo Horizonte - Própria	----	----	----	----	----	----	4.240,33	(54)	4.240,33	----	----	----
TERRENO - CAMPUS III - LEOPOLDINA	24.777,59	(27)	27.639,73	(33)	27.639,73	----	27.639,73	----	40.033,73	(56) (57)	12.394,00	44,84
Área construída - Campus III - Leopoldina	9.251,46	----	10.868,23	(32)	10.868,23	----	24.229,29	(47)	25.345,69	(58) (59)	1.116,40	4,61

IMÓVEL	EXERCÍCIOS											
	2012	Ref.	2013	Ref.	2014	Ref.	2015	Ref.	2016	Ref.	ACRÉSCIMO REDUÇÃO 2016-2015	%
TERRENO - CAMPUS IV - ARAXÁ	53.613,84	----	53.613,84	----	53.613,84	----	53.613,84	----	53.613,84	----	----	----
Área construída - Campus IV - Araxá	6.954,98	----	9.167,04	(32)	9.167,04		19.859,07	(47)	19.859,07	----	----	----
TERRENO - CAMPUS V - DIVINÓPOLIS	33.521,73	----	32.471,73	----	32.471,73	----	32.471,73	----	32.471,73	----	----	----
TERRENO/CAMPUS V/DIVINÓPOLIS- PRÓPRIO	33.521,73	----	32.471,73	(34)	32.471,73	----	32.471,73	----	32.471,73	----	----	----
TERRENO - CAMPUS V-DIVINÓPOLIS-NÃO PRÓPRIO	1.050,00	----	338,40	(35)	338,40	----	338,40	----	338,40	----	----	----
Área construída - Campus V - Divinópolis-Não Própria	1.050,00	----	328,96	(35)	328,96	----	328,96	----	328,96	----	----	----
Área em construção Campus V - Divinópolis - Própria	----	----	1.742,25	(36)	----	----	----	----	1.282,00	(60)	----	----
Área construída Campus V - Divinópolis - Própria	3.690,69	----	6.711,63	(32)	8.453,88	(43)	8.453,88	----	8.453,88	----	----	----
TERRENO - CAMPUS VI - BELO HORIZONTE	4.723,17	----	4.723,17	----	4.723,17	----	4.723,17	----	4.723,17	----	----	----
Área construída - Campus VI - Belo Horizonte	4.269,25	----	4.131,90	(31)	4.131,90	----	5.107,78	(47)	5.107,78	----	----	----
TERRENO - CAMPUS VII - TIMÓTEO	26.074,37		26.074,37	----	26.074,37	----	26.074,37	----	26.074,37	----	----	----
Área em Construção - Campus VII - Timóteo	----	----	2.961,65	(37)	----	----	----	----	----	----	----	----
Área Construída - Campus VII - Timóteo	5.368,85	----	6.561,85	(32)	9.523,50	(44)	13.063,08	(47)	13.063,08	----	----	----
TERRENO - CAMPUS VIII - VARGINHA	54.981,00	----	54.981,00	----	54.981,00	----	54.981,00	----	54.981,00	----	----	----
TERRENO - CAMPUS VIII - VARGINHA-PRÓPRIO	54.981,00	----	54.981,00	(38)	54.981,00	----	54.981,00	----	54.981,00	----	----	----
TERRENO/CAMPUS VIII - VARGINHA-NÃO PRÓPRIO	1.092,00	----	376,40	(35)	376,40	----	376,40	----	376,40	----	----	----
Área em construção-Campus VIII-Varginha- Própria	----	----	8.261,30	(39)	----	----	----	----	----	----	----	----
Área construída-Campus VIII-Varginha- Própria	3.724,26	----	4.177,89	(32)	12.738,19	(45)	12.738,19	----	12.738,19	----	----	----
Área construída-Campus VIII-Varginha-Não Própria	----	----	298,85	(35)	298,85	----	298,85	----	298,85	----	----	----
TERRENO - CAMPUS IX - NEPOMUCENO	9.892,00	(30)	9.892,00	----	9.892,00	----	20.927,00	(48)	20.927,00	----	----	----
Terreno/Campus Ix - Nepomuceno - Não Próprio	----	----	756,68	(40)	756,68	----	756,68	----	756,68	----	----	----
Área construída - Campus IX - Nepomuceno - Não Própria	----	----	389,37	(40)	389,37	----	688,33	(53)	688,33	----	----	----
Área Construída - Campus IX - Nepomuceno - Própria	3.734,03	(30)	3.793,78	----	3.793,78	----	6.788,69	(47)	6.788,69	----	----	----
TERRENO - CAMPUS X - CURVELO	47.444,00	----	47.444,00	----	47.444,00	----	47.444,00	----	47.444,00	----	----	----
Área Construída - Campus X - Curvelo - própria	3.884,00	----	5.319,39	(41)	5.319,39	----	5.319,39	----	5.319,39	----	----	----
TERRENO - CAMPUS XI - CONTAGEM	78.437,50	----	78.437,50		78.437,50	----	78.437,50	----	78.437,50	----	----	----
TERRENO/CAMPUS XI - CONTAGEM - NÃO PRÓPRIO	----	----	----	----	----	----	3.623,00	(49)	3.623,00	----	----	----
Área construída - Campus XI - Contagem - Não Própria	----	----	----	----	----	----	2.932,34	(50)	2.932,34	----	----	----
Campus XI - Contagem - em construção	----	----	7.246,60	(42)	7.246,60	(42)	7.246,60	(42)	7.246,60	(42)	----	----
TERRENO - MONTES CLAROS XII	110.384,26	----	110.384,26	----	110.384,26	----	----	----	----	----	----	----
Área Construída - Campus XII - Montes Claros	3.678,69	----	3.678,69	----	3.678,69	----	----	----	----	----	----	----
TERRENO - CAMPUS XIII - GOVERNADOR VALADARES	80.000,00	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----
TERRENO - CAMPUS XIV - RIIBEIRÃO DAS NEVES	56.583,89	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----

Fonte: Superintendência de Infraestrutura

OBSERVAÇÕES:

- (2012 -27) Acréscimo de área de terreno do Campus Leopoldina devido a aquisição de imóvel da Chácara do Desengano S/A
- (2012 -30) Acréscimo de área devido a Ginásio Poliesportivo, doação da prefeitura municipal de Nepomuceno-MG.
- (2013 - 31) Decréscimo de área devido ao levantamento atualizado do Campus.
- (2013 - 32) Acréscimo de área devido ao levantamento atualizado do Campus, incluindo ruas, estacionamento e áreas de convivência.
- (2013 - 33) Acréscimo de área devido ao levantamento topográfico atualizado do terreno, após aquisição de imóvel da Chácara do Desengano S/A.
- (2013 - 34) Decréscimo de área devido à retificação de Registro e Escritura.
- (2013 - 35) Área referente ao Galpão alugado.
- (2013 - 36) Área referente à construção do prédio 6.
- (2013 - 37) Área referente à construção do Bloco B.
- (2013 - 38) Acréscimo de área devido ao levantamento topográfico atualizado do terreno.
- (2013 - 39) Construção de ruas, área de estacionamento, casa de resíduos, casa de gás, laboratório de edificações.
- (2013 - 40) Área referente ao prédio alugado (apenas 1 andar).
- (2013 - 41) Acréscimo de área devido ao levantamento atualizado do Campus, incluindo estacionamento e quadra poliesportiva.
- (2013 - 42) Área referente à construção do Módulo I e Portaria – Campus Contagem.
- (2014 - 43) Acréscimo de área devido à construção do prédio 6.
- (2014 - 44) Acréscimo de área referente à construção do Bloco B.
- (2014 - 45) Acréscimo de área referente à construção de ruas, área de estacionamento, casa de resíduos, casa de gás, laboratório de edificações.
- (2015 - 46) Acréscimo de área de terreno do estacionamento em frente ao Campus II.
- (2015 - 47) Reajuste de área construída constituindo acréscimo referente a adição de áreas externas, pavimentadas e descobertas, que não foram computadas como áreas de convivência, circulação, estacionamento e demais áreas pavimentadas.
- (2015 -48) Acréscimo de área referente a terreno aos fundos do Ginásio Poliesportivo, doação da prefeitura municipal de Nepomuceno-MG.
- (2015 – 49) Área de terreno não própria referente ao campus provisório na Escola Benjamin Guimarães.
- (2015 – 50) Área construída não própria referente ao campus provisório na Escola Benjamin Guimarães.
- (2015 - 51) Reajuste de área construída devido acréscimo referente a adequação de áreas construídas conforme especificações da legislação vigente em Belo Horizonte e adição de áreas de convivência, circulação, estacionamento e demais áreas pavimentadas.
- (2015 - 52) Reajuste de área do terreno referente a adição do terreno da casa da Rua Alpes.
- (2015 - 53) Acréscimo referente a quadra coberta alugada.
- (2015 - 54) Área referente a obra do pavilhão escolar – Prédio 20.
- (2016 - 56) Aquisição do Clube Sesi no terreno adjacente ao Campus Leopoldina com área aproximada de 10.000 m²
- (2016 - 57) Aquisição de um lote doado pelo DNIT com área de 2.394 m²
- (2016 - 58) Área construída existente no terreno adquirido do Clube Sesi – 680 m²
- (2016 - 59) Área construída referente ao terreno doado pelo DNIT, relativo ao imóvel existente no local com área de 436,40 m²
- (2016 - 60) Ginásio em construção no Campus Divinópolis c/ área de 1.282 m²

5.6 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

a) Descrição sucinta do Plano Estratégico de TI (PETI) e/ou Plano Diretor de TI (PDTI), apontando o alinhamento destes planos com o Plano Estratégico Institucional (PDI)

O PDTI 2013-2015, em vigência prorrogada até 31/12/2016⁹, conforme resolução do Conselho Diretor CD 42/16 de 01/11/2016, está dividido nos seguintes eixos:

Sistemas de Informação: inclui diagnóstico e ação do cenário atual de sistemas do CEFET-MG: sistema integrado de gestão, sistema acadêmico, gerenciador de conteúdo do site institucional, webmail e sistema de colaboração de conteúdo.

Infraestrutura de TIC: aborda os tópicos necessários para o funcionamento e operação dos recursos de TI, tais como: infraestrutura física, telecomunicações, softwares aplicativos, processamento/armazenamento de dados, sistemas de segurança, e equipamento de uso final.

Segurança da Informação: apresenta o diagnóstico atual do CEFET-MG no âmbito da Segurança da Informação, e prevê a elaboração de uma Política de Segurança.

Atendimento à comunidade: descreve mecanismos de implantação e manutenção da Central de Serviços de TI, para atendimento aos usuários na Instituição.

Recursos humanos em TIC: apresenta diretrizes sobre a questão de pessoal (servidores efetivos, estagiários, e eventuais colaboradores) na atuação de tarefas em Tecnologia da Informação.

Além do fato do PDTI ser a base estruturante de toda a instituição, no que tange o correto funcionamento das atividades de gestão e de ensino decorrentes de sua missão, ele também está alinhado ao programa geral de “aprimoramento das tecnologias da informação e comunicação institucional” traçado no PDI 2016-2020:

Atuação que visa à melhoria da prestação de serviços no formato digital, à promoção da compreensão, da integração, do compartilhamento e do acesso relativos às informações institucionais, à gestão de tecnologias da informação e comunicação e à segurança da informação para melhorar o atendimento à comunidade interna e externa. No âmbito deste programa, serão desenvolvidas atividades com vistas a criação e implementação de política de comunicação

b) Descrição das atividades do Comitê Gestor de TI

O Comitê Gestor de TI, denominado “Conselho de Informática” no CEFET-MG, está instituído pela Resolução CD-062/01 de 28/12/2001, entretanto as reuniões não acontecem de forma periódica, tampouco as decisões estratégicas em Tecnologia da Informação são passadas a este órgão. A Secretaria de Governança da Informação tem dado continuidade ao processo de reformulação do Comitê de TI, através da constituição de comissão de elaboração pela portaria da Direção Geral DIR-1539/15 - processo 23062.012542/2015-91. Esse trabalho de reformulação do Comitê de TI tem como base a metodologia do SIS (SLTI/MPOG).

c) Descrição dos principais sistemas de informação da UPC

Quadro 5.20 – Principais sistemas de informações da UPC

Sistema	Natureza	Objetivo estratégico ²	Descrição	Responsável		Criticidade
				Técnico ³	Área de Negócio	
Q-Acadêmico	() Aquisição () Des. próprio (X) Terceirização () Solução livre	EPT 01.02 GRD 01.02 PGR 01	Sistema de informação responsável pela automação dos processos administrativos dos Registros Escolares. Trata-se de aquisição da cessão de uso da licença, cujo suporte técnico ao sistema foi terceirizado.	DIS, DITIC	Registro Acadêmico	Alta
Sophia	() Aquisição () Des. próprio (X) Terceirização () Solução livre	PGR 02 PGE 01.02 PGE 01.03	Sistema de informação responsável pela automação dos processos da Biblioteca, tais como catalogação do acervo, registro de empréstimo, registro de demandas, etc. Trata-se de aquisição da cessão de uso da licença, cujo suporte técnico ao sistema foi terceirizado.	DIS, DITIC	Coordenação de Biblioteca Universitária	Alta

⁹ A nova versão do PDTI está em fase de elaboração, no âmbito do processo 23062.012968/2015-44

Sistema	Natureza	Objetivo estratégico ²	Descrição	Responsável		Criticidade
				Técnico ³	Área de Negócio	
OpenCMS	() Aquisição (X) Des. próprio () Terceirização (X) Solução livre	PGE 01.02 PGE 01.03 TRA 4	Sistema de gestão de conteúdo cuja implementação atende à demanda de gerência das informações nos sítios eletrônicos do CEFET-MG. Trata-se de uma solução livre, cujos sítios são desenvolvidos e mantidos pela equipe de TI do CEFET-MG.	DIS, DITIC	Secretaria de Comunicação	Alta
Webmail	() Aquisição () Des. próprio () Terceirização (X) Solução livre		Serviço de correio eletrônico implementado por soluções livre, e mantido pela própria equipe de analistas da Instituição	DITIC	CEFET-MG	Alta
Moodle	() Aquisição () Des. próprio () Terceirização (X) Solução livre	EPT 01.02 GRD 01.02 PGR 01 PGR 02 PGE 01.02 PGE 01.03 TRA 2	O Moodle é uma ferramenta de avaliação de apoio à ensino, utilizada para disponibilização de conteúdo acadêmico e suporte à condução das disciplinas nos cursos oferecidos pelo CEFET-MG	DITIC	Dep. Acadêmicos e Coordenação de Curso	Baixa
SEER / SOAC	() Aquisição () Des. () Terceirização (X) Solução livre	PIT 2	Sistema de informação utilizado pela DPPG, com as respectivas finalidades de disponibilização de revista eletrônica da Pós Graduação e gestão de eventos acadêmicos.	DITIC	Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação	Baixa
Sinapse	() Aquisição (X) Des. próprio () Terceirização () Solução livre	PGE 01.02 PGE 01.03	Sistema de Informação desenvolvido pela própria equipe de TI do CEFET-MG, de finalidade acadêmica, constituído pelos seguintes módulos: - Orçamento (Superintendência de Orçamento e Finanças); - Controle de receita via GRU (Superintendência de Orçamento e Finanças); - Refeitório (Secretaria de Política Estudantil); - Credenciais de acesso (Núcleo de Identificação e Segurança); - Veículos (Prefeitura); - Avaliação de servidores (Superintendência de Desenvolvimento Organizacional); - Plano de saúde (Superintendência de Gestão de Pessoas); - Plano de ensino (Diretoria de Graduação); - Encargos acadêmicos (Departamentos Acadêmicos); - Gestão de submissão de projetos de pesquisa (DPPG); - Ponto Eletrônico (CEFET-MG).	EP	Diretoria Planejamento e Gestão, Secretaria de Política Estudantil, Gabinete da Direção Geral	Alta
GLPI	() Aquisição () Des. próprio () Terceirização (X) Solução livre	PGE 01.02 PGE 01.03	Sistema de gerenciamento de chamados de Tecnologia da Informação, para suporte e atendimento ao usuário. O GLPI foi concebido na ótica da Central de Serviços da metodologia ITIL (ISO 20.000) para gerenciarmto de serviços de TI. Em paralelo, a SGI elaborou o Catálogo de Serviços de TI, para suportar o seu funcionamento.	DITIC	Secretaria de Governança da Informação	Baixa

Fonte: SGI

² EPT 01.02 - Desenvolvimento e fomento da Educação Profissional e Tecnológica
GRD 01.02 - Desenvolvimento e fomento da Graduação
PGE 01.02 - Consolidação, ampliação e modernização dos processos de gestão
PGE 01.03 - Desenvolvimento das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC)
PGR 01 - Desenvolvimento e fomento da Pós-Graduação *Strictu Sensu*
PGR 02 - Desenvolvimento e fomento da Pós-Graduação *Latu Sensu*
PIT 2 - Desenvolvimento da produção e divulgação científica e tecnológica
TRA 2 - Educação a Distância
TRA 4 - Aperfeiçoamento da comunicação e da gestão da informação

³ DIS - Divisão de Sistemas
DITIC - Divisão de Infraestrutura de TIC
EP - Escritório de Projetos

d) Descrição de quantitativo de pessoas que compõem a força de trabalho de TI

Quadro 5.21 – Quantitativo de pessoas que compõem a força de trabalho de TI

UORG SGI	Servidor efetivo de TI	Servidor efetivo de outras carreiras	Terceirizados e estagiários	Total
Secretaria de Governança da Informação	1	0	1	1
Escritório de Projetos	15	0	1	15
Subsecretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação	3	1	0	4
Divisão de Sistemas	5	0	0	5
Divisão de Infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação	10	1	0	11
Setor de Atendimento ao Usuário	4	1	0	5
NTIC* – Belo Horizonte Campus II	3	3	0	6
NTIC* – Belo Horizonte Campus VI	0	1	0	1
NTIC* – Leopoldina	1	3	0	4
NTIC* – Araxá	1	1	0	2
NTIC* – Divinópolis	1	1	0	2
NTIC* – Timóteo	0	3	0	3
NTIC* – Varginha	2	1	0	3
NTIC* – Nepomuceno	1	1	0	2
NTIC* – Curvelo	1	1	0	2
NTIC* – Contagem	1	0	1	2
TOTAL	47	18	3	68

* NTIC – Núcleo de Tecnologia da Informação e Comunicação

Do total de 65 servidores que compõem a força de trabalho de TI, tem-se 72,3% destes ocupando cargo de carreira da área, sendo o restante de outras carreiras. Além disso, em todas as UORG há pelo menos um servidor efetivo de TI, exceto em Timóteo e no Campus VI.

e) Descrição do plano de capacitação do pessoal de TI

O plano de capacitação de pessoal de TI está previsto no PDTI 2013-2015, e a sua implantação se dá das seguintes maneiras:

- capacitação técnica pela Escola Superior de Redes (ESR/RNP): cursos técnicos nas áreas de infraestrutura de redes; administração de serviços em redes; governança da informação e segurança da informação, viabilidades através do contrato de gestão entre CEFET-MG (instituição usuária) e Rede Nacional de Pesquisas. Em algumas situações, esses treinamentos são custeados pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC/MEC);
- inserção da capacitação técnica nas aquisições de soluções de TI: na etapa de planejamento da contratação (IN 04/2014), dada a análise técnica e viabilidade econômica, são previstas capacitações do corpo técnico de TI;
- programa institucional de incentivo à capacitação: iniciativa do CEFET-MG para capacitação dos servidores a nível de pós graduação *lato sensu* e *strictu sensu*.

Em 2016 teve-se um total de 4 servidores em cursos de capacitação, abaixo discriminados:

Capacitação	Nº Servidores	Carga Horária	Modalidade
Gerenciamento de Projetos de TI	3	24h	Escola Superior de Redes
Virtualização de Servidores	1	40h	Escola Superior de Redes

Verificou-se uma redução significativa do plano de capacitação, na medida em que no ano de 2015 teve-se um total de 23 servidores, queda de 82,6% portanto em 2016. Cabe ressaltar que a redução se deve ao contingenciamento e cortes de recursos orçamentários.

f) Descrição dos processos de gerenciamento de serviços TI implementados na unidade

Do processo de gerenciamento de TI, desde 2004 a Secretaria de Governança da Informação realiza o levantamento dos serviços de TI realizados no CEFET-MG, no âmbito de todas as unidades da instituição. Esse levantamento dos serviços está amparada nas boas práticas da metodologia ITIL (ISO 20.000), cujas etapas realizadas são:

- Mapeamento dos serviços de Tecnologia da Informação, separados por incidentes e requisição, categorizados conforme sua natureza, no âmbito de todas as unidades do CEFET-MG. Para os chamados técnicos registrados como “incidentes”, o mapeamento de serviços prevê a indicação pelo solicitante do “sintoma/reclamação” e a “causa provável” do incidente. Cada incidente/requisição foi mapeado em uma categoria de serviços, conforme Catálogo de Serviços e possui o encaminhamento automática para cada equipe de TI cadastrada no Sistema de Gerenciamento de Chamados. O mapeamento dos serviços de TI conta também com a técnica da “Análise da Árvore de Falhas” (FTA).
- O sistema de gerenciamento de chamados de no âmbito do gerenciamento de serviços de TI é o GLPI, ao qual compõe a denominada Central de Serviços. A ferramenta está disponível no endereço <https://cs.sgi.cefetmg.br>, acessível somente pela rede interna do CEFET-MG, por questões de segurança da informação.
- A SGI iniciou a elaboração do Catálogo de Serviços de TI, ao qual descreve os serviços em Tecnologia da Informação prestados. Nesse catálogo, construído nas boas práticas da metodologia ITIL 20.000, apresenta uma breve descrição, benefícios, pré-requisitos e suporte técnico do serviço, e documentação necessária para sua utilização. A próxima versão desse Catálogo de Serviços contemplará a Política de Uso de cada serviço, bem como a estipulação dos níveis de acordo de serviço. O Catálogo de Serviços está disponível no site: <http://www.sgi.cefetmg.br>

g) Descrição dos projetos de TI desenvolvidos no período

Quadro 5.22 – Projetos de TI desenvolvidos no período

Projeto de TI	Descrição	Alinhamento ao		Resultados esperados	Valores previstos em 2016	Valores despendidos em 2016	Prazos estimados
		Planej. Estratégico (programas)	Planej. TI				
PDTI 2016-2017	Elaboração do PDTI 2016/2017	PGE 01.03	EGTI 2013-2015	Desenvolvimento da fase de elaboração, diagnóstico e elaboração do PDTI	-	-	Conclusão estimada em Mar/2017
Comitê de Governança Digital	Implementação do Comitê de Governança Digital	PGE 01.03	EGTI 2013-2015	Elaboração do Regimento do Comitê de Governança Digital, em conformidade com o Decreto 8638/16	-	-	Conclusão em Jun/2016 Aprovação em mar/2017
Identificação Única	Reformulação da gestão de identidade do CEFET-MG	PGE 01.03	SE11	Conclusão da metodologia da gestão de identidade do CEFET-MG	-	-	Conclusão em Nov/2016
Sistema Integrado de Gestão	Planejamento da aquisição do Sistema Integrado de Gestão por meio de cooperação técnica com a UFRN	PGE 01.03 EPT 01.02 GRD 01.02 PGR 01 e 02	SI01	Conclusão do planejamento da cooperação técnica para efetivo início em mar/16	R\$ 306.486,00 (parcela anual por período de 3 anos. Total de R\$ 919.460,00)	R\$ 306.486,00	Assinatura cooperação técnica em mar/2016
Sistema de Apoio à Seleção de Bolsistas	Informatização do processo de análise socioeconômica de bolsas de assistência estudantil	PGE 01.03	SI2	Otimizar o processo de concessão de bolsas de Secretaria de Política Estudantil	-	-	Primeira versão finalizada em jan/2016, e nova versão em análise para fev/2017
Encargos Acadêmicos	Sistema de Gestão de encargos acadêmicos do corpo docente	PGE 01.03	SI2	Realizar controle e gestão sobre os encargos didáticos e acadêmicos do corpo docente do CEFET-MG	-	-	Desenvolvimento retomado em fev/2016
Ponto Eletrônico	Sistema de Gestão de Ponto Eletrônico	PGE 01.03	-	Sistema de informação que possibilita o controle de frequência por biometria	-	-	Desenvolvimento entre abr/2016 a jun/2016
Correio eletrônico	Reformulação da solução de correio eletrônico	PGE 01.03	SI7	Conclusão de nova ferramenta de correio eletrônico e concepção do processo de migração	-	-	Conclusão estimada em Fev/2017

Projeto de TI	Descrição	Alinhamento ao		Resultados esperados	Valores previstos em 2016	Valores despendidos em 2016	Prazos estimados
		Planej. Estratégico (programas)	Planej. TI				
Ferramenta de ensino aprendido	Reformulação da ferramenta de ensino aprendido (Moodle)	PGE 01.03 EPT 01.02 GRD 01.02 PGR 01 PGR 02	SI8	Conclusão de nova ferramenta de ensino aprendido	-	-	Conclusão estimada em Jan/2017
Wireless	Expansão da rede sem fio do CEFET-MG	PGE 01.03 EPT 01.02 GRD 01.02 PGR 01 e 02	IE08	Conclusão do planejamento em 2015 para aquisição e implantação da solução no início de 2016	R\$ 543.000,00	R\$ 543.000,00	Conclusão em mai/2016
Telefonia Digital	Ampliação do sistema VoIP	PGE 01.03	IE4 e IE5	Concepção do sistema de telefonia digital, com uso de VoIP para ligações a custo zero entre unidades.	-	-	Projeto piloto fone@RNP entregue em Mai/2016. Conclusão em Dez/2017
Processamento e armazenamento de dados	Atualização do datacenter para armazenamento e processamento de dados	PGE 01.03	IE12	Aquisição e implantação de servidores e unidades de storage	R\$ 1.200.000,00	R\$ 862.230,00	Aquisição em Dez/2016 Implantação estimada para até Mar/2017
Infraestrutura: rede local	Melhorias no processo de gestão da rede de dados local	PGE 01.03	IE10 e IE11	Atualização dos computadores de dados do CEFET-MG, e otimização do processo de gerência da rede de dados	R\$ 200.000,00	R\$ 140.950,00	Aquisição em Dez/2016 Melhorias da gestão estimada para até Mai/2017
Parque computacional	Atualização e expansão dos equipamentos para uso final e laboratórios	PGE 01.03 EPT 01.02 GRD 01.02 PGR 01 e 02	IE23	Atualização do parque computacional, com meta inicial de computadores em laboratórios de ensino com até 3 anos de uso	R\$ 2.000.000,00	R\$ 1.957.940,00	Conclusão em Dez/2016
Modernização sala de aula	Aquisição de projetores	PGE 01.03 EPT 01.02 GRD 01.02 PGR 01 e 02	IE25	Instalação de 1 projetor em cada sala de aula	R\$ 600.000,00	R\$ 547.000,00	Conclusão em Nov/2016
Sites institucionais	Modernização e atualização dos sites institucionais	PGE 01.03 EPT 01.02 GRD 01.02 PGR 01e 02	SI6	Desenvolvimento conjunto com a SECOM de nova identidade visual e disponibilização de plataforma de gestão de conteúdo amigável	-	-	Conclusão em Set/2016

Fonte: SGI

h) Medidas tomadas para mitigar eventual dependência tecnológica de empresas terceirizadas que prestam serviços de TI para a unidade

Quanto a dependência tecnológica de empresas terceirizada em Tecnologia da Informação, segue um dos princípios adotados pela Secretaria de Governança da Informação, posto em prática no PDTI 2013-2015 e consolidado na minuta do PDTI 2016-2017:

- *Priorizar soluções livres e/ou de código aberto, sempre que estas atenderem às necessidades do negócio, observadas as questões de segurança, continuidade do negócio, viabilidade econômica e domínio tecnológico da equipe de TI. (Fonte: Estratégia Geral de Tecnologia da Informação – EGTI 2013-2015)*

As estratégias de soluções que envolvem sistemas de informação estão apontadas a seguir, postas na ordem de prioridade de sua adoção: desenvolvimento próprio; transferência de tecnologia (posse do código fonte da solução pelo CEFET-MG); soluções livres; aquisição de licença de cessão de uso; terceirização do desenvolvimento.

Observa-se, entretanto, que os principais sistemas de informação (item 5) são de solução livre ou desenvolvimento próprio, exceto o Sistema Acadêmico e Sistema de Bibliotecas. Para estes dois últimos sistemas de informação, a SGI consolidou no planejamento do Sistema Integrado de Gestão da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, processo 23062.006349/2012-78, a migração destas soluções na estratégia de transferência de tecnologia.

O uso de soluções livres se estende à infraestrutura de Tecnologia da Informação, especificamente serviços de Internet, onde o processamento e armazenamento de dados é realizado na própria instituição, em conformidade ao Decreto 8135/13 de 04/11/2013 e Portaria Interministerial MP/MC/MD 141/14 de 02/05/2014. Para telecomunicações, a contratação de serviços é realizada no âmbito da telefonia fixa e móvel. A comunicação de dados pelos links de Internet mantidos pela Rede Nacional de Pesquisas (RNP) foi estimulada pela SGI em 2015.

5.6.1 Principais sistemas de informações

Algumas informações dos sistemas já foram discriminadas no item c, referente ao tópico “Gestão da Tecnologia da Informação”. Os sistemas de informação implantados no CEFET-MG estão relacionados no quadro a seguir. Tratam de soluções implantadas, ou em processo de atualização, referente ao ano de 2016. Demais soluções em desenvolvimento ou em estágio de implantação, não foram apresentados neste quadro.

Quadro 5.23 – Principais sistemas de informações

Sistema	Descrição	Despesas com suporte técnico para manutenção / desenvolvimento	Prazo de conclusão
1. Q-Acadêmico)	Sistema de informação responsável pela automação dos processos administrativos dos Registros Escolares, e registro da vida escolar dos discentes da instituição. Trata-se de aquisição da cessão de uso da licença, com suporte técnico terceirizado.	R\$ 93.719,25	Solução já implantada. Atuação da equipe de TI compreende no acompanhamento do funcionamento da solução
2. Sistema de Bibliotecas (Sophia)	Sistema de informação responsável pela automação dos processos da Biblioteca, tais como catalogação do acervo, registro de empréstimo, registro de demandas, etc. Trata-se de aquisição da cessão de uso da licença, cujo suporte técnico ao sistema foi terceirizado.	R\$ 4.587,00	Solução já implantada. Atuação da equipe de TI compreende no acompanhamento do funcionamento da solução.
3. Sistema de Gerenciamento de Conteúdo Web (CMS)	Sistema de gestão de conteúdo cuja implementação atende à demanda de gerência das informações nos sítios eletrônicos do CEFET-MG. Trata-se de uma solução livre, cujos sítios são desenvolvidos e mantidos pela equipe de TI do CEFET-MG. O desenvolvimento é contínuo em função das demandas internas e pontuais do CEFET-MG. Um novo CMS (wordpress) foi instalado e disponibilizado, com nova identidade visual, para substituição da atual plataforma (OpenCMS)	Custo indireto referente à alocação de 6 servidores de TI, com atribuições compartilhadas com outras demandas.	Solução já implantada. Migração dos sites institucionais iniciou-se em dez/2016, com previsão de término para jun/2017.
4. Correio eletrônico	Serviço de correio eletrônico implementado por soluções livre, e mantido pela própria equipe de analistas da Instituição. A SGI iniciou implantação de nova solução de e-mail com melhorias na interface gráfica, desempenho e capacidade de armazenamento.	Custo indireto referente à alocação de 3 servidores de TI, com atribuições compartilhadas com outras demandas.	Solução já implantada. Atuação da equipe de TI compreende em atualização da solução. Disponibilização de versão atualizada em fev/17.
5. Ferramenta de ensino-aprendizado (Moodle)	O Moodle é uma ferramenta de avaliação de apoio à ensino, utilizada para disponibilização de conteúdo acadêmico e suporte à condução das disciplinas nos cursos oferecidos pelo CEFET-MG. A SGI iniciou processo de atualização da ferramenta, com melhorias na interface gráfica, desempenho e recursos para educação à distância	Custo indireto referente à alocação de 3 servidores de TI, com atribuições compartilhadas com outras demandas.	Solução já implantada. Atuação da equipe de TI compreende em atualização da solução. Disponibilização de versão atualizada em fev/17.
6. Sistema de Gestão (Sinapse)	Sistema de Informação desenvolvido pela própria equipe de TI do CEFET-MG, de finalidade acadêmica, constituído pelos seguintes módulos: - Orçamento (Superintendência de Orçamento e Finanças); - Controle de receita via GRU (Superintendência de Orçamento e Finanças); - Refeitório (Secretaria de Política Estudantil); - Credenciais de acesso (Núcleo de Identificação e Segurança); - Veículos (Prefeitura); - Avaliação de servidores (Superintendência de Desenvolvimento Organizacional); - Plano de saúde (Superintendência de Gestão de Pessoas); - Plano de ensino (Diretoria de Graduação); - Encargos acadêmicos (Departamentos Acadêmicos); - Gestão de submissão de projetos de pesquisa (DPPG). - Ponto Eletrônico (CEFET-MG)	Custo indireto referente à alocação de 3 servidores de TI, com atribuições compartilhadas com outras demandas.	Solução já implantada. Atuação da equipe de TI compreende em atualização da solução. O desenvolvimento é contínuo em função das demandas internas e pontuais do CEFET-MG.
7. Sistema de organização de eventos (SOAC)	Sistema de informação utilizado pela DPPG, com as respectivas finalidades de disponibilização de revista eletrônica da Pós Graduação.	Custo indireto referente à alocação de 2 servidores de TI, com atribuições compartilhadas com outras demandas.	Solução já implantada. Atuação da equipe de TI compreende em atualização da solução.

Sistema	Descrição	Despesas com suporte técnico para manutenção / desenvolvimento	Prazo de conclusão
8. Sistema de publicação de revista eletrônica (SEER)	Sistema de informação utilizado pela DPPG, com as respectivas finalidades de disponibilização de gestão de eventos acadêmicos.	Custo indireto referente à alocação de 2 servidores de TI, com atribuições compartilhadas com outras demandas.	Solução já implantada. Atuação da equipe de TI compreende em atualização da solução.
9. Sistema de gerenciamento de chamados técnicos (GLPI)	Sistema de gerenciamento de chamados de Tecnologia da Informação, para suporte e atendimento ao usuário. O GLPI foi concebido na ótica da Central de Serviços da metodologia ITIL (ISO 20.000) para gerenciamento de serviços de TI. Em paralelo, a SGI elaborou o Catálogo de Serviços de TI, para suportar o seu funcionamento.	Custo indireto referente à alocação de 4 servidores de TI, com atribuições compartilhadas com outras demandas.	Solução já implantada. Atuação da equipe de TI compreende em atualização da solução. O desenvolvimento é contínuo em função das demandas internas e pontuais da SGI.

Riscos relacionados à continuidade e disponibilidade dos sistemas de informações

Quadro 5.24 – Riscos à continuidade e disponibilidade dos sistemas de informações

Risco	Prob.
R1. Rotatividade do pessoal de TI envolvido	Média
R2. Falta de cooperação, comprometimento e envolvimento dos usuários finais	Alta
R3. Indisponibilidade do centro de dados que armazena os sistemas de informação	Baixa
R4. Falta de comprometimento da alta administração da instituição com a solução de TI	Baixa
R5. Incidentes de segurança computacional	Média
R6. Sistema de informação descontinuado	Média

Risco: R1. Rotatividade do pessoal de TI envolvido

ID	Dano	Impacto
1	Perda de informações ou funções importantes	Alto
2	Perda de conhecimento tácito construído no período que atuou na implantação e/ou / manutenção da solução	Alto
ID	Ação Preventiva	Responsável
1	Treinamento e compartilhamento de informações por toda a equipe da SGI	Gerente equipe implantação e/ou manutenção
2	Documentação de procedimentos	Gerente equipe implantação e/ou manutenção
ID	Ação de Contingência	Responsável
1	Realização de novos treinamentos pela equipe da SGI	Gerente equipe implantação e/ou manutenção

Risco: R2. Falta de cooperação, comprometimento e envolvimento dos usuários finais

ID	Dano	Impacto
1	Não adesão ao sistema de informação	Alto
2	Alimentação de dados incompleta/incorreta	Alto
ID	Ação Preventiva	Responsável
1	Conscientização da importância do sistema para a UPC	Diretor-Geral
2	Tornar obrigatório o uso do sistema por todos os setores da Instituição, através de resolução dos órgãos colegiados	Órgãos colegiados
ID	Ação de Contingência	Responsável
1	Reuniões de alinhamento estratégico com setores/pessoas não aderentes	Equipe de implantação e manutenção, chefia dos setores

Risco: R3. Indisponibilidade do centro de dados que armazena os sistemas de informação

ID	Dano	Impacto
1	Indisponibilidade no acesso dos sistemas de informação	Alto
2	Perda de dados nos ativos por desligamento abrupto ou problema no fornecimento de energia elétrica	Alto
3	Funcionamento incorreto dos sistemas operacionais e/ou demais ferramentas/aplicações da infraestrutura de TI por corrompimento de arquivos	Alto
4	Quebra da integridade, confidencialidade e autenticidade das informações	Alto
ID	Ação Preventiva	Responsável
1	Implantação e adoção de soluções redundantes nos diversos níveis de infraestrutura (exceto centro de dados replicado)	Divisão de Infraestrutura de TIC
2	Atualização dos sistemas operacionais e demais ferramentas/aplicações da infraestrutura de TI	Divisão de Infraestrutura de TIC
3	Monitoramento dos links de transmissão de dados institucionais, mesmo que providos pela Rede Nacional de Pesquisa (RNP)	Divisão de Infraestrutura de TIC
4	Monitoramento dos elementos que compõe a infraestrutura de TI, tais como uso de processamento, memória, dentre outros.	Divisão de Infraestrutura de TIC
5	Manutenção e preparo de sistema ininterrupto de energia elétrica (nobreakes e gerados)	Divisão de Infraestrutura de TIC / Prefeitura
6	Adoção de solução de cópias de segurança	Div. Infraestrutura TIC
ID	Ação de Contingência	Responsável
1	Uso de sistema ininterrupto de energia elétrica (nobreakes e gerados)	Divisão de Infraestrutura de TIC / Prefeitura
2	Restauração dos dados institucionais a partir das cópias de segurança	Divisão de Infraestrutura de TIC
3	Comunicação institucionais entre a alta direção, os setores responsáveis por cada área de negócio e comunidade do CEFET-MG	SGL, Comunicação Social

Risco: R4. Falta de comprometimento da alta administração da instituição com a solução de TI

ID	Dano	Impacto
1	Não utilização do sistema pelos setores diretamente envolvidos com a alta gerência	Alto
2	Perda do interesse no uso do sistema por parte da comunidade	Alto
ID	Ação Preventiva	Responsável
1	Alinhamento estratégico institucional	Diretor-Geral, SGL
ID	Ação de Contingência	Responsável
1	Atuação junto aos conselhos superiores da Instituição	Gerente equipe implantação
2	Reuniões com setores/pessoas com perda de interesse	Equipe de implantação / chefe dos setores envolvidos

Risco: R5. Incidente de segurança computacional

ID	Dano	Impacto
1	Indisponibilidade no acesso dos sistemas de informação	Alto
2	Perda ou vazamento de dados institucionais	Alto
3	Quebra da integridade, confidencialidade e autenticidade das informações	Alto
ID	Ação Preventiva	Responsável
1	Implantação e adoção de soluções redundantes nos diversos níveis de infraestrutura (exceto centro de dados replicado)	Div. Infraestrutura TIC
2	Atualização dos sistemas operacionais e demais ferramentas/aplicações da infraestrutura de TI a partir de vulnerabilidades encontradas	Div. Infraestrutura TIC
3	Adoção de soluções de segurança na infraestrutura de TI	Div. Infraestrutura TIC
4	Adoção de boas práticas de segurança computacional no desenvolvimento e/ou implantação de soluções de sistemas	Div. Infraestrutura TIC, Escritório de Projetos
ID	Ação de Contingência	Responsável
1	Restabelecimento e correção de vulnerabilidades na infraestrutura de TI ou sistemas de informação	Divisão de Infraestrutura de TIC, Escritório de Projetos, empresa terceirizada
2	Restauração dos dados institucionais a partir das cópias de segurança	Divisão de Infraestrutura de TIC
3	Comunicação institucionais entre a alta direção, os setores responsáveis por cada área de negócio e comunidade da UPC	SGL, Comunicação Social

Risco: R6. Sistema de informação descontinuado		
ID	Dano	Impacto
1	Quebra do ciclo de correções de erros e segurança	Alto
2	Impossibilidade de inclusão de novos requisitos funcionais no sistema de informação	Alto
ID	Ação Preventiva	Responsável
1	Manutenção dos contratos administrativos, caso a solução seja terceirizada por cessão de uso.	SGL
2	Adoção de soluções livres consolidadas, com maturidade mínima de 5 anos, documentação na língua portuguesa, e atualizações frequentes	DITIC, EP
3	Uso de soluções de sistema de informação com código aberta, cuja manutenção é realizada pela própria equipe da SGL	EP
ID	Ação de Contingência	Responsável
1	Realinhamentos dos objetivos estratégicos e reavaliação de mudança de solução	SGL, Diretorias/Setores envolvidos
2	Incremento das ações em segurança em torno da infraestrutura TI associada ao sistema de informação	SGL, DITIC

Fonte: SGL

5.7 GESTÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE

O Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais participa da promoção do desenvolvimento nacional sustentável por meio de suas contratações realizadas de acordo com os parâmetros estabelecidos no Decreto 7.746/2012, consoante seu art. 3º “Os critérios e práticas de sustentabilidade de que trata o art. 2º serão veiculados como especificação técnica do objeto ou como obrigação da contratada”. Assim sendo, os editais da instituição cumprem o disposto na Instrução Normativa nº 1/2010, da SLTI/MPOG, quanto às questões de sustentabilidade ambiental.

Dentre as atividades realizadas pelo CEFET-MG, na busca contínua pela Gestão Ambiental e Sustentabilidade, destacam-se: a substituição gradual de todas as lâmpadas existentes no CEFET por lâmpadas mais eficientes; e, medidas para a redução do consumo de água. Tais práticas concernem ao disposto no art. 4º, inciso III da IN nº 01, de 19 de janeiro de 2010 e art. 4º, inciso III do Decreto 7.746/2012.

De acordo com o decreto nº 5940/2006, a unidade realiza a separação dos resíduos recicláveis descartados, sendo que a destinação é feita pela Superintendência de Limpeza Urbana (SLU). O descarte de lâmpadas fluorescentes e de materiais hospitalares são terceirizados para o cumprimento da legislação pertinente.

O CEFET-MG busca continuamente gerenciar suas atividades com o objetivo de minimizar impactos sobre o meio ambiente, além de atuar como agente promovedor do uso racional de recursos para a continuidade e melhoria das condições ambientais, consolidando os princípios da sustentabilidade. Quando das contratações de serviços e fornecimentos de bens, o CEFET-MG exige dos contratados a declaração de sustentabilidade ambiental prevista na IN nº 01 de 19/01/2010 de SLT/MPGO.

6 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

6.1 CANAIS DE ACESSO DO CIDADÃO

São quatro os canais que podem ser utilizados pelo cidadão: internet (por meio do Serviço de Informações ao Cidadão (SIC) e o Serviço Fale Conosco), telefone, correio e atendimento presencial. Os canais disponibilizados para o direcionamento de pedidos de acesso a informação no CEFET-MG são o e-SIC (<http://www.aceessoainformacao.gov.br/sistema>) ou por meio de atendimento presencial no SIC do CEFET-MG na sala da Auditoria, no Prédio Administrativo, localizado na Av. Amazonas 5253 - Nova Suíça - Belo Horizonte - MG - Brasil CEP: 30421-169 Telefone: +55 (31) 3319-7008.

Quanto ao atendimento das manifestações pelo sistema ou presencial, as demandas de menor complexidade são atendidas pelo próprio servidor responsável pelo SIC, e, em casos de maior complexidade, o atendimento é feito pelos Setores/Departamentos da Instituição, que sejam especializados na matéria solicitada/questionada.

6.2 CARTA DE SERVIÇOS AO CIDADÃO

O documento “Carta de Serviços ao Cidadão” está disponível no sítio eletrônico principal da Instituição, no endereço www.cefetmg.br, no link “Acesso à Informação” – “Carta de Serviços ao Cidadão”. A carta é instituída pelo Decreto 6.932/2009.

6.3 AFERIÇÃO DO GRAU DOS CIDADÃOS-USUÁRIOS

Informamos que como mecanismo para medir a satisfação dos produtos e serviços é realizada atualmente, em intervalo de 2 em 2 anos, a Autoavaliação Institucional. Participam do processo, os docentes e técnicos administrativos do CEFET-MG. Os resultados da última Autoavaliação foram divulgados pela CPA (Comissão Permanente de Avaliação) em maio de 2014.

No momento a CPA trabalha os cadernos referentes à Autoavaliação Institucional de 2016, que será divulgada para a comunidade até 31/01/17. Na Autoavaliação Institucional que está em andamento, temos as “considerações finais”, nas quais são mencionados os aspectos positivos da escola e os que necessitam de melhorias.

Quanto aos cursos técnicos, não foi possível começar a avaliação dos mesmos em 2016, conforme estava previsto, ficando a avaliação para 2017, onde daremos início ao trabalho de avaliação pelos discentes desse nível de ensino.

Outro mecanismo utilizado pela CPA são as avaliações respondidas pelos discentes de todos os cursos de graduação (cursos superiores) do CEFET-MG. Nesses cadernos são também feitas “as considerações finais”, nas quais são relacionados os aspectos positivos da instituição e os aspectos que necessitam de melhorias.

Em relação a essas avaliações dos discentes da graduação, a CPA já concluiu o processamento das informações relativas ao ano de 2015 e estamos trabalhando as avaliações de 2016. Os dados apontam que a Instituição vem sendo avaliada positivamente em todos os seus cursos.

Entretanto, existem ressalvas, principalmente no Campus I, no que se refere a infraestrutura dos banheiros (limpeza, ausência de produtos de higiene), estacionamento (vagas não disponíveis para os alunos do diurno) e a falta de ventiladores nas salas de aula.

É preciso salientar as notas obtidas por alguns cursos de graduação que foram avaliados em 2015 pelo MEC. A CPA avalia como ponto altamente significativo os conceitos obtidos pelo CEFET-MG nas avaliações do Ministério da Educação (MEC). Nas escalas de notas de 01 a 05, o CEFET-MG obteve:

- Letras: nota 4
- Engenharia Ambiental e Sanitária: nota 4
- Engenharia Civil de Varginha: nota 4
- Engenharia Elétrica de Nepomuceno: nota 4
- Engenharia de Computação de Timóteo: nota 4

No ano de 2016, houve avaliação somente de um curso da Instituição:

- Engenharia de Minas de Araxá: nota 4

Mesmo ainda não divulgado para a comunidade, a CPA já tem consolidado os dados referentes à Autoavaliação Institucional de 2016.

Na Autoavaliação Institucional respondida pelos técnicos administrativos do CEFET-MG, a CPA obteve os seguintes dados:

Considerando os itens Muito Bom e Bom, em relação à infraestrutura, os itens que se destacaram foram:

- organização e limpeza – 83,3%
- qualidade dos serviços de restaurante – 79,8%
- acesso a equipamentos de comunicação e informação – 78,3%

Com relação aos setores, os melhores avaliados foram:

- Secretaria de Política Estudantil – 88,6%
- Biblioteca Universitária – 88,5%
- Coordenação de Política Estudantil na unidade em que trabalha – 85,9%

Considerando a porcentagem do item Ruim, os itens da infraestrutura que necessitam de melhorias:

- Estacionamento – 30,8%
- Assistência médica e odontológica para situação de emergência – 26,9%

Com relação aos setores, os que necessitam de melhorias são:

- Comissão Permanente de Adicional Periculosidade e Insalubridade – 22,2%
- Auditoria Interna – 16,5%

Em relação a Autoavaliação feita pelos Docentes, a CPA levantou os seguintes dados:

Considerando os itens Muito Bom e Bom, em relação à infraestrutura, os itens que se destacaram foram:

- Qualidade do atendimento e da alimentação do Restaurante Estudantil – 79,9%
- Qualidade dos serviços de reprodução de materiais gráficos – 77,5%
- Organização e limpeza das salas de aulas, laboratórios, banheiros e demais dependências físicas da escola – 77,2%

Com relação aos setores, os melhores avaliados pelos docentes foram:

- Diretoria de Graduação – 88,2%
- Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação – 87,1%
- Comissão Permanente de Pessoal Docente – 85,9%
- Reconhecimento de Saberes e Competências – 85,5%

- Comissão Permanente de Avaliação – 83,4
- Coordenação de Política Estudantil – 81,1%
- Diretoria de Educação Profissional e Tecnológica – 80,7%

Considerando a porcentagem do item Ruim, os itens da infraestrutura que necessitam de melhorias:

- Ventilação do ambiente físico as sala de aula – 40,2%
- Capacidade física, segurança e organização do estacionamento – 36,2%

Com relação aos setores, os que necessitam de melhorias são:

- Comissão Permanente de Adicional Periculosidade e Insalubridade – 17,5%
- Secretaria de Governança da Informação – 16,8%

Finalizando, a CPA considerando os quesitos Muito Bom e Bom foi avaliada pelos docentes como o 5º melhor setor do CEFET-MG, entre trinta setores, resultado avaliado pela Comissão como muito positivo.

6.4 MECANISMOS DE TRANSPARÊNCIA DAS INFORMAÇÕES

A Lei nº 12.527/2011, conhecida como Lei de Acesso a Informação (LAI), regulamenta o direito de qualquer pessoa, física ou jurídica, solicitar informações de órgãos e entidades públicas, sem a necessidade de justificar o motivo (opcional). As pessoas podem ter acesso a qualquer informação pública produzida ou custodiada pela Administração Pública, tendo esta um prazo de 20 dias para atender à requisição, podendo prorrogá-lo por mais 10 dias, caso haja justificativa expressa.

Quadro 6.1 - Síntese do sistema de solicitações de informações

Ano	Nº de pedidos	Média mensal de pedidos	Tempo médio de resposta
2012	47	5,88	10,68 dias
2013	113	9,42	16,90 dias
2014	85	7,08	49,54 dias
2015	49	4,08	216,59 dias
2016	83	6,92	82,78 dias

Fonte: e-Sic

No ano de 2016 o CEFET-MG recebeu 83 pedidos de informação, com uma média de aproximadamente 7 pedidos por mês. Isto significa que houve um crescimento da demanda em 69,38% se comparado a 2015, número este bastante significativo, que indica um maior interesse dos cidadãos em monitorar a atuação da instituição. A média de pedidos anuais, desde a criação da lei gira em torno 75, porém a variável se comporta de maneira bastante volátil.

Com a mudança de gestão em 2015, o desempenho apresentou uma piora, o que exigiu uma adaptação da estrutura interna no sentido de torná-la mais eficiente na sua interação com a comunidade externa. Assim, em 2016 houve a redução do tempo médio de resposta às solicitações em 61,78%. Isto mostra o compromisso da instituição com a transparência, buscando o aprimoramento contínuo dos mecanismos de resposta.

Para além da necessidade de responder às solicitações de informação, a LAI em seu art. 8º define a necessidade dos órgãos e entidades públicos disponibilizarem em seus sítios eletrônicos informações públicas de interesse coletivo ou geral. Em convergência

a esta normativa da lei, o CEFET-MG tem em sua página da internet: www.cefetmg.br o link "Acesso à Informação", onde o cidadão pode encontrar dados previamente fornecidos pela instituição.

Ouvidoria

A Ouvidoria é um espaço de relacionamento entre cidadão e administração pública que serve como ponte de diálogo entre estes agentes. É um serviço aberto aos cidadãos que se destina a escutar as demandas – reivindicações, denúncias, reclamações, sugestões e elogios – e dar o devido encaminhamento resolutivo para elas. A Ouvidoria do CEFET-MG foi implementada em dezembro de 2015, contando desde então com local de atendimento e com servidor responsável pelo recebimento e tratamento adequado das manifestações. Para monitorar as manifestações o CEFET-MG utiliza o sistema integrado de ouvidorias, chamado e-OUV, diretamente ligado à Controladoria Geral da União (CGU). Vale ressaltar que as manifestações têm caráter sigiloso, não sendo a identidade do manifestante divulgada. Segue abaixo o quadro-síntese com as atividades da ouvidoria em 2016:

Quadro 6.2 – Síntese das atividades de ouvidoria

Natureza	Descrição	Situação	Tempo de solução
Reclamação	Atendimento prestado por servidora	Solucionado	05 dias
	Lista de espera do SISU	Encaminhada ao setor competente	-
	Processo de Seleção de Mestrado com etapas subjetivas	Solucionado - Não procedente	36 dias
	Atraso no pagamento de avaliação do processo de RSC	Solucionado	32 dias
	Ausência de informações sobre processo seletivo	Impossibilidade de apuração de forma anônima	03 dias
	Ausência de informações e impossibilidade de participação em seminário de conclusão de curso	Solucionado	275 dias
	Ausência de informações sobre concurso	Não procedente - Erro de encaminhamento - Outra instituição	06 dias
Denúncia	Possível assédio moral	Não procedente	11 dias
	Acumulação de cargo	Não procedente	01 dia
	Quebra de Dedicção Exclusiva	Não procedente	07 dias
	Recebimento indevido de diárias e uso de carro oficial	Não procedente - arquivado	-
	Possível assédio moral	Não procedente	09 dias
	Quebra de Dedicção Exclusiva	Abertura de PAD	
Informação	Transformação do CEFET-MG em universidade tecnológica	Solucionado	10 dias
	Consulta sobre vacância e manutenção de benefícios	Solucionado	23 dias
Solicitação	Histórico Escolar de aluna	Solucionado	02 dias
	Restituição de taxas de inscrição em concurso	Não procedente - Erro de encaminhamento - Outra instituição	10 dias

6.5 MEDIDAS PARA GARANTIR A ACESSIBILIDADE

O objetivo principal da construção civil é garantir conforto, segurança e comodidade para que os seres humanos possam satisfazer suas necessidades no dia a dia. Nesse contexto, possui o papel de atender a todos os indivíduos da sociedade como um todo, independente de qualquer deficiência que possa interferir no uso da edificação.

As análises foram baseadas em Roteiro Básico para Vistoria elaborado pela Procuradoria Geral da União. Tal roteiro abrange as áreas de convívio como salas de apresentação, salas de aula, refeitórios, salas de leitura, sanitários e vestiários além de áreas externas como acessos e corredores. Ele determina os dimensionamentos de mobiliário e de possíveis necessidades das áreas de convívio como placas, corrimãos, escritos em braile e piso podotátil.

Como parâmetros de avaliação, são utilizadas normas e leis vigentes como: NBR 13994-2000; NBR 9050-2004; NBR 9077-1993; Lei

Estadual de Minas Gerais: 11.666-1994 e Lei Municipal de Belo Horizonte: 8.359-2002.

O CEFET-MG, através da assessoria técnica de sua Superintendência de Infraestrutura (SINFRA), vem constantemente adotando medidas que garantam a acessibilidade às novas edificações projetadas, bem como adaptando sua estrutura física existente às exigências das normas de acessibilidade universal e legislação específica.

A política institucional de promoção de acessibilidade universal, no que diz respeito à sua implementação técnica, percorre basicamente o diagnóstico da infraestrutura física existente de todos os onze campi (inclui-se nessa contagem o antigo Campus VI-BH, que hoje é uma unidade de complexo logístico) no estado de Minas Gerais, seguindo com a confecção de projetos para os locais necessários, a execução de obras e aquisição de equipamentos afins.

Não obstante, é necessário destacar que uma parcela das edificações e da infraestrutura urbana dos campi do CEFET-MG são antigos, apresentando uma série de dificuldades e exigindo obras de porte para sua completa adequação. Nesse sentido, podemos afirmar que determinadas intervenções são dependentes da disponibilidade e limitações de recursos financeiros equacionados a outras demandas prementes que se impõem cotidianamente à instituição.

Específico ao ano de 2016, podemos destacar que foram licitadas obras para adequação da acessibilidade do Campus Timóteo, com a construção de rampas, corrimãos e plataforma elevatória. Da mesma forma, o novo Pavilhão de Aulas edificado no Campus II contempla todas as medidas previstas na norma 9050 e complementares, além de implementar melhorias de acessibilidade no entorno. Para o ano de 2017 estão previstas obras de promoção de acessibilidade para os campi Araxá e Leopoldina.

7 DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

7.1 DESEMPENHO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO

Parte das informações acerca do fluxo financeiro, demonstrando a compatibilidade e sincronismo entre ingressos e dispêndios dos recursos, foram evidenciadas no Quadro 2, Item 3.2 relativo ao desempenho orçamentário, na área de PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS. Julgou-se que as informações financeiras estariam melhor evidenciadas quando expostas de maneira conjunta com as orçamentárias, dado que uma serve de suporte à interpretação da outra. Assim, conforme orientação do TCU no sistema e-contas, onde este informa da possibilidade do tópico ser tratado em outra área do relatório de gestão, a UPC optou por fazer tal modificação de modo a aprimorar a análise.

Quanto ao desempenho financeiro em 2016, as dificuldades enfrentadas foram os repasses financeiros parciais, acarretando atrasos em pagamentos de fornecedores. Nesse contexto, foram criados mecanismos de acompanhamento das despesas liquidadas/obrigações a pagar que auxiliaram os gestores nas tomadas de decisões quanto aos pagamentos. Mecanismos estes que possibilitaram um acompanhamento minucioso, tornando possível, mesmo com as restrições financeiras, a Instituição conseguir cumprir com seus compromissos assumidos.

Dentro da Instituição foram priorizados os pagamentos dos valores referentes a Contratos e auxílios financeiros a estudantes. No que se refere a despesas de maior vulto, como obras e/ou grandes aquisições, foram definidos, em comum acordo com os fornecedores, pagamentos parciais, porém totalmente quitados até o encerramento do exercício. Todas as definições foram tomadas observando a Ordem Cronológica, em atendimento à legislação vigente. Do total das despesas empenhadas no exercício de 2016 – R\$409.337.337,62, foram pagos R\$397.532.372,59, correspondente a 97,11%.

7.2 TRATAMENTO CONTÁBIL DA DEPRECIÇÃO, DA AMORTIZAÇÃO E DA EXAUSTÃO DE ITENS DO PATRIMÔNIO E AVALIAÇÃO E MENSURAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS

O CEFET-MG ainda não tem adotado práticas para depreciação, amortização ou exaustão¹⁰ dos bens patrimoniais, pois o atual sistema de controle patrimonial não permite atualizações que possam levar aos processamentos necessários. Adquirimos, neste exercício, um novo sistema que possibilita as atualizações e os respectivos procedimentos e que já está em fase de implantação (a importação do catálogo de material já foi concluída e a análise para migração da antiga base de dados está sendo realizada).

7.3 SISTEMÁTICA DE APURAÇÃO DE CUSTOS NO ÂMBITO DA UNIDADE

Há dificuldade em se fornecer com precisão informações sobre custos, devido à ausência de uma sistemática específica para a sua apuração. No entanto, tal processo poderá ser viabilizado com melhor concretude a partir da aquisição do Sistema Integrado de Gestão desenvolvido pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte – adquirido no exercício 2016. Este sistema irá viabilizar a transferência de tecnologia para o desenvolvimento e implantação de uma plataforma específica para o CEFET-MG.

7.4 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXIGIDAS PELA LEI 4.320/64 E NOTAS EXPLICATIVAS

O Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais possui atualmente 11 (onze) unidades, sendo 07 unidades no interior do Estado de Minas e 04 em Belo Horizonte e região metropolitana. Ressalta-se que a Unidade Gestora Responsável (UGR) e a Unidade Gestora Executora (153015/15245) estão situadas na Av. Amazonas, 5253 - Nova Suíça, Belo Horizonte, e representam o CEFET-MG como Unidade Gestora do MEC.

A execução financeira e orçamentária desta Unidade Gestora é efetuada através do Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI), observando os seguintes critérios: Lei 4.320/64, Lei complementar 101/2000, Normas Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e os Princípios Contábeis segundo Conselho Federal de Contabilidade. Abaixo seguem as Demonstrações Finan-

¹⁰ Os valores lançados no balanço patrimonial se referem à depreciação de imóveis, controlada pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e lançada através do Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União (SPIUnet).

ceiras do CEFET-MG referentes à DEZEMBRO/2016, comparadas às demonstrações do ano anterior (2015), bem como as NOTAS EXPLICATIVAS a esses balanços, a fim de garantir maior clareza aos possíveis usuários da informação contábil nelas apresentadas.

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO			PASSIVO		
Especificação	2016	2015	Especificação	2016	2015
Ativo financeiro	935.430,65	4.220.237,87	Passivo financeiro	15.368.105,15	20.288.060,01
Ativo permanente	272.916.952,66	257.147.347,66	Passivo permanente	3.450,00	55.403,59
			Saldo patrimonial	258.480.828,16	241.024.121,93

Fonte: DICONT



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS	EXERCÍCIO: 2016	PERÍODO: Anual
SUBTÍTULO	26257 - CENTRO FEDERAL DE EDUCACAO TECNOLOGICA DE MG - AUTARQUIA	EMISSÃO: 07/02/2017	PÁGINA: 1
ÓRGÃO SUPERIOR	26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO	VALORES EM UNIDADES DE REAL	

ATIVO			PASSIVO		
Especificação	2016	2015	Especificação	2016	2015
ATIVO CIRCULANTE	46.229.691,73	37.023.979,72	PASSIVO CIRCULANTE	1.578.798,09	10.269.415,25
Caixa e Equivalentes de Caixa	935.430,65	4.220.237,87	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	-	-
Créditos a Curto Prazo	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	45.160.409,95	32.618.210,70	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	1.484.733,67	7.735.638,35
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	-
Estoques	133.851,13	185.531,15	Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	-	-	Provisões de Curto Prazo	-	-
			Demais Obrigações a Curto Prazo	94.064,42	2.533.776,90
ATIVO NÃO CIRCULANTE	227.622.691,58	224.343.605,81	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-	-
Ativo Realizável a Longo Prazo	-	-	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo	-	-
Investimentos	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Participações Permanentes	-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Provisões de Longo Prazo	-	-
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo	-	-
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-	Resultado Diferido	-	-
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	1.578.798,09	10.269.415,25
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPSS	-	-	Especificação	2016	2015
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Patrimônio Social e Capital Social	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-	Reservas de Capital	-	-

Imobilizado	226.967.318,79	223.745.023,30	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
Bens Móveis	86.791.380,72	83.367.609,84	Reservas de Lucros	-	-
Bens Móveis	86.791.380,72	83.367.609,84	Demais Reservas	-	-
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-	-	Resultados Acumulados	272.273.585,22	251.098.170,28
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-	Resultado do Exercício	23.792.439,40	20.767.970,20
Bens Imóveis	140.175.938,07	140.377.413,46	Resultados de Exercícios Anteriores	251.098.170,28	230.330.273,97
Bens Imóveis	140.924.404,77	140.814.013,34	Ajustes de Exercícios Anteriores	-2.617.024,46	-73,89
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-748.466,70	-436.599,88	(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	272.273.585,22	251.098.170,28
Intangível	655.372,79	598.582,51			
Softwares	570.302,55	516.736,27			
Softwares	570.302,55	516.736,27			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	85.070,24	81.846,24			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	85.070,24	81.846,24			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
TOTAL DO ATIVO	273.852.383,31	261.367.585,53	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	273.852.383,31	261.367.585,53

ATIVO			PASSIVO		
Especificação	2016	2015	Especificação	2016	2015
ATIVO FINANCEIRO	935.430,65	4.220.237,87	PASSIVO FINANCEIRO	15.368.105,15	20.288.060,01
ATIVO PERMANENTE	272.916.952,66	257.147.347,66	PASSIVO PERMANENTE	3.450,00	55.403,59
			SALDO PATRIMONIAL	258.480.828,16	241.024.121,93

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
Especificação	2016	2015	Especificação	2016	2015
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	6.396.982,11	1.398.557,22	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	7.314.903,91	12.227.425,24
Execução dos Atos Potenciais Ativos	6.396.982,11	1.398.557,22	Execução dos Atos Potenciais Passivos	7.314.903,91	12.227.425,24
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	-	-	Garantias e Contragarantias Concedidas a Execut	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	6.396.982,11	1.398.557,22	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congên	1.555.437,86	10.060.014,15
Direitos Contratuais a Executar	-	-	Obrigações Contratuais a Executar	5.759.466,05	2.167.411,09
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	6.396.982,11	1.398.557,22	TOTAL	7.314.903,91	12.227.425,24

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-500.000,00
Recursos Vinculados	-13.932.674,50
Educação	-14.693.325,98
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	765.222,00
Outros Recursos Vinculados a Fundos	-4.570,52
TOTAL	-14.432.674,50

Fonte: DICONT

NOTAS EXPLICATIVAS DO BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO (1.0.0.0.00.00)

1 Caixa e equivalentes de caixa

O saldo de caixa e equivalentes de caixa apresentou uma queda de 77,83%, em relação ao período anterior. Os saldos desse grupo, no Balanço do CEFET-MG, referem-se a valores recebidos (conta contábil - 11.112.20.01- Limite de saque por vinculação de pagamento) para cumprir obrigações financeiras com fornecedores.

A diminuição do saldo no ano de 2016 ocorreu porque o CEFET-MG recebeu os recursos financeiros em tempo hábil e executou o máximo de pagamentos possível dentro do exercício.

2 Créditos a curto Prazo

O grupo "Créditos a curto prazo" é o grupo com maior participação no Ativo circulante do CEFET-MG, portanto, para maior evidência das contas que o compõe, detalha-se a seguir a composição deste grupo.

1.1.3.0.0.00.00 DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	R\$ 45.160.409,95
Composição do saldo	
Conta contábil – descrição	Valores em R\$
1.1.3.1.1.01.02 1/3 DE FERIAS - ADIANTAMENTO	5.635.905,33
1.1.3.1.1.04.00 ADIANTAMENTOS DE TRANSFERENCIAS VOLUNTARIAS	39.395.041,84
1.1.3.4.1.02.05 CRED A REC DE RESPONSÁVEIS POR DANO/PERDA-TCE	129.462,78

O saldo da conta 1.1.3.1.1.01.02 refere-se a adiantamento de 1/3 de férias a servidores, sendo essas férias de competência do exercício de 2017, pagas antecipadamente na folha de dezembro/2016.

O saldo da conta 1.1.3.1.1.04.00 refere-se a adiantamentos de transferências voluntárias repassadas pelo CEFET-MG à Fundação CEFETMINAS para gerenciamento dos restaurantes, execução do Programa de Alimentação Escolar das diversas Unidades do CEFET-MG.

O saldo da conta 1.1.3.4.1.02.05 (Crédito a receber de responsáveis por dano/perda TCE) refere-se a valor a ser ressarcido por ex-servidor ao CEFET-MG. Cabe esclarecer que a ação de cobrança em questão está sob a responsabilidade da CGU; até o momento o valor não foi ressarcido à Instituição.

3 Imobilizado

O grupo "Imobilizado" não apresentou variação significativa no período em análise, porém é o grupo com maior representatividade no Ativo Total (82,88%) da instituição.

1.2.3.0.0.00.00 - IMOBILIZADO	R\$ 226.967.318,79
--------------------------------------	---------------------------

Esse grupo é composto por bens móveis e imóveis, conforme detalhamento a seguir:

3.1 Bens Móveis

Os bens móveis do CEFET-MG representam 39% do ativo imobilizado, totalizando o valor de R\$ 86.791.380,72, assim distribuídos:

1.2.3.1.0.00.00 BENS MÓVEIS	R\$ 86.791.380,72
Conta contábil - descrição	Valores em R\$
1.2.3.1.1.01.00 MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS.	R\$ 34.657.166,63
1.2.3.1.1.02.00 BENS DE INFORMÁTICA	R\$ 24.957.904,53
1.2.3.1.1.03.00 MÓVEIS E UTENSÍLIOS	R\$ 14.016.361,13
1.2.3.1.1.04.00 MATERIAL CULTURAL, EDUCACIONAL E DE COMUNICAÇÃO	R\$ 7.440.791,34
1.2.3.1.1.05.00 VEÍCULOS	R\$ 4.615.937,55
1.2.3.1.1.99.00 DEMAIS BENS MÓVEIS	R\$ 1.103.219,54

Dentre os "aparelhos, equipamentos e ferramentas" e "bens de informática" se encontram diversos itens utilizados na atividade fim da instituição, tais como, aparelhos utilizados em aulas práticas nos laboratórios das mais diversas áreas, sobretudo, engenharia e informática. Os laboratórios de aulas contemplam aulas desde o ensino médio profissionalizante até a pós-graduação *stricto-sensu*.

3.2 Bens Imóveis

Os bens imóveis do CEFET-MG representam um valor considerável em relação ao ativo total da instituição (51,98%), uma vez que o CEFET-MG possui unidades espalhadas por diversos municípios do estado de Minas Gerais, sendo, portanto, necessários, imóveis para alocação de seus recursos materiais e humanos e execução de sua atividade fim: oferecer à população ensino de qualidade. Os bens imóveis do CEFET-MG totalizam R\$ 140.175.938,07, sendo assim distribuídos:

1.2.3.2.0.00.00 BENS IMÓVEIS	R\$ 140.175.938,07
Conta contábil - descrição	Valores em R\$
1.2.3.2.1.01.00 BENS DE USO ESPECIAL REGISTRADOS NO SPIUNET	R\$ 62.028.499,20
1.2.3.2.1.02.00 BENS DE USO ESPECIAL NAO REGISTRADOS NO SPIUNET	R\$ 1.402.858,07
1.2.3.2.1.06.00 BENS IMOVEIS EM ANDAMENTO	R\$ 73.611.678,60
1.2.3.2.1.07.00 INSTALACOES	R\$ 3.871.688,90
1.2.3.2.1.08.00 BENFEITORIAS EM PROPRIEDADE DE TERCEIROS	R\$ 9.680,00
1.2.3.8.1.02.00 DEPRECIACAO ACUMULADA - BENS IMOVEIS	(R\$ 748.466,70)

O saldo apresentado na conta 1.2.3.2.1.02.00 BENS DE USO ESPECIAL NAO REGISTRADOS NO SPIUNET refere-se à aquisição de imóveis em unidades do interior e Belo Horizonte, cuja documentação está sendo providenciada para o devido registro no SPIUNET.

O saldo da conta 1.2.3.2.1.06.00 BENS IMOVEIS EM ANDAMENTO representa o valor das obras em andamento nos diversos *campi* do CEFET-MG. Este saldo está pendente de regularizações que serão realizadas tão logo sejam disponibilizados os Termos de Entrega Definitiva de Obras finalizadas.

O CEFET-MG ainda não iniciou o processo de depreciação de seus bens e a previsão para início da execução deste procedimento é o 1º semestre/2017. A depreciação acumulada de bens imóveis que consta no balanço tem sido lançada pela Coordenação Geral de Contabilidade.

PASSIVO (2.0.0.0.0.00.00)

1 Fornecedores e contas a pagar nacionais – CP

A conta “Fornecedores e contas a pagar a curto prazo” apresentou queda de 80,81% no período analisado. A diminuição se deu em função da realização dos compromissos com os fornecedores, bem como da melhoria na gestão dos saldos de restos a pagar.

21.310.00.00 – Fornecedores e contas a pagar nacionais a CP	R\$ 1.484.733,67
Composição do Saldo	
Descrição	Valores em R\$
Restos a Pagar	R\$ 386.930,19
Fornecedores do Exercício 2016	R\$ 1.454.733,67

Dos compromissos a serem realizados, os mais relevantes são os custos com conservação e limpeza (34%) e aquisição de computadores (21%). Os demais custos estão pulverizados em despesas com água e energia elétrica, vigilância, manutenção de veículos, restaurantes, e aquisição de móveis, entre outros de menor vulto.

O quadro a seguir demonstra os principais fornecedores do CEFET-MG.

FORNECEDORES A PAGAR		
CNPJ	FORNECEDOR	VALOR
17.027.806/0001-76	CONSERVO SERVIÇOS GERAIS LTDA.	R\$493.200,51
72.381.189/0006-25	DELL COMPUTADORES DO BRASIL LTDA.	R\$307.300,00
06.981.180/0001-16	CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A	R\$166.732,13
10.423.276/0001-36	MEG SEGURANÇA PATRIMONIAL EIRELI.	R\$139.412,54
17.281.106/0001-03	COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS – COPASA MG	R\$100.428,49
01.927.184/0001-00	USE MOVEIS PARA ESCRITÓRIOS LTDA.	R\$82.176,00
03.178.438/0001-52	FAMILY RESTAURANTS LTDA.	R\$78.448,78
17.247.878/0001-29	GARRA SC COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA – ME	R\$45.300,00
-	DEMAIS FORNECEDORES	R\$71.735,22
	TOTAL	R\$1.484.733,67

2 Demais obrigações a curto prazo

Este grupo é composto por obrigações tributárias a recolher, tais como INSS, IRRF e ISSQN; bem como outros passivos, tais como bolsas e restituições a pagar.

3 Passivo exigível a longo prazo

O CEFET-MG não realizou compras que gerassem obrigações a longo prazo.

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS	EXERCÍCIO: 2016	PERÍODO: Anual
SUBTÍTULO	26257 - CENTRO FEDERAL DE EDUCACAO TECNOLOGICA DE MG - AUTARQUIA	EMIÇÃO: 07/02/2017	PÁGINA: 1
ÓRGÃO SUPERIOR	26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO	VALORES EM UNIDADES DE REAL	

RECEITA

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	4.971.903,00	4.971.903,00	3.328.391,51	-1.643.511,49
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	271.649,00	271.649,00	310.342,91	38.693,91
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	270.200,00	270.200,00	310.342,91	40.142,91
Valores Mobiliários	1.449,00	1.449,00	-	-1.449,00
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	403,75	403,75
Receitas de Serviços	4.700.254,00	4.700.254,00	2.917.150,16	-1.783.103,84
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	4.700.254,00	4.700.254,00	2.917.150,16	-1.783.103,84
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	100.494,69	100.494,69
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	502,20	502,20
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	98.752,49	98.752,49
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	1.240,00	1.240,00
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-

Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	4.971.903,00	4.971.903,00	3.328.391,51	-1.643.511,49
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	4.971.903,00	4.971.903,00	3.328.391,51	-1.643.511,49
DÉFICIT			408.895.845,91	408.895.845,91
TOTAL	4.971.903,00	4.971.903,00	412.224.237,42	407.252.334,42
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-

DESPESA

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	364.669.885,00	401.684.766,00	396.099.707,30	392.129.038,23	391.038.928,10	5.585.058,70
Pessoal e Encargos Sociais	293.853.107,00	328.935.165,00	325.983.573,07	325.936.807,35	325.936.807,35	2.951.591,93
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	70.816.778,00	72.749.601,00	70.116.134,23	66.192.230,88	65.102.120,75	2.633.466,77
DESPESAS DE CAPITAL	16.354.871,00	16.056.137,00	16.124.530,12	6.123.192,72	6.115.499,37	-68.393,12
Investimentos	16.354.871,00	16.056.137,00	16.124.530,12	6.123.192,72	6.115.499,37	-68.393,12
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	381.024.756,00	417.740.903,00	412.224.237,42	398.252.230,95	397.154.427,47	5.516.665,58
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-

Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	381.024.756,00	417.740.903,00	412.224.237,42	398.252.230,95	397.154.427,47	5.516.665,58
TOTAL	381.024.756,00	417.740.903,00	412.224.237,42	398.252.230,95	397.154.427,47	5.516.665,58

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	474.974,22	2.161.914,07	2.084.907,00	2.084.907,00	497.351,91	54.629,38
Pessoal e Encargos Sociais	-	31.077,25	20.768,57	20.768,57	10.308,68	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	474.974,22	2.130.836,82	2.064.138,43	2.064.138,43	487.043,23	54.629,38
DESPESAS DE CAPITAL	600.099,22	6.840.312,41	7.056.140,71	7.026.140,71	170.605,10	243.665,82
Investimentos	600.099,22	6.840.312,41	7.056.140,71	7.026.140,71	170.605,10	243.665,82
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	1.075.073,44	9.002.226,48	9.141.047,71	9.111.047,71	667.957,01	298.295,20

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	456,57	4.030.028,84	4.028.633,70	1.851,71	-0,00
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	456,57	4.030.028,84	4.028.633,70	1.851,71	-0,00
DESPESAS DE CAPITAL	-	4.595.874,17	4.595.874,17	-	-
Investimentos	-	4.595.874,17	4.595.874,17	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	456,57	8.625.903,01	8.624.507,87	1.851,71	-

Fonte: DICONT

NOTAS EXPLICATIVAS DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

1 Déficit - balanço orçamentário

O déficit demonstrado no Balanço Orçamentário ocorre porque o quadro "RECEITA" demonstra apenas as receitas arrecadadas diretamente pelo CEFET-MG, excluindo-se as transferências orçamentárias recebidas ao longo do ano, que são a maior parte das receitas executadas pela instituição.

Quando se compara o quadro "RECEITAS" com o quadro "DESPESAS" do Balanço Orçamentário - que demonstra não só as despesas executadas com orçamento próprio, mas também as executadas com orçamento de transferências recebidas da União e de outros órgãos - surge um Déficit não verídico.

Obs.: Segundo o MCASP 6ª edição, o fato acima não representa irregularidade, posto que o balanço do CEFET-MG compõe o BGU que, consolidado, se apresentará em perfeito equilíbrio.

2 Receita realizada

O balanço orçamentário do CEFET – MG apresentou um saldo de receita arrecadada no valor de R\$ 3.328.391,51, porém a receita arrecadada pela instituição no período foi de R\$ 3.242.238,00. Essa diferença entre o valor real de receita arrecadada e o valor apresentado no balanço (R\$ 86.183,51), trata-se de valores classificados na fonte 100 - que foram repassados à STN por serem devolução de despesas de exercícios anteriores.

O motivo para estes valores constarem como receita arrecadada pelo CEFET-MG está sendo analisado para posterior ajuste, caso necessário.

3 Receitas correntes

As receitas correntes constantes no Balanço Orçamentário são, em sua maioria, provenientes de receitas de cursos e concursos, projetos de extensão e alimentação.

Em 2016, o CEFET-MG arrecadou 62,06% da receita prevista. Este fato se justifica pela mudança de Diretoria na Instituição, pelas paralisações das atividades escolares (greves e ocupações), bem como pelas consequências decorrentes do contexto político-econômico atual do país; fatores estes que dificultaram e contribuíram para a frustração de algumas receitas no âmbito da Instituição.

4 Inscrição de RPNP de investimentos

O percentual de empenhos de investimento (despesas de capital) inscritos em restos a pagar não processados foi 62,03%. Isto ocorreu porque a maioria dos valores inscritos refere-se a despesas com obras, aquisição de computadores e livros, empenhadas no final do exercício de 2016, conforme liberação de teto orçamentário e TED's, cujas despesas serão executadas em 2017.

5 Restos a pagar

Composição da inscrição de saldos de empenhos de 2016 que serão inscritos em restos a pagar em 2017:

INSCRIÇÃO DE SALDO DE EMPENHOS EM RESTOS A PAGAR				
		RP NÃO PROCESSADO	RP EM LIQUIDAÇÃO	RP PROCESSADOS
Despesas correntes	Outras despesas correntes	3.902.455,28	15.868,65	1.090.110,13
	Outras despesas correntes TED MEC - CAPES	5.579,42		
	Pessoal e encargos	46.765,72		
		3.954.800,42	15.868,65	1.090.110,13
Despesas de capital	Investimentos TED MEC - SETEC	3.242.306,65		
	Investimentos	6.379.530,79	379.499,96	7.693,35
		9.621.837,44	379.499,96	7.693,35

Das despesas correntes inscritas em restos a pagar, o valor de R\$ 46.765,72 (pessoal e encargos) refere-se a pessoal cedido pela Eletrobrás ao CEFET-MG.

Os demais saldos, além das despesas continuadas (contratos e manutenção), referem-se a aquisição de móveis, computadores e obras em andamento, cujos valores foram empenhados, mas serão executados somente em 2017.

BALANÇO FINANCEIRO



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS		EXERCÍCIO: 2016	PERÍODO: Anual	
SUBTÍTULO	26257 - CENTRO FEDERAL DE EDUCACAO TECNOLOGICA DE MG - AUTARQUIA		EMISSÃO: 07/02/2017	PÁGINA: 1	
ÓRGÃO SUPERIOR	26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO		VALORES EM UNIDADES DE REAL		
INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
Receitas Orçamentárias	3.328.391,51	3.447.738,75	Despesas Orçamentárias	412.224.237,42	379.207.353,18
Ordinárias	86.439,11	34.070,26	Ordinárias	82.591.951,68	92.233.436,75
Vinculadas	3.463.731,46	3.414.476,26	Vinculadas	329.632.285,74	286.973.916,43
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	3.463.731,46	3.414.476,26	Educação	270.987.503,14	226.819.138,31
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-221.779,06	-807,77	Seguridade Social (Exceto RGPS)	55.267.557,65	
			Operação de Crédito		56.810.073,48
			Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	3.204.121,64	3.344.265,08
			Outros Recursos Vinculados a Fundos	173.103,31	439,56
Transferências Financeiras Recebidas	408.915.681,65	375.858.810,70	Transferências Financeiras Concedidas	638.897,33	91.180,88
Resultantes da Execução Orçamentária	393.593.012,70	362.081.262,52	Resultantes da Execução Orçamentária	306.486,67	23.184,32
Repasso Recebido	393.593.012,70	362.081.262,52	Repasso Concedido	306.486,67	23.184,32
Independentes da Execução Orçamentária	15.322.668,95	13.777.548,18	Independentes da Execução Orçamentária	332.410,66	67.996,56
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	14.481.876,87	12.154.029,52	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	24.478,09	33.788,53
Demais Transferências Recebidas	1.172,83	968,99	Movimento de Saldos Patrimoniais	307.932,57	34.208,03
Movimentação de Saldos Patrimoniais	839.619,25	1.622.549,67	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-			
Recebimentos Extraorçamentários	15.299.297,45	16.897.915,94	Despesas Extraorçamentárias	17.965.043,08	16.645.887,60
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	1.097.803,48	7.051.317,55	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	8.624.507,87	5.305.981,92
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	13.972.006,47	9.002.226,48	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	9.111.047,71	10.495.533,77
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	229.487,50	844.371,91	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	229.487,50	844.371,91
Outros Recebimentos Extraorçamentários	-	-	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	-
Saldo do Exercício Anterior	4.220.237,87	3.960.194,14	Saldo para o Exercício Seguinte	935.430,65	4.220.237,87
Caixa e Equivalentes de Caixa	4.220.237,87	3.960.194,14	Caixa e Equivalentes de Caixa	935.430,65	4.220.237,87
TOTAL	431.763.608,48	400.164.659,53	TOTAL	431.763.608,48	400.164.659,53

Fonte: DICONT

NOTAS EXPLICATIVAS DO BALANÇO FINANCEIRO

1 Transferências financeiras recebidas

As transferências financeiras recebidas representam a maior parte dos ingressos da instituição, posto que o CEFET-MG não tem como função precípua a arrecadação de valores, e estão divididas em ingressos resultantes da execução orçamentária (LOA) e independentes da execução orçamentária (RP e outras transferências).

2 Receitas orçamentárias

As receitas orçamentárias estão subdivididas em **receitas ordinárias** – que, no CEFET-MG, representam valores recebidos a título de devolução de despesas de exercícios anteriores e que, por força de lei, são entregues ao Tesouro - e **receitas vinculadas** que representam as receitas diretamente arrecadadas pelo CEFET-MG e aplicadas na manutenção da instituição.

3 Recebimentos extra-orçamentários

Este grupo é composto pelos valores do orçamento que serão inscritos em restos a pagar no exercício seguinte, bem como pelas consignações oriundas da folha de pagamentos e os impostos retidos, conforme legislação vigente (ingressos transitórios).

4 Despesas orçamentárias

As despesas orçamentárias são subdivididas em dispêndios ordinários e vinculados, que, no CEFET MG, são executados conforme determinação da LOA.

5 Despesas extra-orçamentárias

Despesas extra-orçamentárias, são, em sua maioria, compostas por despesas executadas pela instituição com empenhos de restos a pagar inscritos e reinscritos no exercício de 2016.

PENDÊNCIAS A RESOLVER

- (BO) Identificar a situação das receitas fonte 100 que são consideradas arrecadadas pelo CEFETMG
- (BF) Verificar a vinculação das receitas arrecadadas (fonte: 250)?
- (BF) Entender a vinculação da fonte 0188 – porque aparece como vinculada a uma operação de crédito

DEMONSTRAÇÃO DE VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - DVP



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOUREO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS	EXERCÍCIO: 2016	PERÍODO: Anual
SUBTÍTULO	26257 - CENTRO FEDERAL DE EDUCACAO TECNOLOGICA DE MG - AUTARQUIA	EMIÇÃO: 07/02/2017	PÁGINA: 1
ÓRGÃO SUPERIOR	26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO	VALORES EM UNIDADES DE REAL	

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

	2016	2015
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	413.446.665,06	381.998.707,88
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	3.226.582,06	2.192.440,14
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	403,75	404,69
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	3.226.178,31	2.192.035,45
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	1.208,76	1.184,79
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	1.208,76	1.184,79
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	408.981.966,20	376.943.046,44
Transferências Intragovernamentais	408.915.681,65	375.858.810,70
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	998.720,07
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	66.284,55	85.515,67
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	1.136.307,35	2.606.642,76
Reavaliação de Ativos	-	-
Ganhos com Alienação	-	-

Ganhos com Incorporação de Ativos	73.000,00	1.009.267,98
Ganhos com Desincorporação de Passivos	1.063.307,35	1.597.374,78
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	100.600,69	255.393,75
Varição Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	1.362,63
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	100.600,69	254.031,12
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	389.654.225,66	361.230.737,68
Pessoal e Encargos	268.713.733,79	255.056.020,23
Remuneração a Pessoal	210.329.477,42	205.447.047,60
Encargos Patronais	41.493.375,90	36.357.183,36
Benefícios a Pessoal	16.731.045,38	13.093.589,77
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	159.835,09	158.199,50
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	66.384.825,15	58.789.953,20
Aposentadorias e Reformas	57.352.921,21	50.812.329,58
Pensões	8.946.722,25	7.884.541,26
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	85.181,69	93.082,36
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	33.610.601,90	34.636.020,36
Uso de Material de Consumo	1.977.668,44	1.737.662,80
Serviços	31.321.066,64	32.824.435,37
Depreciação, Amortização e Exaustão	311.866,82	73.922,19
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	9.694,89	977,31
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	9.694,89	977,31
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	-	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	7.521.947,66	363.419,21
Transferências Intragovernamentais	638.897,33	91.180,88
Transferências Intergovernamentais	255.360,00	3.598,00
Transferências a Instituições Privadas	80.352,65	107.154,24
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	4.782,31	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	6.542.555,37	161.486,09
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	3.906.732,13	3.968.241,52
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	-
Perdas com Alienação	-	-

Perdas Involuntárias	1.432.740,22	497.238,41
Incorporação de Passivos	258.015,11	2.354.207,26
Desincorporação de Ativos	2.215.976,80	1.116.795,85
Tributárias	70.402,29	37.509,46
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	26.763,24	4.512,67
Contribuições	43.639,05	32.996,79
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	9.436.287,85	8.378.596,39
Premiações	8.086,31	8.428,30
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	9.204.448,48	7.798.869,07
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	223.753,06	571.299,02
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	23.792.439,40	20.767.970,20

Fonte: DICONT

NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS (4.0.0.0.0.00.00)

1 Transferências e delegações recebidas

As transferências e delegações recebidas representam 98,92% das Variações Patrimoniais Aumentativas do CEFET-MG que, em nível de detalhamento, se apresentam da seguinte forma:

1.1 Transferências intra governamentais (AV: 98,90%)

As transferências intra governamentais representam quase a totalidade das Variações Patrimoniais Aumentativas do CEFET-MG.

Tais transferências, realizadas por órgãos da administração direta e indireta, referem-se ao recebimento de recursos financeiros correspondentes ao orçamento anual.

As transferências intra governamentais recebidas para execução orçamentária (4.5.1.1.2.02.00), em 2016, totalizaram R\$ 393.593.012,70, sendo:

- R\$ 82.110.979,05 – Recursos ordinários;
- R\$ 255.989.149,56 – Recursos destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino;
- R\$ 19.390.177,65 – Contribuição Plano de Seguridade Social – Servidor;
- R\$ 35.877.380,00 – Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social;
- R\$ 168.532,79 – Fundo social – Parc. dest. educação públ. e saúde;
- R\$ 23.180,00 – SESU/MEC;
- R\$ 33.613,65 – SETEC/MEC;

O CEFET-MG ainda recebeu, a título de transferência, o valor de R\$ 15.322.668,95, sendo R\$ 15.321.496,12 para ser utilizado no pagamento de Restos a Pagar e R\$ 1.172,83 por descentralização recebida de outra UG.

2 Valorização e ganho com ativos e desincorporação de passivos

Houve uma queda (AH -56,41%) das variações patrimoniais aumentativas oriundas da valorização e ganho com ativos e desincorporação de passivos, se compararmos com os saldos de 2015. No CEFET-MG, as valorizações e ganhos com ativos geralmente estão relacionados com o recebimento de doações de bens, enquanto o ganho com desincorporação de passivos refere-se à anulação de reconhecimento de despesas de exercícios anteriores, que foram registradas como passivos no exercício, mas que, por diversos motivos, não foram executadas. A queda nas anulações de reconhecimento de despesas de exercícios anteriores é fruto da política de gestão adotada pelo CEFET – MG em relação a esses registros.

3 Outras variações patrimoniais aumentativas

As outras variações patrimoniais aumentativas apresentaram um saldo 60,61% menor que o do período anterior.

Essas variações patrimoniais aumentativas referem-se, geralmente, a multas por atraso, bem como indenizações e restituições ao CEFET-MG.

A queda dessas receitas se justifica pela sua natureza esporádica e condicional.

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS (3.0.0.0.0.00.00)

1 Pessoal e encargos

A principal conta integrante das Variações Patrimoniais Diminutivas do CEFET-MG é a conta “Pessoal e encargos”. Por sua relevância no rol das VPD’s faz-se necessário evidenciar que os saldos constantes na conta correspondem ao somatório de subsídios, vencimentos, saldos e vantagens pecuniárias fixas ou variáveis estabelecidas em lei, decorrentes do pagamento pelo efetivo exercício do cargo, emprego ou função de confiança no Setor Público. Compreende, ainda, obrigações trabalhistas de responsabilidade do empregador, incidentes sobre a folha de pagamento.

2 Transferências e delegações concedidas

Em 2016, o saldo deste grupo apresentou um aumento de 1969,77%, se comparado com o saldo do ano anterior. Esse aumento de saldo no grupo se deu principalmente pela baixa de valores patrimoniais em virtude de doações e reversão de doações.

Os demais valores que compõem este grupo estão relacionados com: a aquisição, por meio de transferências de recursos, de sistema integrado de gestão da UFRN, que inclui, entre outras funções, a gestão de controle patrimonial do CEFET-MG; recursos transferidos para pagamento de pessoal contratado para analisar a documentação necessária à concessão do benefício do RSC aos professores do CEFET-MG; transferências à STN relativas à devolução de despesas de exercícios anteriores e transferências à instituições de classe.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS	EXERCÍCIO: 2016	PERÍODO: Anual
SUBTÍTULO	26257 - CENTRO FEDERAL DE EDUCACAO TECNOLOGICA DE MG - AUTARQUIA	EMIÇÃO: 07/02/2017	PÁGINA: 1
ÓRGÃO SUPERIOR	26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO	VALORES EM UNIDADES DE REAL	
		2016	2015
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES		14.449.483,03	14.291.802,51
INGRESSOS		412.473.560,66	380.150.921,36
Receitas Derivadas e Originárias		3.328.391,51	3.447.738,75
Receita Tributária		-	-
Receita de Contribuições		-	-
Receita Patrimonial		310.342,91	279.251,43
Receita Agropecuária		-	-
Receita Industrial		403,75	404,69
Receita de Serviços		2.917.150,16	2.912.866,72
Remuneração das Disponibilidades		-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias		100.494,69	255.215,91
Transferências Correntes Recebidas		-	-
Intergovernamentais		-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal		-	-
Dos Municípios		-	-
Intragovernamentais		-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas		-	-
Outros Ingressos das Operações		409.145.169,15	376.703.182,61
Ingressos Extraorçamentários		229.487,50	844.371,91
Transferências Financeiras Recebidas		408.915.681,65	375.858.810,70
DESEMBOLSOS		-398.024.077,63	-365.859.118,85
Pessoal e Demais Despesas		-347.750.192,81	-320.815.752,95
Legislativo		-	-
Judiciário		-	-
Essencial à Justiça		-	-
Administração		-	-
Defesa Nacional		-	-
Segurança Pública		-	-
Relações Exteriores		-	-
Assistência Social		-	-
Previdência Social		-66.725.029,80	-58.707.415,37
Saúde		-	-
Trabalho		-	-
Educação		-281.025.163,01	-262.108.337,58
Cultura		-	-

Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-49.405.499,99	-44.107.813,11
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-41.014.298,74	-36.520.630,45
Outras Transferências Concedidas	-8.391.201,25	-7.587.182,66
Outros Desembolsos das Operações	-868.384,83	-935.552,79
Dispêndios Extraorçamentários	-229.487,50	-844.371,91
Transferências Financeiras Concedidas	-638.897,33	-91.180,88
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-17.734.290,25	-14.031.758,78
INGRESSOS	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-17.734.290,25	-14.031.758,78
Aquisição de Ativo Não Circulante	-17.607.818,25	-13.557.722,05
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-126.472,00	-474.036,73
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-

Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-3.284.807,22	260.043,73
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	4.220.237,87	3.960.194,14
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	935.430,65	4.220.237,87

Fonte: DICONT

NOTAS EXPLICATIVAS DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

1 Fluxo de caixa das atividades das operações

O fluxo de caixa das atividades das operações compara as fontes geradoras de caixa com os itens de consumo de caixa nas atividades operacionais da instituição.

1.1 Fontes geradoras de caixa das atividades das operações

As Transferências financeiras recebidas do orçamento da União são a maior fonte geradora de caixa no Balanço do CEFET-MG, o que se justifica pelo fato desta instituição ter como atividade principal a prestação de serviços educacionais e não a atividade de arrecadação.

Já as receitas arrecadadas pelo próprio órgão, são oriundas da execução de cursos e concursos, projetos de extensão e programas de alimentação para alunos.

1.2 Itens de consumo de caixa das atividades das operações

Dos desembolsos realizados pela instituição, o mais relevante são os gastos com pessoal e seus respectivos encargos de previdência social.

Outro item relevante são as transferências concedidas ao longo do exercício. Ressalta-se que esse grupo é composto, em sua maioria, por valores transferidos à Fundação CEFET MINAS para que esta possa gerenciar o Programa de Alimentação dos *campi* do CEFET-MG.

2 Fluxo de caixa das atividades de investimento

Não foram contabilizadas entradas de caixa que pudessem ser classificadas como atividades de investimento (venda de ativo imobilizado, concessão de empréstimos, etc).

Os desembolsos realizados, em sua maioria, são relativos à aquisição de ativos não circulantes, tais como aquisição de materiais permanentes e execução de obras.

OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

O CEFET-MG mantém contratos de seguros, serviços e fornecimento de bens para garantir a manutenção de suas atividades, sendo os contratos de serviços os mais relevantes, conforme detalhado no quadro abaixo:

OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS - COMPOSIÇÃO DE SALDOS

Conta contábil	Descrição	Saldo em R\$
7.1.2.3.1.00.00	OBRIGACOES CONTRATUAIS - CONSOLIDACAO	R\$ 23.337.543,68
7.1.2.3.1.01.00	CONTRATOS DE SEGUROS	R\$ 4220,64
7.1.2.3.1.02.00	CONTRATOS DE SERVICOS	R\$ 22.997.666,09
7.1.2.3.1.04.00	CONTRATOS DE FORNECIMENTO DE BENS	R\$ 335.656,95

Pela relevância, o quadro a seguir detalha os principais fornecedores contratados, bem como os saldos executados e em execução:

PRINCIPAIS CONTRATOS DE SERVIÇO

CNPJ	EMPRESA	ATIVIDADE	SALDO EXECUTADO	SALDO EM EXECUÇÃO
17027806000176	Conservo Serviços Gerais Ltda	Limpeza e conservação	R\$ 10.363.985,14	R\$ 465.991,62
10423276000136	Meg Segurança Patrimonial	Vigilância	R\$ 5.259.411,03	R\$ 99.261,48
70928973000170	Mega Serviços de Terceirização de Mão de Obra	Portaria	R\$ 686.054,60	
03178438000152	Family Restaurants Ltda	Gestão do restaurante	R\$ 281.687,26	R\$ 3.931.897,78

PROVISÕES

Em 2016 o CEFET-MG, apesar de registrar as provisões de 13º salário e 1/3 de férias, por meio das situações PRV 001 e PRV 002, realizou os registros com valores equivocados, impossibilitando a realização da baixa, conforme orientação da setorial contábil do MEC. Logo, para ajustar, as provisões realizadas indevidamente foram revertidas, para que em 2017 se possa proceder com os registros corretos.

8 CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE

8.1 Tratamento de Deliberações Exaradas em Acórdãos do TCU

8.1.1 Situações das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Quadro 8.1 - Tratamento de determinações e recomendações do TCU – Situações que permanecem pendentes

Processo	Acórdão	Item	Comunicação Expedida	Data da Ciência
TC 011.706/2014-7	2780/2016	9.1.1	Ofício nº 11763/2016-TCU/Sefip	14/12/2016
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Superintendência de Gestão de Pessoas				
Descrição da determinação/recomendação				
9.1.1. tendo por base os fundamentos trazidos no voto, a prova produzida nestes autos e outras que venham a ser agregadas pelo órgão responsável, promover o contraditório e a ampla defesa das beneficiárias contempladas com o pagamento da pensão especial para, querendo, afastar os indícios de irregularidade a elas imputados, os quais poderão conduzir à supressão do pagamento do benefício previdenciário, caso as irregularidades não sejam por elas elididas:				
9.1.1.1 recebimento de renda própria, advinda de relação de emprego, na iniciativa privada, de atividade empresarial, na condição de sócias ou representantes de pessoas jurídicas ou de benefício do INSS;				
9.1.1.2 recebimento de pensão, com fundamento na Lei 8.112/1990, art. 217, inciso I, alíneas "a", "b" e "c";				
9.1.1.3 recebimento de pensão com fundamento na Lei 8.112/1990, art. 217, inciso I, alíneas "d" e "e" e inciso II, alíneas "a", "c" e "d";				
9.1.1.4 titularidade de cargo público efetivo federal, estadual, distrital ou municipal ou de aposentadoria pelo Regime do Plano de Seguridade Social do Servidor Público,				
9.1.1.5 ocupação de cargo em comissão, de cargo com fundamento na Lei 8.745/1993, de emprego em sociedade de economia mista ou em empresa pública federal, estadual, distrital ou municipal;				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
O Ofício 11763/2016 estipula, no item 3, prazo de 180 dias, a contar da ciência do ofício, para cumprimento da determinação.				

Tratamento de determinações e recomendações do TCU – Situações que permanecem pendentes

Processo	Acórdão	Item	Comunicação Expedida	Data da Ciência
TC 011.706/2014-7	2780/2016	9.1.4	Ofício nº 11763/2016-TCU/Sefip	14/12/2016
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Superintendência de Gestão de Pessoas				
Descrição da determinação/recomendação				
9.1.4. não elididas as irregularidades motivadoras das oitivas individuais descritas nos subitens 9.1.1.1 a 9.1.1.5 deste acórdão, promover, em relação às respectivas interessadas, o cancelamento da pensão decorrente do art. 5º, parágrafo único, da Lei 3.373/58;				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
O Ofício 11763/2016 estipula, no item 3, prazo de 180 dias, a contar da ciência do ofício, para cumprimento da determinação.				

Fonte: SGP.

8.2 TRATAMENTO DE RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO

Neste item busca-se descrever o grau de atendimento do CEFET/MG às recomendações efetuadas pelo Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União (CGU) no exercício avaliado. O monitoramento das providências adotadas ou a serem implantadas constitui-se de uma importante etapa do processo de monitoramento e controle da gestão. No âmbito institucional, o Plano de Providências Permanente (PPP) organiza os procedimentos de monitoramento das recomendações pendentes e estabelece prazos para o seu cumprimento. Nesse sentido, considerando a necessidade de acompanhar/monitorar as providências adotadas pelos gestores do CEFET-MG, foram desenvolvidas, em 2015, no âmbito da AUDIT, ferramentas de planilha eletrônica e rotinas de registro e acompanhamento das recomendações previstas nos Relatórios de Auditoria do Órgão de Controle Interno.

Em 2016, foi instituída uma rotina de reuniões com as unidades organizacionais responsáveis por processos internos objetos de recomendações do Órgão de Controle Interno. Nestas reuniões são decididos os responsáveis e o cronograma para tratamento das recomendações. Com o advento do Sistema Monitor da CGU os próprios gestores passaram a acompanhar e atualizar as providências tomadas quanto ao atendimento das recomendações elaboradas pelo Órgão de Controle Interno em seus relatórios. O sistema Monitor revelou que, em 2016, o CEFET/MG possuía 52 recomendações do Órgão de Controle Interno, das quais dez foram plenamente atendidas, uma cancelada, uma não está sendo monitorada por perda de objeto e quarenta permanecem em monitoramento.

Quadro 8.2 – Síntese das situações das recomendações do Órgão de Controle Interno

Unidade Gestora	Recomendações				Rec. em Monitoramento		Rec. providências do Gestor	
	Atendidas	Canceladas	Em Monitoramento	Perda de Objeto	Em Monitoramento	Perda de Objeto	Em Monitoramento	Perda de Objeto
153015 - Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais	10	1	40	1	6	34	32	2

Fonte: Sistema Monitor. Acesso em: 16 fev. 2017.

Entre as recomendações atendidas no período, destacam-se:

1. A abertura de certame licitatório, visando à contratação de serviço de fornecimento de alimentação para os campi do CEFET-MG.
2. A revisão da sistemática adotada pela administração na celebração de ajustes administrativos, de forma a tornar compatível a fundamentação legal autorizadora com a natureza jurídica do contrato.
3. A elaboração do instrumento de ajuste administrativo substitutivo ao Termo de Cooperação.
4. O encaminhamento tempestivo dos atos de admissão, aposentadoria e pensão à Controladoria Geral da União conforme prazo previsto no art. 7º da IN/TCU nº 55/2007.
5. A criação de rotina de cadastramento dos processos de admissão, aposentadoria e pensão no sistema SISAC, de modo que não aconteçam cadastramentos no SIAPE sem o devido informe ao Tribunal de Contas da União.
6. A elaboração de laudos individuais e concessão de novos adicionais apenas se o servidor atender aos requisitos previstos na ON SEGEP nº 6/2013.
7. O estabelecimento de locais onde a exceção da jornada de trabalho de 30 horas se faz necessário, de acordo com o previsto no Decreto nº 1.590/95.
8. A alteração da Resolução do Conselho sobre jornada de trabalho dos servidores técnico administrativos, adequando a mesma ao previstos nos dispositivos legais, principalmente à Lei nº 8.112/90 e ao Decreto nº 1.590/95.

8.3 MEDIDAS ADMINISTRATIVAS PARA APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE POR DANO AO ERÁRIO

A instituição tem buscado a integração dos trabalhos entre a Auditoria Interna, a Superintendência de Gestão de Pessoas e a Comissão de Processos Administrativos Disciplinares e Sindicâncias, de modo a criar uma sinergia em direção à apuração de responsabilidade por dano ao erário. Neste sentido, há o acompanhamento dos processos pelo Gabinete da Diretoria, de modo que todos os procedimentos necessários sejam realizados a contento e, assim, o julgamento se dê com a devida integridade dos fatos. Cabe ressaltar que o Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT) prevê a realização de ações com fim à prevenção destes danos, buscando a minimização das ocorrências de ilicitudes. No que se refere à Superintendência de Gestão de Pessoas, a UORG tem feito um trabalho de monitoramento dos pagamentos de pessoal, de forma a detectar possíveis erros e, por conseguinte, a recuperação dos valores.

No ano de 2016, houve 8 eventos objeto de procedimentos administrativos visando apuração e possível ressarcimento ao erário. Desses, 6 eventos foram de furto ou extravio de equipamentos eletrônicos (notebooks, netbooks e tablets). Houve 2 eventos que concluíram ter havido quebra de dedicação exclusiva por parte de servidores, gerando trâmite para ressarcimento ao erário.

MEDIDAS ADOTADAS PARA APURAÇÃO E RESSARCIMENTO DE DANOS AO ERÁRIO – EXERCÍCIO DE 2016

Casos de dano objeto de medidas administrativas internas	Tomadas de Contas Especiais						
	Não instauradas → 8			Instauradas → 0			
	Dispensadas → 6			Não remetidas ao TCU ---			
	Débito < R\$ 75.000	Prazo > 10 anos	Outros Casos*	Arquivamento			Não enviadas > 180 dias do exercício instauração*
Recebimento Débito ----				Não Comprovação ----	Débito < R\$ 75.000 ----		
8	6	0	0	Não houve instauração de tomada de contas especiais no exercício de 2016.			

Fonte: CPADs, DIPAT, SGP e DPG.

(*) Especificar razões

Os casos identificados de dano ao erário vêm sendo solucionados internamente sem instauração de tomada de contas especiais.

8.4 CONFORMIDADE DO CRONOGRAMA DE PAGAMENTOS DE OBRIGAÇÕES

No âmbito do CEFET-MG sempre se atenta em observar o art. 5º da Lei 8.666/93 quanto ao cronograma de pagamento das obrigações contraídas em decorrência de contratação de bens, locações, realização de obras e prestação de serviços.

No contexto atual, a partir do exercício de 2014, a restrição de liberações financeiras pelo MEC tem dificultado os pagamentos na ordem cronológica, considerando que os valores encaminhados referem-se a percentual liquidados e, portanto não atendem a quitação de todas as obrigações. Bem como, esses recursos liberados pelo MEC têm vindo carimbados pelo MEC para priorização respectivamente de pagamentos de energia elétrica, água e esgoto, assistência estudantil e, demais despesas discricionárias conforme várias mensagens no SIAFI.

Diante disso, para acompanhamento e atendimento a legislação são elaborados Relatórios de liquidações quinzenalmente via SIAFI e TESOURO GERENCIAL para atender aos pagamentos priorizados pelo MEC e não deixar de atender a Legislação.

Algumas demandas de pagamentos são priorizadas no âmbito da Instituição para não prejudicar a continuidade dos serviços de qualidade prestados pela mesma, como por exemplo, serviços contratuais de conservação e limpeza, vigilância, portaria etc.

8.5 REVISÃO DOS CONTRATOS VIGENTES FIRMADOS COM EMPRESAS BENEFICIADA PELA DESONERAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO

A Divisão de Contratos do CEFET-MG demonstra as medidas adotadas para revisão dos contratos vigentes firmados com empresas possivelmente beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento propiciada pelo art. 7º da lei 12.546/2011 e pelo Art. 2º do decreto 7.828/2012.

Foram elaborados e enviados às empresas Ofícios em que solicitamos esclarecimentos acerca do beneficiamento ou não da empresa, referente ao plano “Brasil Maior” do Governo Federal, ou seja, aquele que estabeleceu a desoneração da folha de pagamento para alguns setores da economia nos termos do Art. 7º da Lei 12.546/2011 e do Art. 2º do Decreto nº 7.828/2012. Segue relação resumida:

Quadro 8.3 – Síntese das situações das empresas com possíveis desoneração de folha

OFÍCIO SCCONT Nº	EMPRESA	CONTRATO Nº	SITUAÇÃO/RESPOSTA
032/2016	Extra Engenharia Ltda	20/2015	Quando da apresentação da proposta comercial na data de 14/01/2015 já se enquadrava nos moldes da desoneração da folha de pagamento.
037/2016	Alcântara Construtora	52/2013	Manifesta que não se beneficiou da desoneração da folha.
050/2016	Air Sistem	104/2013	Não se enquadra no programa de desoneração, pois é EPP.
041/2016	MG Serviços	41/2016	Correios devolveu correspondência, não procurado
034/2016	Tecaenge Engenharia	59/2012	Correios devolveu correspondência, mudou-se
040/2016	Eficiência	61/2012 75/2012 94/2012 114/2013	Correios devolveu correspondência, mudou-se
042/2016	Mas Automação	62/2012	Correios devolveu correspondência, mudou-se
047/2016	Protérmica	84/2013	Correios devolveu correspondência, mudou-se
049/2016	Gama Luz	103/2012	Correios devolveu correspondência, mudou-se
051/2016	Inforrede	115/2013	Correios devolveu correspondência, mudou-se
035/2016	Squema	75/2013	Sem manifestação/sem retorno
036/2016	Lagotela	57/2013	Sem manifestação/sem retorno
038/2016	Total vision	12/2013	Sem manifestação/sem retorno
039/2016	Gmieski	20/2014	Sem manifestação/sem retorno
033/2016	Atlas Networks	02/2015	Sem manifestação/sem retorno
043/2016	Objetiva Construções	41/2012	Sem manifestação/sem retorno
044/2016	GC Engenharia	001/2013	Sem manifestação/sem retorno
045/2016	Engequadra	002/2013	Sem manifestação/sem retorno
046/2016	Mansur	015/2013 020/2013	Sem manifestação/sem retorno
048/2016	Inforrede	102/2013	Sem manifestação/sem retorno
052/2016	Golem	089/2014	Sem manifestação/sem retorno
053/2016	Radani Construção	084/2014	Sem manifestação/sem retorno

Fonte: SCCONT.

Diante do exposto, informamos que não houve contrato revisado até a presente data.

8.6 INFORMAÇÕES SOBRE AÇÕES DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA

No exercício de 2016, houve despesas de publicidade legal, conforme discriminado no quadro abaixo:

Quadro 8.4 – Despesas com publicidade

Natureza Despesa Detalhada	Programa Governo		Ação Governo		Valores Empenhados	Valores Pagos		
33903990	SERVICOS DE PUBLICIDADE LEGAL	2031	EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	20RL	FUNCIONAMENTO DE INSTITUICOES FEDERAIS DE EDUCACAO PROFISSIO	—	7.293,32	
						—	10.052,47	
								17.345,79
		2080	EDUCAÇÃO DE QUALIDADE PARA TODOS	20RL	FUNCIONAMENTO DE INSTITUICOES FEDERAIS DE EDUCACAO PROFISSIO	7.226,60	234,94	
						155.000,00	138.821,27	
				18.525,86	18.525,86			
					180.752,46	157.582,07		
Total					180.752,46	174.927,86		

Fonte: SOF- Tesouro Gerencial, extraído em 16/02/2017

8.7 CONFORMIDADE COM O DISPOSTO NO ART. 3º DO DECRETO 5.626/2005

Esta seção se destina a demonstrar conformidade com o disposto no art. 3º do Decreto 5.626/2005:

CAPÍTULO II

DA INCLUSÃO DA LIBRAS COMO DISCIPLINA CURRICULAR

Art. 3º A Libras deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, de instituições de ensino, públicas e privadas, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

§ 1º Todos os cursos de licenciatura, nas diferentes áreas do conhecimento, o curso normal de nível médio, o curso normal superior, o curso de Pedagogia e o curso de Educação Especial são considerados cursos de formação de professores e profissionais da educação para o exercício do magistério.

§ 2º A Libras constituir-se-á em disciplina curricular optativa nos demais cursos de educação superior e na educação profissional, a partir de um ano da publicação deste Decreto.

O CEFET-MG oferta a disciplina de Libras como optativa em todos os cursos superiores de graduação.

Exceto para o curso de formação de Professores, cujo projeto pedagógico original vigente não prevê essa disciplina, no entanto, o projeto pedagógico do curso está sendo reformulado. Sendo assim, a Instituição pretende através de reformulação, em andamento, do projeto pedagógico do curso de formação de Professores, implantar como obrigatória a disciplina de Libras para esse curso. A previsão é que para o segundo semestre de 2017 ou para o primeiro semestre de 2018 a disciplina seja implementada como obrigatória no curso em questão.

Quadro 8.5 - Curso(s) que deve(m) ofertar como OBRIGATÓRIA a disciplina de Libras

Cursos de graduação que devem ofertar Libras como disciplina obrigatória	Cód. Curso (e-MEC)	Município	Atendimento ao art. 3º do Decreto 5.626/2005	Publicação
Programa Especial de Formação Pedagógica de Docentes	19631	Belo Horizonte	NÃO	NÃO http://www.formaprof.cefetmg.br/

Fonte: DIRGRAD.

Nota: O Programa de Formação Pedagógica de Docentes não oferta essa disciplina no projeto pedagógico vigente. No entanto, no novo projeto em discussão, em trâmite para atender à Resolução MEC/CNE nº 2/2015, consta a oferta da disciplina Libras como disciplina obrigatória. O novo projeto deve ser aprovado até junho de 2017, para entrar em vigor no segundo semestre de 2017 ou no primeiro semestre de 2018.

Quadro 8.6 - Curso(s) que oferta(m) a disciplina de Libras como OPTATIVA em seu projeto pedagógico de curso - ppc

Cursos de graduação que devem ofertar Libras como disciplina optativa	Cód. Curso (e-MEC)	Município	Atendimento ao art. 3º do Decreto 5.626/2005	Publicação
Administração	111658	Belo Horizonte	SIM	SIM http://www.dcsa.cefetmg.br/site/ensino/administracao/index.html
Engenharia Ambiental e Sanitária	150201	Belo Horizonte	SIM	SIM http://www.engenhariaambiental.cefetmg.br/site/sobre/aux/cursos/engenhariaAmbiental/
Engenharia Civil	1270727	Curvelo	SIM	SIM http://www.decmcv.cefetmg.br/apresentacao/
Engenharia Civil		Varginha	SIM	SIM http://www.varginha.cefetmg.br/engenharia-civil/projeto-pedagogico/
Engenharia de Automação Industrial	87862	Araxá	SIM	SIM http://www.engenhariaautomacao.cefetmg.br/
Engenharia de Computação	101316	Belo Horizonte	SIM	SIM http://www.decom.cefetmg.br/site/eng_computacao/apresentacao.html
Engenharia de Computação	116968	Timóteo	SIM	SIM http://sistemas.timoteo.cefetmg.br/nos/computacao
Engenharia de Controle e Automação	85274	Leopoldina	SIM	SIM http://www.leopoldina.cefetmg.br/
Engenharia de Materiais	112610	Belo Horizonte	SIM	SIM http://www.demat.cefetmg.br/
Engenharia de Minas	5000562	Araxá	SIM	SIM http://www.araxa.cefetmg.br/engenharia-de-minas/
Engenharia de Produção Civil	20429	Belo Horizonte	SIM	SIM http://www.civil.cefetmg.br/
Engenharia de Transportes	1304641	Belo Horizonte	SIM	SIM http://www.det.cefetmg.br/
Engenharia Elétrica	14596	Belo Horizonte	SIM	SIM http://www.engenhariaeletrica.cefetmg.br/
Engenharia Elétrica	1304843	Nepomuceno	SIM	SIM http://www.nepomuceno.cefetmg.br/sobre-o-curso-ee/
Engenharia Mecânica	14597	Belo Horizonte	SIM	SIM http://www.em.cefetmg.br/
Engenharia Mecatrônica	112612	Divinópolis	SIM	SIM http://www.divinopolis.cefetmg.br/engenharia-mecatronica/
Letras – Bacharelado	1153469	Belo Horizonte	SIM	SIM http://www.lettras.cefetmg.br/
Química Tecnológica	101332	Belo Horizonte	SIM	SIM http://www.quimica.cefetmg.br/

Fonte: DIRGRAD.

Notas:

- 1 - A oferta nos cursos de Belo Horizonte, é feita por meio do Departamento de Letras e Tecnologia (DELTEC), como disciplina optativa, atendendo ao Decreto 5.626/2005, art3º § 2o.
- 2 - A Resolução do Conselho de Graduação CGRAD nº 08/2009 aprova a oferta de disciplina de Libras como optativa para os cursos de graduação do CEFET-MG.

9 DECLARAÇÕES DE INTEGRIDADE

9.1 DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE E COMPLETEZ DAS INFORMAÇÕES SOBRE CONTRATOS E CONVÊNIOS NOS SISTEMAS ESTRUTURANTES DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL

Declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV

Quadro A.11.5 – Declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV

DECLARAÇÃO
Eu, Renata Salvino Pujoni Vilela , CPF nº075.635.216-90, Administradora - Chefe da Divisão de Contratos , exercido na Superintendência de Convênios e Contratos , declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que as informações referentes a contratos firmados até o exercício de 2015 por esta Unidade, e que de alguma forma participou ativamente nos processos administrativos, estão disponíveis e atualizadas no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG. Algumas contratações não foram possíveis o seu lançamento no SIASG, em especial as de adesão de Sistema de Registro de Preços de outros órgãos.
Eu, Marta Maria dos Santos Morais , CPF nº000.923.116-10, Técnica Contabilista - Chefe da Divisão de Convênios , exercido na Superintendência de Convênios e Contratos , declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que as informações referentes aos convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2015 por esta Unidade, e que de alguma forma participou ativamente nos processos administrativos, não estão disponíveis no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, pois o Convênio de Repasse por transferência Voluntária iniciou antes da operacionalização do SICONV.
Belo Horizonte, 17 de março de 2016.
Renata Salvino Pujoni Vilela 075.635.216-90
Marta Maria dos Santos Morais 000.923.116-10
Ricardo Cambraia Garcia 001.280.486-03

9.2 DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE E COMPLETEZ DOS REGISTROS NO SISTEMA DE APRECIÇÃO E REGISTRO DOS ATOS DE ADMISSÃO E CONCESSÕES



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**

**CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS
DIRETORIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS**

Av. Amazonas, 5253 – Bairro Nova Suíça – CEP 30.421-169 – Belo Horizonte/MG
Fone (31) 3319-7050 e Fax (31) 3319-7054

DECLARAÇÃO

Declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todos os atos de admissão de pessoal e de concessão de aposentadoria, reforma e pensão relativos ao pessoal do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais – CEFET-MG estão devidamente registrados no Sistema de Avaliação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões – Sisac para fins de registro junto ao Tribunal de Contas da União, conforme determina o inciso III do art. 71 da Constituição Federal e art. 2º da Instrução Normativa TCU nº 55/2007.

Belo Horizonte, 13 de fevereiro de 2017.

Letícia Coutinho Velloso

672.512.696-00

Superintendente de Gestão de Pessoas

Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais

9.3 DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DAS DISPOSIÇÕES DA LEI 8.730/1993 QUANTO À ENTREGA DAS DECLARAÇÕES DE BENS E RENDAS



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**

**CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS
DIRETORIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS**

Av. Amazonas, 5253 – Bairro Nova Suíça – CEP 30.421-169 – Belo Horizonte/MG
Fone (31) 3319-7050 e Fax (31) 3319-7054

DECLARAÇÃO

Declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todos os servidores do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais – CEFET-MG obrigados pela Lei nº 8.730/1993 assinaram a “Autorização de Acesso à Declaração de Ajuste Anual de Imposto de Renda de Pessoa Física” (Anexo I da Instrução Normativa TCU nº 65/11) junto a esta Superintendência de Gestão de Pessoas para fins de avaliação da evolução patrimonial e outras providências cabíveis a cargo dos órgãos de controle.

Belo Horizonte, 13 de fevereiro de 2017.

Letícia Coutinho Velloso

672.512.696-00

Superintendente de Gestão de Pessoas

Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais

9.4 DECLARAÇÃO SOBRE A CONFORMIDADE CONTÁBIL DOS ATOS E FATOS DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL

Informações sobre a conformidade contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada:

Conformidade dos atos e fatos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial, que visa a certificação dos demonstrativos contábeis gerados pelo SIAFI que está baseado nos princípios e Normas aplicáveis ao setor público: PCASP Plano de Contas aplicado ao Setor Público, Registro de Gestão, orientados através do MCASP –Manual de Contas Aplicado ao Setor Público e Manual SIAFI são os instrumentos que contribuem para análise dos lançamentos realizados pelo responsável de seu registro.

A conformidade contábil é registrada por um profissional em contabilidade Contador ou Técnico devidamente registrado no CRC e credenciado no SIAFI para este fim e que são responsáveis pelo acompanhamento da execução contábil de determinadas Unidades Gestoras ou setorial contábil de órgão, que no caso do CEFET/MG são registradas as duas conformidades: UG /Órgão. Sendo de responsabilidade do Ordenador de despesa a veracidade das informações contidas nas demonstrações contábeis e do profissional em contabilidade que registrou a conformidade pela adequação, do ponto de vista contábil, das informações contidas nestas demonstrações.

O registro desta conformidade pode indicar ocorrência ou não, isto é, pode haver inconsistência que apontam irregularidade ou desequilíbrios nas demonstrações contábeis, na data de seu registro, quando isto ocorre, a conformidade deve ser com restrição (pendente de correção) ou sem restrição quando não há pendências a serem corrigidas.

Ao longo do exercício de 2016, através de conciliação das contas contábeis, foi possível identificar inconsistências existentes nas demonstrações contábeis, mas que foram sanadas em tempo hábil não gerando restrições nas conformidades contábeis. Todo mês fazíamos acompanhamento da conformidade efetuada pelo Órgão Superior e BGU para identificar possíveis restrições que não foram apontadas em nossos registros, caso positivo providenciávamos a correção.

Não houve em nossos registros ocorrência que não foram sanadas no exercício de 2016 exceto aquelas que independeram de lançamentos pela contabilidade como o registro da depreciação dos bens móveis e intangíveis e a sua evolução cuja restrição não foi sanada até o final do exercício pela ausência desta informação através do RBM (Relação de Bens Móveis), dentre outras relatadas no item 9.5 – Declaração do Contador.

Belo Horizonte, 23 de Março de 2017

Responsável pela Conformidade Contábil : Maria José Sousa Romero CRC 34813/0-2

9.5 DECLARAÇÃO DO CONTADOR SOBRE A FIDELIDADE DOS REGISTROS CONTÁBEIS NO SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DO GOVERNO FEDERAL - SIAFI

DECLARAÇÃO COM RESSALVA

DECLARAÇÃO DO CONTADOR

26257 - CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MG - 153015

De acordo com análise realizada nos demonstrativos balancetes e auditores contábeis (CONDESAUD), declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balancos Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e das Mutações do Patrimônio Líquido) regidos pela Lei 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, relativos ao exercício de 2016 do órgão 26257, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial, EXCETO no tocante a:

Ressalvas:

a) Restrição 634/642 - Falta de Avaliação e reavaliação de Bens Móveis, Intangíveis e Outros

A reincidência dessas restrições ao longo do exercício de 2016, se deu em virtude do sistema de controle patrimonial do CEFET/MG não permitir efetuar cálculos da depreciação e amortização, bem como ajustes das perdas e da redução ao valor recuperável.

Esclarecemos que o CEFET-MG adquiriu um Sistema Integrado de Gestão (SIG-UFRN), que se encontra em fase de implantação e a previsão de término desse processo é de até final do 1º semestre de 2017.

b) Restrição 653 – Saldo alongado / indevido em Contas de controle

Conta Contábil - 1.2.3.2.1.06.01 – Obras em Andamento

1.2.3.2.1.06.05 – Estudos e Projetos

1.2.3.2.1.07.00 – Instalações

Estas restrições que constam na conformidade do exercício 2016, temos a informar que esses valores já se encontram sob análise dos recebimentos do Termo de Entrega Definitiva da Obra, para que sejam baixados e os valores incorporados ao imobilizado do CEFET/MG através do SPIUNET, o mais breve possível.

Conta Contábil – 8.1.1.2.1.01.01 – Convênios e Instrumentos Congêneres a Receber

8.1.1.2.1.01.02 – Convênios e Instrumentos Congêneres a Comprovar

São convênios em que o CEFET-MG é o beneficiário cuja prestação já foi enviada ao concedente, porém, até a presente data não houve a baixa dos respectivos valores pelos concedentes.

Já entramos em contato com os concedentes e estamos aguardando a regularização dos mesmos.

Com relação aos convênios firmados com a Fundação CEFETIMINAS, cuja data de vigência dos convênios expiraram em 10/05/2016, e a prestação de contas final em 14/05/2016, com permanência de saldo por mis de 180 dias.

Segundo o Setor Responsável por tais convênios, informou a esta Divisão de Contabilidade, que as prestações de contas já se encontram no CEFET/MG, mas que as baixas ainda não foram realizadas uma vez que ainda não foram analisadas, mas que estão sendo envidados esforços para que esta situação seja sanada o mais breve possível.

Conta Contábil – 8.1.1.2.1.02.02 – Termo de Execução Descentralizada a Comprovar

Trata-se de valores recebidos a título de descentralização, cujo trâmite é efetuado via SIMEC, inclusive as prestações de contas, que não sensibilizaram estas contas fazendo as baixas dos valores comprovados no SIMEC.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Local: Belo Horizonte

Data: 23/03/2017

Contador Responsável: Maria José de Sousa Romero
CRC nº 34.813

10 INFORMAÇÕES SUPLEMENTARES

10.1 PROJETOS DESENVOLVIDOS PELA FUNDAÇÃO DE APOIO VIGENTES NO ANO DE 2016

Quadro 10.1 - Relação de Projetos Desenvolvidos pelas Fundações de Apoio Vigentes no ano de 2016

(Valores em R\$ 1,00)

Nome: Fundação de Apoio à Educação e Desenvolvimento Tecnológico de Minas Gerais - CNPJ: 00.278.912/0001-20								
Projeto		Instrumento Contratual						
		Contrato						
Processo CEFET-MG Nº	Tipo	Nº	Objeto	Vigência		Valor (R\$)		
				Início	Fim	Bruto**	Repasso	
Processo nº 2994/12-11	2	TEP 003/14	Estabelecer condições para que a FCM apoie atividade Projeto de Extensão do CEFET-MG relativo ao Curso de Especialização em Administração da Produção e Automação Industrial - 2014	14/07/2014	14/10/2016	133.128,50	NHR	
Processo nº 2792/11-81	2	TEP 004/14	Estabelecer condições para que a FCM apoie atividade Projeto de Extensão do CEFET-MG relativo ao Curso de Especialização em Administração, Análise e Desenvol. de Informação - AADSI 2/2012	09/09/2014	09/03/2016	107.799,07	NHR	
Processo nº 6610/2013-11	2	TEP 006/14	Estabelecer condições para que a FCM apoie atividade Projeto de Extensão do CEFET-MG relativo ao Curso de Pós-Graduação Lato Sensu Especialização em Banco de Dados - 2014	28/11/2014	28/04/2017	275.378,09	NHR	
Processo nº 6506/2016-79	3	Contrato 039/2016	Prestação e execução dos serviços técnicos especializados na organização, planejamento e realização de seus vestibulares da graduação, programa especial de formação pedagógica de docentes e do ensino técnico do 1º semestre de 2017 e do vestibular do ensino técnico do 2º semestre de 2017 para as unidades do CEFETMG.	10/10/2016	09/06/2017	835.135,75	835.135,75	
Processo nº 12686/2014-66	2	TEP 001/15	Cooperação Técnica entre os partícipes para Monitoramento da Escada de Peixes e Biotelemetria da Ictiofauna na área de influência do AHE de Simplício.	05/02/2015	04/02/2017	78.200,00	37.411,00	
Processo nº 12510/2014-12	2	TEP 003/2015	O presente TEP tem como objeto estabelecer condições para que a FCM, dentre as suas atribuições, estatutárias e legais, apoie, de acordo com o permissivo contido na Lei nº 8.958/94 e no Decreto nº 7.423/10, a atividade de extensão do CEFET-MG relativa ao "Curso de Pós- Graduação Lato Sensu em Banco de Dados – Turma 2015", destinado a público aberto, em Belo Horizonte/MG.	20/10/2015	19/12/2017	308.820,00	35.000,00	
Processo nº 2766/2011-71	2	TEP 004/2015	O presente TEP tem como objeto estabelecer condições para que a FCM, dentre as suas atribuições, estatutárias e legais, apoie, de acordo com o permissivo contido na Lei nº 8.958/94 e no Decreto nº 7.423/10, a atividade de extensão do CEFET-MG relativa ao "Curso de Pós- Graduação Lato Sensu em Transporte e Trânsito – Turma 2015", destinado a público aberto, em Belo Horizonte/MG.	21/10/2015	20/09/2017	212.400,00	66.000,00	
Processo nº 6251/2013-00	2	TEP 003/2016	O presente TEP tem como objeto estabelecer condições para que a FCM, dentre as suas atribuições, estatutárias e legais, apoie, de acordo com o permissivo contido na Lei nº 8.958/94 e no Decreto nº 7.423/10, a atividade de extensão do CEFET-MG relativa ao "Curso de Pós- Graduação Lato Sensu em Sistemas Eletroeletrônicos e Automação Industrial – Turma 2/2015", destinado a público aberto, em Belo Horizonte/MG.	25/02/2016	24/07/2018	271.146,00	42.520,00	
Processo nº 6611/2013-65	2	TEP 004/2016	O presente TEP tem como objeto estabelecer condições para que a FCM, dentre as suas atribuições, estatutárias e legais, apoie, de acordo com o permissivo contido na Lei nº 8.958/94 e no Decreto nº 7.423/10, a atividade de extensão do CEFET-MG relativa ao "Curso de Pós- Graduação Lato Sensu MBA em Gestão da Tecnologia da Informação T-2015", destinado a público aberto, em Belo Horizonte-/MG.	25/02/2016	24/07/2018	89.863,00	26.958,00	
Processo nº 12468/2015-11	2	TEP 009/2016	O presente TEP tem como objeto estabelecer condições para que a FCM, dentre as suas atribuições, estatutárias e legais, apoie, de acordo com o permissivo contido na Lei nº 8.958/94 e no Decreto nº 7.423/10, a atividade de extensão do CEFET-MG relativa ao "Curso de Pós- Graduação Lato Sensu em Banco de Dados – Turma 2016", destinado a público aberto, em Belo Horizonte/MG.	26/12/2016	25/03/2019	183.392,80	NHR	
Total						2.495.263,21	1.043.024,75	

Fonte: DEDC e SCCONT

Tipo:

- (1) Ensino
 - (2) Pesquisa e Extensão
 - (3) Desenvolvimento Institucional
 - (4) Desenvolvimento Científico
 - (5) Desenvolvimento Tecnológico
- (**) Valor total do projeto

(NHR) Não Houve Repasse

Nome: Fundação de Apoio à Educação e Desenvolvimento Tecnológico de Minas Gerais - CNPJ: 00.278.912/0001-20

Projeto		Instrumento Contratual					
		Convênio					
Processo CEFET-MG Nº	Tipo	Nº	Objeto	Vigência		Valor (R\$)	
				Início	Fim	Bruto	Repasso
Processo nº 1075/2010-24	1	CCONT 002/2010 Campus I	O presente Convênio tem como objeto o desenvolvimento do Programa de Alimentação Escolar do Campus Belo Horizonte Campus I, mediante o fornecimento de almoço e jantar subsidiados, priorizando o caráter social do Programa e garantindo a qualidade e o baixo custo da alimentação servida.	10/05/2010	30/10/2016	13.420.407,60	2.753.872,57
Processo nº 1075/2010-24	1	CCONT 002/2010 Campus Curvelo	O presente Convênio tem como objeto o desenvolvimento do Programa de Alimentação Escolar do Campus Curvelo, mediante o fornecimento de almoço e jantar subsidiados, priorizando o caráter social do Programa e garantindo a qualidade e o baixo custo da alimentação servida.	01/01/2012	23/12/2016	2.873.813,11	563.467,19
Processo nº 1075/2010-24	1	CCONT 002/2010 Campus Varginha	O presente Convênio tem como objeto o desenvolvimento do Programa de Alimentação Escolar do Campus Varginha, mediante o fornecimento de almoço e jantar subsidiados, priorizando o caráter social do Programa e garantindo a qualidade e o baixo custo da alimentação servida.	01/01/2012	23/12/2016	1.603.830,87	549.704,84
Processo nº 1156/2010-24	1	CCONT 003/2010 Campus II	O presente Convênio tem como objeto o desenvolvimento do Programa de Alimentação Escolar do Campus II, mediante o fornecimento de almoço e jantar subsidiados, priorizando o caráter social do Programa e garantindo a qualidade e o baixo custo da alimentação servida.	11/05/2015	30/10/2016	9.117.573,42	1.431.753,90
Processo nº 5099/2010-34	1	CCONT 004/2010 Campus Divinópolis	O presente Convênio tem como objeto o desenvolvimento do Programa de Alimentação Escolar do Campus Divinópolis, mediante o fornecimento de almoço e jantar subsidiados, priorizando o caráter social do Programa e garantindo a qualidade e o baixo custo da alimentação servida.	11/05/2010	23/12/2016	3.921.105,81	722.471,03
Processo nº 1684/2010-92	1	CCONT 004/2010 Campus Araxá	O presente Convênio tem como objeto o desenvolvimento do Programa de Alimentação Escolar do Campus Araxá, mediante o fornecimento de almoço e jantar subsidiados, priorizando o caráter social do Programa e garantindo a qualidade e o baixo custo da alimentação servida.	11/05/2010	23/12/2016	3.943.983,76	579.777,18
Total						34.880.714,57	6.601.046,71

Fonte: DEDC e SCONT

Tipo:

- (1) Ensino
- (2) Pesquisa e Extensão
- (3) Desenvolvimento Institucional
- (4) Desenvolvimento Científico
- (5) Desenvolvimento Tecnológico
- (**) Valor total do projeto
- (NHR) Não Houve Repasse

Quadro 10.2 - Recursos Pertencentes às IFES / IFET Envolvidos nos Projetos

Projeto		Recursos das IFES						
Processo Nº	Tipo	Finan- ceiros	Materiais			Humanos		
		Valor	Tipo	Valor***	Quantidade RH Bolsa FCM	Valor Líq. Bolsa FCM	Quantidade RH Bolsa curso/ concurso	Valor Pgto. Curso Concurso
2994/12-11	(2) Pesquisa e Extensão	-	-	-	-	-	5	21.957,00
2792/11-81	(2) Pesquisa e Extensão	-	-	-	-	-	4	4.500,00
6610/13-11	(2) Pesquisa e Extensão	-	1sala de aula e lab. Informática	1.560,00	-	-	9	26.880,00
12686/14-66	(2) Pesquisa e Extensão	-	notebook	1.689,00	1	30.000,00		
12510/14-12	(2) Pesquisa e Extensão	-	1sala de aula e lab. Informática	11.733,33			14	60.380,00
2766/11-71	(2) Pesquisa e Extensão	-	Sala de aula, Laboratório de Informática e Laboratório de Transportes, Tráfego e Logística,	4.388,17	1	2.700,00	10	54.400,00
6251/2013-00	(2) Pesquisa e Extensão	-	sals de aula, os laboratórios das Coordenações de eletrônica, Eletrotécnica e CCC	10.866,67			24	84.269,50
6611/13-65	(2) Pesquisa e Extensão	-	Auditório do DECOM.	2.003,33			8	19.800,00
12468/15-11	(2) Pesquisa e Extensão	-	1sala de aula e lab. Informática	3.943,67			2	20.150,00

Fonte: DEDC e SCCONT

Tipo:

(1) Ensino

(2) Pesquisa e Extensão

(3) Desenvolvimento Institucional

(4) Desenvolvimento Científico

(5) Desenvolvimento Tecnológico

(***) Valores proporcionais ao período de execução do projeto no ano de 2016

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No exercício de 2016, o Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais – CEFET/MG deu continuidade as suas atividades nas áreas de ensino, pesquisa, extensão, bem como, as atividades administrativas.

Assim como nos exercícios anteriores, foi um ano marcado por contingenciamentos dos recursos orçamentários de custeio e principalmente de capital.

Em que pese os contingenciamentos orçamentários, o CEFET-MG executou importantes obras, elaborou diversos projetos de obras e reformas de prédios e instalações físicas, realizou diversas licitações, reavaliou contratos reduzindo despesas, manteve em funcionamento projetos importantes, conforme alguns exemplos detalhados abaixo:

Ações gerais comuns a todos os Campi:

- Licitação dos restaurantes estudantis;
- Redução nas despesas de custeio, como por exemplo, os serviços de limpeza e portaria;
- Iniciada a informatização dos diversos setores do CEFET-MG, através do Sistema Integrado de Gestão – SIPAC, por meio de cooperação técnica com Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN;
- Organização Institucional das Unidades Organizacionais – UORGs;
- Programa de capacitação dos servidores docentes e técnico administrativos;
- Programa de bolsas para alunos dos cursos de mestrado e doutorado/DPPG;
- Programas de bolsas BIC-Jr, PIBIC, PIBIC/FAPEMIG, PIBIC/CNPq, PIBIT/CNPq/DPPG;
- Programa de bolsas da Assistência Estudantil/Secretaria de Política Estudantil - SPE;
- Manutenção dos restaurantes estudantis nos *Campi I e II de Belo Horizonte, Campus Araxá, Campus Divinópolis, Campus Varginha e Campus Curvelo.*

Campus I - Belo Horizonte:

- Projeto de acessibilidade e reforma do estacionamento;
- Projeto de reforma da lanchonete;
- Projeto de reforma do auditório.

Campus II - Belo Horizonte:

- Conclusão do prédio 20;
- Obra da subestação;
- Projeto de reforma do restaurante;
- Projeto de reforma do prédio escolar e gabinetes eletrotécnica;
- Projeto do ar condicionado do DECOM.

Campus III - Leopoldina:

- Aquisição de terreno;
- Projeto de reformulação do *layout* de todas as salas;
- Levantamento planialtimétrico do novo terreno incorporado.

Campus IV - Araxá:

- Projeto para construção da nova portaria;
- Projeto para plataforma elevatória de acessibilidade;
- Projeto para urbanização e gradil.

Campus V - Divinópolis:

- Construção do ginásio esportivo;
- Construção do auditório;
- Projeto de combate e proteção contra incêndio e pânico;
- Projeto para construção do prédio da mecânica;
- Projeto para ampliação da área de estacionamento.

Campus VI - Belo Horizonte:

- Obra Laboratório de Química.

Campus VII - Timóteo:

- Projeto de urbanização;
- Reforço estrutural do bloco A;
- Projeto para a construção da portaria de acesso.

Campus VIII - Varginha:

- Projeto para a construção ginásio poliesportivo;
- Projeto para a construção de novo prédio escolar;
- Ar condicionado do auditório.

Campus IX - Nepomuceno:

- Reforma e requalificação do entorno urbano;
- Levantamento planialtimétrico.

Campus X - Curvelo:

- Projeto para construção do novo prédio escolar;
- Projeto para construção de novo ginásio poliesportivo;
- Projeto para construção da área esportiva externa.

Campus XI - Contagem:

- Licitação para conclusão da obra: *Módulo I*, Portaria e Urbanização.

O Relatório de Gestão do CEFET-MG de 2016 detalha importantes indicadores históricos, que apontam um crescimento significativo da Instituição, no que tange a expansão de nossos cursos de graduação, inclusive nos *Campi* do interior, com um crescimento significativo do número de alunos matriculados de 2015 = 4711 alunos matriculados para 2016 = 5045, com um percentual de crescimento de 7%. O mesmo ocorreu com a pós-graduação, que houve um aumento do número de cursos e consequentemente houve um crescimento no número de alunos matriculados, passando de 2015 = 1055 para 2016 = 1207 alunos matriculados, com um percentual de crescimento de 14,4%.

São 11 (onze) Programas de Pós-Graduação *stricto-sensu*, sendo 9 cursos de mestrado e 2 cursos de doutorado. Merece destacar que o CEFET-MG conseguiu a aprovação de mais um curso de doutorado, no programa de Engenharia Civil, que abrirá processo seletivo em 2017.

Em 2016, os programas de concessão de bolsas de iniciação científica, bolsas para os alunos dos cursos de mestrado e doutorado, bolsas BIC-Jr, PIBIC, PIBIT, programas de fomento à pesquisa, como o PROPESQ e o apoio à participação de docentes pesquisadores em eventos científicos nacionais e internacionais, continuaram a ser incentivados pelo CEFET-MG.

Nos indicadores da pesquisa, como publicações em periódicos, livros publicados, capítulos de livros publicados, trabalhos completos em anais publicados e número de doutores, obtivemos percentuais de crescimento muito significativos.

A assistência ao estudante continuou sendo cuidada de forma atenciosa por ser entendida como um investimento importante na prevenção da evasão e reprovação escolares. Em 2016, houve a continuidade de fornecimento de alimentação, atendimento médico-odontológico e material didático como livros didáticos e apostilas. O programa de bolsas concedidas e de alunos atendidos também são prioridades da Instituição.

A manutenção de projetos e programas relevantes existentes em exercícios anteriores, a expansão do CEFET-MG através da criação de novos cursos, a execução de obras, confecção de projetos, a informatização da Instituição, aquisições de equipamentos para laboratórios e demais setores, entre outros, como demonstra nossos indicadores no presente relatório de gestão, vem sendo conduzida com enfrentamento, inclusive, de dificuldades por conta dos contingenciamentos de recursos orçamentários e financeiros, limitações de pessoal docente e técnico-administrativos, a execução das rotinas de processos administrativos, que são dificultadas pela burocracia do serviço público. Apesar das dificuldades inerentes a tudo isso, a gestão do CEFET-MG de 2016, foi marcada por um crescimento significativo demonstrado no presente relatório de gestão.



Campus I - Belo Horizonte

Av. Amazonas, 5253
Nova Suíça. CEP: 30.421-169
(31) 3319-7000

Campus II - Belo Horizonte

Av. Amazonas, 7675
Nova Gameleira. CEP: 30.510-000
(31) 3319-6721

Unidade Leopoldina

Rua José Peres, 558
Centro. CEP: 36.700-000
(32) 3449-2346

Unidade Araxá

Av. Ministro Olavo Drummond, 25
São Geraldo . CEP: 38.180-510
(34) 3669-4500

Unidade Divinópolis

Rua Álvares de Azevedo, 400
Bela Vista. CEP: 35.503-822
(37) 3229-1150

Unidade Timóteo

Rua 19 de Novembro, 121
Centro Norte. CEP: 35.180-008
(31) 3845-4600

Unidade Varginha

Av. dos Imigrantes, 1000
Bairro Vargem. CEP: 37.022-560
(35) 3690-4200

Unidade Nepomuceno

Av. Monsenhor Luiz de Gonzaga, 103
Centro . CEP: 37.250-000
(35) 3861-4500

Unidade Curvelo

Rua Santa Rita, 900
Santa Rita. CEP: 35.790-000
(38) 3729-3900

Unidade Contagem

Av. Dr. Antônio Chagas Diniz, 655
Cidade Industrial . CEP: 32210-160
(31) 3368-4300